

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

ANGELA MARIA FARAH

A criança em situação de rua na imprensa paranaense
A construção social nos deslocamentos semânticos

São Paulo

2018

ANGELA MARIA FARAH

**A criança em situação de rua na imprensa paranaense
A construção social nos deslocamentos semânticos**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM da ECA-USP) como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em ciências da comunicação, sob a orientação da professora dra. Cremilda Celeste de Araújo Medina.

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Farah, Angela Maria

A criança em situação de rua na imprensa paranaense: a construção social nos deslocamentos semânticos / Angela Maria Farah. -- São Paulo: A. M. Farah, 2018.
155 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientadora: Cremilda Celeste de Araújo Medina
Bibliografia

1. Jornalismo 2. Reportagem 3. Leitura cultural 4. Semântica 5. Criança em situação de rua I. Medina, Cremilda Celeste de Araújo II. Título.

CDD 21.ed. - 070

FARAH, ANGELA MARIA. A criança em situação de rua na imprensa paranaense: a construção social nos deslocamentos semânticos. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM da ECA-USP) como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em ciências da comunicação – Área de concentração: Teoria e Pesquisa em Comunicação.

Aprovada em: _____ / _____ / _____

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai (*in memoriam*) e a minha mãe, por uma memória de infância afetuosa, divertida e saudável, que me faz desejar infâncias felizes a todas as crianças

AGRADECIMENTOS

À força suprema de Deus, que me levou à compreensão de que Somos Um.

À minha Mãe, por estar ao meu lado sempre, principalmente por incentivar os meus estudos.

Aos meus irmãos, meu cunhado e meus sobrinhos, pelo incentivo, apoio “logístico” e afetivo.

À Cremilda Medina, mestra generosa e acolhedora, por aceitar-me como orientanda, possibilitando o meu encontro com aquilo que sempre mais valorizei no jornalismo, a narrativa da contemporaneidade que transforma. As orientações coletivas, circundadas de seriedade intelectual, generosidade e afeto, foram uma grande lição de como o conhecimento pode e deve ser construído nas instâncias do grupo, do debate firme, mas afetivo. Lembrarei desses encontros com muito carinho.

Aos parceiros e parceiras do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Dialogia Social, liderado por Cremilda Medina, pela escuta profunda e sincera e por todas as sugestões, indicações e diálogos incentivadores à minha pesquisa.

À Liana e Newton, por sua generosidade, amizade e apoio, nesses quatro anos de doutorado.

Aos meus colegas da UniuV, professores, funcionários e estagiários, em especial, aos coordenadores e professores dos cursos de Jornalismo e Publicidade, por todas as substituições de aulas, e à equipe do Conselho Editorial, pelo apoio e incentivo à realização do doutorado.

À professora Fahena, mestra que incentiva com amor, respeito e sabedoria o que pode haver de melhor em mim.

Aos amigos, novos e antigos, por toda a paciência, as escutas, a compreensão pela ausência e por me tornar monotemática, um agradecimento especial.

Aos professores de toda a minha caminhada acadêmica, que, de algum modo, me deram inspiração para que eu chegasse até aqui.

Ao apoio financeiro do Centro Universitário de União da Vitória (UniuV), no qual estou construindo um caminho profissional desde 2002, para a realização deste doutorado.

Agradeço a cada pessoa que com um olhar, um sorriso, uma conversa, um abraço demonstrou o seu apoio à minha escolha, e desejo que todos possam encontrar em sua caminhada pessoas generosas e íntegras como as que encontrei.

Canción para un niño de la Calle (1958)

Composição: Armando Tejada Gómez e Ángel Ritro / Interpretada por Mercedes Sosa

A esta hora exactamente,
Hay un niño en la calle....
¡Hay un niño en la calle!

Es honra de los hombres proteger lo que crece,
Cuidar que no haya infancia dispersa por las calles,
Evitar que naufrague su corazón de barco,
Su increíble aventura de pan y chocolate
Poniéndole una estrella en el sitio del hambre.
De otro modo es inútil, de otro modo es absurdo
Ensayar en la tierra la alegría y el canto,
Porque de nada vale si hay un niño en la calle.

Todo lo toxico de mi país a mi me entra por la nariz
Lavo autos, limpio zapatos, huelo pega y también huelo paco
Robo billeteras pero soy buena gente soy una sonrisa sin dientes
Lluvia sin techo, uña con tierra, soy lo que sobro de la guerra
Un estomago vacío, soy un golpe en la rodilla que se cura con el frío
El mejor guía turístico del arrabal por tres pesos te paseo por la capital
No necesito visa pa volar por el redondel porque yo juego con aviones de papel
Arroz con piedra, fango con vino, y lo que me falta me lo imagino.

No debe andar el mundo con el amor descalzo
Enarbolando un diario como un ala en la mano
Trepándose a los trenes, canjeándonos la risa,
Golpeándonos el pecho con un ala cansada.
No debe andar la vida, recién nacida, a precio,
La niñez arriesgada a una estrecha ganancia
Porque entonces las manos son inútiles fardos
Y el corazón, apenas, una mala palabra.

Cuando cae la noche duermo despierto, un ojo cerrado y el otro abierto
Por si los tigres me escupen un balazo mi vida es como un circo pero sin payaso
Voy caminando por la zanja haciendo malabares con 5 naranjas
Pidiendo plata a todos los que pueda en una bicicleta en una sola rueda
Soy oxígeno para este continente, soy lo que descuido el presidente
No te asustes si tengo mal aliento, si me ves sin camisa con las tetillas al viento
Yo soy un elemento mas del paisaje los residuos de la calle son mi camuflaje
Como algo que existe que parece de mentira, algo sin vida pero que respira

Pobre del que ha olvidado que hay un niño en la calle,
Que hay millones de niños que viven en la calle
Y multitud de niños que crecen en la calle.
Yo los veo apretando su corazón pequeño,
Mirándonos a todas con fábula en los ojos.
Un relámpago trunco les cruza la mirada,
Porque nadie protege esa vida que crece
Y el amor se ha perdido, como un niño en la calle.

Oye a esta hora exactamente hay un niño en la calle
Hay un niño en la calle.

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma discussão sobre a narrativa jornalística e suas técnicas de produção, como elementos norteadores para a compreensão de temas atuais e relevantes para o exercício da cidadania, por meio da análise de reportagens que tratem da temática “crianças em situação de rua” e as variações semânticas em torno de expressões, como “menores”, “menores de rua”, “meninos de rua”, entre outras, ao longo das últimas décadas, que podem denominar um grupo de crianças que vive nas ruas das cidades. A alteração dos usos semânticos como se nomeia o grupo ou o indivíduo, o tratamento e a compreensão na imprensa dessa temática são o foco central da investigação. A pesquisa de campo inicial se caracterizou pela busca do material jornalístico produzido por jornais paranaenses, observando as mudanças sociais e legislativas ocorridas desse período em diante, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Foram selecionadas sete pastas fornecidas pela técnica da Biblioteca Pública do Paraná com a palavra-chave menor carente. O maior número da amostra corresponde a material jornalístico informativo, seguido de artigos opinativos. Para realizar a leitura cultural do material selecionado, são identificadas as quatro linhas epistemológicas da reportagem dadas por Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro, em 1973: o protagonismo social, a consequente contextualização que, por sua vez, apresenta-se no âmbito de raízes histórico-culturais e passa pela análise dos especialistas em diagnósticos-prognósticos sobre a circunstância em pauta, além do estudo das noções desenvolvidas por Cremilda Medina, como a dialogia social e o signo da relação; a interação social criadora; a narrativa da contemporaneidade; o leitor cultural; e a observação-experiência; assim como a discussão, sobre a fixação no tempo documental da produção jornalística, principalmente por meio da reportagem, buscando os sentidos semânticos nos arquivos produzidos por centros de documentação, como é o caso do *corpus* desta pesquisa.

Palavras-chave: Jornalismo. Reportagem. Leitura Cultural. Semântica. Criança em situação de rua.

ABSTRACT

This research proposes a discussion about the journalistic narrative and its production techniques, as guiding elements for the understanding of current and relevant subjects for the exercise of citizenship, through the analysis of reports that deal with the theme "children in street situation" and the semantic variations around expressions such as "minors", "minors of the street", "street boys", among others, over the last few decades, all of which may denominate a group of children living on city streets. The alteration of semantic uses about how the group or individual is named, the treatment and the understanding in the press of this theme are the central focus of the investigation. The initial field research was characterized by the search for journalistic material produced by newspapers in Paraná, observing the social and legislative changes that occurred from that period onwards, with the approval of the Statute of the Child and Adolescent (ECA) in 1990. The seven folders selected were provided by the Public Library of Paraná technician with the keyword "minors in need". The largest number of the samples correspond to informative journalistic material, followed by opinionated articles. In order to carry out the cultural reading of the selected material, the four epistemological lines of the report given by Cremilda Medina and Paulo Roberto Leandro, in 1973, are identified: the social protagonism, the consequent contextualization that, in turn, presents itself in the context of cultural-historic roots and passes through the analysis of experts in diagnostics-prognoses about the circumstance at hand, in addition to the study of the notions developed by Cremilda Medina, such as social dialogue and the sign of the relationship; the creative social interaction; the narrative of contemporaneity; the cultural reader; and observation-experience; as well as the discussion about the fixation in the documentary time of the journalistic production, mainly through the reporting, searching for the semantic meanings in the archives produced by documentation centers, as is the case of the corpus of this research.

Keywords: Journalism. Report. Cultural Reading. Semantics. Children in street situation.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 INTRODUÇÃO	14
2 EPISTEMOLOGIA DO JORNALISMO: A PAUTA CONTEMPORÂNEA	19
2.1 PAUTA 1 – MAIORIDADE PENAL	20
2.2 PAUTA 2 – CASOS DOS MENINOS ÍTALO E WALDIK NOS JORNAIS PAULISTANOS	30
2.2.1 O menino Ítalo, de 10 anos, foi morto por policiais militares na zona sul de São Paulo, na noite do dia 2 de junho de 2016, após o furto de um carro por Ítalo e um colega de 11 anos .	30
2.2.2 O menino Waldik, de 11 anos, foi morto por um guarda-civil metropolitano na noite de 25 de junho de 2016 em São Paulo	36
2.3 PAUTA 3 – MENINOS DE CUMBICA.....	40
3 A NOÇÃO DE INFÂNCIA E AS REGULACÕES JURÍDICAS	42
3.1 A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE INFÂNCIA	42
3.2 AS REGULACÕES JURÍDICAS SOBRE A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA NO BRASIL	48
4 LEITURA CULTURAL, DOCUMENTAÇÃO E JORNALISMO	61
4.1 A DOCUMENTAÇÃO E O JORNAL COMO DOCUMENTO	64
4.2 AS UNIDADES DOCUMENTAIS: O <i>CORPUS</i> DA PESQUISA	67
4.3 O CONTEXTO SEMÂNTICO E SUAS POSSIBILIDADES: UM DIÁLOGO COM OS TÍTULOS E O TRATAMENTO DA IMPRENSA.....	79
4.3.1 Os textos de opinião	98
4.3.2 Entrevistas – à luz do diálogo possível e da observação-experiência	106
4.3.3 A fotografia jornalística e a construção de “imagens”	109
4.3.4 Uma reportagem sobre os meninos de rua de Bogotá	113
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE A – PLANILHA DAS UNIDADES DOCUMENTAIS SELECIONADAS	131

APRESENTAÇÃO

Um menino que vivia nas ruas de Itajaí, cidade do litoral Centro-Norte catarinense, entrou no restaurante que ficava em frente à Universidade do Vale do Itajaí. Por sua localização, a maioria dos frequentadores é estudante. Ao começar a pedir para as pessoas, um grupo de homens mostra que está incomodado, e quando as pessoas que ali estão se dão conta, percebem o menino sentado em uma das cadeiras do restaurante, com as mãos para trás e os punhos algemados. O grupo do qual eu fazia parte era de estudantes de jornalismo e muitos jornalistas já atuantes. Conhecíamos o menino. E apesar de não ser possível ter certeza de sua idade, o menino alegava ter 17 anos. Aquela situação toda era constrangedora. Mais ainda quando descobrimos que havia sido o delegado o responsável pela “falsa prisão” do menino. Foram muitas conversas e algumas “ameaças” até que o policial voltasse atrás e soltasse o garoto. Eu e outro colega conversamos com ele, que estava bem nervoso. Acalmou-se e foi embora para não entrar em outra fria. O tempo todo ele repetia que conhecia aquele delegado e sabia muito bem o que ele fazia.

Esse garoto já era uma das fontes com quem eu estava em contato para a produção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, em 1998. Eu ainda estava explorando o tema e as possibilidades. Tinha dúvida se faria uma monografia ou uma reportagem. Tendia mais para a monografia. Nesse dia, quando vi esse menino algemado na cadeira, na parte central da varanda do restaurante (todas as pessoas que entravam no restaurante passavam por ele), decidi pela produção de uma reportagem impressa. Considerei ali que as histórias poderiam ter mais força do que um trabalho científico convencional.

Há oito anos o Brasil tinha uma legislação específica, voltada a crianças e adolescentes, o **Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA**. Fora do Brasil, reconhecido com uma legislação corajosa e avançada. Aqui, a lei enfrentava todas as dificuldades políticas, econômicas e ideológicas para ser implantada.

Na graduação, ao fim da década de 1990, desenvolvi o trabalho de conclusão de curso, uma grande reportagem, sobre os meninos de rua em Itajaí, Santa Catarina, local em que cursei a Universidade¹. Narrei as histórias de vida dos meninos e meninas de rua e, a partir disso,

¹ A grande reportagem, produzida em 1998 como Trabalho de Conclusão de Curso, foi publicada na primeira edição do livro *Impressão de Jornalista*, organizado pelos professores Carlos Alberto de Souza e Jane Cardozo da Silveira, em 1999, pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). O TCC também foi apresentado no 2º Simpósio Brasileiro de Televisão, Criança e Imaginário – “O cotidiano infantil violento: marginalidade e exclusão social”, de 21 a 24 de outubro de 1998, promovido pelo LAPIC – Laboratório de Pesquisas sobre Infância, Imaginário e Comunicação - CCA/ECA/USP.

tentei desvelar sua relação social, econômica e política. O interesse veio da percepção de como a mídia se comportava quando se referia a essas crianças. Acreditava na importância de o jornalista caminhar junto, lado a lado, com a sua fonte, buscando sempre as histórias do ser humano. Transformar os meninos de rua em seres semelhantes talvez tenha sido o desafio maior da reportagem realizada na graduação.

Muita coisa mudou desde o projeto de graduação. Hoje, quase não se ouve mais a expressão *meninos de rua*. No entanto eles ainda estão nas ruas, principalmente nas grandes cidades. Eles se confundem com mendigos, com drogadictos, com bandidos. Desde então, o discurso da mídia sofreu modificações por diversas razões, entre elas está o advento do **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**.

Normalmente, o que se via na mídia eram os assassinatos, as fugas de instituições, os números de menores infratores, da mortalidade e da prostituição infantil, da fome, da miséria, das drogas, da violência. Os meninos de rua eram tratados, na maioria das vezes, como estatísticas de uma sociedade embrenhada na falta de solidariedade e sensibilidade. Hoje, o que se percebe, de modo bastante abrangente, são matérias sobre infrações cometidas por crianças ou adolescentes (muitas vezes graves), que, em seguida, convergem para o clamor social pedindo a redução da maioridade penal.

Passado algum tempo da graduação, o mestrado trouxe outros objetivos de pesquisa, mas que ainda me levavam às histórias das crianças e sua representação no jornalismo. A investigação buscou compreender o papel desempenhado pelo uso de imagens de crianças em material jornalístico, cujos temas não se reportavam diretamente à questão infantil, examinando como as significações se constroem e quais os efeitos de sentido obtidos pelo recurso à imagem. Para tanto, as fotografias de crianças publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* foram o ponto de partida para o conhecimento de crianças em diversas situações, muitas delas não desejadas para essa faixa etária, como violência urbana e de guerra².

No doutorado, a tentativa de compreender o universo em que estão inseridos a criança e o adolescente veio novamente à tona. Desse modo, o meu olhar solidário, atento e comprometido retorna aos meninos de rua, propondo uma investigação sobre a narrativa jornalística e suas técnicas de produção, como elementos norteadores para a compreensão de temas atuais e relevantes para o exercício da cidadania, por meio da análise de reportagens que

² A dissertação intitulada “As representações visuais da criança na imprensa: uma análise dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*” foi publicada em livro pela editora do Centro Universitário de União da Vitória (Uniuuv) com o título “A imagem da criança na imprensa: um estudo dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*”, em 2012.

tratem do tema “meninos de rua” e as variações semânticas dessa expressão, ao longo das últimas décadas, que pode denominar um grupo de crianças que vive, perambula ou está nas ruas das cidades. E aí outro caminho começou a se desenhar.

1 INTRODUÇÃO

Uma pesquisa pode percorrer caminhos diversos. Alguns podem dizer que depende do paradigma, do método, das técnicas escolhidas, do tema, do objeto. Na epistemologia da complexidade³, postulada pelo pesquisador francês Edgar Morin (2007), a trajetória da pesquisa é traçada por sujeitos pesquisadores e sujeitos pesquisados e, desse modo, no início, assim como ocorrerá em todo o processo, o caminho é incerto, por definição, exploratório, aberto, uno e múltiplo. Vai-se construindo no próprio caminhar, com descobertas, surpresas, mudanças, atalhos, adaptações, quando o caminhante está disposto a ver mais do que suas próprias convicções.

Na fase inicial deste trabalho, trilhou-se uma pesquisa exploratória sobre o tema, chamada de estudos preliminares por Lúcia Santaella (2001), no qual o pesquisador conseguirá informações acerca de seu tema e sua área de conhecimento, relacionando com teorias próprias do campo ou buscando a inter-relação entre diversos campos dos saberes. Desse modo, referências bibliográficas, material para a pesquisa empírica (jornais impressos), fontes documentais e especialistas em diversas áreas do conhecimento foram levantados.

O pesquisador e jornalista Juremir Machado da Silva (2010) aponta a possibilidade de uma metodologia antipositivista⁴, que contribui para um olhar criativo e múltiplo do sujeito pesquisador. Abordar um tema em três fases de desvelamento e desvendamento do tema é a proposta de Silva. De modo inicial, há o estranhamento, momento em que se tenta mover os pré-conceitos costumeiros com os quais observamos a realidade. Em seguida, ele propõe uma espécie de mergulho na temática da pesquisa, o que denomina de entranhamento. Para que todos os elementos captados nos dois processos anteriores venham à tona, o autor sugere o desentranhamento, que marcará o retorno do pesquisador a sua realidade, dessa vez tocado e sensibilizado por sua experiência de imersão no tema, foco de sua pesquisa, portanto modificado. Chega, então, o momento de registrar suas observações, leituras e impressões, o que viu, descobriu, aprendeu, desvelou-se no processo de investigação.

Na busca em estranhar e entranhar-me na temática, a pesquisa de campo inicial se caracterizou pela busca do material jornalístico produzido por jornais paranaenses, observando

³ Edgar Morin inicia suas reflexões acerca da epistemologia da complexidade nos anos 1960, como ele mesmo descreve em diversas apresentações de seus livros. Em sua obra intitulada *O Método*, composta de seis volumes na edição brasileira, e também em outras obras, o pesquisador tenta construir sua noção de pensamento complexo.

⁴ Refere-se ao pensamento filosófico de Augusto Comte conhecido como Positivismo, que prevê a razão e a realidade objetiva como elementos do espírito positivo, que principia a construção de uma ciência que privilegia a racionalização em oposição à presença dos sujeitos e suas ações.

as mudanças sociais e legislativas ocorridas desse período em diante, que culminam com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, confluência de várias legislações, nacionais e internacionais, através dos tempos.

Ao começar esta pesquisa, havia-se optado por examinar o jornal *Gazeta do Povo*, por ser o maior jornal do Estado ainda em circulação. Uma hora de pesquisa, no dia 7 de dezembro de 2015, na Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, localizada no centro da capital paranaense, resultou em dados interessantes e modificou a definição do *corpus* de pesquisa.

Com todas as edições do jornal *Gazeta do Povo*, desde sua origem, microfilmadas, em uma parceria público-privada, iniciei a pesquisa por janeiro de 1980⁵, entre os dias 1º e 10. Encontrei as seguintes manchetes:

Quadro 1 – Títulos de matérias jornalísticas sobre crianças e adolescentes no jornal *Gazeta do Povo* em 1980

Título de matéria jornalística	Jornal	Data	Paginação
Pai espanca e fere menina de sete anos	<i>Gazeta do Povo</i>	terça-feira, 01/01/1980	9ª página
Ano da Criança acabou, mas para 1980 apoio ao menor deve ter continuidade	<i>Gazeta do Povo</i>	terça-feira, 01/01/1980	24ª página
Adolescentes matam pais por dinheiro	<i>Gazeta do Povo</i>	quinta-feira, 03/01/1980	Capa
Mulher prostituía menores e foi presa	<i>Gazeta do Povo</i>	domingo, 06/01/1980	14ª página
Policial mata menor homicida	<i>Gazeta do Povo</i>	domingo, 06/01/1980	14ª página
Colônia, alegria para as crianças	<i>Gazeta do Povo</i>	domingo, 06/01/1980	40ª página
Mulher degola filhos menores e suicida-se	<i>Gazeta do Povo</i>	segunda, 07/01/1980,	15ª página
Menor foi morto a mando de empresário	<i>Gazeta do Povo</i>	segunda, 07/01/1980	15ª página

Fonte: da autora, 2018.

Continuando a pesquisa, a técnica da Biblioteca Pública do Paraná, Josefina Pallazzo Ayres, informou-me que havia um *clipping* com jornais impressos de diversas temáticas. Pedi que separasse para mim, que, à tarde, continuaria a pesquisa. No momento, fiz isso apenas para ser educada. Quando voltei para a pesquisa e comecei a folhear as matérias de jornal nas pastas, percebi que havia relevância e potência naquele material.

A riqueza informacional dessas pastas foi uma grande surpresa e, apesar de saber que não poderia mais prosseguir a pesquisa sem esse material, estava confusa em como proceder

⁵ Período imaginado anteriormente como recorte para a pesquisa.

metodologicamente. Em conversa com o grupo de colegas de orientação e com a orientadora, estabeleceu-se que o *corpus* da pesquisa está nessas sete pastas, com o arco temporal de 1969 a 2015. Desse modo, o recorte dado foi o da catalogação dos profissionais da Biblioteca Pública do Paraná.

Todo o material das sete pastas foi fotografado em alta resolução no dia 7 de dezembro de 2015. O material foi catalogado, inicialmente, em uma planilha, a partir dos seguintes dados: palavra-chave; pasta; editoria; antetítulo; título; subtítulo; autoria; jornal; data; paginação; classificação do material jornalístico.

Desse modo, partindo dos dados encontrados, esta pesquisa busca a compreensão sobre as confluências⁶ que as mudanças semânticas em torno da temática “meninos de rua” podem desenvolver, trazer ou causar aos diversos atores sociais, possíveis públicos ou autores desses materiais, em seus campos de atuação, como a sociedade, o governo e a própria imprensa, representada por seus profissionais, os repórteres.

A alteração dos usos semânticos como se nomeia o grupo ou o indivíduo – meninos de rua, criança de rua, menor carente, menor abandonado, menor de rua entre outros -, o tratamento e a compreensão na imprensa dessa temática é o foco central desta investigação.

Com origem em diversos segmentos sociais, essa alteração semântica sugere algumas questões, como: é possível encontrar a **intercausalidade** que gera a **alteração semântica** na sociedade?; quais são as modificações provocadas por essa alteração semântica na sociedade?; de que modo esse grupo vem sendo compreendido pela imprensa?; por que esse tema não tem grande **repercussão social** e/ou quando ganha repercussão a tendência é buscar a punição, sem tentar a compreensão de sua história?; qual é o **papel da imprensa na formação cultural** sobre esse tema?; de que modo o **jornalismo interpretativo**⁷ (a reportagem ou a narrativa da contemporaneidade) pode contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais?; até que ponto ou em que medida o uso semântico para referir-se à criança de rua define **seu papel sócio-político-econômico e cultural ou seu status de cidadania?** (ou até que ponto ou em que

⁶ Para o Grupo de Pesquisa Epistemologia do Diálogo Social, essa expressão indica a intertextualidade presente nas entrelinhas do texto, como probabilidades de atuação influenciadora sobre um determinado fenômeno social.

⁷ Em 1973, Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro avaliaram a produção jornalística da época no livro “A arte de tecer o presente”, em edição artesanal, definindo o jornalismo interpretativo como um esforço para buscar mais compreensão sobre os fenômenos sociais, investigando origens e antecedentes dos fatos, assim como suas consequências. Os pesquisadores também definiram que a reportagem é a representante desse jornalismo interpretativo, apresentando as quatro linhas epistemológicas da reportagem: o aprofundamento do contexto, a humanização do fato jornalístico, as raízes históricas do acontecimento atual e os diagnósticos e prognósticos de fontes especializadas. Em 2003, Cremilda Medina publica “A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano”, uma atualização da primeira edição, apresentando a reportagem como narrativa da contemporaneidade, uma narrativa produzida conscientemente por um mediador social, o jornalista, que busca a complexidade da teia social para expor em sua produção jornalística.

medida a palavra usada para referir-se à criança de rua define **seus papéis de atuação social e/ou sua cidadania?**); ou ainda de que modo podem-se identificar **instâncias de poder** a partir da palavra usada para referir-se à criança de rua?

A própria palavra “semântica” apresenta algum deslocamento semântico. Os sentidos não são fixos e únicos, no entanto a reação da maior parte das pessoas ao ouvir essa palavra é associá-la ao campo do conhecimento da Linguística, da Semiótica, da Análise do Discurso, por exemplo. Nesta pesquisa, usa-se a palavra pensando nas alterações dos usos e significados, compreendendo o jornalismo como produção social dos sentidos. Desse modo, esta investigação está debruçada na produção simbólica e nos sentidos possíveis advindos dela, por isso elegeu a leitura cultural⁸ e não a unidade do signo como material de análise. Pois, como afirma Maria Tereza Cruz (1986), o signo não é estático, único de significado, não depende somente de seu autor ou de seu leitor, ou seja, o signo acontece. De modo que é na “acontecência⁹” do signo – no encontro entre leitor e texto -, que a leitura cultural se concretiza. É na sutileza do movimento, na incerteza do tempo, nos vazios da representação que a produção social dos sentidos apresenta as relações entre os textos e os sujeitos.

Como aponta Cremilda Medina ao refletir sobre a pesquisa em comunicação social, dos anos 1920 em diante, há cinco noções abertas que devem ser consideradas por qualquer estudioso contemporâneo e que estão sendo levadas em consideração nesta investigação: o jornalismo produz sentidos e é, portanto, um campo de produção simbólica e não neutro e objetivo; a narrativa jornalística, que é a segunda realidade criada pela produção simbólica, tem características específicas em relação às demais narrativas humanas; como as histórias são tecidas com complexidade e conflito, a pesquisa deve seguir em busca de uma “estratégia compreensiva”, em vez de traços explicativos definitivos sobre os temas; múltiplos personagens e forças de produção simbólica estão envolvidos na tessitura dos significados na cultura, por isso a busca do pesquisador deve ser de uma “experiência de compreensão”; é preciso contar com “o complexo de forças de significação” envolvido nas diversas temáticas narradas.

Medina (1998) apresenta essas noções em um estudo sobre a cobertura da implantação do rodízio de carros em São Paulo, no qual utiliza a abordagem quantitativa e qualitativa, para

⁸ Cremilda Medina compreende que o jornalista deve assumir-se como um leitor cultural, pois, ao atuar na mediação social, o profissional deve ter seu olhar enriquecido por uma competência ética, técnica e estética. Tais atributos são conquistados pelo jornalista por sua vivência, por meio da arte e da literatura, e também por uma formação epistemológica e ideológica.

⁹ Apesar de não estar nos dicionários de língua portuguesa, a palavra “acontecência” é o título do primeiro livro de contos de Vilma Guimarães Rosa, publicado em 1967. Pode-se encontrar a palavra em letras da música popular brasileira. Há, também, na filosofia, a Teoria da Acontecência, de Heidegger. Aqui, usa-se a palavra para tratar do acontecer humano, a vida presente nos elementos simbólicos do cotidiano.

apontar os elementos daquela produção simbólica interrogada. Nesta pesquisa, utiliza-se esse trabalho como referência ao buscar possibilidades de leitura para as produções jornalísticas do *corpus*. Desse modo, foi feita uma opção pela utilização de recursos plurimetodológicos, abrindo-se aos possíveis modos de captação de dados para realizar a leitura cultural.

Por meio dessas opções epistemológicas e metodológicas, pretende-se compreender como o jornalismo nomeia e produz simbolicamente o perfil da criança de/na rua, à luz dos acontecimentos das últimas décadas, da legislação específica e também das modificações do campo profissional que faz a mediação dessas transformações políticas, econômicas e sociais na sociedade.

Para apresentar esta pesquisa, traça-se, na primeira parte, a compreensão da epistemologia do jornalismo na pauta contemporânea ao apresentar a leitura cultural de um conjunto de reportagens da *Gazeta do Povo*, de 2015, sobre maioridade penal; outro conjunto de reportagens (2016) sobre o menino Ítalo e o menino Waldik, assassinados pela PM e pela Guarda Civil em São Paulo, respectivamente; e a reportagem “Meninos de Cumbica”, de 2017, publicada na *Folha de S. Paulo*, sobre os meninos pedintes e trabalhadores no aeroporto de Guarulhos, em SP.

Na segunda parte, está representada a contextualização das raízes históricas sobre a construção da noção de infância e as legislações sobre a infância e a adolescência no Brasil. Nesse movimento, é possível lançar um olhar acerca da construção simbólica dos usos semânticos para nomear as crianças e os adolescentes através dos tempos, no Brasil.

A relação entre leitura cultural, jornalismo e documentação é a trilha para o material das sete pastas do arquivo, *corpus* desta investigação, provenientes da Divisão de Periódicos da Biblioteca Pública do Paraná. Os gráficos, com os dados principais sobre o *corpus* da pesquisa, dão início à leitura cultural dos elementos oferecidos pelas unidades documentais selecionadas, seguidas pelo material selecionado da imprensa paranaense.

2 EPISTEMOLOGIA DO JORNALISMO: A PAUTA CONTEMPORÂNEA

Ao iniciar esta investigação, as primeiras observações recaíram sobre a cobertura acerca do tema Maioridade Penal realizada pelo maior jornal do Estado do Paraná¹⁰. O material observado do jornal paranaense *Gazeta do Povo* corresponde ao período de fevereiro a julho de 2015, contando, também, com materiais avulsos sobre a temática, dos anos de 2013 e 2014. Em 2016, outro conjunto de reportagens (2016) sobre o menino Ítalo e o menino Waldik, assassinados pela PM e pela Guarda Civil em São Paulo, respectivamente, publicados pelos dois principais jornais de São Paulo – *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* - receberam atenção desta pesquisadora, pois as reportagens captam histórias de **crianças em situação de rua**, mesmo que nelas não sejam apontadas diretamente essas características. Em agosto de 2017, a *Folha de S. Paulo* publicou uma reportagem de página inteira no caderno Cotidiano/Esporte, intitulada “Meninos de Cumbica”, sobre os **meninos pedintes e trabalhadores** no aeroporto de Guarulhos, em SP. Uma reportagem sobre **crianças em situação de rua**, que não as chama assim.

Desse modo, ao apresentar essas reportagens e uma leitura possível sobre elas, apresenta-se uma discussão dos aspectos centrais dos elementos teórico-práticos da Epistemologia do Jornalismo. Ao mesmo tempo, reflete-se sobre a reportagem – narrativa da contemporaneidade¹¹ - como um modo de se conhecer e compreender o mundo, a interação social criadora e a dialogia social, a tríade ética-estética-técnica e o jornalista como leitor cultural¹².

Ao sistematizar a leitura desse material, como um experimento de observação e percepção¹³, avança-se na reflexão sobre o jornalismo, em seus elementos teórico-práticos. As reportagens não se apresentam como *corpus* central desta pesquisa e não se busca determinar uma resposta por meio delas, mas, a partir do tratamento dado ao tema “criança em situação de rua” nos jornais, pretende-se lançar um olhar de observação aos materiais selecionados de reportagem, buscando elementos jornalísticos que intencionem a compreensão do assunto.

¹⁰ O jornal *Gazeta do Povo* encerrou suas edições diárias impressas em maio de 2017, apostando no modelo “mobile first” com uma edição especial impressa no fim de semana, uma espécie de revista, inaugurada em 3 de junho de 2017.

¹¹ Conforme nota 7

¹² Conforme nota 8

¹³ Linha de trabalho do Grupo de Pesquisa Epistemologia do Diálogo Social, a noção de observação-experiência foi proposta por Raul Hernando Osorio Vargas em sua tese de doutorado, em 2003.

2.1 PAUTA 1 – MAIORIDADE PENAL

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, muda o paradigma de proteção à criança no Brasil, apoiado nos artigos 227 e 228 da Constituição de 1988. A redução da maioridade penal está em discussão no Congresso Brasileiro desde 1993, com Projetos de Emendas Constitucionais (PECs), que somam, hoje, cerca de 38 PECs. Há, também, projetos de lei que pretendem alterar o ECA em diversos aspectos.

A primeira votação da PEC 171/93 aconteceu no dia 30 de junho de 2015 e a sessão foi bastante movimentada, com muitos discursos na tribuna e a proibição da entrada dos movimentos contrários à redução da maioridade penal nas galerias da Câmara dos Deputados. No entanto, mais tarde, uma parte da galeria foi liberada para quem possuía senhas (que foram distribuídas pelos partidos). Tentando manter o equilíbrio no debate entre os parlamentares favoráveis e contrários à redução, a tribuna foi dividida igualmente entre os deputados. Nessa votação, a redução da maioridade penal para 16 anos, para crimes hediondos, não foi aprovada. Houve comemoração nas galerias e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, pediu a imediata retirada dos jovens.

No dia seguinte, o deputado Eduardo Cunha iniciou a sessão da Câmara com uma emenda aglutinativa – dispositivo que reúne propostas de mudanças ao texto que foi votado -, que foi aprovada, em primeira votação. Essa emenda seguiu para mais um turno de votação na Câmara dos Deputados e foi aprovada em 19 de agosto de 2015. Seguiu para o Senado, que deveria fazer duas votações. Se aprovadas nas duas sessões e não houver alteração do texto, a emenda passará a ter validade.

Em 2017, após praticamente dois anos, o Senado retomou a análise das Propostas de Emendas à Constituição, que preveem a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Os textos foram incluídos na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no mês de setembro. Em 27 de setembro, a CCJ do Senado adiou a análise das quatro PECs (Propostas de Emenda à Constituição) sobre a redução da maioridade penal. O prazo para votação das PECs na CCJ é de 30 dias.

O jornalismo lida diariamente com o conflito, porque trabalha com as diferenças, as camadas sutis da realidade visível. Assim, precisa administrar essa necessidade da comunicação coletiva, com um esforço de compreensão¹⁴. Estar preso a uma só ideia de causalidade, de

¹⁴ Linha de trabalho do Grupo de Pesquisa Epistemologia do Diálogo Social com a tese de doutorado “Maus pensamentos - crise de paradigmas, pensamento complexo e informação de atualidade: a reportagem nas revistas do Grupo Católico Colombiano na América Latina (1999), realizada por Dimas Antônio Künsch, que mantinha e

justificativa, para tentar explicar o mundo, é tornar-se preso a uma racionalidade deformada. Seria como usar essa capacidade racional pela metade. Há muitas camadas ou níveis culturais em nossa sociedade. Há muitos motivos, nem sempre do mesmo nível, muitas vezes contraditórios, responsáveis pelos fenômenos e sua leitura simbólica.

Desse modo, pode-se compreender a importância de uma cobertura jornalística, que busque a complexidade para um tema como a maioria penal em um veículo de comunicação. O jornal *Gazeta do Povo* foi o principal impresso do Estado do Paraná, e vinha se destacando com a produção de reportagens especiais, com direito a prêmio Esso, em 2010, para a série Diários Secretos¹⁵, uma parceria entre a *RPC TV* e o jornal, que pertencem ao mesmo grupo empresarial.

No acompanhamento feito do jornal *Gazeta do Povo*, entre fevereiro e julho de 2015, foram encontrados 126 materiais publicados sobre o tema Maioridade Penal, entre reportagens, notícias, artigos de opinião e editoriais. Anterior ao período de 2015, foram encontrados alguns materiais relevantes, de 2013 e 2014, sobre o tema em questão, como o editorial “A maioria penal não deve ser discutida sozinha”, de 29 de abril de 2013, publicado depois da notícia da morte do estudante Vitor Hugo Deppman, de 19 anos, que foi assassinado em um assalto por um menino que estava a poucos dias de completar 18 anos.

A discussão sobre a maioria penal reacendeu e o jornal fez um artigo, expondo sua opinião. O editorial mostra alguns pontos importantes no debate sobre o tema, elencando dados que tornam clara a posição do jornal a favor da redução da maioria penal para 16 anos, mas ressalta que não apoia a mudança naquele momento, pois não seria a solução para a criminalidade nem para outros problemas mais graves enfrentados pelo País.

Ainda em 2013, o jornal *Gazeta do Povo* publicou, no dia 15 de julho, uma reportagem especial sobre o resultado de uma consulta popular realizada pelo Instituto Paraná Pesquisas nas cinco regiões do País. O título da matéria “90% apoiam redução da idade penal” mostra o resultado principal da pesquisa. Infográficos apresentam os índices da pesquisa. Um *box*

ampliava a discussão dessa temática no grupo de pesquisa Comunicação, Diálogo e Compreensão, na Faculdade Cásper Líbero, liderado pelo pesquisador, até o fim de 2017. A compreensão aqui investigada está ligada à ideia de complexidade do filósofo Edgar Morin (2007; 2013), que se pretende aberta, como um experimento para buscar os sentidos dos fenômenos sociais, observando-os com focos múltiplos, sem exigir uma resposta única e verdadeira para cada situação.

¹⁵ A série Diários Secretos foi divulgada pela *Gazeta do Povo* e pela *RPC TV* em 2010, revelando um esquema milionário de desvio de recursos e contratação de funcionários fantasmas na Assembleia Legislativa do Paraná. O trabalho foi realizado pelos jornalistas Katia Brebatti, James Alberti, Gabriel Tabatcheik e Karlos Kohlbach, com apoio de uma equipe de mais de 40 profissionais dos dois veículos de comunicação. A série recebeu importantes prêmios, como o Grande Prêmio Esso e o Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, ambos no Brasil, além de ser agraciada como o título de melhor reportagem investigativa da América Latina e com Global Shining Light Award, prêmio concedido ao mais importante trabalho realizado em país em desenvolvimento.

intitulado “Redução é inconstitucional, dizem entidades” apresenta a opinião de diversos órgãos, como Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, e de especialistas acerca do tema. Outro *box* mostra as oito Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que tramitam no Congresso Nacional com o objetivo de alterar a maioria penal, além de outros 19 projetos de lei que também tramitam na Câmara de Deputados visando à alteração das medidas socioeducativas previstas no ECA.

O texto principal da reportagem traz, também, o número de propostas para alterar a maioria penal e a frente parlamentar criada para pressionar a diminuição da maioria penal. Também em 2013, no caderno Justiça e Direito, do dia 22 de novembro, foi publicada uma reportagem que discutiu “Os limites constitucionais para a maioria penal”, dirigida a especialistas. Em uma linguagem bastante acessível, a reportagem traz informações de especialistas, volta a tratar da frente parlamentar a favor da redução da maioria penal, discute as penalidades e os casos especiais, como adolescentes com transtornos mentais, mas não discute com profundidade a constitucionalidade da alteração da maioria penal, como anuncia. O tema principal tornou-se coadjuvante.

Em 2014, outro crime provoca a necessidade de um novo editorial sobre o tema, intitulado “Adolescentes assassinos”. A adolescente Yorrally Dias Ferreira, de 14 anos, foi morta com um tiro na cabeça pelo ex-namorado, a apenas dois dias de completar 18 anos, que filmou o crime e distribuiu o vídeo para os amigos. Em 22 de março, a *Gazeta do Povo* reescreveu seu editorial sobre a maioria, elencando os fatos antigos e novos em seu texto, reforçando sua posição favorável à redução da maioria penal, ressaltando, novamente, que a conjuntura não contribui para essa mudança. Apesar de o título do editorial parecer bastante assertivo, a *Gazeta* enfatiza sua posição, de forma direta e clara, no último parágrafo do texto:

A *Gazeta do Povo* defende o patamar de 16 anos, considerando que os jovens iniciam sua vida adulta cada vez mais cedo: o Estado já permite, por exemplo, que eles votem e se casem com essa idade. Se alguém pode ajudar a definir os destinos do país e assumir sérios compromissos pessoais, também pode ser plenamente responsabilizado por seus crimes – outros países tratam como adultos adolescentes até mais novos. No entanto, também acreditamos que a hora de reduzir a maioria penal não é agora; sem trabalhar os outros aspectos mencionados acima, principalmente a situação dos presídios, há o perigo de se dar a discussão por encerrada e, mais tarde, perceber que não houve nenhum avanço concreto no sentido de uma sociedade sem violência (**GAZETA DO POVO**, Editorial, 22 de março de 2014).

Esses dois editoriais merecem destaque para apontar a coerência da opinião do jornal com a produção de reportagens sobre o tema e certa sintonia com pesquisas de opinião, que

norteiam os passos mercadológicos da publicação. Ainda em 2014, aproveitando o mês das eleições presidenciais, o jornal publicou uma série especial sobre o tema. Veiculadas entre os dias 13, 14 e 15 de outubro, as reportagens tratam da alta reincidência ao crime dos adolescentes internados; do baixo percentual de participação de adolescentes em homicídios na capital paranaense, o que iria contra a defesa da redução da maioridade penal (tese apresentada no subtítulo da reportagem); do alto percentual de jovens detidos que são diagnosticados com transtornos mentais; das posições contrárias dos candidatos à presidência da república, Aécio Neves e Dilma Roussef, em relação à redução da maioridade penal.

Tanto os editoriais quanto as reportagens tratam do tema maioridade penal a partir de dados estatísticos. Não haveria nenhum problema nisso se o material jornalístico conseguisse avançar para a compreensão, realizando um esforço de interpretação. Apesar de haver uma tentativa de enfrentar esses dados com a apresentação de informações dos especialistas, por exemplo, a herança do paradigma cientificista-tecnicista ou positivo-funcionalista parece prender o jornalismo a uma metodologia objetivista, que não abre espaço para a dialogia social (MEDINA, 2006; 2008), a troca de conhecimentos sobre o eu e o outro.

A objetividade jornalística está ligada à valorização da neutralidade da ciência e é inserida e assumida no jornalismo com a intenção de mostrar os acontecimentos que vinham transformando o mundo, separando o jornalismo das novas áreas da comunicação (relações públicas e a propaganda), e, também, adaptando-se às novas formas do texto noticioso (pirâmide invertida e *lead*). (FARAH, 2012, p.42).

A questão dos paradigmas (e sua crise), que formam a mentalidade dos jornalistas, foi identificada por Cremilda Medina nos anos 1990 em diversos trabalhos, inclusive laboratoriais, buscando a sensibilização de estudantes de jornalismo, para um modo de atuação dialógico, complexo e interacional. O jornalismo atua, na contemporaneidade, com as técnicas jornalísticas constituídas sob as regras do paradigma cientificista-tecnicista ou positivo-funcionalista, o que tende a se consolidar em uma mentalidade reducionista. De acordo com Medina (1990, p.195):

A compreensão do mundo e o discurso que sobre ele se expressa ganhou grande abertura na ciência contemporânea. Os físicos, por exemplo, nos ofereceram novas noções de pensamento, que convém recuperar:

1. Da noção de sujeito e objeto, passamos à noção de sujeitos intercondicionantes, num processo de reversibilidade.
2. Da noção de causa e efeito, passamos à noção de intercausalidade, uma rede de forças, que se interagem.
3. Da noção de universo sólido, passamos à noção de universo poroso, como um enxame, um redemoinho.
4. Da noção de massa destrutível ou massa indestrutível, passamos à noção de que a massa está em transformação.

5. Da noção de substância e acidente, passamos à noção de relação complexa.
6. Da noção de que existe o ser da matéria e existe sua atividade, passamos à noção de que o ser da matéria e sua atividade não podem ser separados; constituem aspectos diferentes da mesma realidade.
7. Da noção de certo e errado, passamos à noção de que os dados da realidade não estão assim hierarquizados e sim, dentro da noção de coerência, de encaixe e sustentação no todo.

Desse modo, essas noções abertas à complexidade, incertezas e contradições, capazes de contribuir para a ampliação da capacidade do jornalista buscar a compreensão dos fenômenos a sua volta, solicitam desse profissional uma permanente formação com novas noções epistemológicas, encontrando na arte¹⁶, em suas várias expressões, as possibilidades de uma mediação social dialógica, com escuta profunda, que gera a interação social criadora. Essa é a capacidade do jornalista em buscar a polifonia e a polissemia social, provocando a dialogia social, apontando e indicando caminhos de entendimento entre as pessoas que formam a sociedade.

Caso contrário, muitas vezes, o jornalismo que não mostra preocupação com esse aprofundamento da informação pode, desse modo, causar mais desinformação do que informação, para usar as noções de Leão Serva (2001). Para o jornalista, há três formas principais de se prejudicar a informação repassada para o leitor: omissão, sonegação e submissão, que podem ser consideradas como “pequenas e médias censuras” praticadas por jornalistas e editores no dia a dia do fechamento da produção jornalística.

Omitir uma informação é torná-la ausente por falta de condições de obtê-la. Sonega-se uma informação quando se tem conhecimento dela, mas ela não é publicada por alguma razão. É no processo de edição que se inicia o processo de submissão, que não permite ao leitor a compreensão do real, pois, desse modo, a informação é posta sem contexto, com paradigmas cruzados, causando recepção equivocada no leitor.

Ao não relacionar os números a histórias de vida, deixa-se de criar a proximidade e a relação com o outro, aquele que não se conhece, que não é visto. Na reportagem “40% dos adolescentes homicidas voltam a cometer crimes em Curitiba”, contam-se histórias de menores infratores, como exemplo de confirmação da baixa taxa de reincidência criminal de

¹⁶ Cremilda Medina explorou as potencialidades da arte como um dos principais eixos da metodologia aplicada as suas disciplinas na Escola de Comunicações e Artes (ECA), na Universidade de São Paulo (USP). Em seu projeto pedagógico “O Gesto da Arte”, Cremilda Medina buscou levar o estudante de Comunicação Social à fruição da obra artística, deixando-se tocar pelas múltiplas linguagens da arte em suas técnicas e estéticas. Desse modo, a pesquisadora compreende que os estudantes que convivem com a arte diferenciam-se na própria autoria, principalmente em sua relação dialógica com o Outro. A flexibilidade da arte contribui para uma comunicação jornalística mais polissêmica e polifônica. Complexa, portanto.

adolescentes. No entanto, o destaque ainda está nos dados objetivos e nos gráficos. O mesmo acontece na reportagem “81% dos jovens detidos têm transtornos mentais”.

Em 2015, no período mencionado acima, houve aumento do material publicado no jornal *Gazeta do Povo*, a partir da aprovação da PEC, em 31 de março, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que avaliou a constitucionalidade da PEC. A capa do jornal no dia 5 de abril, um domingo, tem como um dos destaques o tema: “Maioridade penal deve ser resolvida no STF em julgamento apertado”. O enfoque está, ainda, mesmo depois da votação favorável da CCJ, na constitucionalidade da PEC, e de como os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) é que resolverão a questão, depois de todos os trâmites de votação pela qual a PEC deve passar.

O editorial do jornal sobre o tema aparece no dia 13 de abril de 2015, “A maioria penal e as cláusulas pétreas”, deixando o resultado final dessa discussão para o STF, o que aponta para o mesmo caminho da reportagem de capa do jornal de domingo, 5 de abril.

Em 14 de abril de 2015 foi publicado um artigo de opinião “Democracia, Constituição e maioria penal”, de autoria do advogado José Arthur Castillo de Macedo, que tenta colocar alguma luz sobre o conceito de democracia e suas especificidades, e o seu funcionamento no Brasil. Noções interessantes que poderiam ser abordadas em reportagens especiais produzidas pelo jornal.

No dia seguinte, 15 de abril de 2015, a matéria “Datafolha: 87% são a favor da redução da maioria penal” foi publicada, vinda da *Agência O Globo*. Esse dado foi amplamente usado nos debates, justificando que se a maioria quer, o projeto deve ser aprovado, o que mostra a facilidade de aceitar amplamente uma causa única para uma questão que vem provocando incômodo na sociedade há algum tempo. Apresenta-se, assim, um dos problemas da apresentação analítica de números, de dados objetivos, sem o contexto humano detectado a partir de histórias de vida. Há muitas questões envolvidas além do “sou a favor” ou “sou contra”.

A reportagem é o estilo exemplar do jornalismo interpretativo porque busca a compreensão dos fenômenos sociais atuais, as causas e as origens dos fatos e suas consequências, como compreenderam os professores Paulo Roberto Leandro (1947-2015) e Cremilda Medina, no livro “A arte de tecer o presente”, publicado em uma edição artesanal, em 1973. O jornalismo interpretativo foi definido pelos autores como “o esforço de determinar o sentido de um fato, através da rede de forças que atuam nele – não a atitude de valoração desse fato ou de seu sentido, como se faz em jornalismo opinativo.” (LEANDRO; MEDINA, 1973, p.16).

Nessa obra, os professores definiram, também, as quatro linhas epistemológicas da reportagem: “o aprofundamento do contexto (ou das forças que atuam sobre o factual imediato), a humanização do fato jornalístico (tratamento de perfis, histórias de vida ou protagonismo), as raízes históricas do acontecimento atual e os diagnósticos e prognósticos de fontes especializadas”, atualizadas por Cremilda Medina em 2003, na obra *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano* (p.126-127). Esses quatro elementos têm como objetivo proporcionar a intersubjetividade, que resultará no Diálogo Social, outra noção criada e defendida pela pesquisadora. Complementando a ideia dos autores, o jornalista Luiz Beltrão (1980) afirma que o jornalismo interpretativo tem como principal objetivo o preenchimento dos “vazios informativos” deixados no caminho pela superficialidade imposta pela forma da notícia.

Buscando a compreensão de um problema, a reportagem pode ampliar o diálogo social, por meio da diversidade de vozes, que apresentam significados distintos e diversos sobre o fenômeno tratado. Mostrar as raízes histórico-culturais também é fundamental para promover a compreensão sobre algo. É nesse sentido que o jornalismo deveria contribuir para o debate social, provocando o encontro de realidades distintas, por meio da narrativa do jornal.

Em 21 de abril, uma reportagem especial sobre a maioria penal foi publicada no jornal *Gazeta do Povo*, intitulada “Brasil priva 25 mil jovens da liberdade” revela que a reclusão é a medida mais usada para punir adolescentes infratores, e crimes, como homicídio e latrocínio, somam 15% das ocorrências. Três blocos complementam a reportagem: “País prefere punir do que educar, diz pesquisadora”, “Maioridade penal define julgamento” e “Punição pode ser mais severa do que para os adultos” – mostrando que o ponto de discussão nesse tema está principalmente no tempo de reclusão dos adolescentes, que, de acordo com o ECA, não pode passar de três anos.

Essa reportagem apresenta os dados sobre a reclusão de jovens infratores no Brasil e dá voz a especialistas na área. O texto parece propor uma discussão sobre os modos de ver o mundo, apresentando a punição atual como excessiva, devido às condições em que acontece. Volta a tratar de visão de mundo no bloco “País que prefere punir do que educar, diz pesquisadora”, revelando a crítica da pesquisadora e advogada sobre a cultura punitiva. A série não apresenta histórias de vida. Um ponto importante a ser considerado é a relação entre trabalho, educação e punição, bastante ressaltada na história da infância no Brasil, em que os pesquisadores tratam da construção simbólica dessas ideias compreendidas pela sociedade na

contemporaneidade¹⁷. Essa discussão poderia estar presente na reportagem, buscando ampliar a visão dos leitores em relação ao tema.

Durante os meses de abril, maio e junho, reportagens sobre o tema continuam a ser publicadas, pois está próxima a data de 30 de junho, dia em que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, prometeu levar a PEC 171/93 para votação. Boa parte desse material provém de agências de notícias, como *Agência O Globo*, *Estadão Conteúdo* e *Folhapress*.

Alguns materiais desse período podem ser destacados, como a reportagem de capa do caderno especial Justiça e Direito, “Maioridade penal é cláusula pétreia? Debate sobre a possibilidade de alterar esse ponto da Constituição divide juristas e desperta dúvidas”. A reportagem publicada em 1º de maio de 2015 busca a opinião de muitos juristas e especialistas no tema, trazendo à tona aspectos importantes dessa discussão no âmbito do Estado Democrático de Direito, como seria a relação com os tratados internacionais ratificados pelo Brasil nessa área, caso a Constituição seja alterada.

Casos emblemáticos voltam à tona no jornal, para serem recontados, atualizados ou como uma nova polêmica que reacende o debate sobre o tema. “Justiça decide manter Champinha preso” é a suíte de um caso bastante simbólico para os defensores da redução da maioridade penal. Champinha foi condenado por torturar e matar o casal de namorados Felipe Caffé, de 19 anos, e Liana Friedenbach, de 16 anos, na zona rural de Embu-Guaçu. Como ele tinha 16 anos à época, inicialmente ele foi encaminhado à Febem, hoje Fundação Casa, onde ficou o período máximo de internação para adolescentes, três anos. Em 2006, foi transferido para a Unidade Experimental de Saúde (UES), na capital paulista. Champinha tem 30 anos e permanece internado na UES, pois a justiça compreende que ele não tem condições de retornar ao convívio social.

Em 19 de maio de 2015, outro caso de assalto seguido de morte, com envolvimento de adolescentes, tornou-se um argumento para os favoráveis à redução da maioridade penal. Com matérias de agências de notícia, o jornal *Gazeta do Povo* também trouxe informações sobre o assalto sofrido pelo médico Jaime Gold, 57 anos, que teve a bicicleta roubada por dois adolescentes, na cidade do Rio de Janeiro. Após ter sido esfaqueado, não resistiu aos ferimentos sofridos no abdômen e no braço e morreu durante a madrugada.

Outro caso de extrema violência, presente nos principais veículos de comunicação do País, foi o de quatro adolescentes que foram vítimas de estupro coletivo, ocorrido na cidade de

¹⁷ Tal relação será abordada na terceira parte desta tese.

Castelo do Piauí (PI), no dia 27 de maio. As meninas, com idades entre 15 anos e 17 anos, foram encontradas violentadas e inconscientes. Uma delas morreu. Um adulto e quatro adolescentes são acusados pelos crimes. Um dos adolescentes foi espancado até a morte no centro de internação. Até dia 30 de junho, muitas notícias foram publicadas acerca do tema, com informações da movimentação política, principalmente, fruto dos acordos para a votação da PEC 171/93.

Alguns elementos sobressaem à observação da cobertura do jornal *Gazeta do Povo* ao tema da maioridade penal. Um primeiro aspecto bastante relevante é o posicionamento do veículo em relação ao tema, que também se reflete na produção jornalística da reportagem especial. É possível pensar que o jornalismo da *Gazeta do Povo* seja voltado aos direitos humanos e da infância, pela temática das reportagens, dos artigos de opinião, no período observado. No entanto, desde 2016, o jornal vem mudando seu posicionamento, inclusive demitindo muitos repórteres especiais e premiados. Na nova linha editorial, lançada em abril de 2017, há uma prevalência de valores conservadores, como a manutenção de instituições tradicionais – família e religião –, dos usos, costumes, tradições e convenções, em alguns momentos colocam-se contrários aos direitos humanos, demonstrado, especialmente, por seus novos colunistas, que passam a ter mais valor do que o corpo de reportagem¹⁸.

A ausência de reportagens sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com o intuito de compreender o seu papel e as ideias nele preconizadas foi outra questão observada. De modo geral, é o que também se encontra em outros jornais impressos. Especiais sobre o ECA surgiram nos jornais impressos na semana em que o Estatuto completou 25 anos, no dia 13 de julho de 2015, por exemplo.

Alguns textos de opinião abordam lados essenciais dos temas debatidos, e as reportagens não passam nem perto dessas abordagens. Trazer esses aspectos levantados nos textos de opinião por especialistas para a reportagem pode ser uma boa prática, possibilitando, desse modo, uma abordagem mais complexa e menos reducionista dos temas em foco, como apontam Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro (1973).

Nas duas reportagens especiais observadas, de 2014 e 2015, nota-se a ausência de histórias de vida contadas com profundidade e o uso da argumentação racional baseada nas estatísticas. A estatística, como suporte de aferição, enriquece a coleta de informações, mas são os números suficientes para compreender de modo sutil e profundo o tema da maioridade penal?

¹⁸ Essa é uma avaliação superficial, realizada a partir do olhar profissional, mas, também, do olhar de consumidora das notícias produzidas por esse veículo. Para uma análise profunda, seria necessário considerar mais elementos, além de uma observação-experiência de leitura dos materiais veiculados.

As narrativas das histórias de vida e perfis fazem muita falta, pois nelas seriam encontrados muitos outros elementos não captados pelo objetivismo da pesquisa de opinião.

Medina registra o *feedback* da leitura crítica de alunos do segundo grau, de um grupo de escolas escolhidas pela Secretaria na 16ª Delegacia de Ensino. Professores de diversas disciplinas incorporaram os livros-reportagem do projeto São Paulo de Perfil¹⁹, realizado por Cremilda de 1987 a 2007, ao plano de trabalho e os alunos fizeram a leitura crítica em textos e discussão de grupo. Esse resultado retornou à pesquisa de Medina, que ressalta três aspectos levantados pelos estudantes: a legibilidade dos livros do Projeto foi enfatizada por considerarem a construção narrativa da reportagem mais atraente do que os livros didáticos utilizados; os leitores avaliaram como positivo a identificação com os anônimos e suas histórias de vida; o conhecimento proporcionado pelos livros sobre as histórias de São Paulo despertou nos estudantes sua própria cidadania e o interesse em conhecer mais. Nas palavras de Medina (2003, p.53): “[...] os leitores rejeitam as cargas conceituais, os quadros puramente estatísticos, as teses ou as informações dogmatizadas. Manifestam claramente a preferência pela informação humanizada, vivida, exemplificada na cena cotidiana e protagonizada pelos heróis da aventura contemporânea.”

A abordagem filosófica de Dimas Künsch (2000) propõe que ao jornalismo cabe mais compreender do que explicar, com a captação de histórias. A memória e o testemunho construídos pela subjetividade humana, que é essa a nossa própria história: como contamos e recontamos o que vivemos. Estar sujeito às interferências da memória, da experiência, da vivência, é estar vivo, e admitir-se humano.

É nessa intertextualidade humana, que passa pelo texto e pela oratura, tão rica quanto a literatura, como diz Medina (2006), em que se descobrem os interstícios da vida, das diferentes

¹⁹ O Projeto São Paulo de Perfil iniciou, em 1987, no curso de Jornalismo, na Universidade de São Paulo, com o objetivo de contar as histórias dos anônimos que fazem parte do cotidiano da cidade de São Paulo, estudando as narrativas da contemporaneidade, veiculando um livro-reportagem a cada semestre com a produção textual dos estudantes. A produção jornalística do Projeto São Paulo de Perfil, de 1987 a 1998, somando 21 livros publicados, foi estudado por Raul Hernando Osorio Vargas em sua dissertação de mestrado “A reportagem literária no limiar do século 21: o ato de reportar, os jovens narradores e o Projeto São Paulo de Perfil”, em 1998. As obras da Série São Paulo de Perfil, organizados por Cremilda Medina e publicados pela ECA/USP: Virado à paulista (1987); Vozes da crise (1987); Nos passos da rebeldia (1988); Forró na garoa (1989); Hermanos aqui (1989); A casa imaginária (1989); Pauliceia prometida (1990); À margem do Ipiranga (1990); A escola no outono (1991); O primeiro habitante (1991); Farra, alforria (1992); Tchou Itália, ciao, Brasil (1993); Guia das almas (1993); Nau dos desejos (1994); Vamos ao centro? (1994); Axé (1996); Tietê, mãe das águas (1995); Viagem ao sol poente (2001); Bem viver, mal viver (1996); Mundão veio sem porteira (1997); Chá de bambu (1998); Cotidianos do metrô (1999); Ó Freguesia, quantas histórias (2000); Sagas do espigão (2002); Caminho do café, Paranapiacaba, museu esquecido (2003); USP Leste e seus vizinhos (2004). O volume 27º da série, que aborda a mobilidade urbana em São Paulo, está inédito.

experiências, das distintas visões de mundo, e de como todas essas pessoas convivem, sobrevivem, levam sua vida adiante.

Desse modo, é possível compreender que a adoção da observação-experiência, proposta por Raul Hernando Osorio Vargas (2003) em sua tese de doutorado, traz ao jornalista a oportunidade de ampliar sua narrativa em contexto e profundidade. Reunindo a observação participante da Antropologia e a entrevista dialógica do jornalismo, o pesquisador afirma que haverá uma vivência sentida por jornalista-entrevistador e entrevistado. Desse encontro de experiências surgirá uma narrativa complexa e inovadora, provocada pela interação social criadora.

2.2 PAUTA 2 – CASOS DOS MENINOS ÍTALO E WALDIK NOS JORNAIS PAULISTANOS

O material de observação provém dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, como um modo de apontar elementos necessários à cobertura jornalística. São dois acontecimentos em destaque: 1) um menino de 10 anos, Ítalo, foi morto por policiais militares na zona sul de São Paulo na noite do dia 2 de junho de 2016, em uma troca de tiros, após o furto de um carro por Ítalo e um colega de 11 anos; 2) um menino de 11 anos, Waldik, foi morto por um guarda-civil metropolitano na noite de 25 de junho de 2016. O garoto estava no banco traseiro de um carro, que, de acordo com a Guarda Civil, pertencia a homens que realizavam assaltos em Cidade Tiradentes, na zona leste de São Paulo. A versão digital dos jornais citados foi examinada no período de 1º de junho a 31 de julho de 2016.

2.2.1 O menino Ítalo, de 10 anos, foi morto por policiais militares na zona sul de São Paulo, na noite do dia 2 de junho de 2016, após o furto de um carro por Ítalo e um colega de 11 anos

Esse caso teve cobertura jornalística nos dois jornais citados, com matérias diárias, tentando dar conta das contradições das histórias presentes no fato, que rendeu notícias dois dias depois de acontecido. Na edição de sábado, 4 de junho de 2016, *Folha* e *Estadão* apresentaram o caso na capa, com imagem. No *Estadão*, a foto em destaque é da mãe do garoto em sofrimento pela perda do filho, com a legenda: “Dor. Mãe nega que filho estivesse armado e acusa PMs”. Na *Folha*, a imagem em destaque é o corpo do menino estendido no banco do motorista, com as pernas para fora, no carro que foi furtado por ele e seu colega de 11 anos. A legenda descreve: “Corpo de Ítalo, 10, morto por PMs; segundo a Secretaria de Segurança de

SP, criança furtou o carro e atirou em policiais.” No *Estadão*, a manchete de capa apresenta o menino como sujeito-vítima da PM (“Menino de 10 anos é morto por PMs após furto de carro”); na manchete da *Folha*, na capa, a ação da PM está em destaque (“PM mata menino de dez anos suspeito de furto”). A informação principal das matérias jornalísticas é oficial, da Polícia Militar, e desse modo as contradições não são apresentadas ou reveladas.

Ainda nessa edição, as páginas internas trazem as coberturas sobre o acontecimento. O *Estadão* apresenta a matéria principal em página inteira, com retranca sobre a visão da família e uma análise de uma policial militar reformada. Com o título “Policiais precisam saber quando atirar”, a autora classifica os comportamentos dos policiais, reafirmando a necessidade de um treinamento mais eficaz para esses momentos de tensão vividos por um policial militar. Para ela, “Acontece que, no Brasil, há pressão social muito grande para que se matem criminosos.” E na opinião dela, essa pressão conta no momento de decisão do policial militar. O *Estadão* publicou, ainda, uma reportagem complementar sobre o número de pessoas que a PM mata por dia no Estado de São Paulo, intitulada “PMs matam duas pessoas por dia no Estado de SP”.

A *Folha* também publicou matéria principal, com os dados sobre o acontecimento. Um perfil do menino Ítalo foi publicado, mostrando quem ele era, como vivia, como era sua família, acompanhando a mãe no reconhecimento do corpo no Instituto Médico Legal. Acima desse perfil, há um infográfico com a cronologia do fato, o mapa da região em que o furto e a perseguição policial aconteceram e, também, as ocorrências policiais dos meninos.

Há dados contraditórios nessas matérias da *Folha* e do *Estadão*. A *Folha* diz que o menino era estudante do 2º ano do Ensino Fundamental, e o *Estadão* afirma que o menino estudou até a 4ª série e deixou a escola no fim do ano passado.

No dia seguinte, 5 de junho, dando continuidade à cobertura do fato, o *Estadão* publicou uma matéria intitulada “‘O mundo está perdido’, diz filho de vítima”, em que é reproduzida a fala do filho do proprietário do carro sobre o episódio feita em sua página no Facebook. Destaco o seguinte trecho: “Ele relatou ter conversado com o amigo do menino morto, de 11 anos, que também participou do furto do veículo no prédio na Vila Andrade. ‘Assustado, ele não tinha a menor ideia da dimensão do que tinha acabado de acontecer. Disse que o amigo queria roubar e matar a primeira pessoa que visse na frente. Como assim? Como uma pessoa nessa idade pode ter esse pensamento? Por que eles não estavam na escola, brincando e tendo toda a educação que eu pude desfrutar na minha infância? Por que eles não puderam ter os mesmos acessos que eu tive?’, escreveu”.

Pode-se inferir dessa situação e dessa fala uma importante relação, apontada pelo historiador Peter Stearns (2006): sociedade, criança e morte. Em todos os períodos históricos

de desenvolvimento de nossa sociedade, o índice de mortalidade infantil era muito alto. A partir do século XIX, nascem menos crianças, seus pais tomam mais cuidados com elas e estabelece-se que elas não podem morrer, por isso as sociedades industrializadas direcionaram maior número de recursos para evitar a morte precoce. Além disso, as crianças foram afastadas do acontecimento da morte, os especialistas indicavam que isso poderia não fazer bem à criança, ao seu desenvolvimento psicológico. “O compromisso disseminado de manter as crianças vivas tornou, sem dúvida, mais difícil aceitar as mortes que ocorressem.” (STEARNS, 2006, p.157). Não é natural que uma criança morra, em nenhuma circunstância.

Na *Folha*, a matéria do dia 5 de junho trata do enterro do menino e da declaração da mãe pedindo justiça. Em um quadro, há o depoimento de uma psicóloga que conheceu Ítalo em 2014, então com 8 anos, em um abrigo no litoral paulista. “Aos oito anos, tinha marcas de cigarro pelo corpo e havia sido deixado sozinho em casa. Empinava pipas e pedia comida na vizinhança. Comovidos, os moradores chamaram o conselho tutelar”, afirma a matéria. Em seguida, um trecho do depoimento que contribui para a compreensão acerca desse menino e de sua vida: “Ítalo ficou conosco em torno de três meses. Foi um pequeno furacão que passou entre nós, mas um furacão que parecia nos pedir ajuda. Sei que a história dele vai se repetir e que a impotência diante disso inquieta o coração. Lá se vai mais um guri!”. É possível compreender que o sistema de atendimento à criança não consegue atender às necessidades das crianças em situação de risco ou vulnerabilidade.

No dia 7 de junho, a notícia do *Estadão* está centrada na ameaça que o colega de Ítalo teria sofrido para gravar o vídeo e dizer o que os policiais queriam que ele dissesse. Na notícia da *Folha*, o eixo central está na mudança do depoimento do menino de 11 anos, em que diz que o amigo não estava armado e que a arma foi “plantada” pelos policiais. Também se refere ao apoio dos moradores aos policiais, pedindo para que o comando não retire os policiais da rua.

O terceiro depoimento do menino de 11 anos foi tratado no *Estadão* no dia 8 de junho, tratando das diferentes versões. A *Folha* apresentou notícia sobre uma testemunha que teria ouvido tiros disparados do carro contra os policiais, reforçando o relato dos policiais. Apresentou, também, um quadro com perguntas e respostas sobre o acontecimento.

Na sequência, dia 9 de junho, o *Estadão* apresenta uma pequena matéria no canto direito inferior sobre o caso. Trata do apoio do Conselho de Comunitário de Segurança do Portal do Morumbi aos policiais militares. Conta, também, sobre a testemunha do caso que reforça o relato dos policiais. Em pequena nota, a *Folha*, do dia 10 de junho, noticia a informação dada pela perícia de que a cena do crime foi alterada. Nos dias seguintes, as notícias nos dois jornais foram sobre os problemas encontrados pela perícia na cena do crime e depoimento dos policiais

sobre o fato. Na *Folha* e no *Estadão*, até o dia 20 de junho, o caso do menino Ítalo foi noticiado com notícias ou notas pequenas à margem das páginas dos jornais.

Mesmo com todas as reviravoltas do caso, mostrando que os policiais adulteraram a cena do crime, desobedeceram a ordens superiores de não atirar, forçaram o depoimento do colega de Ítalo sobre a posse de arma, entre outros detalhes, na reconstituição do fato, os moradores do bairro receberam os policiais com aplausos e gritos de apoio. Os dois jornais noticiaram esse “protesto” com pequenas notas. Para além do certo e do errado, essa foi uma das possibilidades não exploradas pelo jornalismo. **Tentar buscar os elementos presentes nesse “medo” dos moradores do Morumbi capaz de provocar o apoio aos policiais militares, mesmo com tantas evidências de que eles haviam agido errado, foi uma pauta possível e não explorada pelo jornalismo dos dois principais jornais da cidade de São Paulo.**

A *Folha de S. Paulo* apresentou uma reportagem especial no dia 12 de junho sobre o atendimento à **criança em situação de vulnerabilidade**, o investimento municipal nessa situação e no conflito entre os moradores do bairro Morumbi com os meninos das favelas vizinhas. De acordo com a reportagem “Falta de estrutura dificulta auxílio a **criança vulnerável**”, falta formação de conselheiros para aumentar o número de Conselhos Tutelares em São Paulo, que deveriam ser 112 e não passam de 52. Além disso, faltam mais Varas de Infância e da Juventude nos fóruns na cidade. Também há falta de vagas nos abrigos, assim como atendimento especializado nesses locais. As situações distintas das crianças é um dos maiores empecilhos no tratamento adequado. Há uma matéria também sobre a dificuldade de repasse de verbas para as ONGs que auxiliam na rede de proteção à infância.

Houve, também, no *Estadão*, produção de reportagem especial, na edição de domingo, no dia 26 de junho, buscando compreender algumas das questões levantadas por esse acontecimento. O olhar do jornal foi em relação ao trabalho da Polícia Militar, sua falta de estrutura, suas dificuldades, entre outros fatores, na reportagem intitulada “Bairros com mais violência em SP têm menos PMs para cuidar de cada crime”. De certo ponto de vista, levanta um ponto crítico do trabalho da própria Secretaria Estadual de Segurança, que admite precisar rever os critérios de distribuição dos policiais.

São essas produções jornalísticas especiais, que valorizam o trabalho de reportagem de campo, que permitem ao leitor ampliar sua visão de mundo, conhecer algo que está fora do seu cotidiano, de sua convivência. O jornalismo organiza o caos informacional da sociedade em narrativas que permitem algum conhecimento sobre o outro, aquele que está próximo e distante ao mesmo tempo.

Desse modo, as narrativas jornalísticas contribuem para o entendimento do sentido da vida, pois permeiam toda nossa existência. Quando as oferecemos a alguém, seja em forma de literatura ou de jornalismo, oferecemos uma possibilidade de refletir sobre o significado da experiência humana e de nossas próprias experiências, como afirma a jornalista e pesquisadora, Cremilda Medina (2003, p.48):

Uma definição simples é aquela que entende a narrativa como uma das respostas humanas diante do caos. Dotada da capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, a inteligência humana organiza o caos em um cosmos. O que se diz da realidade constitui outra realidade, a simbólica. Sem essa produção cultural – a narrativa – o humano ser não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida. Mais do que talento de alguns, poder narrar é uma necessidade vital.

A narrativa jornalística pode apresentar semelhanças à noção de narrativa de Benjamin (1994), pois é uma das mediações na arena simbólica, permeando o discurso público, dá origem a laços sociais, proporciona um compartilhamento de informações e experiências comuns a todos e, mais que isso, oferece significações comuns acerca do que acontece na sociedade.

Nesse contexto, o jornalismo é uma maneira de organizar o caos do cotidiano, dando a ele forma, sentido e nexos de compreensão. Entre tantos acontecimentos, alguns deles serão selecionados por critérios de atualidade, veracidade, interesse público, proximidade, ineditismo, intensidade e identificação, para serem pesquisados pelo repórter e serem publicados no jornal, como ressaltam Ferrari e Sodré (1986).

Ainda na edi o de domingo, do dia 26 de junho, o sociólogo José de Souza Martins publicou o artigo “Nem criança nem adulto”, no caderno *Aliás*, no jornal *Estadão*, que trata sobre a delinq ncia juvenil e o trabalho – a necessidade dele para ensinar e prover e a lógica do trabalho infantil, muitas vezes escravo. A discussão que tenta levantar é a defesa de que o trabalho pode ser uma alternativa para preservar os adolescentes brasileiros mais pobres, principalmente, longe da criminalidade.

Esse é um tema polêmico. Muito foi feito para que os países percebessem a explora o das crianças pela “nova” sociedade industrial. O sociólogo e fotojornalista Lewis Hine (1874-1940), ao realizar um trabalho fotográfico para o National Child Labour Committee, entre 1908 e 1917, mostrou crianças que trabalhavam mais de 12 horas seguidas em fábricas e em minas. Sousa (2000) aponta que esse trabalho contribuiu efetivamente para a altera o da legisla o norte-americana sobre o trabalho infantil e reflete a preocupa o com o bem-estar da criança. O trabalho infantil, estendeu-se, segundo Stearns (2006), ainda, até 1915, aproximadamente.

A professora Ana Maria Marangoni, do departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, escreveu sobre esse tema no livro *Sobre Vivências*, organizado por Cremilda Medina e Milton Greco, em 1995, na coleção *Novo Pacto da Ciência*, volume 4, conhecido também como *Projeto Plural*²⁰. Marangoni destaca um provérbio popular: “Trabalho de criança é pouco, mas quem perde é louco”, para tratar do trabalho infantil, especialmente na área rural. A professora destaca o valor negativo que esse tipo de trabalho ganhou na Revolução Industrial e as consequências de não apoiar o ensino de algumas atividades práticas e profissionalizantes a crianças e adolescentes. O questionamento que faz está centrado no trabalho como um prazer na vida do homem, que aprende a produzir suas próprias coisas no cotidiano, como limpar a casa, lavar a louça, cozinhar e passar roupa, por exemplo. Para a pesquisadora:

‘Trabalho de criança é pouco, mas quem perde é louco’. É louco porque perde a contribuição material da atividade; porque perde uma oportunidade educacional; porque perde momentos de prazer para si, no convívio do ensinar e do realizar o trabalho; porque perde a oportunidade de propiciar à criança o prazer de sentir-se capaz de fazer, de criar, de desenvolver-se com maior utilização de seu próprio esforço e até de sentir-se mais autoconfiante e independente. Trabalho de criança, em si, não configura crime (MARANGONI, 1995, p,61).

De modo geral, as legislações vigentes mundo afora, incluindo o Brasil, preveem o não trabalho infantil, com o objetivo de não permitir o trabalho escravo ou em condições degradantes às crianças, principalmente quando o trabalho as afasta da escola e do brincar. No entanto, o sociólogo José de Souza Martins no artigo “Nem criança nem adulto”, no caderno *Aliás*, do *Estadão*, está-se referindo, assim como a professora Marangoni, ao trabalho para crianças e adolescentes que possibilita a elas compreensão da vida cotidiana da sociedade, proporcionando, também, uma visão prazerosa na prática das atividades diárias em casa, por

²⁰ As obras da Série Novo Pacto da Ciência, conhecida como Projeto Plural:

MEDINA, Cremilda (org.). *Novo pacto da ciência. A crise de paradigmas*, 1º Seminário Transdisciplinar, Anais, São Paulo, ECA/USP, 1991.

MEDINA, Cremilda e GRECO, Milton (orgs). *Do Hemisfério Sol, o discurso fragmentalista da ciência* (1993). *Saber Plural* (1994); *Sobre Vivências, no mundo do trabalho* (1995); *Agonia do Leviatã, a crise do Estado Moderno* (1996); *Planeta inquieto, direito ao século XX* (1998); *Caminhos do Saber Plural, dez anos de trajetória* (1999). São Paulo, ECA/USP.

MEDINA, Cremilda (org.). *Ciência e Sociedade, Mediações Jornalísticas* (2005), São Paulo, Coordenadoria de Comunicação Social/Estação Ciência da Universidade de São Paulo.

MEDINA, Cremilda e MEDINA, Sinval (orgs). *Diálogo Portugal-Brasil, século XXI, novas realidades, novos paradigmas* (2008), Porto, Portugal, Edições Universidade Fernando Pessoa. *Energia, meio ambiente e comunicação social* (2009), São Paulo, Faculdade Cásper Líbero e Porto, Portugal, Universidade Fernando Pessoa.

MEDINA, Cremilda (org.). *Liberdade de expressão, direito à informação nas sociedades latino-americanas* (2010), São Paulo, Edições da Fundação Memorial da América Latina.

exemplo, inicialmente, para a construção de um sentimento de responsabilidade diante de si e do outro. Não parece ser, de algum modo, uma defesa pelo trabalho infantil de exploração ou indiscriminado.

2.2.2 O menino Waldik, de 11 anos, foi morto por um guarda-civil metropolitano na noite de 25 de junho de 2016 em São Paulo

O jornal *Folha de S. Paulo* estampou na capa, do dia 27 de junho de 2016, “Garoto de 12 anos é morto em SP por guarda-civil”, lembrando no subtítulo que “É o segundo homicídio de menor por agentes de segurança em um mês”. Na matéria interna, na editoria Cotidiano, há o relato do acontecimento e uma entrevista com a mãe do adolescente. O jornal traz, também, uma reportagem de página inteira intitulada “2 em cada 3 menores infratores não têm o pai dentro de casa”, seguida do subtítulo “Família e escola são principais freios à entrada de jovens no crime, afirma promotor de SP”. A reportagem ressalta a importância do vínculo afetivo positivo, que não existe apenas no âmbito familiar, mas é o lugar mais óbvio em encontrá-lo e construí-lo, de acordo com as convenções sociais. No dia seguinte, a *Folha* corrigiu a idade do garoto, de 12 para 11.

O *Estadão* produziu material de uma página, no dia 27 de junho de 2016, contando o fato da morte do garoto, revendo o caso de Ítalo, apresentando análise por especialista em segurança pública e denunciando que delegacias de Polícia Civil localizadas em áreas mais violentas têm menos policiais para investigações, o que prejudica a conclusão de inquéritos e punição dos criminosos.

O jornal manifestou preocupação com a averiguação, para a adequada punição do guarda-civil e seu comando, em editorial intitulado “O erro da GCM e o prefeito”, no dia 28 de junho. A reportagem dessa mesma edição intitulada “Guardas dizem que não viram confronto, só os tiros do agente que matou criança” aponta para os erros da operação. Em matéria complementar “Polícias mataram 191 adolescentes em 6 anos em SP”, apresentou o levantamento realizado pela própria ouvidoria das Polícias Civil e Militar. Nota, no fim da página, mostrou a visão do prefeito Haddad sobre o erro do guarda-civil, indicando que o policiamento não deve ser feito pela GCM. Outra matéria conta a história do ponto de vista do colega de Waldik, sob o título “‘Só queria ostentar’, diz colega de garoto”.

Na capa do dia 28 de junho de 2016, a *Folha* chama para a matéria interna, na editoria Cotidiano, intitulada “GCM errou do início ao fim em ação que matou garoto”, apontando os detalhes da ação da GCM. Em outra matéria, intitulada “Guarda civil perde efetivo e amplia

suas atribuições”, mostrou a insatisfação do sindicato da categoria com o pronunciamento do prefeito, indicando outros fatores para as falhas da GCM. Em quadro, a *Folha* apresentou as características da GCM no formato de perguntas e respostas. Ainda nessa edição, um perfil de Waldik foi publicado, intitulado “Instável – menino de 11 anos morto por guarda-civil passou de brincalhão para rebelde no período de um ano; ‘foram as más companhias’, diz mãe”. O material revelou um garoto vulnerável, com características comuns a sua faixa etária, que, no entanto, precisava de atenção.

A *Folha* de 29 de junho apresentou reportagem sobre uma ação suspeita de policiais militares e da GCM que matou um universitário, com matéria complementar de um perfil do estudante. Ainda nessa edição, uma reportagem de página inteira intitulada “GCM descumpriu decreto ao escalar equipe que matou garoto de 11 anos”, mostrando os erros da GCM, a versão do secretário – que negou, mas disse que vai rever regra, e uma retranca que apresentou a versão dos garotos que afirmam que não estavam armados. O *Estadão* dessa data traz reportagem de página inteira intitulada “PMs e guardas-civis atiram 15 vezes em perseguição; universitário morre”. Na outra página, uma pequena notícia, ocupando a parte superior da página, intitulada “Guarda Civil de SP matou 17 desde 2013; 4 neste ano”.

Na edição de 30 de junho, a *Folha* relembra a morte de um rapaz de 17 anos, em 2013, pela PM de São Paulo, que ainda está sem solução. Em outro caso de morte de jovem pela PM de São Paulo, há a suspeita de que a polícia tenha forjado o tiro.

A capa do *Estadão* de 30 de junho trouxe uma entrevista exclusiva com o guarda-civil, Caio Muratori, que matou o menino de 11 anos, Waldik, no dia 25 de junho. Sob o título “‘Saí de casa como um policial exemplar, voltei com um alvará de soltura no bolso’”, a entrevista revela o ponto de vista do guarda-civil. Para complementar a entrevista, há uma matéria sobre o número de assassinatos de crianças e adolescentes por ano no Brasil. Em Editorial, “Outra ação desastrada”, o *Estadão* reflete sua preocupação diante dos últimos acontecimentos envolvendo crianças, adolescentes e jovens adultos e as forças de segurança do Estado.

No domingo, dia 3 de julho de 2016, foi a vez da *ombudsman* da *Folha*, Paula Cesarino Costa, avaliar as reportagens produzidas pelo jornal sobre as mortes dos meninos Ítalo e Waldik, do jovem Robert de 15 anos, do universitário Júlio César de 24 anos, assim como os comentários dos leitores do jornal. Para ela, o jornal teve desempenho irregular na cobertura dos casos citados. “Para muitos leitores, a *Folha* sempre é a favor das vítimas e contra a polícia. “O jornal na sua parcialidade só levou em conta o lado da pessoa que cometeu crime”, disse um leitor. “Pretende fazer crer aos leitores que a PM executou uma criança inocente e indefesa?”, questionou outro.” Em outro trecho aponta: “O jornal não deve julgar, nem deve agir como

aliado da polícia ou como entidade protetora dos fracos e oprimidos. Sua obrigação com o leitor é relatar o mais detalhadamente possível os fatos, destacar as incoerências e inconsistências de versões, fazer apurações próprias e não se limitar ao relato parcial da polícia. Na investigação e no relato da linha de tiro da polícia, não pode haver inocência jornalística.”

Nessa mesma edição de 3 de julho, a *Folha* publicou uma reportagem especial informando sobre as apreensões de crianças e adolescentes em São Paulo, capital, sob o título “Um menor é apreendido em flagrante a cada 3h em SP”. A outra reportagem “Meus garotos: mães de adolescentes infratores em bairros de São Paulo campeões em apreensões relatam desespero e desencanto” parece vir para humanizar os números apresentados na reportagem principal.

Para todo projeto de produção jornalística, há o entorno, a proximidade, o estranhamento, o momento do *insight*, a partir de determinado fato, situação, história e personagem. Sensações e impressões que vão-se manifestar em uma pauta, que organiza a ideia e o que será preciso para contar aquela história. Então, há uma urgência em fazer essa história vir à tona, em forma de produção jornalística.

A grande contribuição dessa transformação do jornalismo é a busca da humanização, trazendo ao jornalismo proximidade e identificação com o leitor. Transformar o “José Santos, 16” em um homem com história, profissão, características pessoais, físicas, atributos de um ser humano que habita um lugar que o transformou no que é e que também modificou o lugar em que vive.

O jornalismo tem papel fundamental para a compreensão do mundo, de modo profundo e contextualizado. “O texto de jornal deve ter agilidade, precisão, clareza, mas nada impede que tenha detalhes, que reproduza o contato com a vida, que desperte ternura ou emoção”, como afirma Vicchiatti (2005, p.84). Complementando essa ideia, Edgar Morin (2000) diz que a informação sozinha, fragmentada, é só um ruído. Para ele, é o conhecimento que organiza a informação em um contexto e realiza o confronto de ideias em um conjunto. Não se trata aqui de uma defesa de uma razão pura, pois como escreve o próprio Morin (2005, p.27): “[...] não há racionalidade sem afetividade. Precisamos de uma dialógica entre racionalidade e afetividade, uma razão mesclada com o afetivo, uma racionalidade aberta.”

Nesse contexto, as narrativas da contemporaneidade, na concepção de Medina (2014a), podem contribuir para a abertura dos campos sensíveis de observação e entendimento do ser humano no jornalismo, pois busca a compreensão do que os profissionais identificam como modelo na prática da profissão. Mais do que um modo de narrar uma história, é necessário

investigar a produção e a compreensão da reportagem, com o objetivo de tornar o jornalismo pleno na tríade ética-técnica-estética.

No entanto, como já foi comentado anteriormente, essa separação entre os números, os dados objetivos e as histórias das pessoas envolvidas não contribui para a compreensão do leitor sobre a realidade complexa, como preconiza Cremilda Medina.

Foi possível observar que o material jornalístico sobre os meninos Ítalo e Waldik utilizou os registros semânticos menino, criança, garoto, adolescente. No caso 2, é o que *menor* e *menor infrator* aparecem. Surgem tanto nas notícias específicas sobre a morte do menino Waldik quanto nas reportagens especiais sobre os temas correlatos aos conflitos com a lei envolvendo crianças e adolescentes.

Destaca-se um trecho publicado na coluna da *ombudsman* da *Folha*, no dia 3 de julho de 2016, quando avaliava a cobertura das mortes de crianças e jovens pela Polícia Militar e pela Guarda Civil:

Infrator ou em conflito com a lei?

Reportagem da semana passada informava que "2 em cada 3 menores infratores não têm o pai dentro de casa". O uso da expressão "menores infratores" foi questionado pelo pesquisador Thiago Oliveira, do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Propôs como alternativa usar "adolescentes em conflito com a lei". **Pouco jornalístico.**

O Manual da Redação sugere evitar o termo "menor", em benefício de vocábulos mais precisos, como "criança" ou "adolescente". O secretário de Redação Vinicius Mota não vê problema no uso do adjetivo "infrator" para descrever adolescente que cometeu, nos termos da lei e segundo os trâmites da Justiça, uma infração.

A meu ver, o problema é que, por vezes, usa-se o termo, sem a comprovação da infração. [grifo da pesquisadora]

O jornalismo parece não conseguir assumir em seu cotidiano essas nomenclaturas, talvez por considerar que representa certo cerceamento da liberdade de escrita, além de ser pouco prática para títulos e ao esquema de escrever mais com menos palavras ou, ainda, “pouco jornalístico”, nas palavras da *ombudsman* da *Folha*.

Como afirma o historiador Peter Stearns: “[...] as infâncias refletem as sociedades em que se inserem e também ajudam a construir essas sociedades, por intermédio dos adultos que surgem das crianças. A infância, nesse sentido, é uma chave única para a experiência humana maior”. (2006, p.20). De alguma forma, toda criança precisa passar por determinados estágios de aprendizado para chegar à fase adulta e corresponder ao comportamento que se espera dela em determinado meio social.

Ambos os jornais realizaram uma cobertura factual sobre os acontecimentos observados nessa leitura cultural. Como analista, ao ter acesso à sequência das matérias dos dois jornais, há uma sensação de fragmentação da informação, provocada desde a proposição das pautas, à

divisão editorial dos conteúdos e ao destaque dado às matérias. Apesar de terem produzido materiais jornalísticos especiais com temáticas correlatas às matérias observadas, questiono se a fragmentação dessas informações, principalmente a partir da disposição gráfica dessas produções – reportagem principal com dados estatísticos e reportagem secundária contando o perfil da vítima, por exemplo - não poderia causar mais “desinformação do que informação”, para usar as noções de Leão Serva (2001), já apresentadas anteriormente.

2.3 PAUTA 3 – MENINOS DE CUMBICA

A reportagem “Meninos de Cumbica”, de página inteira da *Folha de S. Paulo*, publicada em um domingo, no dia 6 de agosto de 2017, na editoria Cotidiano, relata a presença de meninos pedindo ou realizando pequenos trabalhos no Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo. O subtítulo informa “Aeroporto Internacional recebe número crescente de crianças da periferia de Guarulhos que perambulam pelos terminais e abordam passageiros para pedir dinheiro ou engraxar sapatos”.

O uso do recurso da comparação está na abertura da reportagem, mostrando passageiros bem servidos em um restaurante do aeroporto, que são abordados por um “garotinho, de 12 anos – os chinelos muito gastos, calça e camiseta puídas”, pedindo um trocado. Três parágrafos são usados para contar a história desse menino, chamado de Rafael na reportagem.

Em seguida, o texto traz a voz do especialista, o presidente da Comissão de Direitos Infato-juvenis da OAB-SP. Os funcionários do aeroporto confirmam que há cada vez mais meninos no local, pedindo ou engraxando sapatos. A prefeitura de Guarulhos diz que vai providenciar um centro de atendimento a crianças e adolescentes no aeroporto. O repórter dedica a sexta coluna, de cima abaixo da página, para abordar os planos da prefeitura em parceria com a concessionária responsável pelo aeroporto em criar um centro de atendimento, além de explicar qual é o procedimento padrão do serviço social municipal. O Estatuto da Criança e do Adolescente aparece nesse texto, no antepenúltimo parágrafo, ao se referir ao que acontece naquele momento com os meninos que são abordados no aeroporto.

A reportagem segue contando sobre ambulantes e pedintes, descrevendo suas técnicas de sobrevivência e o valor que recebem por dia. Recolhe opiniões de passageiros. Um empresário belga, que é frequentador rotineiro do aeroporto, considera que esse é um dos quadros gerados pela crise econômica. Dois meninos trabalham juntos como engraxate. Um deles é o dono da caixa, que está quebrada, mas ainda funciona. O outro é auxiliar do amigo,

porque ainda não tem sua própria caixa. A solidariedade da amizade de quem procura uma solução para si mesmo.

Considera-se uma reportagem bastante relevante, com visibilidade nacional, no entanto é possível examinar a ausência do questionamento da reportagem sobre o vínculo familiar desses meninos, além do registro semântico menino e garotinho, por exemplo, não indicando a presença dessa infância de rua. O título do texto também remete a uma ideia de conjunto, de um grupo de meninos organizados, que vivem e usufruem do lugar. Poderiam ser os Capitães da Areia, do romance de Jorge Amado. Ou poderiam ser representados por Pixote, do filme icônico de Hector Babenco? Ao que tudo indica, são apenas meninos que buscam uma maneira de sobreviver.

3 A NOÇÃO DE INFÂNCIA E AS REGULACÕES JURÍDICAS

O contexto sociocultural, político e econômico nas mais variadas épocas do desenvolvimento das sociedades organizadas reflete uma conjunção – não exata ou metódica, mas variável e múltipla – entre as transformações nas relações entre adultos e crianças, assim como no modo como se percebem, e as legislações que cada nação criou para tentar abrigar seus conflitos e interesses.

Desse modo, aponta-se a relevância de buscar compreender as raízes históricas²¹ da construção social das noções de infância e das legislações para a infância, com o objetivo de encontrar as relações transversais na alteração dos usos semânticos para nomear crianças e adolescentes.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE INFÂNCIA

Os pesquisadores dessa área indicam que o pensamento ocidental em relação à criança começa a modificar-se a partir do final do século XVII. A obra *História Social da Criança e da Família*, escrita entre as décadas de 1960 e 1970 pelo historiador Philippe Ariès, tornou-se um material pioneiro na compreensão da noção de infância. Ariès trabalhou com a tese de que o sentimento de infância na Idade Média era ausente. Houve um início de mudança, que nem sempre representava uma inovação absoluta, mas, na maioria dos casos, uma recodificação. Por exemplo, o infanticídio foi tolerado até o fim do século XVII, quando já tínhamos a noção de infância sendo estabelecida.

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia (ARIÈS, 2006, p.99).

Para o historiador, a educação foi o principal fator que transformou o sentimento de infância. Ele relaciona a educação e a família, em sentido privado, à alteração entre as classes sociais. A construção social foi transformada pela educação, que iniciou a constituição moderna

²¹ Ressalta-se que o objetivo desta parte da apresentação da pesquisa é tentar traçar um quadro contextual sobre a transformação da noção de infância e suas convergências com a legislação, sem a pretensão de determinar fatos ou datas como definidores de certa situação ou, ainda, esgotar tais acontecimentos históricos à escrita desta investigação.

das noções de infância e adolescência. O autor refere-se, também, ao trabalho como uma diferença para o desenvolvimento da criança.

De acordo com outro historiador, Peter Stearns (2006), a mudança iniciou-se nas classes sociais mais altas, causada pela interferência do poder público e da Igreja, o que trouxe a percepção da infância como uma fase fundamental e suas necessidades especiais, como alimentação, orientação, escolaridade. A partir da queda da taxa de natalidade, há o interesse em buscar a atenção individualizada para cada criança, iniciando, também, nessa fase a distinção entre a infância e seus estágios.

Reconhecer as transformações na noção de infância é reconhecer que, de maneira geral, as alterações no modo de viver e pensar iniciam-se sempre nas classes mais altas, como aponta Stearns (2012), pois são elas que possuem condições econômicas, políticas e sociais para implementar tais mudanças. No entanto isso não quer dizer que tais mudanças não tenham ocorrido em classes desfavorecidas economicamente. De todo modo, como qualquer transformação histórico-social, as alterações ocorridas na noção de infância não sucederam de forma igualitária, linear e progressiva em todas as classes sociais e sociedades.

Um apontamento interessante de Ariès na obra citada trata do surgimento do sentimento de “paparicação”, entre os séculos XVI e XVII. Para o historiador, esse sentimento foi o responsável pela mudança de *status* da criança na família e provoca a transformação do papel da criança nas famílias e, em seguida, na sociedade.

Um novo sentimento da infância havia surgido, em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de ‘paparicação’. Originariamente, esse sentimento pertencera às mulheres, encarregadas de cuidar das crianças – mães ou amas (ARIÈS, 2006, p.100).

Outro sentimento da infância desponta entre os moralistas e os educadores do século XVII e “inspirou toda a educação até o século XX, tanto na cidade como no campo, na burguesia como no povo.” (ARIÈS, 2006, p.104). A criança deixa de ser uma distração ou uma brincadeira, passa a receber uma preocupação moral e psicológica. Era preciso conseguir entender a psicologia infantil, para adaptar os métodos educacionais usados com ela. Desse modo, considerava-se a razão frágil da criança uma possibilidade de torná-la um adulto racional e cristão. Não era bom ser criança, pois não se tinha conhecimento e valores morais. Era preciso ser observador e cuidadoso com as crianças.

Já no século XVIII, a família tinha uma preocupação precisa com a higiene e a saúde física. O cuidado com o corpo indiciava também uma saúde moral: “o corpo mal enrijecido

inclinava à moleza, à concupiscência, a todos os vícios.” (ARIÈS, 2006, p.105). Nesse século, a criança ocupava um lugar central na família.

No modelo de infância moderno percebem-se três mudanças principais, de acordo com o historiador Peter Stearns (2006), que se desenvolveram ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX: da desvalorização do trabalho na infância para o reconhecimento da importância da educação para a criança; consequência da primeira, como crianças e adolescentes param de trabalhar, houve o entendimento de que era preciso limitar o tamanho das famílias para que todos pudessem ter seu sustento garantido; e a redução da taxa de natalidade, pois a família passa a dar mais atenção e cuidado à criança. O historiador considera importante ressaltar que ao se referir à noção moderna de infância ele está tratando “de um modelo moderno que permanece dinâmico e da possibilidade de algumas sociedades rejeitarem o modelo ou modificá-lo substancialmente.” (STEARNS, 2006, p.90).

O professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Nova Iorque, Neil Postman, apresenta a sua versão para a história da infância, tentando provar que ela está desaparecendo. O livro “O desaparecimento da infância” foi escrito em 2000 e foi revisado para uma nova edição em 2012. A tese central da obra aponta para a revolucionária invenção da impressão com tipos móveis como a responsável pelo surgimento da ideia de infância:

[...] mostrar como a tipografia criou um novo mundo simbólico que exigiu, por sua vez, uma nova concepção de idade adulta. A nova idade adulta, por definição, excluiu as crianças. E como as crianças foram expulsas do mundo adulto, tornou-se necessário encontrar um outro mundo que elas pudessem habitar. Este outro mundo veio a ser conhecido como infância (POSTMAN, 2012, p.34).

Antes da tipografia, não havia separação no modo de aprendizado das pessoas, pois todos aprendiam com a contação de histórias, no contexto social. As pessoas usufruíam com a sabedoria existente e iam aprendendo desde que nasciam. O conhecimento vinha do convívio, da interação entre as pessoas. Com a tipografia, essa situação foi-se modificando. Aprendia-se lendo. Era preciso estar apto a ler, era preciso aprender a ler, o surgimento de um novo código promoveu a separação entre a vida adulta e não adulta, criando, desse modo, uma nova noção de estágio da vida: a infância.

Postman (2012) defende que o ato da leitura e o aprendizado que se tinha com ela era um ato individualista e, desse modo, de acordo com Elisabeth Eisenstein, “criou uma nova e difusa ideia de individualidade.” (*apud* POSTMAN, 2012, p.35). O formato do livro impresso também criou um novo modo de se organizar o pensamento.

A linearidade inflexível do livro impresso – a natureza sequencial de sua apresentação frase a frase, sua paragrafação, seus índices alfabéticos, sua ortografia e sua gramática padronizados – levou aos hábitos de pensamento que [...] seguem a orientação do à-bê-cê, indicando uma estrutura de consciência que corresponde de perto à estrutura da tipografia (POSTMAN, 2012, p.44).

Desse modo, a infância “tornou-se uma realização simbólica e não biológica”, como afirma Postman (2012, p.50). Assim como aponta o historiador Peter Stearns, Postman reforça a ideia da educação como um dos elementos fundamentais para o surgimento da infância. Para entrar no mundo adulto, as crianças teriam de passar pela escola, que foi reinventada pelos europeus. Os jovens passam a ser vistos como adultos não formados. No entanto, a escolarização pela diferenciação por idade demorou um pouco mais a surgir, mas logo tornou-se indispensável para o melhor aprendizado de cada criança.

Outro fator interessante na história da infância são as medidas de disciplina rigorosa destinada às crianças, no século XVI, executadas tanto por pais como por professores, pois as características naturais e espontâneas das crianças eram tidas como uma expressão de mau caráter. Era preciso que as crianças se tornassem bondosas, obedientes, quietas. Outro aspecto bastante valorizado para compor essa ideia de infância foi a construção da noção de vergonha. Mente e corpo são separados. A mente precisa ser alimentada para crescer e tornar a criança em um ser com conhecimentos para transitar no mundo adulto. Ao corpo, havia o encorajamento para um desprezo. E a vergonha foi o modo encontrado para controlar os instintos naturais do corpo infantil.

Tanto Stearns (2006) quanto Postman (2012) afirmam que um elemento que pode ser apontado como desencadeador da mudança do conceito de infância na sociedade moderna é a exposição de alguns filósofos do final do século XVII, que começam a refletir sobre a importância de respeitar a individualidade da criança e a tratar com carinho especial, pensando, principalmente, em como poderiam lhe ensinar novos conteúdos, assim como desenvolver nelas a criatividade. Destacam-se John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1178).

Locke, o filósofo inglês, defendia que a mente de uma criança é uma folha em branco, uma “tábula rasa”. Ideia bastante conhecida e difundida ainda nos dias de hoje. Desse modo, a família tem grande responsabilidade sobre a criança, sobre quem ela virá a ser, como vai-se comportar, quais serão suas tendências de comportamento. Uma criança que agia a partir de seus impulsos naturais, com espontaneidade, sem vergonha do próprio corpo, representava um fracasso para os adultos. Desenvolveu em sua época os princípios para uma educação esmerada às crianças, como uma prioridade nacional, para a sua classe social e também para as crianças pobres.

A principal contribuição do filósofo suíço, Rousseau, foi afirmar que a criança era importante por si mesma e não como um miniadulto. Vivendo na França, essa concepção já era bastante comum, mas Rousseau soube conduzir a ideia de que a criança desenvolvia suas próprias características psicológicas, diferente dos adultos, e deveria ser valorizada por si mesma. Rousseau também defendeu a ideia que a infância vive o estágio mais próximo do “estado de natureza”. Desse modo, o filósofo é responsável pela criação das principais virtudes infantis, compreendidas assim na contemporaneidade, como a espontaneidade, a pureza, o vigor e alegria.

E assim, quando a infância ingressou nos séculos dezenove e vinte e quando atravessou o Atlântico para o Novo Mundo, eram duas as tendências intelectuais de que a ideia se compunha. [...] a concepção lockiana, ou protestante, de infância, e a rousseauiana, ou romântica. Na visão protestante, a criança era uma pessoa amorfa que, por meio da alfabetização, da educação, da razão, do autocontrole e da vergonha podia tornar-se um adulto civilizado. Na visão romântica não é a criança amorfa mas o adulto deformado que constitui o problema. A criança possui como direito inato aptidões para a sinceridade, compreensão, curiosidade e espontaneidade que são amortecidas pela alfabetização, educação, razão, autocontrole e vergonha (POSTMAN, 2012, p.73-74).

Entre os séculos XIX e XX, novas reflexões sobre a infância vão aparecer, dessa vez por meio das obras *A Interpretação dos Sonhos*, de Sigmund Freud (1856-1939), e *A Escola e a Sociedade*, de John Dewey (1856-1952), publicadas em 1899. Para Postman (2012, p.76), “juntos eles representam uma síntese e um somatório da jornada da infância desde o século dezesseis até o século vinte.”

Freud afirmou que a criança se aproxima do “estado de natureza” pensado por Rousseau, o que contrariou a definição da mente infantil como uma “tábula rasa”, de Locke. O psicanalista sustentou que na mente da criança há uma estrutura, com conteúdo especial, formado por impulsos sexuais e por uma complexa formação instintiva. Por outro lado, a ideia de Locke sobre a responsabilidade do contato familiar e de sua responsabilidade ao lidar com a educação da criança foi confirmada por Freud. Para ele, as interações com os pais da criança determinarão que tipo de adulto ela será, incluindo aí o controle das paixões da mente. De outro modo, o filósofo John Dewey argumentou que as necessidades da criança devem ser exploradas a partir de suas necessidades no momento presente e não no que virá a ser. Assim, o filósofo defendia que a criança conseguiria ser um indivíduo participativo na construção social de sua comunidade.

Freud e Dewey cristalizaram o paradigma básico da infância que vinha se formando desde a invenção da prensa tipográfica: a criança como aluno ou aluna cujo ego e

individualidade devem ser preservados por cuidados especiais, cuja aptidão para o autocontrole, a satisfação adiada e o pensamento lógico devem ser ampliados, cujo conhecimento da vida deve estar sob o controle dos adultos. Ao mesmo tempo, contudo, a criança é entendida como detentora de suas próprias regras de desenvolvimento e de um encanto, curiosidade e exuberância que não devem ser sufocados – na verdade são sufocados – com risco de não alcançar a maturidade adulta (POSTMAN, 2012, p.77).

Pode-se afirmar que a ideia de infância como um estágio distinto da vida é um conceito relativamente recente. A noção de que as crianças devem estudar e não trabalhar, brincar, receber proteção, alimentação, atenção, carinho e cuidados especiais de adultos torna-se a definição de infância tradicional solidificada entre 1850 e 1950 (premissas que se conservam verdadeiras nos anos 2000), conforme apontam Stearns (2006) e Steinberg e Kincheloe (2001).

Na metade do século XX, de acordo com Steinberg e Kincheloe (2001), as noções de carinho, cuidados especiais e responsabilidade dos adultos para com as crianças continuam válidas, no entanto a infância inicia uma nova fase com as inovações da sociedade industrializada e da cultura corporativa e do consumismo, que têm como foco privilegiado o grupo das crianças. Segundo os autores, essa cultura corporativa transmitida principalmente pela televisão, o que não minimiza o papel de outros meios de comunicação, é a causa de uma nova era da infância, que transforma as crianças em dependentes e passivas e, ao mesmo tempo, oferece às crianças o contato com informações que só teria quando fosse adulta, modificando sua relação com o mundo adulto e os estágios da infância pelos quais deveria passar. Ideia compartilhada por Postman (2012), que considera a era da televisão como o início do processo de desaparecimento da infância.

A criança, hoje, tem um papel ativo na sociedade com direitos, deveres e autonomia, sendo subordinada às ordens e aos cuidados dos pais ou de um adulto responsável, porque necessita de atenção especial, por estar em fase de formação. **De algum modo, a criança sempre teve seu espaço de atuação na formação social das diferentes civilizações em diferentes épocas.** A partir da consolidação dos meios de comunicação, a criança é percebida, também e com grande influência, por meio dos registros veiculados na TV, no rádio, na internet e no jornal impresso, que proporcionam a percepção sobre as mudanças sociais e também discutem e rediscutem qual é o papel e o lugar da criança nesse contexto.

Para o historiador Peter Stearns (2006, p.200), a infância “depende primeiro e principalmente dos sistemas econômicos [...]. No entanto, as estruturas culturais e familiares se entrelaçam, razão pela qual não existe apenas uma infância agrícola tradicional e, somada às variáveis econômicas, uma única infância moderna.”

A transformação da visão social sobre a infância provocou o surgimento de leis, convenções, acordos mundiais que definem o que é ser criança, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela resolução nº. L. 44 (XLIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990. O artigo 1 define criança como “todo ser humano menor de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes” (BRASIL, 1990). A mais recente lei brasileira sobre infância e adolescência, a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece o conceito de criança no artigo 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990). Tais definições refletem as convergências entre as noções e as leis sobre infância construídas socialmente.

3.2 AS REGULATÓES JURÍDICAS SOBRE A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

A década de 1980 foi um período de lutas para o povo brasileiro. Foi preciso lutar pela redemocratização do país, que estava com uma crescente violência urbana, devido ao crescimento desordenado, a falta de oportunidades de trabalho e o endividamento do Estado brasileiro. O quadro social era grave e os movimentos sociais organizados começaram a buscar soluções para muitas dessas questões, principalmente para crianças e adolescentes, assim como para o restabelecimento da democracia. Entre 1988 e 1990, já entrando no primeiro governo democrático depois de 21 anos de regime militar ditatorial, a mobilização dos movimentos sociais concentrou-se na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), acompanhando as tendências legislativas internacionais.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) foi uma das iniciativas agregadoras das lutas sociais naquele momento e caminhou junto com a elaboração dos direitos da infância. Crianças e adolescentes de rua de todo o Brasil, aproximadamente 900, foram levados ao Congresso Nacional, com um exemplar do Estatuto em mãos, encenando a votação simbólica da nova lei, como um gesto emancipador e de reconhecimento de sua luta. Há relatos de que os meninos e meninas de rua que representavam seus pares deram um abraço simbólico no Congresso Nacional. Crianças e adolescentes não carentes não estavam presentes, talvez porque não se tivessem dado conta de que aquela nova lei mudava a maneira como o direito brasileiro percebia todas as crianças e os adolescentes brasileiros, não só os carentes ou

infratores. A mudança do ECA foi ser uma legislação que se aplicava a todas as crianças e adolescentes do país, sem distinção. Ao menos na semântica, a nova lei elegia, como sujeitos de direito, a todas as crianças e adolescentes do Brasil. O ECA manteve-se fiel à Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, e à Constituição do Brasil, de 1988. Iniciava um novo tempo, mas nem sempre foi assim.

As legislações para a infância e adolescência no Brasil apresentam diferentes paradigmas jurídicos ao longo dos tempos. As transformações no tratamento semântico de crianças e adolescentes em situação de rua acompanham a dinâmica social desde os tempos do Império e, mais tarde, são os movimentos sociais organizados que conquistam as principais mudanças jurídicas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Brasil. O jornalismo, por sua vez, adapta-se a essas mudanças noticiando-as, reaprendendo sobre o “peso²²” das palavras e tentando provocar compreensão sobre essa temática no meio social.

Duas importantes pesquisas sobre a legislação para infância e adolescência no Brasil contribuem para a necessária contextualização desta investigação. Uma delas é da professora e pesquisadora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio e Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), Irene Rizzini. Na obra “O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil”, sua tese de doutorado, Rizzini estuda o período de 1870 a 1930, sobre a formação legislativa de crianças e adolescentes, que acompanhou as noções mundiais dessa área, envolvendo muitos campos de conhecimento. A outra pesquisa refere-se à obra “História social da criança abandonada”, da professora do curso de História da Universidade de São Paulo (USP), Maria Luiza Marcílio, editada em 1998, que traça esse panorama legislativo desde a Antiguidade até o fim da década de 1990 no Brasil.

Com a compreensão de que a criança sofre a influência direta da educação familiar e de que ela tem instintos naturais que precisam ser controlados, a infância no Brasil começa a ganhar uma legislação específica com a ideia de que é preciso “salvar a criança²³”. Estamos diante de um ideário da civilização e da higiene. A garantia de uma sociedade desenvolvida e com valores civilizadores, a criança precisa ser salva de si mesma (de sua natureza) e das

²² Cada palavra, termo, expressão pode ganhar distintos significados sociais, econômicos e políticos, portanto, simbólicos. Desse modo, parece importante para o jornalismo dar espaço a essa reflexão semântica por sua presença nesse quadro da produção social dos sentidos.

²³ “‘Só a criança pode salvar o homem do nosso século’ é uma frase atribuída a Tristão de Ataíde, citada pelo Juiz de Menores Alberto Mourão Russel, nos Relatórios do Juízo de Menores do Distrito Federal, de 1947 e 1948.” (RIZZINI, 2009, p.97).

influências do ambiente em que vive, ideia voltada principalmente para a infância pobre, que não tinha acesso à educação e à saúde de maneira natural.

A diferenciação entre a penalização criminal para crianças no Brasil surgiu com o Código Criminal de 1830, a primeira lei penal do Império. Antes dessa legislatura, crianças e jovens eram severamente punidos, sem discriminação entre elas e os criminosos adultos. (RIZZINI, 2009). Essa legislação prevê o recolhimento das crianças e adolescentes em estabelecimentos específicos com o objetivo da correção. O enfoque era a infância abandonada e órfã, pois havia grande influência da igreja, que desenvolvia trabalhos de caridade para essa infância. Na segunda metade do século XIX, a legislação começa a se preocupar com a educação dessas crianças.

De 1850 em diante²⁴, surgem as regulamentações sobre os escravos e seus filhos, como explica Rizzini (2009, p.103):

No que se refere aos filhos de escravos, a mais importante lei é a de 28 de setembro de 1871 (Lei n.2.040), que declarava serem ‘de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos’.

A lei estipulava obrigações para os senhores dos escravos e para o governo no tocante à criação dos filhos menores, proibindo que separassem os filhos menores de 12 anos do pai ou da mãe e prevendo formas de recolhimento para aqueles que fossem abandonados.

Ainda antes da passagem para a República, as transformações do Estado e da sociedade brasileiros foram intensas e trouxeram modificações relevantes para a infância. O crescimento das cidades e as concentrações das populações urbanas acarretaram problemas ainda não vividos. Um deles eram as doenças infectocontagiosas, que tornaram os conhecimentos médicos sobre higiene muito importantes nesse período, por serem aplicados a todas as classes sociais. Conhecida como medicina higienista, um dos modos de atuação era trabalhar o saneamento da família e a criança exercia uma ligação direta com os membros familiares, o que a tornava importante para os dois lados. Já nesse período estabeleceu-se uma correlação de forças entre dois campos de conhecimento: a medicina e o direito. Como parte das camadas sociais mais favorecidas com grande desenvolvimento intelectual, médicos e juristas indicaram “a consciência da importância da infância para o ideal de nação civilizada almejado” (RIZZINI, 2009, p. 105).

²⁴ Apesar de indicar esses marcos temporais, não se assume uma posição determinista de genesisismo. A ideia é tentar localizar esse tempo em que as transformações foram acontecendo, para que se possa compreender o contexto temporal, social, econômico e político do fenômeno descrito.

O higienismo postulava o fator genético como predominante para a saúde das crianças e defendiam o casamento eugênico, cientificamente planejado. Era preciso escolher seu par com muito cuidado, evitando casamentos desproporcionais em idade, casamentos consanguíneos, com portadores de doenças degenerativas ou contagiosas. Da medicina higienista desponta a ideia de que os pais deveriam ser puericultores, ou seja, cultivadores de crianças. Para a professora Esther Maria de Magalhães Arantes (2009, p.187), o surgimento do sentimento de infância no Brasil pode ter-se dado por esse movimento higienista, que foi o grande aliado para o Estado, para tornar a criança o futuro do homem e da pátria, tendo, para isso, que desenvolver a sua autonomia. Nesse sentido, como afirmam Rizzini e Pilotti (2009, p.327), “A missão do higienismo é [...] não apenas de remediar, mas de prevenir males sociais, proposta na qual se encontram associados os conceitos de governo e poder técnico. O higienista é um político, legitimado pela ciência, na ordem do social.”

Até meados do século XIX, as leis para a infância buscam dar amparo à criança desvalida, acolhendo-a em estabelecimentos específicos para esse fim, com fundamento na ideologia cristã. Essa fase é designada como caritativa pela professora Maria Luiza Marcílio, mostrando que “a assistência e as políticas sociais em favor da criança abandonada apresentavam três formas básicas: uma informal e duas formais.” (1998, p.135). O primeiro sistema formal eram as Câmaras Municipais, oficialmente responsáveis pela assistência às crianças na legislação portuguesa; o segundo sistema formal foi a instituição da Roda e a Casa dos Expostos²⁵ e o recolhimento para meninas pobres, que fazia parte, geralmente, do convênio entre o município e as Santas Casas de Misericórdia; o terceiro sistema, o informal, era o acolhimento de recém-nascidos deixados nas portas das casas ou igrejas, tornando-os “filhos de criação”.

Nessa transição entre meados do século XIX e meados do século XX, já se diagnosticava o “problema da infância”, com designações que demonstravam a preocupação da sociedade, como crianças abandonadas e crianças criminosas, pois que provocam uma ameaça à ordem pública e à moral da sociedade. Desse modo, a questão ganhava dimensão política,

²⁵ A Roda dos Expostos é um dispositivo com origem medieval e italiana. Inicialmente utilizada para manter o máximo de isolamento dos monges reclusos, é posteriormente adotada também para preservar o anonimato, mas agora daqueles que depositam nela bebês enjeitados. No Brasil, o acolhimento de órfãos por meio da Roda se estabelece no século XVIII e segue a tradição ibérica, segundo a qual caberia a Santa Casa de Misericórdia o monopólio da assistência à infância abandonada contando, todavia, com o auxílio da respectiva Câmara Municipal. As discussões sobre a necessidade de extinguir a Roda dos Expostos inicia em torno de 1920 e promove um debate bastante relevante sobre o ato em si do abandono das crianças e a importância de apoiar as gestantes para que não abandonassem seus filhos. No entanto, a extinção das Rodas vai demorar um pouco mais para acontecer. A primeira a ser extinta é a do Rio de Janeiro em 1938. As de São Paulo e da Bahia serão extintas apenas na década de 1950 (MARCÍLIO, 1998; 2016).

manifestando a necessidade urgente de intervir, buscando educar ou corrigir essas crianças. Nessa dimensão política ganha destaque a esfera jurídica que comandará a formulação desse “problema”, assim como buscará soluções para ele, tirando o enfoque da esfera religiosa, do trabalho de caridade feito pela Igreja, caracterizando a fase da filantropia, como denomina Marcílio (1998).

A historiadora Marcílio (1998, p.191) lista uma série de eventos que formaram o conjunto das mudanças sofridas nesse período. O fim do regime de escravidão foi o mais impactante, mas outros sucederam também com alto grau de relevância, como: a queda da Monarquia, a separação da Igreja e do Estado, a quebra do monopólio religioso da assistência social, o avanço da legislação social pró-infância, a instituição do estatuto legal da adoção, a construção dos Direitos da Criança, as grandes reformas do ensino da década de 1930 e de 1961, e a emergência do Estado do Bem-Estar Social (na década de 1960).

Do mesmo modo, pode-se apontar que havia em curso, em muitos lugares do mundo, mudanças na área do Direito, que o transformariam. Nessa confluência, o Brasil teve líderes nessa área que empreenderam a modificação das noções até então aceitas sobre infância e criminalidade. A interdisciplinaridade apoiava essas transformações. Havia novos conhecimentos vindos da sociologia, da psicologia, da psiquiatria, da antropologia que precisavam ser incluídos no momento da investigação de um crime e na construção do perfil do criminoso, por exemplo. A criminalidade infantil aumentava e as soluções existentes não eram suficientes para resolver a questão. A ideia preponderante nesse discurso jurídico era sobre a necessidade de uma justiça e de um sistema penitenciário humanizado. Nesse caso, foi pensado em afastar a criança da área penal, buscando uma compreensão sobre essa criminalidade infantil.

Uma das noções presentes era de afastar a criança da punição, tentando construir um processo de cuidado tutelar, proteção e reforma. De acordo com Rizzini (2009, p.111), as palavras-chave eram: “profilaxia, educação, recuperação e correção”. A questão central não era castigar a criança pelo erro cometido, mas, sim, tentar salvá-la. Pensava-se em um método, uma ordem, uma disciplina, que levariam ao estabelecimento da razão positivista. As influências dessa filosofia no direito eram fortes nesse momento e estão presentes na nova abordagem sobre a criminalidade infantil. Toda essa discussão levantada sobre a lei gerou a necessidade de rever a legislação. Estava-se próximo de uma lei específica para crianças ou menores, como eram tratadas àquela época.

Outro projeto de lei bastante significativo para a noção que se estaria formando sobre a criança abandonada foi o intitulado “Repressão à ociosidade”. O Brasil passava pela extinção

da escravidão em 1888. A cidade do Rio de Janeiro crescia. Nas ruas, muitas pessoas vagavam, sem objetivo, sem um trabalho, sem uma ocupação. Preocupados com essa população ociosa, que incluía os pivetes (meninos que transitavam pela rua sem ocupação) ou menores abandonados. Para resolver a questão, o projeto de lei mencionado pretendia dar trabalho aos desocupados, que era visto “como solução para todas as distorções da sociedade, sobretudo as morais” (RIZZINI, 2009, p.116). A maioria das leis desse período ressaltava a necessidade de manter a ordem pública e resolver a questão dos ociosos, principalmente das crianças que vagavam pelas ruas.

Ainda mesmo no Governo Provisório, na República, a legislação indicava uma preocupação com a criança atingida pela pobreza, enfatizando a vadiagem e a criminalidade como consequências. Para acompanhar a mudança de regime, um novo Código Penal foi aprovado em 1890, formulado às pressas, sem discutir com mais profundidade algumas questões essenciais, recebendo algumas críticas em função disso.

A maioria penal da criança foi de 14 para 9 anos, o que não acompanhava os debates sobre a educação prevalecer sobre a punição. A discussão sobre o modo de punir crianças e adolescentes volta à tona em 1893 quando é aprovada a fundação de uma colônia penal em uma fazenda. Lá em 1830 já haviam acordado que os jovens deveriam ficar em prisões separadas dos adultos, porque se pensava em prevenção e recuperação infantil.

Um trabalho de assistência à infância pobre foi criado, em 1899, pelo médico Moncorvo Filho, o Instituto de Assistência e Proteção à Infância no Rio de Janeiro. Foi reconhecido com o tempo e passou a receber recursos do governo para propiciar às crianças pobres acesso à medicina e à higiene.

Rizzini (2009, p.118) destaca que “nesta mesma época, [havia] uma preocupação crescente com a criminalidade infantil. Ao que parece, a preocupação era internacional, sendo objeto de considerações especiais nos congressos sobre Direito Criminal.”

Os jornais da época traziam relatos de outros países considerados civilizados e que enfrentavam também o problema da “delinquência juvenil”. O cenário construído era alarmante, de medo e perigo. Em alguns lugares do país, tentavam resolver a situação legalizando a prisão indiscriminada de crianças e adolescentes junto com os adultos.

Foi nesse período em que se estabeleceu a dicotomia do problema da criança abandonada²⁶, pobre e desassistida e a delinquente. No início do século XX, a discussão sobre

²⁶ Compreende-se que seja um abandono moral, desse modo justificam-se as atitudes, o vagar pela cidade sem rumo, o modo livre de existir nas ruas.

uma nova legislação para dar conta dessas infâncias desenrola-se por todos os setores da sociedade.

De todo esse processo em tentar compreender a situação e delimitar ações que pudessem resolvê-la, instituiu-se o Código de Menores, consolidado em 1927. Foram muitos debates e muitos projetos apresentados antes de chegarem à versão final do Código. A questão maior que norteava as discussões e que dificultava certo consenso para a formulação final da legislação era sobre as formas de internação dos menores. Antes do Código de Menores de 1927 outros decretos foram criados, legislando sobre essa questão.

Pode-se chamar a atenção para o Decreto n. 6.994, de 19 de junho de 1908, sob o título “Dos casos de internação”, que previa a criação de colônias correccionais, mantidas pelo governo, como previsão no orçamento anual. Essas colônias não eram destinadas somente a menores, mas também “para os vadios, mendigos validos, capoeiras e desordeiros” (RIZZINI, 2009, p.123). Essa classificação dos indivíduos em categorias vinha da incorporação dos conhecimentos vindos da antropologia criminal e da psiquiatria. Rizzini (2009, p.123) explica que para os menores “essa classificação transformou-se em verdadeiro escrutínio de sua vida, vasculhando-se aspectos do presente, do passado, de sua família e de sua personalidade.” Ao buscar a razão de os menores terem sido incluídos nas categorias de vadios e desordeiros, a documentação encontrada no período, segundo Rizzini (2009, p.123-124), aponta para dois aspectos pelo menos:

a) O potencial de perigo para o futuro da nação, pois entendia-se que, entregues ao ócio, certamente engrossariam as fileiras dos vadios, vagabundos e criminosos que vagavam pelas ruas das cidades; b) a noção de que a infância constituía a fase ideal para moldar o indivíduo, educando-o ou reabilitando-o.

Outro projeto, o de 1912, prevê uma classificação mais detalhada do menor: “a) materialmente abandonados; b) moralmente abandonados; c) mendigos e vagabundos; d) que tiverem delinqüido.” (RIZZINI, 2009, p.124). Ao mesmo tempo, o projeto prevê a maioridade penal aos 18 anos, o que garantiria que os menores dessa idade não sofreriam procedimentos penais e teriam tribunais e juízes especiais. Do mesmo modo que o projeto anterior, o de 1912 prevê uma investigação detalhada da vida do menor e da família. As relações familiares e suas responsabilidades também são levadas em conta nesse projeto, com as devidas punições estabelecidas, como suspensão, destituição e restituição do Pátrio Poder. Depois de toda a investigação, a classificação do menor decidiria o que aconteceria com ele: “Se o menor for considerado normal, será submetido a regime educativo de preservação (...se não for vicioso ou

perverso) ou de reforma (se for portador de costumes imorais e de más tendências)” (RIZZINI, 2009, p.125). O projeto citava muitos lugares que podem receber os menores em troca de vantagens dadas pelo governo às instituições e previa a criação de um estabelecimento denominado “Depósito de Menores”, que serviria para abrigar o menor até que ele recebesse um destino legalizado do Tribunal Juvenil.

O primeiro Congresso Americano da Criança acontece em 1916, em Buenos Aires, que inaugurou um encontro para debate a cada quatro anos, coordenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Desse modo, a discussão sobre o tema que já tinha repercussão internacional fica mais forte e a causa da legislação para a infância reúne seus aliados, ampliando as estratégias. Na tentativa de organizar essa questão, o discurso assumiu um tom utilitarista, dividindo o Congresso em Comitês, que eram subdivididos em seções, de acordo com áreas de conhecimento, por exemplo. Seguem-se os anos, o debate ganha importância política e novas propostas de decretos, propostas e projetos de lei são apresentados. Então, chegou-se ao Código de Menores de 1927, com 231 artigos. Apesar de sua extensão, ele manteve os aspectos centrais dos projetos anteriores já levantados aqui. Irene Rizzini (2009, p.139) aponta uma análise sobre o Código:

A legislação dirigida aos menores de idade vinha a legitimar o objetivo de manter a ordem almejada, à medida que, ao zelar pela infância abandonada e criminosa, prometia extirpar o mal pela raiz, livrando a nação de elementos vadios e desordeiros, que em nada contribuía para o progresso do país. Para atingir a reforma almejada para ‘civilizar’ o Brasil, entendia-se ser preciso ordená-lo e saneá-lo. Designada como pertencente ao contingente de ‘menores abandonados e delinquentes’ (portanto potencialmente perigosos), a população jovem que fugia aos mecanismos sociais de disciplina, foi um dos focos para a ação moralizadora e civilizadora a ser empreendida. Sob o comando da Justiça e da Assistência, julgou-se estar, desta forma, combatendo os embriões da desordem.

A Constituição de 1939 apresentou dois artigos sobre a infância e a juventude, que reforçavam a educação integral como dever dos pais e do Estado, por outro lado, destacava como obrigação do Estado a educação profissional para as classes menos favorecidas. Essa lei magna determinava a proibição do trabalho infantil para menores de 14 anos. De acordo com Marcílio (1998), o Estado brasileiro não era ativo na intervenção na assistência à infância e juventude e para conseguir cumprir suas funções criou órgãos especializados, que se caracterizaram pela ineficiência e incompetência política e, também, por serviços descontínuos. São exemplos disso o Departamento Nacional da Criança, criado em 1919, e que deveria controlar toda a assistência à infância pobre, e o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), criado em 1941, para ampliar as atividades de assistência ao menor carente e ao menor infrator. Nesse

mesmo ano, o ensino profissional foi regulamentado e o Ministério do Trabalho foi designado para ser o fiscal dessa atividade.

Na criação dessa nova legislação houve uma grande associação entre as forças policiais, os setores políticos, os médicos (higienistas) e as associações de caridade e filantrópicas, lideradas pelos juristas. Muitos especialistas apontam para a “judicialização” da infância nesse período, do qual surge a categoria jurídica “menor”, que se referia à criança abandonada, delinquente, desvalida, viciosa (todos termos utilizados à época). Como descreve Marcílio (1998, p.195), “Até mesmo a designação da infância mudou nessa fase de intervenção da Medicina e das Ciências Jurídicas. De um lado, o termo ‘criança’ foi empregado para o filho das famílias bem postas. ‘Menor’ tornou-se o discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente, abandonada. [...] A infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de polícia.”

A utilização da expressão *menor* é bastante presente nas análises dos estudiosos da infância, em áreas como a sociologia, o serviço social e a psicologia. A pesquisadora Irene Rizzini aponta para uma visão ambivalente em relação à criança: de um lado, a criança simbolizava o futuro da nação, a esperança de que se fosse devidamente educada a criança poderia se tornar útil à sociedade; de outro lado, a criança representava uma ameaça à sociedade, porque se começa a ter dúvidas de sua inocência, por isso se for exposta a situações e pessoas ruins, pode vir a ser um problema. Nesse tempo, a relação entre pobreza e violência era forte, presente em muitos estudos sociológicos.

Desse modo, de acordo com Rizzini (1997, p.29, grifos no original), “Do referencial jurídico claramente associado ao problema, constrói-se uma categoria específica – a do menor – que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa; abandonada ou ‘*em perigo de o ser*’; pervertida ou ‘*em perigo de o ser*’...”. É desse modo que a expressão *menor* vai parar nos jornais, depois de já estabelecido o domínio jurídico, médico e assistencial.

Pesquisando os documentos do Juizado de Menores e do Serviço de Assistência aos Menores (SAM), no período entre 1923 e 1941, Irma Rizzini (1993, p.96) verificou que havia um entendimento teórico do Juizado de Menores de que crianças e adolescentes são sujeitos com necessidades psicológicas, afetivas, físicas, educacionais, morais, sociais e econômicas. No entanto, na prática jurídica cotidiana, o alvo é:

o que se convencionou chamar de ‘menor’, ultrapassando a concepção meramente jurídica do termo. Menor não é apenas aquele indivíduo que tem idade inferior a 18 ou 21 anos, conforme mandava a legislação em diferentes épocas. Menor é aquele que, proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, a

prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas.

Foi na década de 1960 que o Brasil inaugurou uma nova fase em relação aos cuidados assistenciais, passando a atuar como Estado do Bem-Estar Social, no qual as assistências caritativa e filantrópica continuaram a coexistir. O regime militar formulou e implementou a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, e, em 1964, criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), com o objetivo de conhecer o problema do “menor”, a partir de fatos, para que pudesse propor soluções eficazes.

O professor titular de Antropologia do Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado (LESCE), da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Arno Vogel (2009), mostra que o surgimento da Funabem é fruto de uma forte crítica social e política sobre os métodos e resultados do SAM (Serviço de Assistência ao Menor). Caracterizando a Funabem como uma entidade autônoma, buscava-se escapar da burocracia e da corrupção, nas esferas administrativa e financeira, o que havia caracterizado a gestão do SAM. Para que a ideia central da Funabem funcionasse, ela dependia da sintonia das unidades estaduais. A Funabem faria o repasse financeiro e as unidades estaduais aplicariam esse investimento, seguindo o treinamento dado pela Fundação Nacional, por meio de “documentos doutrinários, vocabulário técnico e metodologia de atendimento”. (VOGEL, 2009, p.297).

O rápido processo de urbanização provocou profundas mudanças sociais, principalmente nas grandes cidades do Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, com o crescimento das regiões metropolitanas, as migrações e o êxodo rural. Assim, aumentava o número de famílias e de pessoas que tinham uma renda baixa, insuficiente para pagar suas despesas mais básicas, como habitação, saúde, educação e lazer. Citando os relatórios da Funabem de 1976, Vogel (2009) aponta para a marginalização desses grupos sociais, que eram desassistidos e não conseguiam ter acesso ao suporte desenvolvido pelo governo. Os dados disponíveis à época indicavam a marginalização de aproximadamente 15 milhões²⁷ de crianças e adolescentes.

O regime militar percebia com grande preocupação o aumento do problema do menor, pois compreendia que o capital humano precisava ser mantido e isso “importava diretamente à ideologia do modelo de desenvolvimento adotado, na medida em que afetava o poder nacional

²⁷ O Censo de 1970, realizado pelo IBGE, apontava uma população global de aproximadamente 93 milhões de habitantes.

[...].” (VOGEL, 2009, p.293). Outra preocupação era com a desintegração da família, que era percebida como solução para a questão do menor. A internação dos menores era vista com muita crítica, principalmente por afastar os menores de sua estrutura familiar, que poderia ajudar a recuperá-lo. Desse modo, era preciso atuar de modo integrado, com ações unificadas, assim o bem-estar do menor compreendia, para a Funabem, o atendimento de necessidades básicas, como saúde, amor, compreensão, educação, recreação e segurança social (VOGEL, 2009, p.294).

Apesar de a internação de filhos menores de famílias de classes econômicas mais favorecidas estar caindo em desuso, o contrário se dava para os menores das famílias de baixa renda, por considerarem a internação uma chance para suas crianças e adolescentes. Desse modo, mesmo o Estado compreendendo que o ideal era tentar manter os menores com a família, nem sempre esse era o desejo da família.

Uma marca desse período, sob o lema “Brasil Jovem: a base do futuro sem fronteiras”, foi a revista Brasil Jovem, que funcionou como o principal instrumento de divulgação das ideias da Funabem, cumprindo “um papel legitimador com referência ao órgão, às suas concepções e políticas [...]” (VOGEL, 2009, p.297). Diversas edições dessa revista trazem expressões que demarcam as intenções do Estado em relação ao menor: “separar o menor marginalizado”; “recuperá-lo e restituí-lo à vida social”; “transformá-lo em cidadão útil à sociedade”; “a família desestruturada é o mal do menor”; “a rua é o lugar de todos os vícios”, conforme relata Vogel (2009). O autor capta, ainda, nesse periódico a ideologia dos “inimigos invisíveis da pátria”, assim identificadas pelo regime militar, que eram as drogas, a mudança da moral e dos bons costumes, a falta de religiosidade, mais a ameaça do regime comunista. Preservar a juventude era uma questão de segurança nacional. Para tanto, boa parte do recurso financeiro destinado a essa causa foi investido na Universidade da Funabem (VOGEL, 2009, p.304).

Em meio a todo esse processo, por todos os esforços parecerem poucos diante do quadro da expansão do problema do menor abandonado no país, criou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Problema da Criança e do Menor Carente do Brasil, realizada entre 1975 e 1976. Assim como aconteceu com as crianças abandonadas ou pertencentes a famílias trabalhadoras de baixa renda, passou a ser denominada CPI do Menor Abandonado e também CPI do Menor. Essa Comissão diagnosticou a questão nos aspectos aqui já levantados, elaborou uma grande prospecção, como a proposição do Sistema de Proteção ao Menor, mas não se concretizou (BRASIL, 1976). A CPI do Menor foi um embrião para a elaboração do novo Código de Menores ou, como foi chamado também, Estatuto do Menor, em 1979, com a

pressão exercida depois da aprovação da Declaração Universal dos Direitos da Criança, por meio de organizações não governamentais nacionais e internacionais.

No Código de Menores de 1979, o papel predominante do juiz de menores foi confirmado. A adoção foi regulamentada. Nele também estava previsto “que as entidades de assistência e proteção ao menor seriam criadas pelo Poder Público e disporiam de centros especializados ‘destinados à recepção, triagem e observação, e à permanência dos menores’.” (MARCÍLIO, 1998, p.226). Nesse contexto, as unidades de internação ou recolhimento de menores carentes e infratores transformaram-se nas Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor, conhecidas como Febems, agora sob o comando dos governos estaduais, respondendo às regras gerais da Funabem. A ideia nessa nova legislação ainda era de assistência e repressão, voltadas para a infância e juventude carente, não para toda a juventude.

O Brasil tem acompanhado as mudanças legislativas internacionais, participando das Declarações, Convenções e Acordos internacionais sobre o compromisso com as crianças e os adolescentes, desde a Declaração de Genebra, em 1924, passando pelo Pacto de São José da Costa Rica, em 1969, e pelas Regras de Beijing – Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça, da infância e da juventude –, de 1985, e, em seguida, em 1989, com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Esta última foi antecipada nos artigos 227 e 228 na Assembleia Constituinte, que gerou a Constituição Federal de 1988, que, posteriormente, originou o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 (ADORNO, 1993).

O ECA é a materialização dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal (CF) e da Convenção da ONU, de 1989. O Paradigma da Proteção Integral substituiu o Paradigma da Situação Irregular e é a principal transformação do Estatuto de 1990. Esse paradigma é constituído por alguns princípios: da Co-Responsabilidade, descrito no artigo 227 da CF; da Prioridade Absoluta; do Ser em Desenvolvimento; do Melhor Interesse (levar em consideração o que quer a criança ou o adolescente); da Descentralização Político-Administrativa, descrito no artigo 224 da CF; da Participação Popular.

Para executar o ECA, é fundamental assegurar a elaboração de políticas públicas, para dar conta da diversidade de questões envolvidas na vida de uma criança ou adolescente. Desse modo, foi pensado em um tipo de operação em rede, um modelo descentralizado horizontal, chamado de Rede de Proteção, quem nem sempre é formalizado, mas existe, de algum modo, em muitos municípios brasileiros. A base dessa operação em rede está nos municípios e atua por meio dos centros de assistência social, os conselhos tutelares (de proteção), os conselhos de direitos. Nesse modelo, os municípios devem estruturar políticas públicas que funcionem. E, para dar certo, o grande desafio está na compreensão de que não é um modelo estático, há um

caráter sistêmico, de complementaridade entre os setores que podem dar apoio à criança e ao adolescente.

Antes do ECA, a criança e o adolescente eram percebidos como objetos pela legislação. A partir do ECA, cria-se um sujeito de direitos. A mudança de doutrina ou paradigma transforma o olhar legislativo para a criança. Agora, enfatiza-se a importância da universalização das políticas públicas e há uma preocupação com os mecanismos que garantam os direitos da criança e do adolescente. Compreende-se que é preciso preservar meninos e meninas, apoiá-los, trazê-los à oportunidade de ser melhor.

Mesmo acompanhando legislações internacionais e sendo usado como citado como uma lei exemplar, há muita resistência em relação ao ECA, como explica a professora do curso de Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Josiane Veronese (1998, p.31):

Uma das razões pelas quais o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei nº 8.069/1990, encontra tanta resistência é que ele estabelece uma nova concepção da criança e do adolescente, que engloba um universo de pessoas, independentemente de uma suposta 'situação irregular' que os minorizava, passando a contemplar a 'proteção integral'. Desse modo, criança e adolescente passam a ser considerados como cidadãos, como sujeito de direitos. O que significa um compromisso institucional de romper com 'cultura' que coisifica a infância e a juventude, retirando-os da condição de objetos e elevando-as à de autores da própria história, o que não é fácil, pois implica em mudança de valores, de ideias e de condutas.

Pode-se concluir que apesar de o ECA ser compreendido como um projeto com uma nova concepção de infância, uma nova maneira de gestão de política, um novo entendimento de justiça, propondo mais participação da sociedade, da criança e do adolescente, o que parece ser considerado bastante avançado no campo do Direito, para seus opositores e críticos, não basta.

4 LEITURA CULTURAL, DOCUMENTAÇÃO E JORNALISMO

Quando se pensa em comunicação, é preciso pensar que mais que falar, informar, passar uma informação para outras pessoas, comunicação é uma forma de ação. Dessa forma, qualquer comunicação deve ser analisada em seu contexto de produção, porque, nesse espaço, sempre estão presentes os campos de interação, definidos por Pierre Bourdieu (1992; 1997).

Nesses campos, entre várias regras, recursos e relações, constroem-se instâncias de poder, definidas por Thompson (1998) como a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. Derivada desse campo de interações e dos poderes instituídos, outra concepção das forças lidertípicas, osmotípicas e arquetípicas, apontada por Jean Lohisse, um pesquisador belga, interpretado por Cremilda Medina (1988; 2001) e presente em suas obras, traz a compreensão da dinâmica social em que estamos inseridos.

Nas forças lidertípicas está presente o poder da ação que tenta se impor à individualidade e à diversidade. Bastante comum no mundo contemporâneo e na ideia de globalização, seja econômica, cultural ou política. Da luta entre os poderes locais de cultura, por exemplo, surge a força osmotípica, que caracteriza-se pela troca de valores entre grupos ou povos. Do imaginário popular e dos mitos universais, surge a força arquetípica, que contribui para o enfrentamento da realidade dura, transformando em sonho arquetípico, um modelo de ser. Talvez, possa-se dizer que há um predomínio da força lidertípica, no entanto as incertezas presentes nos diversos campos do saber indicam que há sempre uma procura pelo equilíbrio das forças, buscando a riqueza da força osmotípica.

Os estudos da antropologia, na década de 1960, revisaram e reformularam seus conceitos fundamentais, como cultura e sociedade, apontando que não são exclusivamente os valores ou as crenças que assinalam o desenvolvimento de uma cultura em determinada sociedade, mas aquilo que os molda. Acompanhando o entendimento de cultura do antropólogo argentino, Nestor García-Canclini (1983), em sua obra *As culturas populares no capitalismo*, pode-se definir cultura como os sistemas simbólicos formados pelo permanente processo dado pelas relações e inter-relações dos atores sociais (crianças, jovens, adultos, idosos), que são os responsáveis por vivenciar e repassar os sentidos de sua experiência em uma determinada sociedade.

Para o pensador catalão, Miquel Moragas Spà (1988), a língua é um dos critérios para a formação de uma cultura, de uma identidade cultural. É nessa característica que comunidades, tribos, grupos e organizações sociais se reconhecem ou se estranham, em primeiro lugar. Para

Moragas, há ainda mais três critérios na pluralização da formação cultural de um povo: a geopolítica, a histórica e a social.

Compreendendo a importância da identidade cultural dos povos, percebe-se a importância da leitura cultural pelas narrativas da contemporaneidade, como preconiza a jornalista e pesquisadora Cremilda Medina (2003). Como proposição, Canclini (1983) aponta para ideia de agente²⁸ cultural, o jornalista, também chamado por Medina, de leitor cultural, aquele que administra os sentidos do poder (pluralizando o poder), renovando-os ou revolucionando-os.

Medina define o jornalista como um leitor cultural: desse modo, o repórter amplia seu relato, porque percebe o que está a sua volta, a volta do seu entrevistado, relaciona-se com o presente, para poder reportá-lo com competência ética, técnica e estética. Como define a pesquisadora: “[...]: abrimos [nós, jornalistas] nossa cosmovisão para a amplitude das leituras culturais, aos poucos a estreitamos em função de exigências específicas, voltamos a realimentar nossa estreiteza com as larguezas do outro, seguimos aplicando a situações próprias que novamente se esgotam.” (MEDINA, 1996, p.34).

Cremilda Medina compreende que o jornalista deve assumir-se como um leitor cultural, pois, ao atuar na mediação social, o profissional deve ter seu olhar enriquecido por uma competência ética, técnica e estética. Tais atributos são conquistados pelo jornalista por sua vivência, por meio da arte e da literatura, e por formação técnica e epistemológica.

A cosmovisão complexa, apta à múltipla leitura e interpretação se expressa no ato jornalístico por excelência, quando o mediador capta, se relaciona e reporta o real presente; se põe a serviço de um projeto de leitura permanente no ato analítico; e se concretiza no ato expressivo da mensagem mediadora, tendo por objetivo a linguagem da ampla comunicação. Tanto no ato jornalístico (reportagem), quanto no ato analítico (pesquisa, encaminhamento da pauta, formulação de linhas de trabalho) e no ato expressivo (redação e edição), a literatura é uma fonte de sensibilização e refinamento de mundivivência (MEDINA, 1996, p.31).

Ensina-nos o historiador Jacques Le Goff (1984) e seus companheiros da Nova História, que a história trabalha com testemunhos, além de documentos. O passado é uma construção e uma reinterpretação constante. O historiador não pode impor sua imaginação interpretativa a alguém que a vivenciou e/ou experienciou o fato/fenômeno. Por isso é preciso criar estratégias de interpretação, para poder lidar com as versões, testemunhos, memórias e narrativas. É nesse sentido que se faz necessário que o jornalista busque ampliar sua visão de mundo, que, por sua

²⁸ Esse é o termo usado por Canclini (1983) e também por Medina (1996; 2003). Na contemporaneidade, no Grupo de Pesquisa Epistemologia do Diálogo Social, liderado por Cremilda Medina, usa-se a expressão leitor cultural, pressupondo a humanização dos sentidos da produção simbólica.

vez, vai cooperar com a formação de uma visão plural da sociedade. O conflito é característica presente na rotina do jornalismo, pois ele trabalha com as camadas sutis da realidade visível. Como afirma Medina (2003, p.92-93):

O conceito de atualidade esquematiza de tal forma o presente que o acontecimento humano se transforma num fato jornalístico isolado, pontual, sem nexos objetivos nem significados subjetivos. O tempo cultural, mágico, mítico – tão necessário para revelar os protagonistas da ação social nas suas caracterizações individuais -, mal aflora nos chamados perfis da imprensa.

Essa esquematização da atualidade, apontada por Medina, surge de um certo cientificismo no jornalismo, provocado por um movimento social que valorava o uso da neutralidade alegada pela ciência no jornalismo.

A notícia tem como fórmula de construção textual a simplificação do relato por meio das respostas às seguintes perguntas: o que, quem, quando, onde, como e por que, que formam, geralmente, o primeiro parágrafo da notícia e é chamado de *lead*. A pirâmide invertida, que prevê a valorização do aspecto mais importante no início do texto, é o sistema de redação jornalístico mais usado para a notícia. O objetivo do uso das técnicas do *lead* e da pirâmide invertida para contar um fato é que a notícia informe de maneira rápida, clara, objetiva e precisa o seu leitor. Essa gramática de fórmulas, que passam pelo processo neutralizador da ciência, é considerada por muitos estudiosos e jornalistas como datada e não corresponde à epistemologia contemporânea.

Em oposição à visão do jornalismo como “retrato objetivo”, na década de 1970, a notícia passa a ser vista como uma construção. O paradigma da notícia como construção determina que a notícia continue tendo como referência a realidade, contudo também a constrói e por isso a notícia não pode ser o seu espelho. A produção do conhecimento é realizada por meio da linguagem, que se caracteriza por essa produção simbólica, com as expectativas e a modo de perceber o mundo de cada indivíduo, como o jornalista.

Considerada uma narrativa ampla, rica em sentidos, com informações adicionais e detalhes, a reportagem tem como objetivo principal despertar o interesse humano. Ela abre o debate sobre o acontecimento ou assunto e desdobra-o em seus aspectos mais importantes. A técnica tradicional da notícia descreve o factual aparente. A reportagem como narrativa da contemporaneidade amplia o tratamento simbólico do acontecimento.

A inteligência natural, alimentada pela captação viva e mecânica de informações objetivas, porque visíveis e quantificáveis, produz significados, o que se denomina de produção simbólica. Ou seja, o autor de uma narrativa

da contemporaneidade recodifica o real imediato. Ao trabalhar na decifração-cifração do real, o jornalista (ou o comunicador) se expressa no âmbito de sua cosmovisão (MEDINA, 2014b, p.115).

A reportagem impressa tem como característica uma abordagem do tema multiangular, pelo qual o jornalista estabelece relações entre as causas e as consequências de uma questão contemporânea. No entanto, nas redações, ao se formar a pauta, é possível perceber a ausência da noção de processo, demonstrando a dinâmica e a complexidade do fenômeno, como afirma Medina (1990, p.196): “A visão com que operamos ao pautar e desenvolver uma pauta tende quase sempre para o enquadramento esquemático do real, a atrofia de sua vitalidade enquanto processo.”

4.1 A DOCUMENTAÇÃO E O JORNAL COMO DOCUMENTO

Com a invenção da prensa tipográfica por Gutenberg na década de 1440, a produção de conhecimento aumentou. As melhorias na alfabetização, na educação e o acesso à palavra impressa possibilitaram o aumento do público-leitor.

As bibliografias, feitas no século XVI, foram o embrião da documentação, aponta a pesquisadora da Universidade de León, na Espanha, Blanca Rodríguez-Bravo (2002). Essas “listagens” surgiram com o objetivo de organizar a produção literária sobre os mais diversos temas, facilitando o seu acesso.

A produção de conhecimento foi sendo ampliada e as unidades de informação, como bibliotecas, arquivos e centros de documentação, iniciaram mudanças e reorganizações. No fim do século XIX, as bibliografias já não davam conta das necessidades da sociedade, assim outras técnicas para organização e administração da informação foram desenvolvidas. Desse modo, surgem novas classificações, novas metodologias de organização, assim como disciplinas e áreas de estudos, como a Biblioteconomia, Arquivologia e Ciências da Informação²⁹, para trabalhar com arquivamento da informação produzida pela sociedade.

É possível compreender que as Ciências da Informação são responsáveis pela investigação das propriedades e do comportamento da informação, interpretando as forças atuantes nos fluxos e nos processos informacionais, com a finalidade de organizar, armazenar, recuperar e disseminar a informação. Os arquivos organizam o conjunto de documentos

²⁹ Não cabe a esta pesquisa um detalhamento histórico sobre o desenvolvimento dessas áreas. Considerou-se o uso de materiais bibliográficos de diversas áreas para esta investigação, compreendendo as Ciências da Informação como a área que agrega as principais noções sobre documentação.

produzidos pelas sociedades, que podem ser considerados uma evidência sobre o fenômeno que representa.

Rodríguez-Bravo apresenta a concepção clássica da noção de documento, que tem como principais representantes Paul Otlet e Suzanne Briet. Eles trabalharam a noção de documento a partir de novas possibilidades, o que tornou possível pensar nele como informação fixada em diferentes tipos de suporte e a partir do seu papel social.

Paul Otlet preocupava-se em seguir uma metodologia de análise do documento, com o intuito de ser objetivo e afastar a possibilidade de contaminação dos sinais da força social presente nos documentos. Suzanne Briet abordou o documento como um conhecimento com finalidade de consulta, estudo ou prova. Mais tarde, suas impressões apontaram para uma construção mais abstrata dos documentos, retirando deles a especificidade da prova do fenômeno social.

Uma visão positivista da História, presente principalmente nos séculos XIX e XX, acompanhou a definição clássica e percebia o documento como prova, como instrumento de verificação da verdade sobre determinado fenômeno social. A intenção aqui era a mesma presente em outras áreas do conhecimento, como o jornalismo ou a ciência: afastar as subjetividades da avaliação desse documento. Como é visto como prova, não haveria História, por exemplo, sem documentos. Todo documento é um texto. Desse modo, tudo deve estar escrito, registrado, ao mesmo tempo em que deve ser avaliado com o rito objetivo, da razão.

No entanto, outro grupo de historiadores, representantes da História Cultural, compreenderam que essa classificação de documento como texto e prova de determinado fato não dava conta do universo de vestígios do acontecimento histórico para produzir o “fato histórico” (LE GOFF). Começaram, desse modo, a discutir o alargamento da noção de documento. Volumes, folhetos, revistas, artigos, jornais, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas e filmes cinematográficos representam a força social de um complexo processo de comunicação, acumulação e transmissão de conhecimentos. Mais do que a quantidade de documentos e sua sequência, essa nova compreensão de documentação privilegia a ideia de relação entre a documentação, admitindo certa descontinuidade, por exemplo. Como define o historiador Jacques Le Goff (2013, p.495): “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.”

Por outro lado, o professor Robert Darnton (2010) argumenta que as notícias não correspondem ao que aconteceu exatamente naquele dia, naquela hora. Para ele, não é possível entender a primeira página de um jornal como um espelho que reflete a realidade do dia anterior,

pois ele é desenhado de acordo com uma gramática profissional específica que dita como dizer os fatos e como apresentá-los, ou seja, palavras e imagens são dispostas no papel com o objetivo de dar ordem ao caos social. Daí surge a necessidade de um cosmos jornalístico para levar informação às pessoas. “As notícias não são o que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu”, resume Darnton (2010, p.43).

É possível afirmar que os meios de comunicação representam as relações e as interações sociais diariamente em suas edições. Uma reportagem, por exemplo, pode trazer à sociedade a observação dos sentidos e dos significados da cultura do momento contemporâneo, gerados por meio dessas relações. (FARAH, 2012). Nessa linha de pensamento, Dines (1986, p.77) considera que “o jornal [...] condicionou o ser humano contemporâneo a um processo de saber”.

Apesar das limitações dos conteúdos de um jornal para servirem como documento, Darnton (2010, p.45) diz que os “[...] jornais devem ser lidos em busca de informações a respeito de como os acontecimentos eram interpretados pelas pessoas da época, em vez de representarem fontes confiáveis dos acontecimentos em si.” Para ele, é preciso lidar com os jornais como textos múltiplos e mutáveis, e não como documentos fixos e estabelecidos.

A discussão sobre o valor do jornal como documento remonta à própria estruturação do campo da História Cultural. A disputa entre as representações das visões de mundo positivista e complexa está sempre presente quando se apresenta uma pesquisa que tem como base material uma coleção de jornais. No caso específico desta investigação, interessa reconhecer o jornal como documento, selecionado e indexado a partir do uso de linguagens documentárias, ou seja, com vocabulários controlados, com a finalidade de resgatar o tratamento semântico dado às crianças em situação de rua e não como um documento histórico que provará algo. Recontar a história guardada nesses arquivos é uma oportunidade de encontrar compreensões que não são facilmente realizadas no momento da recepção da produção simbólica. Como afirma Darnton (2010, p.78): “Escrever a história a partir de arquivos é reunir as poucas peças que conseguimos obter para formar a imagem mais significativa possível dentro de nossas capacidades.”

As confluências entre reportagem e arquivo documental, assim como a fixação da informação no tempo documental, remetem a uma compreensão sobre o papel desempenhado pelo jornalismo na sociedade brasileira, especialmente dos veículos impressos, sua relação com a memória e com a organização da informação e do conhecimento.

Desse modo, torna-se relevante a discussão sobre a fixação no tempo documental da produção jornalística, principalmente por meio da reportagem, buscando o significado dos

arquivos produzidos por centros de documentação, como é o caso do *corpus* de pesquisa de doutoramento: sete pastas de clipping de jornais paranaenses com a palavra-chave *Menor Carente*, com o arco temporal de 1972 a 2015, produzidas pelos técnicos da Biblioteca Pública do Paraná, na Divisão de Periódicos.

O historiador Jacques Le Goff (1988; 2013) mostra que a história trabalha com testemunhos. As reportagens já publicadas e depois reorganizadas por uma palavra-chave, um determinado objetivo, podem servir como testemunha de um tempo, mostrando que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” (LE GOFF, 2013, p.485). Do mesmo modo, a seleção do material jornalístico para o *clipping* da biblioteca também pode ser considerada uma maneira de se testemunhar uma época.

4.2 AS UNIDADES DOCUMENTAIS: O *CORPUS* DA PESQUISA

Ao buscar os materiais de imprensa para a realização da leitura cultural desta pesquisa, foram encontradas sete pastas com a palavra-chave “Menor carente” [com variações apresentadas no Quadro 2], na Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, que está localizada na capital do Estado do Paraná, Curitiba.

Foram cinco pastas fornecidas por uma das técnicas da Divisão Paranaense de Periódicos com a palavra-chave *menor carente*, uma pasta com a palavra-chave *menor carente – instituições* e outra pasta com a palavra-chave *menor carente – estatuto*, totalizando sete pastas. No entanto, outras palavras-chave foram encontradas no material, o que aponta, de modo claro, para a dificuldade de caracterização por meio dessas nomenclaturas.

Quadro 2 – Palavras-chave encontradas nas sete pastas de *clipping*

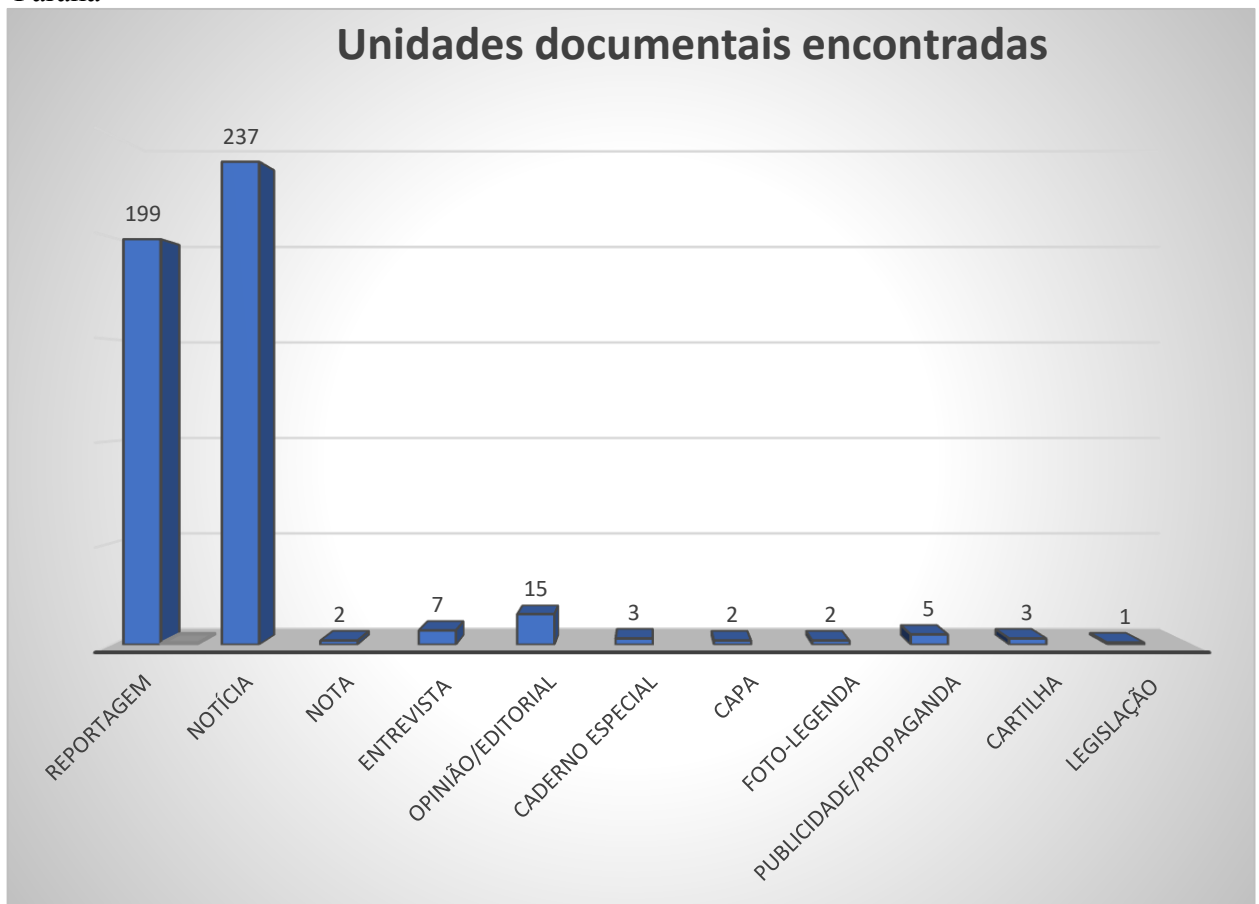
<i>Menor abandonado</i>	<i>Menor carente – Infrator (Londrina)</i>
<i>Carente</i>	<i>Menor carente – meninos de rua</i>
<i>Delegacia de Proteção ao Menor</i>	<i>Menores carentes</i>
<i>Meninos de rua</i>	<i>Menores de rua</i>
<i>Menor – Estatuto</i>	<i>Menor carente – Rede Esperança</i>
<i>Menor – Programa</i>	<i>Violência</i>
<i>Menor abandonado (Estatuto do Menor)</i>	<i>Projeto Irmão Menor</i>
<i>Menor carente – Estatuto do Menor</i>	<i>Violência – Crianças desaparecidas</i>
<i>Menor carente – Infrator</i>	<i>Menor carente – Projeto Piá – Projeto de Integração da Infância e Adolescência</i>

Fonte: da autora, 2018.

Para verificar o material das pastas, iniciou-se por uma espécie de “decupagem”. Cada material foi cadastrado em uma planilha com os seguintes dados: palavra-chave (dada pela Biblioteca); pasta (número da pasta definido pela pesquisadora apenas para controle pessoal); foto (registro do arquivo da imagem do material no computador); editoria; antetítulo; título; subtítulo; assinatura (registro de autoria individual); jornal (nome do veículo); data; paginação; classificação (reportagens, notícias, artigos de opinião, entrevistas, materiais oficiais de campanhas de conscientização, cadernos especiais, publicidade, entre outras). Tal classificação foi dada pela pesquisadora, com o intuito de separar as unidades documentais, para compreendê-las. Por exemplo, as unidades classificadas como reportagem são aquelas que tratam o tema com enfoque especial, apresentam maior número de fontes de informação, diagramação mais arejada (mesmo as de 1970 e 1980), titulação livre do modo informativo, e, geralmente, ocupam uma página inteira de jornal.

A amostra é composta por 476 unidades documentais, com a seguinte classificação:

Gráfico 1 – Os materiais encontrados nas sete pastas de clipping da Biblioteca Pública do Paraná



Fonte: da autora, 2018.

Dos materiais encontrados, eliminaram-se as publicidades, os informes publicitários, a produção jornalística da *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – por serem de outros Estados -, os cadernos especiais, as capas, as cartilhas e a legislação, resultando em uma amostra de 456 unidades documentais selecionadas (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Materiais selecionados para leitura cultural



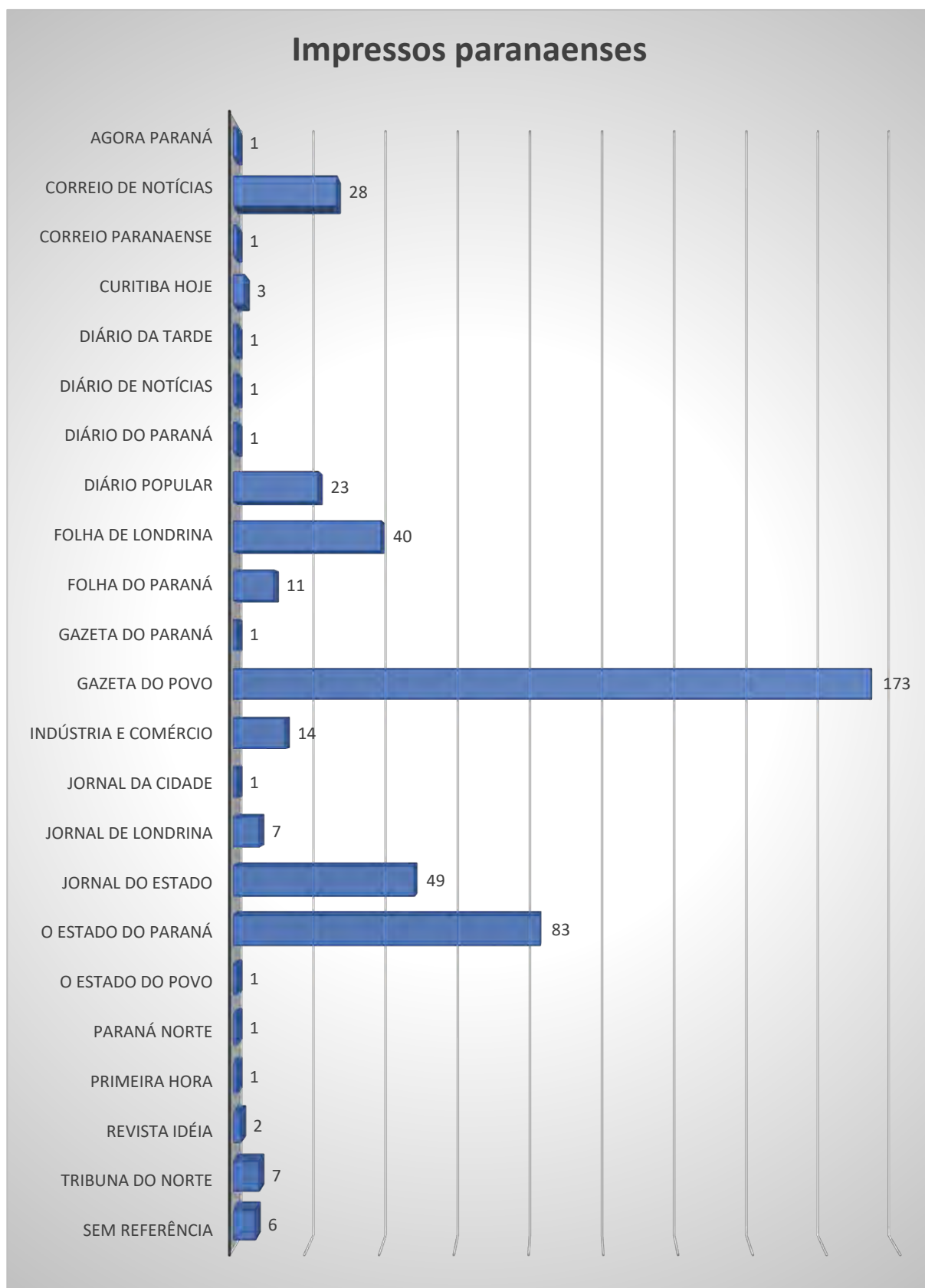
Fonte: da autora, 2018.

Os materiais jornalísticos compõem a maior parte da amostra encontrada, como era esperado. As cartilhas, a publicidade e a legislação são unidades documentais também importantes e, de algum modo, podem contribuir para leitura cultural sobre a temática, que aborde outros ângulos ou esteja voltada a esses campos de conhecimento.

Nas pastas, foram encontrados materiais jornalísticos avulsos, em pequena quantidade, dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, da capital do Estado de São Paulo; e o jornal *O Globo*, da capital do Estado do Rio de Janeiro (já eliminados do material selecionado para leitura, como explicado anteriormente). A imprensa paranaense somou 21 jornais, 1 revista e 6 materiais sem referência, como mostra o Gráfico 3.

A partir das unidades documentais selecionadas, tentou-se extrair o maior número de dados possível do material. À exibição de cada gráfico, segue uma leitura dos dados.

Gráfico 3 – Impresses paranaenses encontrados nas sete pastas da Biblioteca Pública do Paraná



Fonte: da autora, 2018.

O Gráfico 3 mostra um quadro da diversidade da imprensa no Estado do Paraná. Ao todo, em Curitiba, em 2018, os veículos impressos não devem chegar a 10 títulos. Da lista dos impressos contidos nas pastas da Biblioteca, os seguintes continuam a ser editados: Correio Agora Paraná, Correio Paranaense, Folha de Londrina, Indústria & Comércio, e Revista Ideias.

O jornal Indústria & Comércio foi colocado em circulação em 1976 e continua no mercado como Diário Indústria & Comércio. O Correio de Notícias surgiu em 1977 e fechou em 1995, entre interrupções curtas em sua circulação. O Diário Popular foi criado na década de 1960 e sua última edição foi em agosto de 2010. A editora do Jornal do Estado é responsável pelo jornal Bem Paraná. Nas décadas de 1960 e 1970, os jornais Diário do Paraná, O Estado do Paraná, Tribunas do Paraná e Última Hora foram muitos importantes para a profissionalização do jornalismo no Estado.

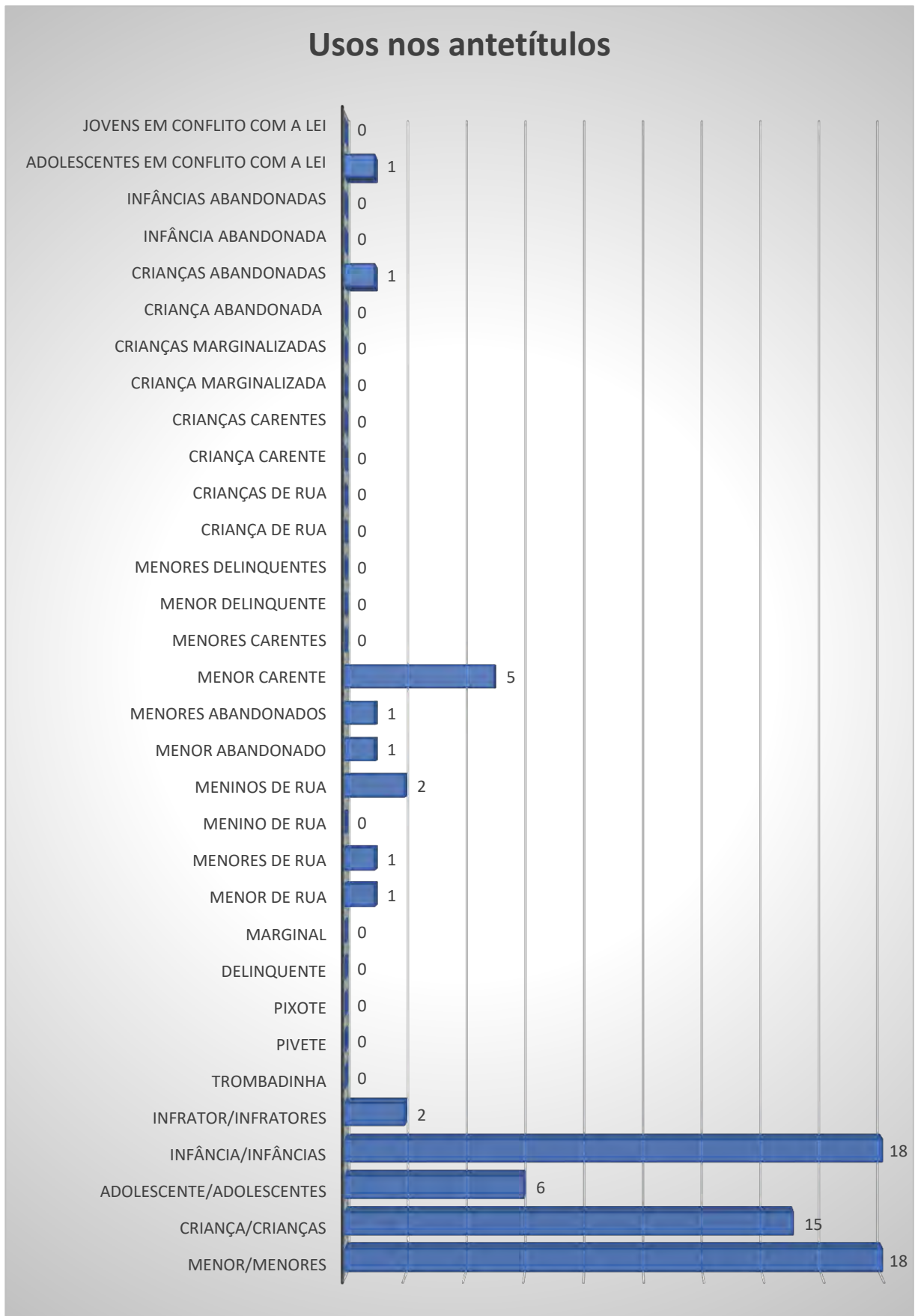
A revista Ideias circula desde maio de 2003, com o objetivo de acompanhar a vida paranaense nos aspectos políticos, econômico e cultural. Tem uma tiragem de 18 mil exemplares, com circulação preponderante em Curitiba, com uma pequena parcela voltada para o interior do Estado.

O Estado do Paraná circulou sua última edição em 2011, quando foi comprado pelo grupo GRPCOM, o mais forte do Estado no momento atual. Desde então, o principal e maior jornal impresso do Estado foi a Gazeta do Povo. Em 2017, o jornal modificou seu modelo de negócios com a decisão de investir de modo mais intenso no modelo *mobile first*, ou seja, aposta nas plataformas digitais, extinguindo a impressão do jornal em maio do ano passado, com uma edição especial impressa no fim de semana, uma espécie de revista, com seu primeiro número em 3 de junho de 2017.

Por ser o jornal com maior força no mercado paranaense, o maior número de unidades documentais é da Gazeta do Povo – com material desde 1980 até 2015 -, seguida do seu principal concorrente – comprado pelo grupo detentor da Gazeta do Povo, GRPCOM – O Estado do Paraná – com conteúdo desde 1980 até 2010. Com a metade das publicações do segundo lugar estão o Jornal do Estado e a Folha de Londrina. Com uma representação importante, principalmente pelo papel na história do jornalismo paranaense, aparecem o Correio de Notícias e o Diário Popular. Os jornais Indústria & Comércio e Folha do Paraná também merecem destaque.

A diversidade dos títulos encontrados nessas pastas da Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná foi um dos elementos motivadores para a pesquisa, por proporcionar uma leitura cultural de bastante complexidade, com mais interrogantes e a possibilidade de tentar descobrir alguns significados através dos tempos.

Gráfico 4 – Usos semânticos nos antetítulos

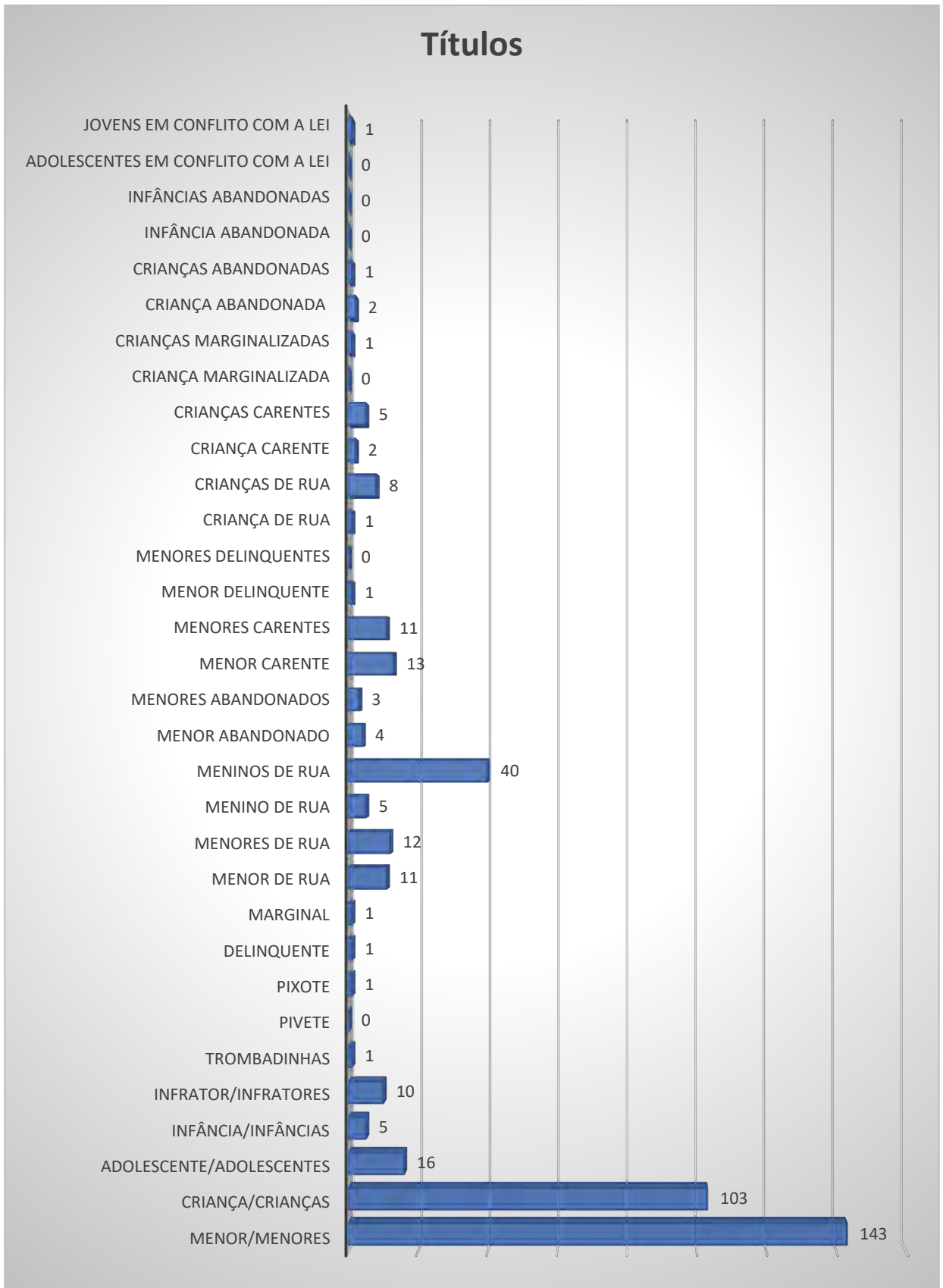


Fonte: da autora, 2018.

Nos antetítulos dos textos jornalísticos, há um curioso empate numérico entre a terminologia Menor/Menores e Infância/Infâncias. O uso semântico Menor/Menores atravessa a metade da década de 1980, passa pelos anos 1990, e segue até 2005. A terminologia Infância/Infâncias percorre um caminho desde a metade dos anos 1990 até 2012. A utilização de Criança/Crianças acompanha o final da década de 1990 e segue até 2007. Pode-se inferir uma tentativa de alterar o uso semântico de menor para criança ou infância, acompanhando o movimento social e legislativo, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. Já a expressão Menor carente nos antetítulos corresponde a uma série de reportagens publicadas em 1989, um ano antes da aprovação do ECA, mas com todo o movimento social organizado trabalhando muito em torno da temática da criança pobre, sobretudo da criança de rua.

A expressão Adolescente em conflito com a lei, indicada por especialistas para ser usada no lugar de menor infrator, tem um registro nesse conjunto de documentos e é de uma reportagem do ano de 2005, o que pode demonstrar um esforço de compreensão de repórteres e editores em relação a esse grupo social sempre presente nas páginas de jornais em matérias sobre violência e pobreza. No entanto, também há o registro do uso da terminologia Infrator/infratores em uma reportagem de 1986 e 2005. Coincide, aqui, que as reportagens de 2005 sejam do mesmo veículo de comunicação e assinadas pelo mesmo repórter.

Gráfico 5 – Usos semânticos nos títulos



Fonte: da autora, 2018

A terminologia predominante nos títulos é Menor/Menores com 143 aparições, abarcando todo o período encontrado nas pastas: de 1972 a 2002, com uma reportagem de 2012 destoando um pouco nessa curva temporal.

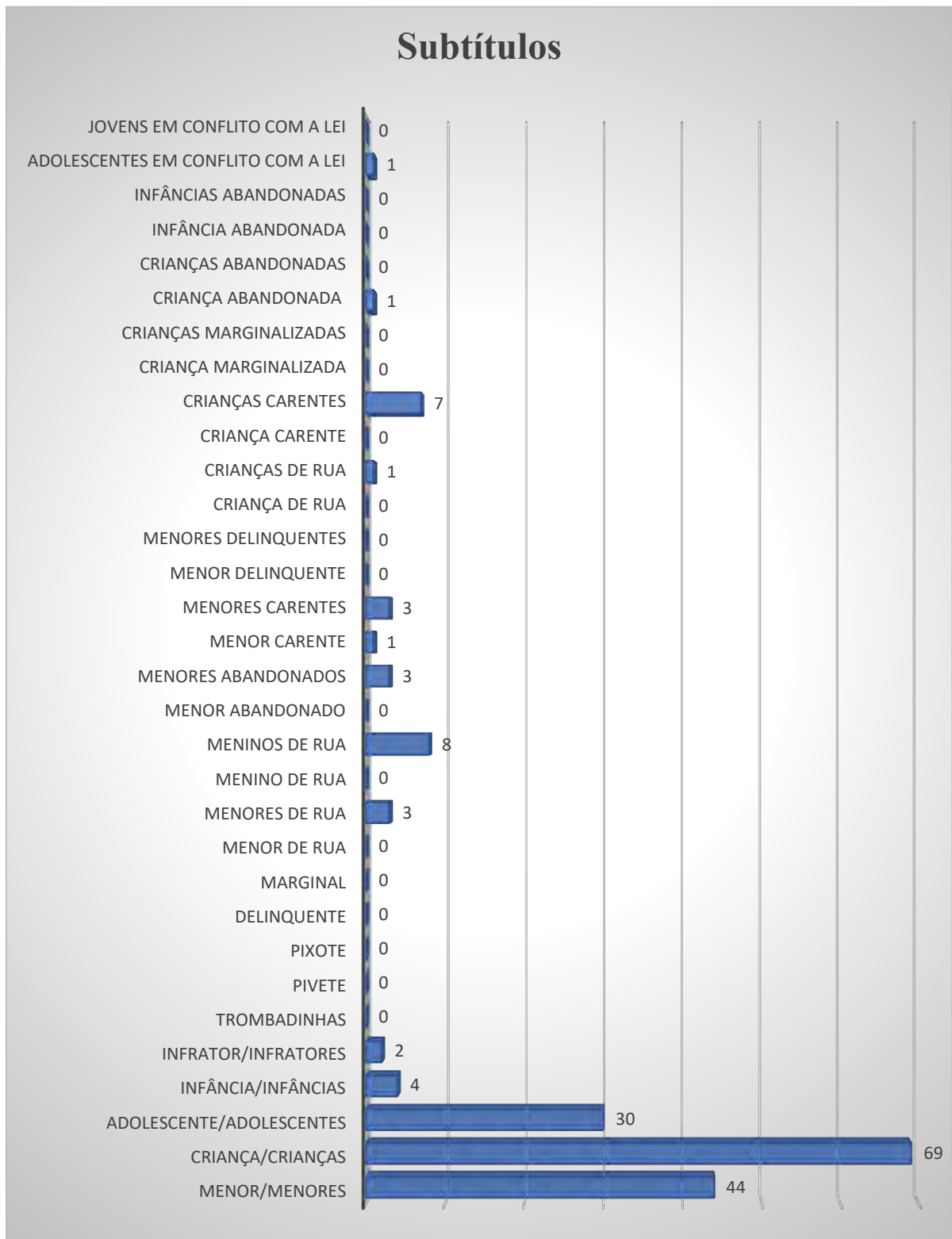
Em seguida, com 103 ocorrências está a expressão Criança/Crianças, que segue o arco temporal da década de 1970 a 2015, estendendo-se mais do que a expressão Menor/Menores. Com menos da metade das ocorrências, somando 40, está a expressão Meninos de rua, usada desde a metade da década de 1980 até 2012, e mais 5 entradas com Menino de rua.

O material apresenta ainda mais 8 entradas com a expressão Crianças de rua, 1 entrada com Criança de rua, e 23 entradas com Menor de rua/Menores de rua, que podem ser considerados sinônimos utilizados para substituir a expressão Menino de rua/Meninos de rua.

Nos subtítulos, acontece ao contrário do que aparece nos antetítulos e títulos, em que a entrada da expressão Menor/Menores é menor do que a entrada do termo Criança/Crianças. Outro termo com pouca entrada nos antetítulos e títulos é Adolescente/Adolescentes, que nos subtítulos apresenta uma quantidade de entrada significativa.

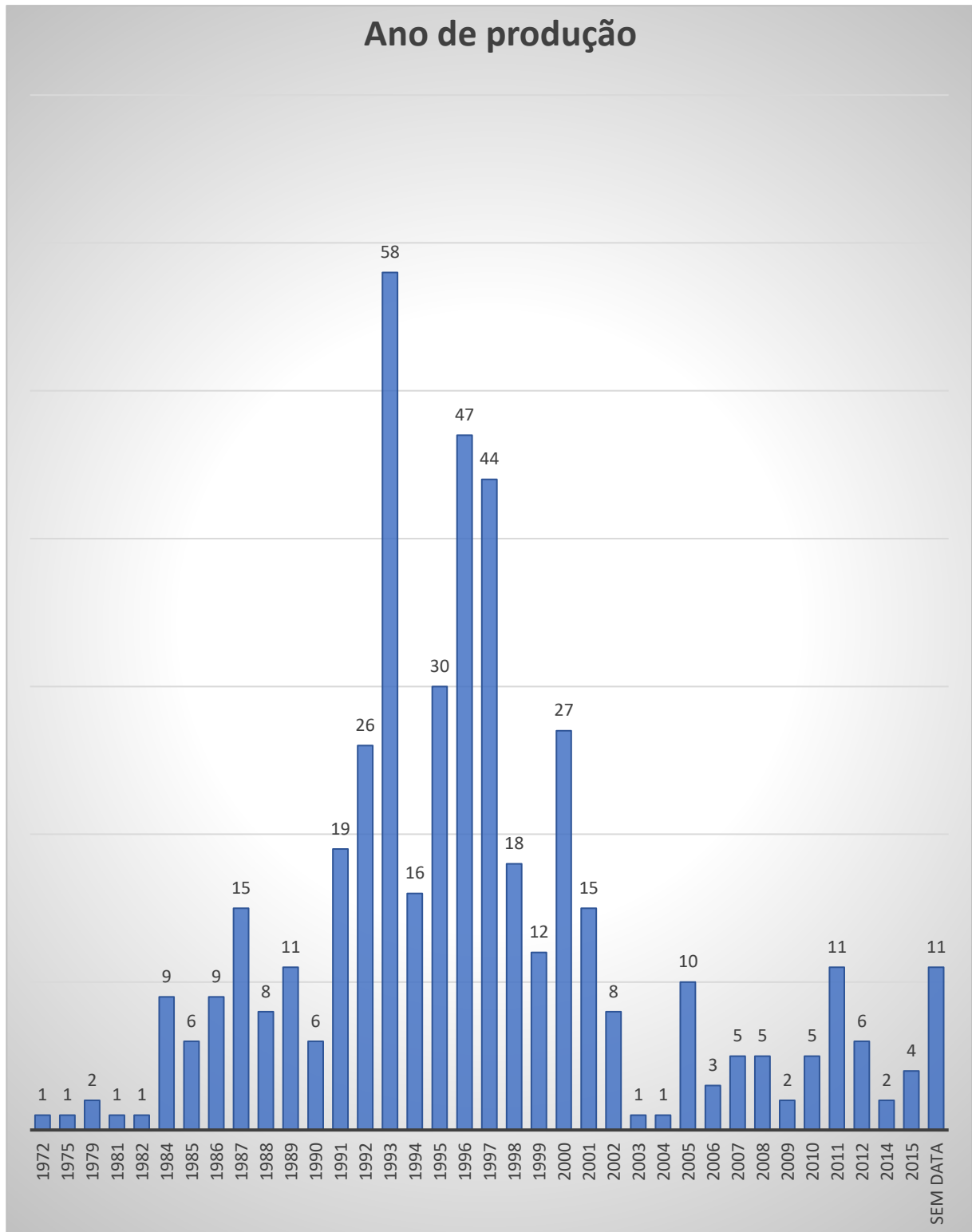
Pode-se inferir que os subtítulos precisem encontrar sinônimos para complementar a chamada do material informativo, desse modo como antetítulos e títulos apresentam o maior número de entradas das expressões Menor/Menores, o uso de termo sinônimo explicaria os números do Gráfico 6.

Gráfico 6 – Usos semânticos nos subtítulos



Fonte: da autora, 2018.

Gráfico 7 – Ano de produção do material selecionado

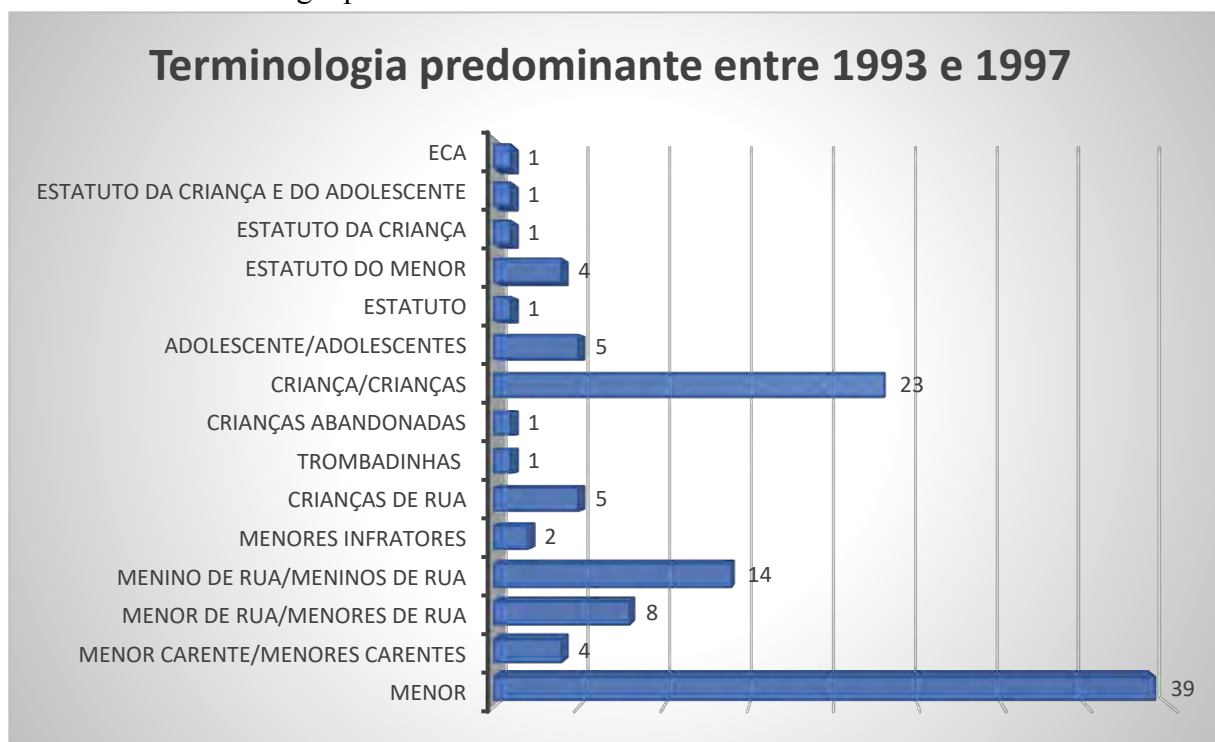


Fonte: da autora, 2018.

O maior número de unidades documentais está presente entre os anos de 1991 e 2001. É provável que nesses 11 anos a cobertura tenha sido extensa e intensa, devido à forte atuação de organizações não governamentais, desde instituições de bem-estar social (de acolhimento, abrigos, entre outras) até grupos organizados para atuar em relação à cobertura midiática do tema infância.

Há uma concentração maior de reportagens entre 1993 e 1997, somando 107 reportagens. Nos títulos dessas reportagens estão presentes as seguintes terminologias:

Gráfico 8 – Terminologia predominante entre 1993 e 1997



Fonte: da autora, 2018.

Como é possível observar nos gráficos apresentados, a terminologia Menor/Menores é a mais utilizada nos antetítulos e títulos dos materiais jornalísticos selecionados da amostra das 7 pastas da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná. Diante disso, considera-se importante debruçar-se sobre o que os títulos dessa época mostram sobre esses usos semânticos, seus sentidos e os principais temas tratados nesse material jornalístico.

4.3 O CONTEXTO SEMÂNTICO E SUAS POSSIBILIDADES: UM DIÁLOGO COM OS TÍTULOS E O TRATAMENTO DA IMPRENSA

Através dos tempos, as palavras são revestidas por conceitos, ideais, noções que vão conquistando espaços, sendo usadas costumeiramente sem uma reflexão sobre de que modo aquela palavra, frase ou expressão determina a compreensão de temas presentes no cotidiano de uma comunidade, de uma cidade, de um estado, de um país. A semântica é um ramo da linguística que estuda o significado das palavras. Quando se trata de um contexto semântico está-se referindo ao conjunto de elementos linguísticos à volta da palavra, construção, frase, ou seja, parte de um discurso. Como já foi explicado na introdução desta pesquisa, com apoio nas pesquisas de Maria Tereza Cruz (1986) e de Cremilda Medina (1996), buscam-se, nesta observação, os sentidos da semântica, interiorizados na terminologia que nomeia crianças em situação de rua, por meio da leitura cultural.

O desejo de uma sociedade organizada sem as mazelas da pobreza e do início de grandes mudanças sociais proporciona uma fácil adesão social ao ideário higienista e da judicialização das questões sociais. Por exemplo, na reportagem “Menores: como resolver o problema da marginalização? As soluções são bem poucas” (Figura 1), do Diário da Tarde, de 12 de junho de 1972, saltam as principais características do modo predominante de perceber a criança em situação de rua, como o uso das palavras “problema”, “marginalização” e “soluções”. A semântica do termo Menor/menores foi construída ao longo de muitas décadas, a partir de um ideário de civilização, com características vindas da medicina e do direito³⁰.

O título chama para uma questão sem solução, clamando por uma saída. As fotografias mostram crianças fumando, abandonadas, em bandos. A reportagem é monocausal e não apresenta a complexidade do tema. O texto conta com a observação do repórter e apenas um entrevistado, o delegado de Proteção ao Menor, ou seja, uma fonte de informação oficial, que não está ligada à cena viva da reportagem. Como apresenta a dicotômica ideia da existência de Menores e Crianças, já no título a reportagem não se abre para as complexidades da temática.

A dualidade “problema” e “solução” sobre a percepção dos menores aparece em mais reportagens: “Delinquência juvenil ainda é problema sério à sociedade” (Jornal do Estado, 22/08/1987); “Dos maiores problemas, o menor é para Londrina” (Folha de Londrina, 24/03/1990); “Menores de rua, o problema ficou crítico” (O Estado do Paraná, 27/05/1990); “Menores: um problema nas ruas de Ponta Grossa” (O Estado do Paraná, 28/06/1992); “Menor:

³⁰ Como foi visto na seção 3 desta pesquisa.

um grande problema nas ruas” (O Estado do Paraná, 30/06/1993); “Prefeitura tem solução para criança abandonada” (Gazeta do Povo, 17/05/1987); Municípios têm solução para menor carente” (O Estado do Paraná, 10/11/1992); “Menor de rua: a solução pelo trabalho...” (O Estado do Paraná, 08/06/1993); “Ponta Grossa busca solução ao menor” (Gazeta do Povo, 27/03/1996). Além da visão dual sobre as crianças, as reportagens têm em comum as fontes oficiais como principal argumento informativo, não apresentando as relações sociais complexas nem as intercausalidades da carência das crianças e suas necessidades, por exemplo.

Figura 1 – Diário da Tarde, de 12/06/1972



Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

A visão do “menor problema” é corroborada por outra reportagem do *corpus*. “Menor carente, um deficiente que a própria sociedade gera” (Figura 2), publicada na Gazeta do Povo, no dia 26 de agosto de 1981, conta a pesquisa de duas professoras de uma universidade paranaense sobre as disfunções psicossociais do menor carente. A palavra “deficiente” é uma provável conclusão do repórter, pois não há no texto evidências de que essa palavra tenha sido dita por uma das pesquisadoras. As fontes de informação da reportagem são, além das professoras, uma pesquisa divulgada pelo Globo Repórter da Rede Globo, sem referenciar tais dados, apenas endossa o que o programa jornalístico informou, a fala do Ministro da Justiça via outros jornais de circulação nacional, a revista *Time* de 1978, com dados sobre o tema, e conferencistas da IX Conferência de Educadores do Distrito Federal. A reportagem mais parece uma colagem de informações obtidas em fontes diversas e desconhecidas. Não há precisão dos dados, nem integridade das informações republicadas, apresentando um quadro de difícil compreensão para o leitor. Há um tom opinativo bastante característico das tribunas. O conteúdo está disposto em uma página inteira de jornal tamanho *standard*, com retrancas e fotografias. As imagens reforçam o abandono – também em família -, o bando, a miséria.

A expressão “menor carente” aparece, também, em uma série jornalística intitulada “Menor carente: problema de adulto” (Figura 3), que apresenta o tema em cinco reportagens, que abordam questões fundamentais para a sociedade: “Assim nasce um marginal” (Folha de Londrina, 21/11/1989); “Menor delinquente apanha da vida e também da Polícia” (Folha de Londrina, 22/11/1989); “Salvos por um milagre” (Folha de Londrina, 23/11/1989); “Oferecendo assistência antes que o menor dê o último passo” (Folha de Londrina, 24/11/1989); “A árdua tarefa de retirar os menores da delinquência” (Folha de Londrina, 25/11/1989). Aqui, a noção do menor como problema evidencia-se nos títulos e nos textos das reportagens. As reportagens são do final de 1989, poucos meses antes da aprovação do ECA, e representam como essa questão da criança carente está emergente na sociedade, assim como apresentam as dificuldades para encontrar uma solução de inclusão. Do mesmo modo, essa série expõe uma visão fatalista: há pouca esperança para essas crianças e adolescentes. Para salvá-las, é preciso muito esforço e dedicação do Estado.

Figura 2 – Gazeta do Povo, de 26 de agosto de 1981

Menor carente, um deficiente que a própria sociedade gera

26-08-81
GAZETA DO POVO

Reportagem de Edgard Malach

O "Ano Internacional das Pessoas Deficientes" não só visa alertar a população para uma receptividade maior aos deficientes físicos - como muitos entendem - mas também pela existência de maior preocupação com o menor carente, que é um deficiente social. E uma expectativa para no ar. Se atualmente temos nosso país repletos destes seres tidos como um "problema", o que será então que diremos dentro de 20 anos? A dissociação que se faz do deficiente físico e do deficiente social poderá levar a nação brasileira a viver momentos dramáticos, se uma consciência verdadeira em torno do assunto não vier a existir.

Em seu livro "Distúrbios Psicossociais do Menor Carente", as professoras Dorothy Gomes Carneiro e Heloisa Luck, da Universidade Católica do Paraná, abordam o assunto de forma exemplar, dedicando o trabalho para profissionais de várias áreas. A obra é fruto do interesse pela busca de melhoria das condições que vivem uma grande parte de nossa população, e do sentimento de que é necessário dar-se, aos que agem diretamente com a criança carente, um melhor conhecimento da realidade de suas condições físicas, sociais e culturais - para que possam compreender e interpretar comportamentos à luz dos fatores a eles relacionados.

As autoras afirmam que a preocupação constante com a situação do menor carente já existe há longo tempo em suas atividades e dizem que "infelizmente ela tem sido reforçada, a cada dia que passa, pelo agravamento da situação em nosso país, que tem formas verdadeiramente chocantes". Assim, as últimas pesquisas realizadas ao final de 1980 comprovam o aumento populacional, no Brasil, contrastando nas populações de baixa renda. Isso resultam dados peraltadores, tais como os apresentados pela TV Globo, em 06/01/81, no programa "Globo Report", no qual se afirmou a existência de 30 milhões de crianças carentes no país que não dispõem das menores condições de atendimento nas áreas de saúde, higiene, alimentação, habitação, e educação, e que totalizam, para vergonhosa nota, 1/4 da população brasileira.

ESCÂNDALO SOCIAL
Os dados, no entanto, podem sofrer alguma alteração quando apresentados por outras fontes. O Ministério da Justiça, em destinação di-

Fotos de Reinado Guidolin.

A existência de 30 milhões de menores carentes, dos quais 400 mil vivem no Paraná, é motivo para preocupação governamental no sentido de que o tal contingente de crianças não torne-se a geração perdida do Brasil - como afirmava recentemente a revista "Times". Por isso, diz-se que o problema continua dentro de 20 anos o país estaria sobrecarregado com milhões de adultos, subalimentados, subdesenvolvidos e desprovidos das bases mínimas de educação. Outros dados afirmam de atendimento ao deficiente social, mais conhecido como menor carente ou abandonado.

alimentados, subdesenvolvidos e tão desprovidos das bases mínimas de educação, que seriam totalmente incapazes de alcançar qualquer processo de civilização e de desenvolvimento humano.

AÇÃO DECISIVA
Os dados e estudos apresentados exigem mais que uma ação decisiva e urgente de todas as áreas do governo, também uma ação comunitária, mais realista - com o objetivo de tentar conseguir, em tempo menor possível, a recuperação humana, social e econômica de tão grande contingente populacional. Muitos vivem em total abandono, mas que também poderiam vir a contribuir para o desenvolvimento da nação, antes que esta seja sufocada - em seus sonhos de destino histórico - pela fome, miséria e ignorância.

Conforme as professoras da UCP, Dorothy Gomes Carneiro e Heloisa Luck, todos os que conseguiram destacar-se social, cultural e profissionalmente, são, de certo modo, responsáveis pela trágica previsão da revista "Times" de alguma forma deixarem, por omissão ou desleixo, de agir com o objetivo de mudar. Além disso pode-se afirmar que se não fora o feroz egoísmo daqueles que ignoram o outro e suas necessidades, preocupando-se apenas com a própria melhoria, auto-realização e sucessos profissionais, esquecendo-se totalmente dos menos afortunados, não haveria a cada ano que passa um grande contingente social com ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais em maior número, abandonados e carentes.

AS AUTORAS
Dorothy Gomes Carneiro é Psicóloga, Conselheira Estadual de Educação (PR) e Professora da Universidade Católica do Paraná, e Heloisa Luck é doutora em Educação pela Columbia University, professora da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Católica do Paraná. Elas são autoras do livro "Distúrbios Psicossociais do Menor Carente", lançado em Curitiba no mês passado e que é destinado a agentes de ajuda do menor carente, tais como o assistente social, fonoaudiólogo, médico, orientador educacional, professor, psicólogo e recreacionista, assim como para aqueles que atuam nos mais variados setores de atendimento como o assistencial, clínico, correccional, educacional e judicial.

No Brasil, trinta milhões de crianças abandonadas



Catando papel velho, eles fazem deste subemprego o meio de subsistência.

No Brasil, as últimas pesquisas alertam para a existência de 30 milhões de crianças carentes, crianças essas que não dispõem de condições mínimas necessárias para o desenvolvimento nos aspectos físico, emocional e cognitivo, pela quase total carencia de atendimento nas áreas de saúde, higiene, alimentação, moradia, amparo psicológico e estimulação adequada. Tais crianças são naturalmente candidatas ao título de deficientes, o que seria perfeitamente modificável, caso lhes fosse dado o cuidado de que necessitam.

No Paraná, há um ano atrás, dados oficiais da Secretaria da Saúde e do Bem Estar acusavam a existência de 200 mil menores abandonados. Hoje, entretanto, este número deve estar na marca dos 400 mil ou seja, quase meio milhão de crianças que não estudam e que dentro de mais alguns anos serão o retrato da realidade atual. Enquanto a preocupação está no combate à violência, multiplicam-se as possibilidades de uma catástrofe futura, quando as inofensivas crianças de agora, serão homens sem noção do bem ou do mal - e na certa geradores de uma violência ainda maior.

Os conferencistas participantes da IX Conferência de Educadores do Distrito Federal, no último mês de junho deste ano, debateram o tema "A Integração Comunitária das Pessoas Deficientes". Eles deram ênfase especial à necessidade de atendimento, em nosso país, do deficiente social, isto é, da criança que é levada à deficiência pela situação de extrema pobreza em que vive, resultante da baixa renda de seus pais, levando-a a ter uma alimentação deficiente, empurrando-a para a periferia das grandes cidades e dificultando o atendimento especial de que necessita. Ficou um alerta, ainda, para a necessidade de manter-se uma visão geral do problema e a necessidade de atendimento aos deficientes sociais.



Uma cena comum hoje: famílias inteiras abandonadas pelas ruas da cidade.

Máfia do papel

Durante o dia, mas principalmente à noite, milhares de menores empurram carrinhos de madeira lotados de papel. A grande maioria dos trabalhos muito para ganhar pouco, não possui estufa, passa frio e fome, e apresenta em grau de pobreza elevado - se comparado com os das crianças que levam uma vida normal. É o deficiente social caribenha, esquecido como todos os da sua espécie espalhados pelo Brasil e pior do que isso, explorados por uma verdadeira "máfia" do papel velho.

Os cálculos dizem que somente na capital paranaense devem existir entre 40 e 50 mil menores carentes, escondidos nas favelas, nos terrenos baldios e nos lugares abandonados das 5 às 17 horas; e perambulando na busca de papel das 17 às 5 horas da manhã, o que lhes proporciona algumas moedas. Perguntar pelos pais é o mesmo que perguntar por Deus - eles sabem que existem, mas vê-los é coisa difícil, já que o "trabalho" a que são submetidos não lhes permite folgas, a não ser para dormir.

Em resumo, esta é a vida das crianças carentes em Curitiba. Exploradas, mal-alimentadas, sujas e sem estudo, elas ainda persistem em sobreviver, numa luta angustiante e inconsciente, e que revela o perigo social por que passamos. Se não abortirmos os olhos, estaremos correndo o risco de dissimar a sociedade "num escândalo brasileiro", segundo a própria revista norte-americana "Times".



Abandonados à própria sorte, buscam na caridade um meio para sobreviver.

Educação deficiente, uma das causas da marginalidade?

Na tentativa de solucionar o grave problema do menor carente, notam-se algumas ações da escola pública paranaense. Projetos tais como o SE-DE (Sistema Especial de Promoção Educativa do Menor), iniciado em 1979, atinge uma clientela carente de 7 a 16 anos, que não frequenta a escola e nem está integrada na força de trabalho; também os projetos Novas Metodologias e Recuperação Paralela, introduzidos em 1975, já alcançaram 20.400 crianças.

O mais recente é o Programa de Antecipação de Atendimento aos Alunos que Ingressarão na 1ª Série, e que atendeu, modestamente, no ano passado, a 1.200 alunos em 7 estabelecimentos es-



Criança amparando criança: o sentimento de solidariedade em meio à dificuldade.



criticando-a duramente, por não os ter atendido adequadamente e nem ajudando-os da forma adequada. A ultrapassar suas condições de baixo nível social e de ignorância que levam a subemprego social, a uma participação em decisões comunitárias.

Elas explicam que, por este motivo, o sistema de educação - mesmo quando de um preparo especial - sentem-se cada vez mais envolvidos com a busca de soluções para as crianças que, além do mais, após a escola como desajustados sociais, brios, comportamentais, desenvolvidos inadequadamente, defasagem cultural e as características de debilidade men-

Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Figura 3 – Série “Menor carente: problema de adulto” - Folha de Londrina, novembro de 1989

Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Na reportagem “Na Boca Maldita menores carentes revelam seus...sonhos e pesadelos” (Figura 4), veiculada no jornal O Estado do Paraná, em 25 de agosto de 1984, esboça-se um estado de *estar afeto a*, assim denominado por Cremilda Medina. É curto, rápido, quase passa despercebido. A repórter sensibiliza-se com a presença das crianças, não por sua carência econômica, mas por perceber que elas estão ali como protagonistas, pintando faixas, criando diálogos, mostrando-se.

Apesar de claramente a reportagem ter sido pautada pela Pastoral do Menor, entidade que organizava o evento com crianças de rua, o texto mostra que a escolha foi tentar passar um pouco da cena viva dessas crianças. Mesmo que o tratamento inicial, principalmente a partir do título, confirmado na diagramação, tenha sido dicotômico e, de certo modo, maniqueísta, há um esforço para ouvir o que os “menores carentes” têm a dizer.

A abertura do texto tenta construir uma imagem na mente do leitor, descrevendo quais são as atividades desenvolvidas naquele evento especial. Ao mesmo tempo, equilibra com informações pontuais, necessárias para a compreensão do fato. Há uma condução leve entre a descrição do local e das atividades, as informações principais do evento, e as falas dos entrevistados, como o padre coordenador da Pastoral do Menor e os “menores carentes”. Em determinado ponto da reportagem, são nominados apenas de “carentes”, demonstrando a força da leitura da cena viva pelo mediador social. A contradição social, dos conflitos, do cotidiano, faz-se presente, também, no Jornalismo.

Figura 4 – O Estado do Paraná, de 25 de agosto de 1984

Na Boca Maldita menores carentes revelam seus... Sonhos e pesadelos
Estado do Paraná
25-8-84

Pesadelo, policiais em seu encalço...

MÚSICA, desenho, canto, mímica e cartazes foram alguns dos instrumentos através dos quais os menores carentes externaram suas reivindicações à sociedade, no entanto, os depoimentos individuais, colhidos um a um durante o Fórum realizado na tarde de ontem, na Boca Maldita, tornaram clara a penosa situação vivida hoje por nossos menores carentes, cujo constante clamor é por empregos e atenção.

O Fórum que reuniu centenas de pessoas faz parte do programa da Semana do Menor — iniciativa da Pastoral do Menor da Arquidiocese de Curitiba, que teve início no domingo passado e se estenderá até amanhã, dia 26, visando integrar as forças da sociedade para tratar do problema da criança carente, como a definiu o padre Jorge Galhiani, da paróquia Nossa Senhora da Luz, de Pinhais (município de Piraquara), e coordenador da Pastoral.

Segundo as estatísticas apresentadas pela Pastoral do Menor no início da semana, existem em Curitiba aproximadamente 300 mil menores carentes abandonados. No Brasil esse número chega a 25 milhões, o que representa 21% da população total do País e 41% da população até 18 anos. Participaram do Fórum de menores vários grupos de rua, de comunidades, entidades e escolas, num total aproximado de 300 crianças e adolescentes, realizando apresentações

esportivas, pretendendo sensibilizar a opinião pública para a existência do problema.

“O menor é esperança”, diz o padre Galhiani. No entanto, para ele, a comunidade deixa de lhe oferecer condições de vida, e o menor é de responsabilidade da comunidade. E é dessa forma que a Semana do Menor tenta abrir os olhos e o coração da sociedade para o problema, colocando, como diz o slogan, “Meu sonho em suas mãos”. Isto porque o menor carente tem apenas sonhado, e seus pequenos sonhos dependem da boa vontade da comunidade.

Triste situação, constata-se com um curto “bate-papo” com qualquer um dos menores carentes da cidade. Que sonhos podem ter esses adolescentes e crianças que dormem sob marquises, amontoados, ao relento, nas ruas do Centro de Curitiba? Pesadelos, talvez. Eles, que ficam sentados nos bancos da Rua XV, das praças, esperando o sono chegar e o ruído dos veículos e transeuntes diminuir para poderem se amontoar uns sobre os outros e dormir, quando muitos têm pesadelos com policiais e viaturas no seu encalço. Outras vezes sonham com empregos, uma cama macia, quente, um lar. Ou ainda, seu maior desejo pode ser um mergulho numa piscina de água azul, como aquelas frequentadas pelas crianças ricas.

Tudo isto foi citado pelos carentes no Fórum da Boca Maldita, e mais algumas frases, bem pessoais, mas que

poderiam com facilidade ser colocadas nas bocas dos outros demais menores da cidade. Vale à pena citar algumas, como a da menina Nilisiani do Rocio Goulart, de 14 anos, e que mora na Favela do Capanema e estuda na escola Manoel Ribas: “Falta material escolar pra gente, lápis, caderno. E também um parquinho e brinquedos”.

O sonho da desconfiada Tereza, da mesma escola de Nilisiani, é brincar na piscina do Colorado: “só rico entra em piscina”, diz ela. E explica que quando há um banquete, o menor poltrô é expulso. As duas adolescentes explicam que trabalho também é problema para elas, que agora têm ocupação por causa de um grupo de voluntários que está realizando hortas comunitárias no Capanema, chegando a alugar terrenos no Quabirubá.

Mas a reivindicação de Luiz Fernando Ferreira, de 15 anos de idade, e que ontem tentava vender peças de artesanato que ele e seus companheiros fazem no Centro de Atividades Educacionais e Laborativas (o Cael — mantido pela Prefeitura e que funciona na Rua Trajano Reis) é a mais simples e ao mesmo tempo a mais complexa de todas: uma casa para dormir. Isto porque Luiz Fernando e seus 23 companheiros dormem nas ruas da cidade. São eles que temem a chuva, o frio, e os homens da polícia.

Segundo Luiz Fernando, durante o dia ficam no Cael aprendendo artesanato, marcenaria e outras atividades. Lá

Sonho, uma casa para dormir...

recebem todas as refeições, das 7 às 17 horas e R\$ 25 mil por mês. No entanto, após às 17 horas tem que sair para as ruas à procura de um canto para dormir.

Um palhaço começou a animar o Fórum, o Zé Preguiça. Interessado, entre um olhar perscrutador e outro, o jovem Sidmar Martins, interno da Escola Queiroz Filho, e Piraquara (espécie de estabelecimento penal destinado a menores), disse que foi parar lá por descuido, por “ter sido pego sem fazer nada num bar pela polícia”. Segundo ele, o juiz decretou sua detenção, embora tenha pais vivos. Sidmar vive os sete meses na Queiroz Filho como “um período de férias”, e só lamenta não poder estudar lá, pois está na 5ª série e lá só tem até a 4ª série do primeiro grau. Ele só espera justiça, já que diz não ter cometido nenhum crime que mereça punição. E além disso, espera obter emprego, quando deixar a Queiroz Filho.

Frases como “você não pode ficar omissivo diante desta situação”, “quem cala sobre teu corpo comenta na tua morte”, “por que só nos olham como bandidos e não escutam nosso grito?”, ou desejos como “queremos que a polícia aja com mais justiça, que as pessoas nos tratem com carinho, mais trabalho e menos violência e mais segurança” exprimem o universo dos menores carentes, já que foram eles os autores dos cartazes espalhados na Av. Luiz Xavier durante o Fórum. Será que serão atendidos? □ SUZANA BRANCO

Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Figura 5 - O Estado do Paraná, 16/01/1984

MENOR CARENTE - INSTITUIÇÕES

Jornal O ESTADO DO PARANÁ - Curitiba, 16 de Janeiro de 1984

A reintegração pelo trabalho

Entidade londrinense reintegra meninos de rua inserindo-se no mercado de trabalho

Célia Baroni

Londrina (Sucursal) — Esporte, lazer, carinho, educação e trabalho são, comprovadamente, o caminho para a recuperação dos menores de rua. A receita já foi provada pela Acalon — Associação da Criança e do Adolescente de Londrina — mais conhecida como Escola Oficina. Localizada nos Cinco Conjuntos, ela é responsável pelo acompanhamento de 127 menores de sete a 18 anos de idade. A maioria deles estava nas ruas de Londrina, muitas vezes drogados e vivendo na marginalidade. No seu primeiro ano de existência, a Escola Oficina computa resultados que não poderiam ser melhores. Cerca de 90% dos menores que frequentam a instituição voltaram a conviver com a família e os demais estão nas Casas de Convivência mantidas pela Acalon ou prefeitura.

Cerca de 90% dos menores que frequentam a Acalon voltaram a conviver com as famílias. Os demais estão nas casas de convivência mantidas pela entidade ou pela prefeitura.

Romeu Édson Paulino, professor há 33 anos e coordenador administrativo da Escola, conta que o começo foi difícil. "Hoje eu me sinto realizado em ver muitos dos nossos menores inseridos com sucesso no mercado de trabalho. Um resultado que não esperava colher tão cedo". Ele diz que as crianças chegam sem nenhuma noção do certo ou do errado e conscientes apenas da lei das ruas, "a da sobrevivência". "Os menores demonstram

responsabilidade e estão fora de casa por falta de estrutura familiar. Ao contrário das escolas convencionais, a Acalon tem muros baixos, espaços e portões abertos. "Os menores ficam aqui porque querem, não estão presos. Eles sabem, no entanto, que se ficarem, têm de obedecer as normas da casa" — explica Paulino que afirma ter encontrado menos problemas e mais respeito no atual trabalho no que nas escolas onde lecionou ou foi diretor. Esta liberdade com responsabilidade é trabalhada todos os dias. De manhã, quando eles chegam, definem juntos quais serão as regras do dia e as punições para quem infringir as determinações.

Semiprofissionalizantes
A Acalon é conhecida como Escola Oficina

de se sustentar com a produção dos alunos. Segundo Paulino, esta perspectiva não assusta, porque acredita que somente a produção de pães e ovos será capaz de contribuir com mais de 60% dos gastos. O trabalho dos menores não sai de graça. Cada um recebe 25% do salário mínimo, alimentação, roupa lavada e tem permissão de comprar no posto de vendas a um preço 20% menor, além de descontar só no pagamento. O salário varia de acordo com a participação do menor nos serviços.

"Temos alunos aqui, que já passaram por todos os cursos antes de decidir por uma área. Outros, mesmo estando aptos para trabalharem em um setor, acabam preferindo um outro emprego".

Ano novo
Este ano as coisas mudam na Acalon. Para participar da Escola Oficina, os menores terão de estar inscritos no ensino regular de escolas estaduais ou municipais, e passam a frequentar os cursos profissionalizantes somente em meio período. Isto vai possibilitar que o número de vagas suba para 300, dobrando a capacidade de atendimento da Acalon. "Mesmos os menores frequentando a escola regular, nós vamos acompanhar o seu desenvolvimento lá e aqui" — assegura Paulino.

Os meninos participam de cursos semiprofissionalizantes, como o de auxiliar de cozinha.

Os alunos produzem alimentos e confeções, que são vendidos à comunidade externa.

porque oferece aos menores cursos semiprofissionalizantes em áreas variadas. Os alunos podem escolher participar das aulas de auxiliar de padaria, eletricitista, cor

te e costura, cozinha, lavanderia industrial, horta e aviário, limpeza e tratamento de piscina. A intenção é oferecer opções de trabalho para estes menores e ao mesmo tempo, provocar a sua volta à comunidade. "Temos alunos aqui que já passaram por todos os cursos antes de decidir por uma área. Outros que, mesmo tendo concluído um determinado curso e estarem aptos a trabalharem no setor, preferem outro tipo de emprego" — conta Paulino.

Tudo o que é produzido na Acalon é vendido no posto de vendas onde a comunidade encontra pão, ovos, e confeções em geral, tudo feito pelos alunos. Os recursos para manutenção da Escola vêm do governo do Estado, mas a partir de 95 ela vai ter

Além do trabalho, os meninos têm horas de lazer e descontração.

Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

A questão do trabalho e da profissionalização da criança carente tem presença certa nos veículos. O trabalho foi um ponto fundamental no debate sobre a questão do menor, desde o fim do século XIX, e está relacionado à educação, como aponta a pesquisadora Irene Rizzini (1997). Para o regime médico-jurídico-assistencial, faz-se necessário educar a criança pobre para o hábito do trabalho, para aprender as regras da boa convivência social. Essa visão está presente nas reportagens sobre as crianças carentes ou de rua ainda no século XX, ou seja, o trabalho pode recuperar, reformar, prevenir, afastar as crianças do vício e dos seus costumes sociais, adquiridos na família ou na falta de um contato familiar estruturado. Nesse modo de perceber a infância, está a visão do filósofo John Locke de que a criança é uma “tábula rasa”. Desse modo, é preciso determinar o conteúdo a ser inscrito nessa folha em branco e criar a oportunidade para que isso aconteça, assim toda criança, principalmente as que pertencem às classes menos favorecidas, poderão ser salvas. Afinal, elas são o futuro da nação, mas precisam ser salvas delas mesmas e das influências de seu entorno.

“A reintegração pelo trabalho” (O Estado do Paraná, 16/01/1984) é uma reportagem que trata da Escola Oficina de Londrina, norte do Paraná. Nos anos 1980, as Escolas Oficina surgiram com o objetivo de atuarem como contraturno para crianças e adolescentes, promovendo a aprendizagem de ofícios, adequados à idade de meninos e meninas e, também, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dos anos 2000 em diante, as Escolas, apesar de serem autossustentáveis, passaram a sofrer fiscalização do Ministério do Trabalho. A maioria dessas Escolas foi fechada no Estado.

A reportagem destaca o trabalho desenvolvido por essa instituição, como oferecer cursos semiprofissionalizantes e conseguir promover a reintegração de meninos de rua ao mercado de trabalho e à sociedade. No texto da reportagem, há o uso do termo menores, não de forma pejorativa, mas como sinônimo de menino de rua, termo usado já no subtítulo. Há um único entrevistado, o coordenador administrativo da Escola e professor. A fotografia que abre a página mostra os meninos aprendendo a trabalhar como auxiliar de cozinha. Outra imagem mostra a plantação de alimentos que os alunos fazem e que vendem para ajudar na manutenção da Escola. A terceira foto, no canto inferior esquerdo, elenca outro elemento importante para a educação dos meninos de rua: as horas de recreação e lazer. Faltou mesmo ouvir os meninos de rua.

Em “A educação através do trabalho em benefício do menor carente” (Jornal do Estado, 31/07/1987) há a mesma visão sobre educação e trabalho para a criança pobre, como na reportagem comentada anteriormente. Apesar de apresentar maior número de fontes de informação ou entrevistados, a reportagem tem uma abordagem oficial, inclusive com a citação do nome do governador do Estado na sexta linha do *lead*, seguido pelo nome da primeira-dama, que está comandando os trabalhos para a recuperação dos menores carentes. (Figura 6).

O mesmo enfoque é apresentado em “Cursos profissionalizantes retiram os menores das ruas” (Jornal do Estado, 17/06/1992) e “Foz luta para dar emprego a menores carentes” (Folha de Londrina, 05/10/1993), incluindo o uso de fontes oficiais como recurso único para escrever as reportagens. A utilização da terminologia “menores carentes”, presente no título “Cursos profissionalizantes retiram os menores das ruas”, é substituída na primeira linha do *lead* por “crianças e adolescentes”. Em seguida, há na reportagem o uso do termo “menores”, “menino e menina de rua” e assim vai alternando entre eles como uma astuta saída para não repetir as palavras, regra jornalística aprendida em início de carreira. Na reportagem “Foz luta para dar emprego a menores carentes”, há emprego de recurso semelhante, o que pode indicar a variação no uso das palavras ou expressões sem a ideia do que elas carregam em sua semântica. (Figuras 7 e 8).

Figura 7 – Jornal do Estado, 17/06/1992



Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Figura 8 - Folha de Londrina, 05/10/1993

Foz luta para dar emprego a menores carentes

A Prefeitura tem vários projetos para tirar das ruas, através do trabalho, as crianças e os adolescentes abandonados



A Prefeitura de Foz de Iguaçu desenvolve vários programas para erradicar das ruas os menores carentes e, apesar de todos os esforços da Secretaria da Criança, criada em 1991, tem obtido até o momento progressos apenas parciais. A secretária da Criança, Jane Bordin, garante que "todos os meninos de rua já foram abordados", mas reconhece: "Não é possível obrigá-los a nada".

Foz do Iguaçu foi uma das primeiras cidades do interior do País a dispor de uma secretaria municipal dedicada exclusivamente a crianças e adolescentes. A Prefeitura realiza um trabalho preventivo junto a crianças carentes, para impedir que elas adotem a rua como lar. Mais de mil crianças, até seis anos de idade, frequentam as creches municipais. O Clube da Criança e o Clube da Turma, voltados para crianças de 7 a 12 anos, são mantidos com a mesma finalidade.

O Centro de Convivência, que funciona no Horto Florestal desde agosto, quando foi implantado, oferece atividades diárias para dezenas de meninos e meninas de rua, que ali estudam, se alimentam, praticam esportes e aprendem algum ofício. Trinta e seis de seus alunos dormem ali. Muitas dessas crianças e adolescentes foram empregadas, em regime de meio período, pelas secretarias municipais.

Trabalho - A Secretaria da Criança quer ampliar o mercado de trabalho para o menor de rua. Trezentas crianças e adolescentes estão cadastrados no Programa de Iniciação do Adolescente ao Trabalho à espera de uma vaga. Até o momento, 51 já foram contratados. A Câmara de Vereadores estuda um anteprojeto de lei que concede incentivos fiscais às empresas que deem acolhida ao pequeno trabalhador.

Jane Bordin ressaltou a importância de uma empresa contratar um menor carente afirmando que, para esse menor, "uma vaga no mercado de trabalho é uma vaga para a vida". O trabalho, segundo ela, é a maneira mais rápida e eficiente de tirar das ruas um menor abandonado ou impedir que um menor carente se refugie nas ruas.

Há um projeto em elaboração, cuja natureza polêmica recomenda cautela em sua aplicação. É a Associação Pró-Educação, destinada a conseguir trabalho informal para os menores carentes e que, numa primeira etapa, absorveria cerca de 30 crianças e adolescentes como guardadores dos ônibus que se utilizam do estacionamento municipal próximo à Ponte da Amizade. O estacionamento comporta 800 ônibus. O projeto é polêmico porque esbarra na lei trabalhista, que permite o emprego do menor desde que sua remuneração seja no mínimo um salário, adicionado natural-

mente aos encargos sociais. O número de menores infratores de Foz é relativamente pequeno em comparação com o de outras cidades do Estado. Apenas 31 casos foram registrados este ano. Os menores infratores são mantidos na Casa Abrigo, para onde também são enviadas crianças em processo de adoção ou cujos pais estejam disputando na Justiça a sua guarda. Trinta crianças e adolescentes estão alojados neste momento na Casa Abrigo.

A Secretaria da Criança pretende implantar, até o final do ano, duas "casas-lar", onde os menores de rua conviverão com seus "pais adotivos". O projeto é baseado em projeto similar que funciona em Curitiba e que tem dado excelentes resultados. O menor se sente mais amparado porque, depois de participar durante o dia dos programas desenvolvidos pela Prefeitura, volta para sua "casa" e encontra um casal abnegado que o trata como filho.

A Secretaria da Criança dispõe ainda da "Casa de Apoio", localizada no centro da cidade, e SOS Criança. A "Casa de Apoio", onde trabalham psicólogos e assistentes sociais, atende crianças e adolescentes em "situação de risco" - isto é, que se sentem ameaçados por colegas, familiares ou que estão com problemas de saúde. O SOS Criança funciona como nas demais cidades brasileiras: é um serviço telefônico voltado para crianças e adolescentes.

O trabalho é a maneira mais rápida e eficiente de tirar das ruas o menor abandonado

Meninos dormem no centro de Foz: à espera de "uma vaga para a vida".

Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Na reportagem "Para muitas crianças, dia de trabalho" (O Estado do Paraná, 12/10/2000), o enfoque é o trabalho infantil. No dia da Criança, com o ECA completando 10 anos de existência, a reportagem parece trazer à tona diversas vozes, incluindo a história de um adolescente que trabalhou precocemente em condições inadequadas, que, com apoio de instituições, conseguiu alterar sua rotina, para dedicar-se a estudar e a praticar atividades artesanais. Ainda assim, a voz mais forte é dada para as fontes oficiais e os especialistas. A história do garoto parece servir ao propósito de ilustrar o texto, como uma espécie de confirmação da pauta. (Figura 9).

Figura 9 – O Estado do Paraná, 12/10/2000

O ESTADO DO PARANÁ - 12/10/00 - PG.14 - CIDADES

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 12 DE OUTUBRO DE 2000

14 CIDADES

Para muitas crianças, dia de trabalho

A pesar de ilegal, o trabalho ainda faz parte do dia-a-dia de milhões de crianças.

Cinília Vegas

Hoje, quando se comemora o seu dia, muitas crianças brasileiras estarão trabalhando como empregadas domésticas, ajudando papéis, vendendo jornais, carregando caminhões, pedindo dinheiro nas ruas ou atuando em lavouras como as do fumo e cana-de-açúcar. Embora a Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílio, realizada há dois anos pelo Ministério do Trabalho, indique que o número de crianças, entre 5 e 14 anos de idade, que exercem trabalho formal e informal nos campos e nas cidades brasileiras tenha diminuído de 4 milhões em 1993, para 2,9 milhões em 1998, o País ainda tem muito a fazer para tirar suas crianças das ruas e do trabalho e inseri-las na escola.

Segundo a coordenadora do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho do Adolescente e diretora da Universidade Livre do Trabalho, Ana Maria Macedo, em 1991 o Paraná ocupava o 2º lugar no ranking nacional do trabalho infantil, só perdendo para o Piauí, Estado que ainda hoje possui um dos maiores índices de crianças trabalhando. A partir de 1998, devido a conscientização promovida por entidades públicas e particulares e programas como o *Da Rua para a Escola*, a situação do Paraná melhorou e o Estado passou a ocupar a 14ª colocação no ranking nacional. "Esse dado é um orgulho para o Estado, mas não é suficiente. A população só deve ficar satisfeita quando todas as crianças deixarem de ser exploradas e passarem a desenvolver trabalhos dentro da escola, estudando e adquirindo bases para um futuro melhor", declara Macedo.

Em todas as áreas

Atualmente, o Paraná possui oficialmente 78.889 crianças de 5 a 13 anos trabalhando no campo e 51.634 crianças da mesma idade trabalhando nas cidades. Entre as principais atividades desenvolvidas na área rural estão: colheita de alho, café, laranja, carvoarias, colheita de tomate, alho, batata, feijão e fumo. Já na área urbana, as atividades estão ligadas principalmente à indústria moveleira, confecção de artefatos de madeira, roupas, postos de combustíveis, construção civil, pequenos mercados do interior, restaurantes e residências (empregadas domésticas e jardineiras).

Macedo explica que, nos últimos anos, a população tem estado mais atenta ao trabalho infantil, pois o número de denúncias realizadas no Ministério Público tem aumentado consideravelmente. "As pessoas estão mais conscientes. Porém, é preciso que os empregadores e os próprios pais das crianças mudem de postura e sejam convencidos de que o trabalho infantil, realizado em qualquer área, gera danos, muitas vezes irreversíveis, à saúde física e mental dos menores", afirma.

Para ela, a questão econômica não é a única a fazer com que as famílias coloquem suas crianças para trabalhar. "No Brasil, o aspecto cultural é muito forte. Principalmente na área rural, os pais acreditam que se o trabalho não faz mal a eles também não faz mal a seus filhos", conta. "É muito difícil convencê-los do contrário, todo um trabalho educativo precisa ser iniciado".

Lião, drogas...

No Paraná, conforme pesquisa realizada pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), as cidades de Araucária, Maringá, Paçandu, Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Toledo, Faxinal e Londrina são as que possuem a maior quantidade de crianças trabalhando como catadoras de lixo. Já Campina Grande do Sul e Cascavel sofrem com o comércio de drogas realizado por adolescentes. Nos municípios de Paulo Frontin, São Mateus do Sul, Fernandes Pinheiro, Iriti, Imbituva, Guaraná, Rebouças e Rio Azul as principais áreas do trabalho são as colheitas de fumo. Em Curitiba, Guarapuava, Guarânia e Iviporã as crianças exercem com grande frequência atividades ligadas ao comércio. "Só a valorização da escola pode mudar esta situação", finaliza Macedo.

Violência e exploração

Alguns dados estatísticos da Unicef sobre os jovens brasileiros: 80% dos óbitos ocorridos entre pessoas de 15 e 29 anos no País são por homicídio; 1,9 milhão de jovens de 15 a 19 anos têm pelo menos um filho; 13,4% dos casos de aids são entre jovens de 10 a 24 anos.

Anda segundo a Unicef, 120 mil crianças morrem no primeiro ano de vida; 57 mil crianças vivem menos de uma semana; 140 mil crianças morrem antes de completar cinco anos de vida (número seis vezes superior que o da Bolívia).

Idade mínima foi alterada

Em 1988, a Constituição Federal dispunha que a partir dos 14 anos de idade os adolescentes estariam autorizados a trabalhar em atividade remunerada. Em 1998, entre as várias correções realizadas, ficou estabelecido que 16 anos seria a idade mínima para um adolescente poder começar a trabalhar.

Segundo a coordenadora de atenção à criança e ao adolescente da Secretaria Estadual da Criança e da Família, Maria de Lurdes San Roman, a grande desobediência à lei fez com que o governo, em 1995, implantasse o programa *Da Rua para a Escola*, que garante cesta básica no valor de R\$ 36,00 às famílias que mantêm seus filhos na escola. "É um incentivo para que pais mandem as crianças para as aulas e não tenham déficit no orçamento", conta. Atualmente, o projeto beneficia 75 mil crianças, de 23.530 famílias, distribuídas em 393 municípios paranaenses.

Já o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), criado em junho deste ano, também pela Secretaria da Criança, fornece cesta básica de 32 kg às famílias que dispõem suas crianças do trabalho e as encaminham à escola. Na zona urbana, as famílias

Lurdes San Roman: "Incentivando pais a manterem filhos na escola"

atendidas recebem bolsa de R\$ 40,00. Já na zona rural, a bolsa para cada família é de R\$ 25,00. "O Peti também fornece entre R\$ 10,00 e R\$ 20,00 para que os municípios localizados nas proximidades das áreas rurais possam promover atividades alternativas, no período em que as crianças não estão na escola", conta San Roman. Até o final de novembro, o Peti pretende expandir suas atividades para outros 33 municípios paranaenses. (CV)

Associação protege infância

afetivos, ligados a situações de coerção e submissão".

Dados apresentados pela Alpia mostram que dos 3 mil laudos emitidos pelo Instituto Médico-Legal (IML), 593 (19%) se referem a crianças e adolescentes. Em 55% dos casos, a violência foi praticada contra meninas e 45% em meninos. Do total, foram 346 de lesões corporais e 113 registros de estupro. Já o Conselho tutelar atendeu no ano passado 234 casos de agressão e 211 por maus-tratos. O estupro é a segunda maior ocorrência dos registros e as vítimas têm entre 12 e 17 anos. Em 52% dos casos, os agressores são os próprios pais.

Vera Lúcia observa, no entanto, que "esses números são incompletos e não representam a realidade. A maioria dos casos não é noticiada". Ela explica que a proposta é obter os dados em tempo real junto aos hospitais e ao Fórum de Atendimento Infantil (FAI). "Com isso, uma criança vítima de violência poderá ser identificada quando o agressor levá-la a outra unidade de saúde". (Sérgio Marquese)

Uma infância quase perdida

Até sete dias atrás, a rotina de W.S., de 13 anos, morador do bairro Parolin, em Curitiba, não era nada adequada à saúde física e a integridade psicológica de uma criança de sua idade. Além de acordar às 6h da manhã para ir à Escola Estadual Santos Dumont, onde cumpria horário integral, ele percorria, de segunda-feira a sábado, das 5h da tarde até altas horas da noite, as ruas da capital em busca de papéis jogados nas calçadas, jornais velhos e caixas de papelão.

Morando com o pai, um irmão de 15 anos, também catadores de papel, e a mãe, que se dedicava ao trabalho de casa, W.S. ganhava cerca de R\$ 5,00 por dia, dinheiro que ajudava na renda familiar. "O dinheiro era utilizado principalmente para comprar comida", diz.

W.S. conta que apenas aos domingos podia agir como uma criança normal e se dedicar às brincadeiras e aos jogos de futebol com os amigos. "Eu não tinha tempo para brincar. Se deixasse de trabalhar, meu pai não teria dinheiro suficiente para arcar com as despesas da casa", afirma.

Na escola, W.S. afirma que se sentia sozinho, cansado e sem vontade de estudar. "Era muito ruim, pois eu não conseguia prestar atenção nas explicações da professora e, às vezes, acabava dormindo em cima do caderno".

Há uma semana, a rotina do menino tornou-se diferente. A mãe e o irmão mais velho partiram para São Paulo, para trabalhar no comércio e ajudar outra irmã já casada e com filhos. Sociojal com o pai, as despesas diminuíram e W.S. pôde deixar o serviço de catador de papel para dedicar parte de seu dia a atividades artesanais promovidas pelo Instituto Sulista de Assistência Social, localizado na Vila Guairá. "Lá, ele recebe orientação de profissionais, faz novos amigos, almoça e recebe lanche da tarde. "Nesses dias, estou conseguindo me dedicar melhor aos estudos, ter tempo para brincar e dormir mais cedo", diz. W.S., que cursa a 5ª série do ensino fundamental, ainda não sabe que profissão quer exercer no futuro, mas conta que pretende continuar estudando para poder entrar para uma universidade. "É muito melhor ir à escola do que trabalhar. No futuro, quero ter uma profissão melhor remunerada e poder continuar ajudando meus pais", finaliza. (CV)

Festa para crianças carentes

Cascavel (Sucursal) - Sidnei Santos de Lima, 6 anos, ganhou ontem um presente antecipado para o Dia da Criança, comemorado hoje no País. Sidnei é um das 324 crianças assistidas pelo projeto Simples e mais Cidadão, desenvolvido pela Secretaria de Ação Social de Cascavel. Todas as crianças, carentes, ganham presentes de acadêmicos da Unipar (Universidade Paranaense).

As 324 crianças moram na região do bairro Interlagos, zona norte, onde se concentra um grande contingente de famílias pobres. O projeto Simples e mais Cidadão atende às crianças com idade de quatro a dezesseis anos e é desenvolvido no prédio da Sociedade Espírita Paz, Amor e Luz, aliado pela Prefeitura. No local, os menores desenvolvem diversas atividades recreativas, artísticas e educacionais no horário de contrarrotas escolares.

Com a festa antecipada, as brincadeiras amarram contornam o local. Alegres, as crianças se divertiram dançando, jogando capoeira e nos brincadeiras preparadas pela equipe do projeto. Para repor as energias, os funcionários distribuíram bolo, doces, cachorros-quentes e presentes. Os presentes foram doados pelos acadêmicos dos cursos de Direito e Psicologia da Unipar. Foram 344 bolas e 250 brinquedos educativos que irão permanecer no local para o uso das crianças. A acadêmica de Direito, Helei Frota Basso, disse que os brinquedos foram arrecadados pelos alunos dos dois cursos inseridos no projeto "Criança Feliz 2000", desenvolvido dentro da Unipar. Ela disse que foi a às crianças carentes da cidade. É o caso de Sidnei Santos de Lima, que certamente ficará sem presente hoje. Sidnei exibiu com orgulho a bola de plástico que acabara de ganhar dos acadêmicos. Em nenhum momento ele quis largá-la.

Sidnei disse que agora pode manter os amigos e jogar futebol no pátio da escola. As 324 crianças do projeto receberão presentes, se meninos uma bola e as meninas uma boneca. Para a maioria, o Dia das Crianças será diferente dos últimos anos, quando não houve presentes e nem festa. (Miguel Portella)

Acadêmicos da Unipar entregam presentes às crianças carentes em Cascavel.

Sidnei Santos de Lima: "Gostei do presente"

Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Já foi visto que há uma distinção entre “criança” e “menor”, construída socialmente por meio dos discursos da medicina e do direito, fundamentalmente. A historiadora norte-americana Gertrude Himmelfarb (1983; 1992) aponta para o surgimento do pensamento que ela denomina como ética do trabalho no final do século XIX, fator primordial para o desenvolvimento do capitalismo, o que abre uma possível compreensão sobre a importância dada ao trabalho para as crianças carentes.

Assim como a noção de educação é aquela que sana e salva a criança de si mesmo e de seu entorno, a educação para o trabalho é a crença de que, desse modo, a criança carente aprenderá como suprir suas necessidades, tornando-o um hábito, um modo de vida. Essa noção não é a mesma para todas as crianças. Não são todas as crianças que precisam “adquirir o hábito do trabalho” desde cedo. Essa expectativa alcança as crianças pobres, carentes, que vivem na rua, que vivem a ociosidade.

Diante desse quadro, em que há uma elasticidade permissiva para o trabalho para um grupo de crianças e não para o outro, além da exploração indevida do trabalho infantil em atividades inadequadas ao desenvolvimento infantil, é que desponta a luta pela criação de regulamentação legal do trabalho infantil. Como aponta o sociólogo Pierre Bourdieu (1989, p.238):

De facto, os esquemas de percepção e de apreciação que estão na origem da nossa construção do mundo social são produzidos por um trabalho histórico colectivo, mas a partir das próprias estruturas deste mundo: estruturas estruturadas, historicamente construídas, as nossas categorias de pensamento *contribuem* para produzir o mundo, mas dentro dos limites da sua correspondência com estruturas preexistentes.

Abordando outros aspectos, estão as reportagens sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principalmente no aniversário de aprovação da lei, 13 de julho. Tal fenômeno parece apontar para o agendamento que a própria imprensa aceita e cumpre, na correria do *deadline*. Outra característica bastante presente nesse agendamento é de responsabilidade das assessorias de comunicação das organizações não governamentais que trabalham com crianças e adolescentes, seja no atendimento ou na construção de políticas públicas ou, ainda, no acompanhamento da imprensa para um treinamento de como é possível dar cobertura mais adequada aos temas relacionadas a esse grupo³¹.

³¹ Há várias organizações não governamentais que trabalham com o tema infância e juventude, com treinamento do jornalista, ampliando a visão do profissional de comunicação sobre as especificidades, necessidades, prioridades sobre esse grupo social. ANDI – Comunicação e Direitos (Brasília-DF), Escola de Gente (Rio de Janeiro-RJ), Alice – Agência Livre para Informação, Educação e Cidadania (Porto Alegre-RS) e Agência de Notícias da Infância Matraca (São Luís-MA) são alguns exemplos de organizações que fazem esse trabalho.

Destacam-se duas reportagens. A primeira, “Poucos conhecem o Estatuto da Criança” (O Estado do Paraná, 14/07/2000), com pouca diversidade de entrevistados, aproxima-se ao paradigma do ECA com os usos semânticos “criança em situação de risco”, “crianças” e “meninos”, para apoiar a narrativa. No entanto, ao apresentar o ECA como uma “cartilha” de princípios, usando a palavra entre aspas, provoca uma dificuldade de compreensão para o leitor. Afinal, é uma lei ou é apenas uma carta de intenções? Na reportagem “ECA passa batido nas universidades” (Gazeta do Povo, 12/07/2008), o tema tratado é a falta de conhecimento da lei nos cursos superiores, como Pedagogia, Medicina e outros cursos da área da saúde, assim como no curso de Direito. A abordagem apresenta contexto, diversidade de entrevistados especialistas, relaciona a lei anterior e a lei atual (o Código de Menores e o ECA) e o protagonismo humano dos estudantes e professores se faz presente, completando o quadro de leitura cultural sobre o tema. A reportagem inclui uma leitura sobre o comportamento da imprensa na cobertura do tema, avaliando a cobertura agendada do ECA na data de seu aniversário e o silêncio posterior à data. (Figuras 10 e 11).

Outras reportagens presentes na amostra selecionada tratam do desconhecimento sobre o Estatuto, de suas possíveis falhas, de como lidar melhor com ele, da estrutura adequada para que a lei possa ser cumprida, como destacam os títulos: “Falta de conhecimento afeta a aplicação do Estatuto do Menor” (Gazeta do Povo, 28/11/1991); “Estatuto do Menor. Avanço ou entrave social?” (O Estado do Paraná, 19/08/1993); “Estatuto do Menor será cumprido” (Gazeta do Povo, 15/09/1996); “Estatuto do Menor: erros e dúvidas” (O Estado do Paraná, 30/08/1997); “PR é destaque na aplicação do Estatuto” (Jornal do Estado, 26/10/2000); “Estatuto da Criança chega à maioria pouco conhecido” (Gazeta do Povo, 19/06/2008); “No interior do PR, faltam profissionais para resolver as violações ao ECA” (Gazeta do Povo, 25/05/2014).

Quatro reportagens apresentam o termo “Estatuto do Menor” nos títulos, o que representa o paradigma contrário à lei mencionada, pois, como já foi citado, o ECA exerce o paradigma da criança e do adolescente como sujeitos de direito, negando o paradigma da situação irregular, do Código de Menores de 1979, em que o termo “menor”, já estabelecido, define os sentidos semânticos dessas crianças e adolescentes como suspeitos, problemáticos, viciados, com poucas chances de recuperação.

Figura 10 – O Estado do Paraná, 14/07/2000



Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Figura 11 - Gazeta do Povo, 12/07/2008



Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Figura 12 – O Estado do Paraná, 15/07/2001



Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Para completar a leitura do material sobre o ECA, há um texto de opinião, assinado pelo procurador de Justiça, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior Neto. No artigo “11 anos do Estatuto da Criança e Adolescente” (O Estado do Paraná, 15/07/2001), o procurador vai além de uma avaliação do ECA e tenta aproximar o conteúdo da lei dos leitores. Ao mesmo tempo que apresenta os principais conceitos, mostra que ainda há muito a ser feito para que sociedade e Estado consigam respeitar crianças e adolescentes como prevê a lei. O tratamento semântico é de crianças e adolescentes. (Figura 12).

Há, também, no *corpus*, reportagens que registram a violência sofrida ou causada por crianças e adolescentes, de 1989 a 2012, usando o deslocamento semântico entre **violência**, **crime**, **infrator**, **jovem infrator**, **adolescentes infratores**, **menores delinquentes** e o convencional **menor/menores** – com predominância. A discussão sobre o uso desses termos quando envolve adolescentes em conflito com a lei já apareceu nesta pesquisa, quando foi

abordado o caso do menino Waldik. Nessa situação, a *ombudsman* da Folha de S. Paulo, escreveu um texto em que avaliava a cobertura da morte de crianças e jovens pela Polícia Militar e pela Guarda Civil em São Paulo, publicado em 3 de julho de 2016.

Um pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) questionou o uso da expressão “menores infratores” no título de uma reportagem e sugere que a expressão correta seja “adolescentes em conflito com a lei”. Para a *ombudsman*, essa troca de expressões é de pouco uso jornalístico. Em que medida se torna pouco jornalístico usar as palavras que descrevem tal sujeito com maior precisão? Compreende-se que o jornalismo impresso necessita dizer muito em pouco espaço, principalmente na titulação das reportagens, no entanto a precisão jornalística (desde um fato, uma informação, uma expressão) é um princípio da prática jornalística e o espaço do papel do jornal é uma contingência técnica, com importância, mas não como uma base fundamental para o exercício profissional.

As reportagens “Modernidade do ECA ainda é incompreendida pela sociedade” (Gazeta do Povo, 13/07/2005) “Cerca de 60% dos jovens em conflito com a lei não cometeram crimes graves” (Gazeta do Povo, 13/07/2005) trazem ao público-leitor um material complexo, no qual o repórter tenta traçar um quadro amplo sobre a legislação da criança e do adolescente. Ao buscar um número maior de entrevistados, com experiências diversas e posicionamentos distintos em relação ao ECA, a reportagem proporciona ao leitor uma experiência de compreensão própria do jornalismo interpretativo, como nomeado por Paulo Roberto Leandro e Cremilda Medina, em 1973. (Figuras 13 e 14).

No entanto, nas duas reportagens, das quatro linhas epistemológicas, apontadas, em 1973, e desenvolvidas em mais de 40 anos de pesquisa por Cremilda Medina, há uma que não se estabelece: humanização e protagonismo. Mais uma vez, as crianças e os adolescentes não falam, não contam suas histórias. Contexto, raízes históricas, com diagnósticos e prognósticos estão presentes nas reportagens, que apresentam, também, um certo didatismo nos gráficos e tabelas. O conjunto do material é bastante informativo, porém a profundidade do olhar do mediador social exime-se de seu papel humanizador ao não trazer a voz das crianças e dos adolescentes para o jornal. Como ensina Cremilda (2003), o decisivo na prática jornalística não é outra coisa que não o contato vivo do repórter, os diálogos e os afetos.

4.3.1 Os textos de opinião

Foram encontrados 15 textos de opinião³² no corpus selecionado, desses 5 estão sem assinatura. É possível que os textos sem assinatura sejam editoriais, mas não há como realizar tal classificação de modo seguro, pois não há informações para isso. Considerou-se importante descrever cada um dos textos de opinião por traçarem uma visão abrangente do tema, de suas nuances e de como a criança e o adolescente carente são compreendidos por setores distintos da sociedade:

1) “Menor abandonado: relaxamento da autoridade ou um drama social?” – Sem assinatura (Diário Popular, 1979) – esse texto descreve a presença de crianças nas ruas, abandonadas “à própria sorte”, usando drogas, como a cola, desafiando a polícia. O artigo constata tal situação, no entanto não apresenta raízes históricas, possíveis causas e de que forma buscar uma saída para tal problema. A abordagem é a já destacada nesta tese de apontar esse menor carente como um problema, de difícil solução, mas, apesar disso, é preciso recuperá-lo. Problema – rua – recuperação. O trinômio se repete e se consolida como um discurso sobre crianças e adolescentes em situação de rua. (Figura 15).

2) Nova filosofia para o amparo ao menor – Sem assinatura (Gazeta do Povo, 09/08/1989) – esse texto se propõe a apresentar a nova filosofia de tratamento do Centro de Diagnóstico e Indicação de Tratamento (CEDIT), na capital paranaense. O artigo mostra o trabalho do CEDIT, a nova proposta pedagógica, avalia os erros e acertos da política pública voltada às crianças e aos adolescentes, a agressividade observada pelos psicólogos em meninos e meninas e aponta a dificuldade de suprir os diversos aspectos envolvidos na situação de uma criança que vive nas ruas. (Figura 16).

3) Meninos de rua ficam onde estão - Sem assinatura (Gazeta do Povo, 05/11/1989) - esse artigo critica, de forma contundente, a entrada de meninos de rua no Congresso Nacional para uma votação simbólica de aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)³³, o que é descrito como “uma grotesca encenação”. O texto condena a “invasão” do espaço do Congresso Nacional por “crianças abandonadas”, “com o fim único de granjear as simpatias da população”, com o objetivo de “dar margem à aprovação de mais um documento perfeitamente inútil”, o ECA, chamado no artigo de “estatuto do menor”. (Figura 17).

³² Um dos artigos, “11 anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente”, foi utilizado na discussão sobre as reportagens que tratavam do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

³³ Situação descrita no início do texto sobre regulações jurídicas desta tese.

Figura 15 – Diário Popular, 1979

Diário Popular - 10-79

Marginalidade começa bem cedo: Menor abandonado: relaxamento da autoridade ou um drama social?



Quantas vezes voce passa na rua, ve um menor pedindo esmolas, sentado numa porta de bar esperando que alguém pague uma chicara de cafe ou mesmo com um cigarro achado na rua na boca? Seria este pequenino o marginal de amanha? Ou talvez, voce finja nao ve-lo, preferindo que ele passe rapido e peça uma esmola a outra pessoa?

Poderiamos formular mil perguntas sobre o menor, e nenhuma delas seria respondida. A verdade - nua e crua - e que o menor abandonado, que vive perambulando pelas ruas de Curitiba, vem a mentar cada vez mais o drama social de nossa cidade. Ele cedo sai de casa em busca de alimentos. Precisa sobreviver e quando isto nao e possivel, passa de pequenos furtos como frutas e legumes, ate abrir porta de carros, levando o que encontra. Assim ele começa sua vida de crimes, mais tarde, chega ao assassinato, depois o nesidio.

É PRECISO RECUPERÁ-LO

Tem que existir uma maneira de recuperar o menor abandonado. Nao se pode aceitar este estado de coisas, porque e comum pela madrugada, bandos de garotos fazendo arruaças, perturbando a paz daqueles que dormem. Depois, cansados, se encostam em qualquer lugar, uma casa abandonada ou mesmo uma porta de bar, ali ele dorme e quando chega o novo dia, reinicia a luta para não morrer de fome. Muitas vezes, sente-se que um determinado menor pode ser recuperado perante a sociedade. Ele quer apenas uma chance, raramente dada por qualquer curitibano. Assim vai a cidade grande abrigando todos os tipos de pessoas, mas o drama maior e com a criança. Vindo de favelas, extotado de casa pelos pais, ele sai, para raramente retornar. Quando entao, crescido, perseguido pela policia.

PORQUE O ABANDONO?

E uma pergunta que nossos governantes deveriam responder. Afinal, o menor - cujo numero aumenta assustadoramente - nao merece uma oportunidade de recuperacao ou pelo menos, ser encaminhado para que possa trabalhar e ganhar a vida honestamente?

E lamentavel o estado de coisas, mas Curitiba a cada dia que passa, ve suas vias modernas, com edificios arquitetonicos, rodeado de pequenos marginais, um garoto que encaminhado, seria recuperado pela sociedade. Porém, abandonado, tem que lutar pela sobrevivencia de todas as formas. Ou pede esmola ou rouba.

Nao se pode prever ate onde ira o drama ou por ventura, a autoridade competente tomara alguma providencia.

DA COLA A MACONHA

Sem cerimonia alguma, passando ao lado dos policiais, os garotos vivem cheirando cola (aqueila de sapateiro), se dopando, para depois - criar coragem para entrar na marginalidade. Sendo da cola, ele conse que a erva e na base da maconha, fica valente e nao teme penetrar numa residencia para assaltar, matar o proprietario, conforme ja acontece em muitos casos.

Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Figura 16 – Gazeta do Povo, 09/08/1989

MEMOR CARENTE

Gazeta do Povo 9/8/89

Nova filosofia para o amparo ao menor

As criticas contra a politica oficial de assistencia ao menor carente são muitas e a principal delas indica a ineficacia dos métodos adotados para reintegrar os menores assistidos à sociedade. O Centro de Diagnóstico e Indicação de Tratamento (Cedit) - órgão vinculado à Fundação de Assistência Social do Paraná (Faspar) - instalado no Itaipua, em Curitiba, com capacidade de atender 10 menores, vem propondo uma nova filosofia no enfrentamento do problema. A ideia mostra desde novo enfoque dado à questão do menor e buscar resgatar seus laços familiares, a partir de que é possível reintegrá-lo à comunidade.

Entretanto, os resultados deste trabalho que mobiliza uma equipe multiprofissional, integrada por assistentes sociais, pedagogas, psicólogas, médicas e dentistas, além de agentes especialmente treinados para o trabalho com os menores, ainda são limitados, o que se deve a uma série de fatores. "O menor de uma certa faixa etária, que vai dos 13 aos 17 anos, encontra maior resistência na rua, sendo difícil resgatá-lo", analisa a psicóloga Roseline Dornheim. Nessa fase da adolescência, o pedido da liberdade é muito forte e na rua o menor encontra a sensação de que tudo é permitido, complementa a assistente social Elaine Medeiros de Espírito Santo.

Isso, explica, em parte, por que um significativo número de menores já aderiram diversas vezes no Cedit, retornando à rua sempre que surge uma oportunidade. "O Cedit vem desenvolvendo um bom trabalho e é oportuno que a comunidade tome conhecimento do que está sendo feito", comenta o diretor técnico da Faspar, Vinícius Oscar Kirschner. A mesma opinião é reforçada pelo diretor da unidade, Manoel Domingos Vieira, que considera o trabalho no Cedit muito exigente e cansativo, mas ao mesmo tempo gratificante.

NOVA PROPOSTA PEDAGÓGICA

O Cedit funciona 24 horas por dia, nos sete dias da semana, ininterruptamente. Para garantir esse funcionamento, o órgão conta com 73 funcionários, que se revezam em turnos de oito horas. O Cedit atende menores érfãos, carentes e abandonados. O atendimento é de caráter provisório, sem caracteristicas de contencção, embora muitos cuidados sejam tomados para evitar a delinquência dos internos - o que ocorre com relativa frequencia, uma vez que os menos que chegam a instituição possuem pouco mais de 1,5 metro.

Porém, a proposta pedagógica do Cedit é exatamente a de reter o menor o maior curto espaço de tempo possível. A permanência máxima é de 90 dias, explica Domingos Vieira. O órgão atende uma clientela formada por menores de ambos os sexos na faixa etária de 4 a 17 anos. O Cedit só recebe menores encaminhados pelo Setrem (Serviço de Recepção e Triagem de Menores) - órgão vinculado à Delegacia do Menor e pelo Juizado de Menores da Capital.

Durante o período que o menor permanece no centro, ele recebe amplos cuidados, a começar pelo vestuário e alimentação. A partir deste tratamento inicial, o menor recebe assistência médica, odontológica, além de se submeter a acompanhamento e avaliação com psicólogos, assistentes sociais e pedagogas. O setor é orientado diariamente e o menor é mantido ocupado com alguma atividade todo tempo.

As atividades são realizadas por grupos de faixa etária. O lazer ocupa boa parte do tempo, com jogos, teatro e televisão. Mas, os menores desenvolvem algumas atividades de reforço escolar com as pedagogas e trabalhos em grupo.

AGRESSIVIDADE

As psicólogas e assistentes sociais, auxiliadas ainda pelas pedagogas, estão desenvolvendo um trabalho de acompanhamento dos menores que passam pelo Cedit com o objetivo de trazer um perfil de menor carente. A principal característica já evidenciada é a agressividade destas crianças, o que é visto com muita naturalidade, dada o grau de carência encontrado nos menores. Para a psicóloga Roseline, a agressividade é usada como instrumento de auto-defesa.

Outro traço muito comum entre os menores é o QI abaixo da média. Isso se deve a falta de estimulação enfrentada por estas crianças nas diversas fases de desenvolvimento, analisa Roseline. Em função disso, a maioria dos menores carentes não apresentam pré-requisitos para a alfabetização. Os vícios trazidos da rua, como o uso de bebidas alcoólicas, de cola de sapateiro e outras drogas também é um sério obstáculo a ser superado, observa Elaine Medeiros.

Concluído este diagnóstico, o Cedit busca a melhor maneira de integrar este menor à sociedade. O primeiro objetivo é devolvê-lo à família, no caso de ser possível sua localização. Os menores de outras províncias também são encaminhados para o lugar de origem. No caso de não haver família, o menor é encaminhado para uma das 19 unidades oficiais de assistência ao menor na capital. Depois do seu deslocamento, o Cedit não faz o acompanhamento do menor assistido, o que impede o órgão de ter dados mais precisos sobre o número de reintegrações bem sucedidas.

GRUPO REINCIDENTE

Mas, o Cedit convive também com um grupo de reincidentes e o diretor do órgão não faz questão de esconder esta realidade. Ele admite que existe um grupo constituído por cerca de 30 menores, que já passaram pelo Cedit diversas vezes sem que se tenha conseguido encaminhá-los para suas famílias ou para as unidades oficiais. Domingos Vieira acredita que estes menores já formaram um vínculo muito forte com a rua, sendo muito difícil conseguir resgatá-los.

O Cedit recebe diariamente uma média de oito a dez menores encaminhados pelo Setrem e pelo Juizado de menores. O órgão conta com uma clientela média de 30 menores. Uma parcela dos menores atendidos são infratores e o destino destas é a Escola Queiroz Filho, no município de Foz de Iguaçu. A grande rotatividade de menores exige esforços permanentes com a disciplina. Contudo, os métodos usados são diametralmente opostos à violência física e aos castigos, assegura Vieira.

O Cedit se coloca com uma proposta inovadora, embora as condições apresentadas pelos menores abandonados sejam difíceis de serem superadas. Na instituição, o menor recebe cinco refeições por dia, além do vestuário completo. Domingos Vieira reconhece que é muito cruel devover estes menores para suas famílias, quando na maioria dos casos estas passam por extremas dificuldades, sem condições de alimentá-los adequadamente. Sem condições de romper com este círculo vicioso, o Cedit vê muitos dos seus esforços não produzirem os efeitos esperados. No caso de problema, está a miséria e a pobreza desassistida e contra isso não há soluções que se possa esperar dos órgãos de assistência aos menores.

Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Figura 17 – Gazeta do Povo, 05/11/1989



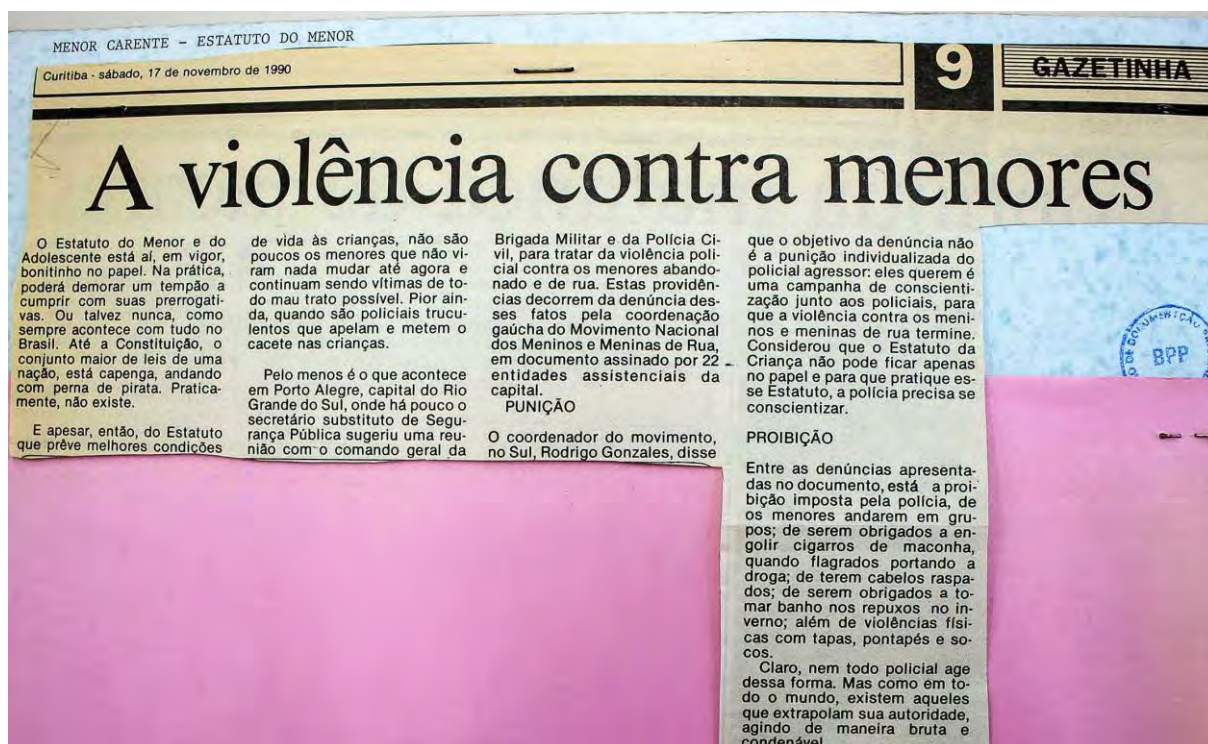
Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

4) A violência contra menores - Sem assinatura (Gazeta do Povo, 17/11/1990) –

Aborda a ineficácia do ECA e a situação da violência policial contra menores abandonados e de rua, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Sugere que a polícia precisa modificar seu treinamento, para que o ECA não seja uma lei apenas no papel. O texto finaliza dizendo que nem todos os policiais agem com violência, mas que é preciso lidar com essa questão. No canto direito superior, há a designação "Gazetinha", o que indica que esse artigo estava em um caderno produzido especialmente para o público infante-juvenil. A Gazetinha surgiu em 1973 e encerrou suas atividades em 2010, transformando-se em GAZ+, com novo projeto editorial. (Figura 18).

5) Sociedade brasileira trata o assunto de forma irrealista (Gazeta do Povo, 11/06/2011) – o texto, assinado por Marleth Silva, editora executiva da Gazeta do Povo, trata do abandono de bebês, das dificuldades impostas à adoção e relembra a Roda dos Expostos iniciada no Brasil Império. Publicado abaixo da reportagem "Bebê de 3 dias é abandonado em Curitiba", o artigo busca as razões do abandono, ao mesmo tempo em que informa à população que é possível deixar um bebê na Vara da Família, sem nenhum risco para a mãe ou a criança. No entanto, os abandonos que colocam a vida dos recém-nascidos em risco continuam acontecendo. (Figura 19).

Figura 18 – Gazeta do Povo, 17/11/1990



Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Figura 19 – Gazeta do Povo, 11/06/2011



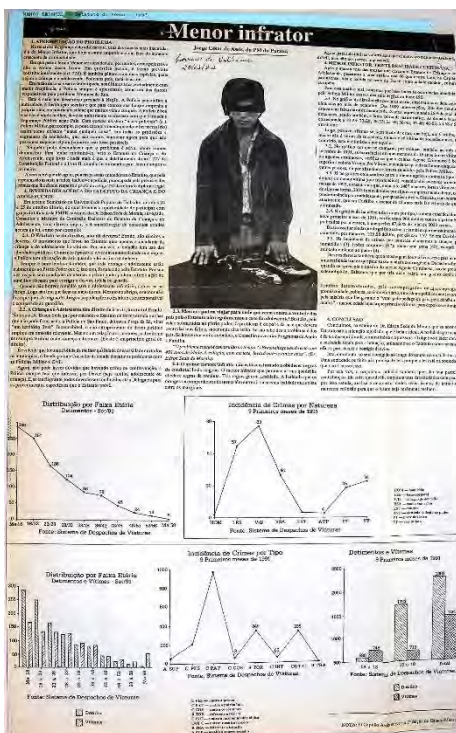
Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

6) Balanço, desafio e esperança: Ano Internacional da Criança - Eloá C. Lôr (Gazeta do Povo, 30/12/1979) – esse artigo é muito bem escrito, com muita informação e consegue aprofundar questões importantes sobre o Ano Internacional da Criança e as ações que foram realizadas com vistas à apoiar as crianças e os adolescentes. Apresenta dados alarmantes, como o número de “Cerca de 60 milhões de crianças latino-americanas que vivem abaixo da linha de pobreza crítica, situação que afeta 40% das famílias do continente.” A autora aborda desde as espertezas de certos aproveitadores do momento para ganhar dinheiro com a causa do dinheiro (um caso internacional), o registro de trabalho inadequado aos menores carentes, a miséria, as agressões físicas e o desafio urgente de transformar as crianças em sujeitos com acesso à educação, à saúde, à segurança afetiva. Não há informações sobre a autora do texto. (Figura 20).

7) O "marketing" dos defensores do menor (O Estado do Paraná, 17/11/1991) - O artigo do Juiz do Tribunal de Alçada do Paraná e membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), Moacir Guimarães, critica o ECA por considerar as leis anteriores suficientes para lidar com a questão do menor e tece várias críticas aos defensores dos menores que não desenvolvem nada prático para resolver a situação. Pede, também, apoio ao Ceja que desenvolve um trabalho importante de adoção de acordo com a lei. Ao iniciar o texto, no primeiro parágrafo, o autor usa os termos “crianças” e “adolescentes”, na sequência só há o uso de “menores” e “menores carentes”. O título pode ser considerado um tanto sensacionalista por não ter um fato ou um argumento que trate diretamente sobre o “marketing” dos defensores do menor. (Figura 21).

8) Menor infrator (Correio de Notícias, 26/01/1992) - Assinado por Jorge César de Assis, da PM do Paraná, o artigo descreve o “menor infrator”, em uma página inteira de um jornal *standard*, apontando características, a partir de dados da ação da polícia, incluindo gráficos na parte inferior da página. O objetivo do texto é defender o trabalho da Polícia Militar do Paraná em relação aos meninos de rua, esclarecendo sobre o ECA e as questões do trabalho diário para conter a violência e garantir a segurança de todos na capital do Estado, Curitiba. No segundo parágrafo do artigo, justifica o uso do termo “menor”: “Em que pese o termo “Menor” ser considerado, por muitos, como pejorativo não o vemos dessa forma. Em questões penais, é termo previsto constitucionalmente (art. 228). É também gênero, com duas espécies, quais sejam a criança e o adolescente. Podemos pois, tratá-lo assim.” A fotografia central do artigo é de um adolescente em pé, com as mãos sobre uma mesa, com algemas e duas armas de fogo. Uma faixa preta cobre os seus olhos, para não o identificar, trazendo à tona a questão da legislação, que proíbe a exposição da criança e do adolescente em situação de risco ou que tenha

Figura 22 – Correio de Notícias, 26/01/1992



Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

9) Um destino cruel: o menor carente e a criminalidade (Gazeta do Povo, 16/05/1992) - O artigo assinado pelo advogado João Farias Júnior critica o ECA e os argumentos que usa são semelhantes aos que sustentaram a aprovação do Código de Menores de 1979 e os anteriores. O autor afirma que o Estatuto é seletivo, não pune crianças e adolescentes e deveria ser revisto. O advogado inicia o texto contestando o ECA e se autoriza a usar o termo “menor”, apresentando a definição contida na lei anterior, o Código de Menores de 1979. (Figura 23).

10) Um grito de alerta aos governos, famílias e comunidades (Gazeta do Povo, 01/08/1993) - O texto é assinado pela coordenadora nacional da Pastoral da Criança e representante da CNBB no Conselho Nacional de Saúde, Zilda Arns Neumann, médica pediatra e sanitarista de forte atuação no trabalho com as crianças, que faleceu em 12 de janeiro de 2010, em Porto Príncipe, no Haiti, vítima de um terremoto violento naquele país. O tom do artigo é de manifesto e ela escreve em nome da Coordenação Nacional da Pastoral da Criança da Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) contra a chacina de crianças e adolescentes, que viviam nas ruas, na semana anterior, em frente à Igreja Candelária, no Rio de Janeiro. (Figura 24)

Figura 23 – Gazeta do Povo, 16/05/1992



Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Figura 24 – Gazeta do Povo, 01/08/1993



Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

11) Série “De menor a cidadão”: a) Os municípios e os Direitos da Criança e do Adolescente - CBIA/Paraná (O Estado do Paraná, 31/01/1993); b) Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - espaços de democracia participativa - Olympio de Sá Sotto Maior Netto (O Estado do Paraná, 20/06/1993); c) O fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - Edson Sêda de Moraes (O Estado do Paraná, 15/08/1993); d) A criança no trabalho - Sem assinatura (O Estado do Paraná, 26/09/1993) – são artigos produzidos pelo Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) do Paraná, com o objetivo de divulgar a legislação atual para crianças e adolescentes. Não foi possível averiguar se o espaço funciona como um informe publicitário, ou seja, se foi pago para divulgar os textos, ou se o jornal abriu o espaço com o objetivo de expandir tais informações.

4.3.2 Entrevistas – à luz do diálogo possível e da observação-experiência

Todas as sete entrevistas selecionadas buscam o conhecimento especializado, por meio de juízes (são três entrevistas), um procurador da justiça, um desembargador, uma secretária municipal e um pesquisador belga. “Menores de rua têm riqueza cultural” (Folha do Paraná, 06/08/1998) e “Falta infra-estrutura ao Juizados Especiais” (Revista Ideias, sem data) foram caracterizadas como entrevista, por apresentarem a visão sobre uma questão por um especialista, no entanto o formato dado a esse material foi o texto corrido informativo, como uma notícia. As outras cinco entrevistas seguiram o formato pingue-pongue, ou seja, com perguntas e respostas. Tal formato não contribui para a abordagem complexa das temáticas, principalmente por necessitar enquadrar nessa forma tanto os questionamentos quanto as respostas.

A entrevista é um dos instrumentos de pesquisa do repórter. Com os dados obtidos, ele pode montar uma reportagem de texto corrido, em que as declarações são citadas entre aspas, ou pode montar um texto tipo perguntas e respostas, também chamado pingue-pongue. É considerada por muitos pesquisadores do jornalismo como a técnica fundamental da produção da reportagem, sem ela não há reportagem, notícia, entrevista, ou outro texto informativo.

Em sua tese de doutorado, Cremilda Medina estudou a entrevista no jornalismo. Parte da tese foi publicada com o título “Entrevista: o diálogo possível”, um dos livros mais usados nas escolas de Jornalismo no Brasil. Medina (2001) considera que a entrevista precisa sair dos moldes do questionário, preso à técnica da entrevista, para estabelecer uma relação de dialogia com o entrevistado, provocando a interação social criadora. Entre sujeito-repórter e sujeito-entrevistado pode haver uma relação de diálogo, uma comunicação humana, transformando a

Figura 26 - Diário Popular, 19/11/1990

6 **Entrevista** **DIÁRIO POPULAR** Curitiba, domingo/segunda-feira, 18 e 19 de novembro de 1990

Tufi: "Crianças não passam de vítimas"



Juíz de Direito há 20 anos, com experiência em 12 comarcas do Estado, Tufi Maron Filho, 52 anos, casado, 3 filhos, está aberto ao trabalho como nunca. A causa disso tem um nome: Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma verdadeira declaração dos direitos das pequenas.

Ainda em fase de divulgação, um juiz de menores tem papel primordial para tornar esse estatuto uma realidade. Afinal, enquanto as estruturas e a própria sociedade não se adequam à nova realidade da criança e do adolescente, o juiz

correga o peso da responsabilidade de gerir humanamente todo esse processo de transição. Por isso, ele faz quantas palestras forem necessárias para esclarecer o Estatuto. "É meu dever", diz, "e o assumo com prazer", acrescenta.

Para ele, as crianças e os adolescentes carentes e abandonados, o mesmo os infratores, que necessitam de medidas sócio-educativas, não passam de vítimas das situações. Assim, também dispõe o novo Estatuto, que ainda vai demorar algum tempo para ser implantado.



DP - O Estatuto da Criança e do Adolescente não seria possível no Brasil de hoje, onde menores são vistos em cada esquina fumando, cheirando cola, abandonados à sua própria sorte?

Tufi - O Estatuto é uma realidade. Devemos trabalhar no sentido de sua consolidação. Existe um caminho a ser percorrido entre os dois Brasil: o Brasil real e o Brasil que todos desejam. Este estatuto precisará de alguns anos para ser implantado, mas não é possível. Existe muitas inovações, muita teoria, mudanças radicais da lei anterior. Ela contém muitos avanços.

DP - Quanto tempo o senhor acha necessário para que esse estatuto possa tornar-se realidade?

Tufi - Lamentavelmente, não dá para especificar o tempo necessário. Tudo depende dos órgãos envolvidos na problemática da criança e do adolescente. Eles precisam adequar-se totalmente à realidade e exigência do Estatuto.

DP - Qual o nível de conscientização desses órgãos em relação ao Estatuto?

Tufi - Até agora só temos conhecimento da divulgação do documento. Quando ele foi promulgado, em 13 de julho deste ano, sob forma da Lei 8069, foi dado um prazo de 90 dias para entrar em vigor. Durante esse período a própria lei recomendava que fosse divulgado, impresso e levado a todas as partes, entidades governamentais e não governamentais, Justiça, Ministérios, para que todos fossem se adequando à nova filosofia, à nova ética que se enxerga hoje o problema da criança e do adolescente. Então, vai levar algum tempo para que haja conscientização e para funcionar. Para se ter uma idéia, se efetivamente fossemos aplicar a lei de imediato e exigir

a adequação, muitas instituições teriam de ser fechadas.

DP - Por quê?

Tufi - A maioria das instituições não correspondem a nova realidade. O estatuto faz exigências quanto a tipos de instituições. Se pegarmos, por exemplo, os flens com referência à internação: as entidades devem desenvolver programas que observem, segundo o art. 94, os direitos de que são titulares as crianças e os adolescentes, não restringir nenhum direito e oferecer atendimento personalizado em pequenas unidades de grupos reduzidos, em suma, o estatuto pede até a separação por tipo de infração praticada no caso do infrator adolescente e tratamento individualizado para que não haja o convívio que hoje existe. No Paraná, temos duas unidades correccionais oferecidas pela Faspas, destinadas hoje a adolescentes infratores. O estatuto define como criança de 0 a 12 anos incompletos e adolescente de 12 a 18 anos e só os adolescentes podem ser infratores para o estatuto, os demais são vítimas. Em nossas unidades correccionais, os adolescentes dormem em quartos com 20 internos em cada, sem observar os critérios exigidos, como idade, por exemplo. Então, o jeito é procurar se adaptar às exigências o mais breve possível.

DP - O senhor acha que há sensibilidade por parte de autoridades públicas em relação ao estatuto?

Tufi - Esperamos que sim, porque quem não cumprir o estatuto incorrerá em crimes e infrações administrativas. Aqueles que não cumprirem as determinações, ou ofertarem irregularmente seus serviços à criança e ao adolescente, ou ainda negar assistência, estarão sujeitos a sanções.

DP - Em linhas gerais, quais as principais modificações que o estatuto traz em relação ao Código de Menores que vigorava anteriormente?

Tufi - Na realidade, a grande conquista que deu origem ao estatuto foi a Constituição de 1988, que garantiu os direitos à criança e ao adolescente. A palavra "menor" foi considerada pejorativa pelas constituintes. Por isso, o Código de Menores, de 1979, foi completamente abandonado e criou-se o estatuto, que orienta o direito integral, de acordo, inclusive, com determinações das Nações Unidas. Mudou a ética que a sociedade deve ter a problemática da criança e do adolescente. Pelo código, por exemplo, o menor era visto como uma patologia social, um objeto de medidas judiciais e só possuía um elenco de medidas que eram aplicadas indiscriminadamente a menores carentes, abandonados ou infratores. Já o estatuto vê a criança e o adolescente sob ótica diferente: o abandonado ou carente que antes era considerado em situação irregular, hoje é visto em situação de risco pessoal ou so-

cial. Essas crianças, são alvo de medidas protetoras e para os infratores há uma série de medidas sócio-educativas, como por exemplo, uma advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida. Para situações diferentes, medidas diferentes, é mais justo.

DP - É sabido que em Curitiba, grande parte dos crimes são praticados por crianças ou adolescentes, muitas vezes usados pelos adultos. O que o estatuto diz a respeito?

Tufi - A criança é realmente manipulada pelos adultos. Temos que tentar cobrir isso, as delegacias devem punir esses adultos por usar crianças como instrumento de seus crimes. Deve-se buscar reorientar as famílias dessas crianças, por exemplo. Dizem que no sul central da grande Curitiba existe, diariamente, cerca de 200 crianças lutuantes, oriundas da Região Metropolitana. São abandonadas, carentes e pequenos infratores, numa faixa etária de 10 a 14 anos. Pelo estatuto, tirando uma média, 50% são crianças e o legislador não pode fazer para punir ou aplicar medidas sócio-educativas, porque as crianças são, na realidade, vítimas da situação em que se encontram. Cabe aqui medidas protetoras. A situação é um pouco diferente em relação aos adolescentes infratores.

DP - Se uma criança de 10 anos for pega em flagrante, o que o estatuto permite fazer?

Tufi - O estatuto prevê a existência de dois tipos de conselhos (a serem criados ainda), o municipal e o tutelar. O municipal (que terá um conselho relativo a nível estadual e nacional), cuidará da implementação dessa política, da aplicação de recursos. O tutelar será um órgão (art. 131) permanente, autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento das leis relativas à criança e adolescente. É esse conselho que aplicará as leis de proteção ou sócio-educacionais. No entanto, enquanto esses conse-

lhos não forem criados, cabe ao juiz de Menores responder por suas atribuições.

DP - Como o senhor pretende agir enquanto esse conselho não for criado?

Tufi - Aqui em Curitiba, o prefeito já encaminhou à Câmara Municipal o projeto de criação do conselho tutelar, que é um importante porque a sociedade participa ativamente para a solução da problemática, ao contrário do Código de Menores que tocava a questão superficialmente. O Código era totalmente tutelar e paternalista. Quanto ao atendimento, enquanto não forem criados os conselhos, está funcionando da seguinte maneira: os adolescentes infratores são encaminhados ao Serviço de Triagem e Recepção de Menores (Setrem), criança infratora e adolescente carente e abandonado, considerados pelo estatuto em situação de risco, vão provisoriamente para o Centro de Estudos, Diagnóstico e Indicação de Tratamento (Cedid). Essas crianças não tem nenhum contato com a polícia, são encaminhados ao juiz de Menores.

DP - E o caso do "Big Noto", conhecido adolescente infrator da cidade, acusado de vários homicídios, que tipo de tratamento o estatuto prevê para ele?

Tufi - Hoje o adolescente infrator só pode ser preso em flagrante ou por ordem judicial. Neste caso, existem medidas que se pode aplicar para interromper esse processo, desde que hajam provas suficientes da materialidade do crime. A promotoria pública pode pedir a internação provisória por 45 dias

- este é um dispositivo inovador - antes da sentença. Mas para isso, é necessário que a infração seja grave. Caso contrário o infrator deverá ser liberado.

DP - Como a polícia está reagindo ao Estatuto da Criança e do Adolescente?

Tufi - Como todos os outros órgãos a polícia está tentando se adequar a ele, é claro que há muitos policiais reciosos, principalmente face aos crimes que podem ser imputados contra o trabalho deles. O comando da PM vem baixando normas corajosas para cumprir o estatuto, inclusive fez um manual de como proceder em relação à nova realidade. Esse manual tem explicações simples, como por exemplo, que crianças ou adolescentes não podem ser transportados em camburões para não agrilir uma imagem e sua personalidade. A Polícia Civil está reunindo os delegados dos distritos para orientar como proceder em determinadas situações.

DP - O que dispõe o Estatuto sobre o menor e o trabalho?

Tufi - Repete a CLT: profíbe trabalho do menor de 14 anos, a não ser como aprendiz, o que é ilegal no Brasil de hoje. Como juiz, já gostei muito da DRT, que já passou a sugestão para uma comissão formada para melhorar o estatuto, rever essa questão. Ora, para ser aprendiz deve-se frequentar o Senai ou o Senac, que são profissionais, e essas escolas exigem idade de ingresso de 14 anos. É uma incongruência da lei. Não funciona.



Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Figura 27 - Gazeta do Povo, 08/08/2000

GAZETA DO POVO 08/08/2000 pg.09

MENOR CARENTE-ESTATUTO

DIREITOS HUMANOS | DEZ ANOS DA CRIAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SERÃO DISCUTIDOS EM Foz

Procurador faz balanço do ECA

Olympio de Sá Sotto Maior Netto afirma que o Paraná evoluiu com a lei, mas ainda tem problemas

Gazeta do Povo - 08/08/2000 13:09

O BRASIL TEM 40 MILHÕES DE CRIANÇAS e adolescentes vivendo em situação de carência, ou abandonados. O quadro é alarmante, sobretudo quando se comemoram os 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Apesar disso, o procurador Olympio de Sá Sotto Maior Netto, que participou da elaboração do estatuto, afirma que existem avanços, especialmente no Paraná. Ele pondera, porém, que ainda há muitos casos de violação de direitos, a começar pela

realidade social. O que a transforma é o exercício dos direitos previstos na lei. Neste aspecto, o estatuto representa um avanço. Mas não é possível fazer uma análise sobre a efetividade do estatuto no Brasil. É necessário verificar em cada localidade quanto houve de mobilização social e de busca pela Justiça da infância e da adolescência, para garantir estes direitos. Devemos também analisar a realidade brasileira, porque estamos inseridos nela. Estamos tratando de crianças e adolescentes do país campeão mundial nas desigualdades sociais, que apresenta a mais alta taxa de concentração de riquezas nas mãos de poucos e onde a maioria da população está à margem dos benefícios produzidos pela sociedade. Acho que tem que se analisar o quadro da infância nesta perspectiva: de um país de estruturas sociais injustas, com 40 milhões de crianças e adolescentes carentes de alguma forma ou abandonados. E a tendência é piorar ainda mais.

– E por isso não se caminhou como o esperado?
– É importante se ter essa reflexão da realidade brasileira, porque uma das críticas que se

faz ao estatuto é que ele trata de um diploma legal inadequado à realidade brasileira. O estatuto é adequado à realidade brasileira de violação. Outra crítica equivocada que se faz é que o estatuto só estabelece direitos. Por que essas outras 40 milhões de crianças e adolescentes não podem exercer os direitos que os nossos filhos já exercitam?
– E qual o balanço destes 10 anos do estatuto no Paraná?
– No Paraná houve uma grande mobilização social, objetivando a implementação do que está previsto no estatuto. O Paraná foi um dos primeiros a instituir o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que permitiu a instalação dos conselhos municipais e tutelares. É claro que há problemas. Nós temos casos sérios, nas áreas de mortalidade infantil, acesso à saúde, educação e profissionalização. O Paraná tem uma cobertura insuficiente de creches e pré-escolas, o que deixa claro que falta investimento do poder público.
– Qual a avaliação do estatuto nos municípios?
– É a mesma. Para mim só dois tipos de governantes deixam de cumprir as regras do estatuto:

os ignorantes e os de má fé. Os primeiros não têm visão de estadistas sobre a importância de se investir nas crianças e na educação. Os de má fé fazem opção voluntária e, ao invés de atender os interesses da grande maioria da população brasileira, destinam recursos para os detentores dos poderes econômico e político.
– Talvez o ponto mais polêmico do estatuto seja o tratamento ao adolescente infrator. Como o senhor analisa as críticas?
– Infelizmente a mesma mobilização que ocorreu quando da elaboração do estatuto, não se deu depois. A falta de difusão adequada faz com que apareçam críticas infundadas, como a de que o estatuto significaria porteira aberta à impunidade e de que a polícia, os pais e educadores estariam de mãos atadas. Isso é equivocado. A lei prevê que nenhum infrator deixe de ser julgado. Ele pode ser preso por até três anos e as punições podem se prolongar por seis anos. O desconhecimento da lei faz com que as pessoas não procurem a polícia e os adolescentes acreditem que podem fazer o que quiserem.

“Ainda faltam investimentos do poder público”, diz Olympio

Texto é considerado adequado à realidade brasileira e suas desigualdades sociais

“Ainda faltam investimentos do poder público”, diz Olympio



Olympio Sotto Maior: "há desconhecimento do estatuto".

– ANDRÉA MORAIS

Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

4.3.3 A fotografia jornalística e a construção de “imagens”

Foram duas as fotos-legenda encontradas no *corpus*, por isso considera-se relevante tratar do impacto da fotografia no Jornalismo e, por consequência, na sociedade. Por meio do uso da fotografia no jornalismo, as pessoas passaram a tomar conhecimento pela imprensa, principalmente, sobre o sofrimento de outras pessoas. O sofrimento ou a alegria distante passa a estar próximo por meio de um retrato. De certo modo, é possível dizer que a fotografia jornalística, compreendendo-a como um instrumento comunicativo que atinge muitas pessoas ao mesmo tempo, influenciou o “modo de ver” da sociedade, sobretudo quando se trata de temas sensíveis à sua formação social, política e cultural, como a infância. (FARAH, 2012).

A filósofa Susan Sontag (1933-2004) diz que ao colocar o homem em contato com “um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas idéias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos direito de observar. Constituem uma gramática e, mais importante ainda, uma ética do ver.” (2004, p.13). Desse modo, é possível compreender a fotografia como

uma possibilidade de ser, para sempre, a extensão da visão e da memória do homem, registrando a sua história no mundo.

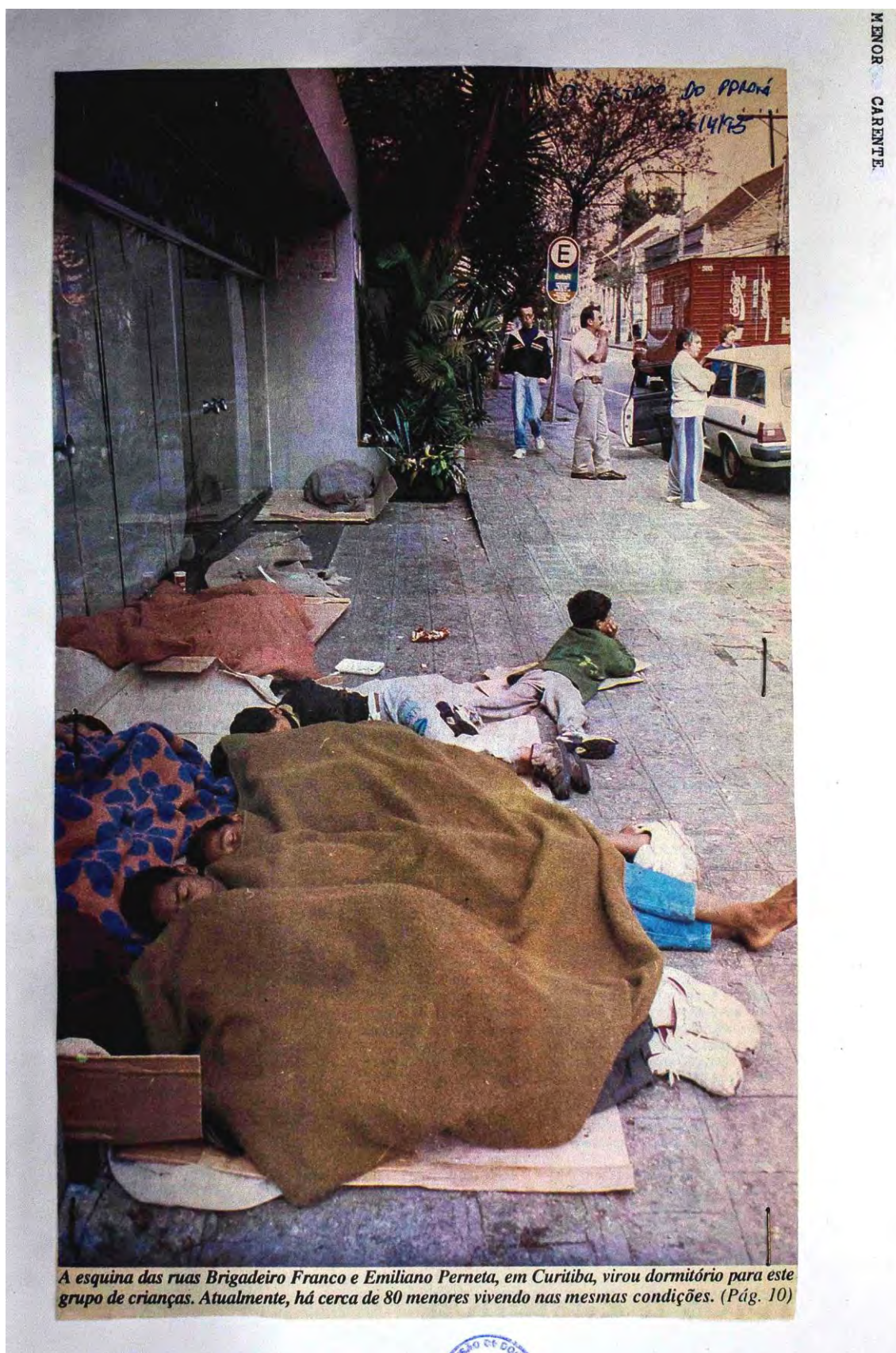
Desse modo, pode-se dizer que o homem começa a “ver”, por meio dos olhos de outra pessoa, os acontecimentos do mundo. O impacto é ainda maior porque a fotografia tem o “estatuto da verdade”, como ressalta Sontag (2004, p.16, grifo meu): “Fotos fornecem um testemunho. Algo de que ouvimos falar mas de que duvidamos parece comprovado quando nos mostram uma foto. [...] **Uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu.**” Há tempos se sabe que a fotografia não cumpre esse papel de retrato da realidade, mas é inegável sua força e a compreensão do senso comum acerca dessa noção.

As fotografias do *corpus* em questão concretizam a ideia de que crianças vivem nas ruas, que lá elas buscam seu sustento e, às vezes, são violentas. Concretizam, também, as condições de pobreza e de precariedade em que vivem essas crianças em situação de rua. Concretizam a fragilidade das crianças, por suas vestes, por seus pés descalços, ao mesmo tempo em que revelam a ousadia e a incoerência de mostrar sua arma (a tesoura) para o fotógrafo. Essas fotografias podem chocar e provocar medo, por outro lado podem despertar solidariedade e reflexão.

De algum modo, essas imagens podem contribuir para a construção da imagem da criança em situação de rua ou, ainda, podem ajudar a compor um quadro no imaginário das pessoas sobre essas crianças. A professora Ana Taís Martins Portanova Barros, em sua tese de doutorado, intitulada “Sob o nome de real: imaginários no jornalismo e no cotidiano”, afirma que o imaginário é um capital não pensado, que não se consegue capturar por meio da argumentação racional, pois o imaginário é dinâmico e simbólico. Os símbolos têm valores diferentes para as pessoas. É possível identificar elementos de um imaginário, mas não é possível tentar dar a ele um só significado, um só sentido. (BARROS, 2007).

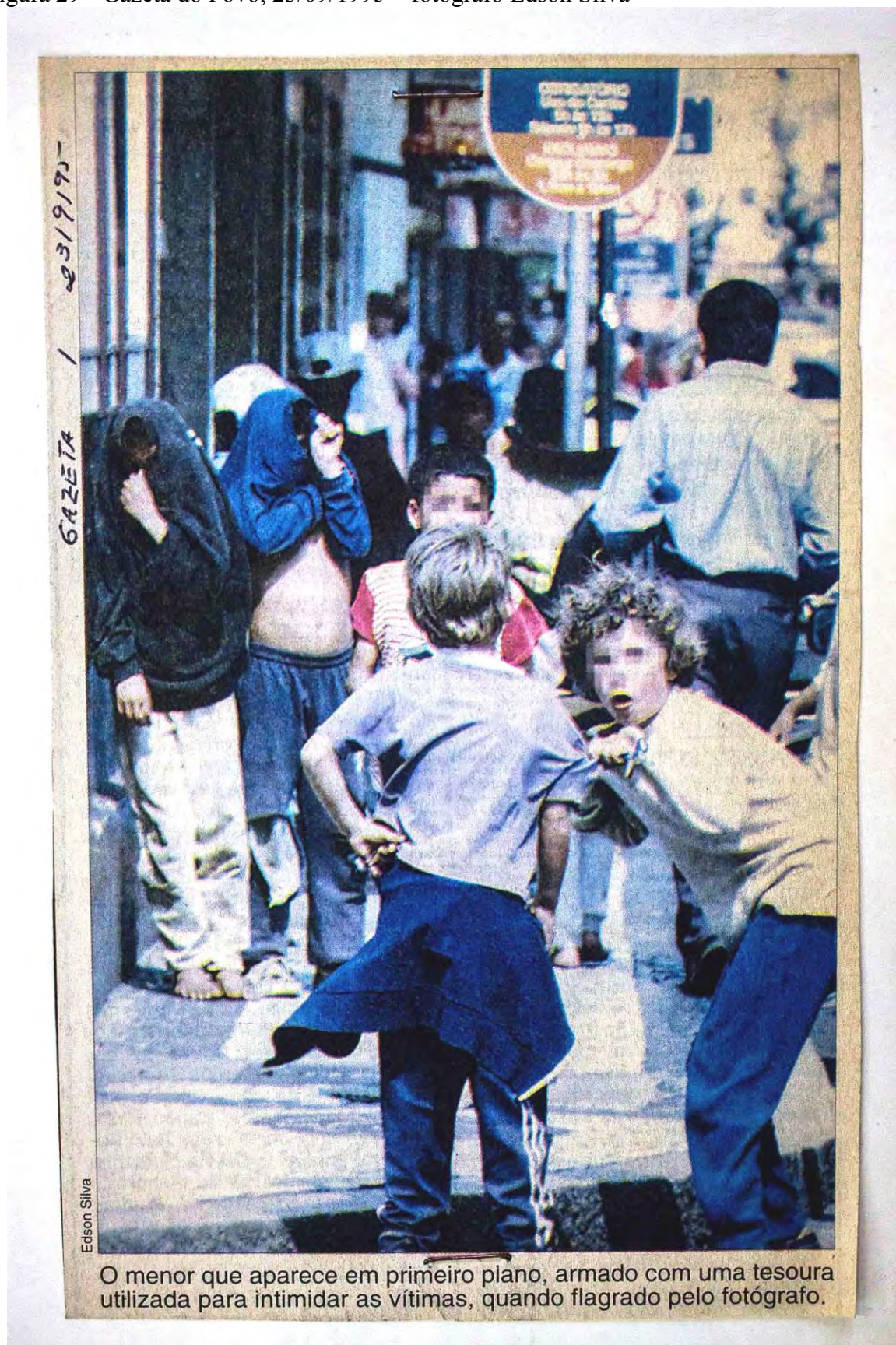
Como afirma Agambem (2007, p.29), a fotografia apresenta mais do que o valor documental: “A imagem fotográfica é sempre mais que uma imagem: é um lugar de descarte, de um fragmento sublime entre o sensível e o inteligível, entre a cópia e a realidade, entre a lembrança e a esperança”. Desse modo, pode-se compreender que a contribuição da fotografia está em fazer a mediação da representação de um acontecimento e a compreensão humana que se tem dele.

Figura 28 - O Estado do Paraná, 16/04/1995 – sem crédito para o fotógrafo



Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

Figura 29 - Gazeta do Povo, 23/09/1995 – fotógrafo Edson Silva



Fonte: Arquivo da Divisão de Documentação Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, fotografado para esta pesquisa, 2015.

4.3.4 Uma reportagem sobre os meninos de rua de Bogotá

Ao elaborar o livro que recupera a sua memória de repórter, Cremilda Medina iniciou a obra *Atravessagem: reflexos e reflexões na memória de repórter com a reportagem “A história dos meninos ladrões de Bogotá”*, publicada no *Jornal da Tarde*, em 30 de dezembro de 1972. A abertura da reportagem já conecta o leitor com a mediadora-autora, que narra suas primeiras impressões em terra estrangeira, em que a avisam para cuidar com os seus óculos e seus pertences, pois o ladrão de Bogotá é rápido e busca, principalmente o turista. Ela confirma que os ladrões de Bogotá merecem a fama ao sofrer dois furtos, sem perceber nada.

Há uma série de classificações para os ladrões de Bogotá, mas a repórter vai-se deter nos *gamines*, que pejorativamente são conhecidos como “caras sujas”, e que podem corresponder ao menino de rua no Brasil, principalmente nos anos 1980. Entre entrevistas com especialistas, psiquiatra, autoridades de polícia, Cremilda Medina vai traçando a complexidade da convivência entre sociedade colombiana e *gamines*. Mesmo sem conseguir entrevistar um dos *gamines*, a repórter não abafa a voz dos meninos. Por meio do livro do psiquiatra colombiano, José Gutierrez, Cremilda Medina traz à tona a voz, a personalidade, as intenções, os medos, o pensamento de Álvaro Perez, um *gamín* de Bogotá.

Lá, em 1972, a repórter trouxe em sua narrativa, por meio da entrevista com o psiquiatra que trabalhava com os *gamines*, um modo de compreender a questão da infância de rua, que vai surgir com mais força em diversos estudos brasileiros, inclusive, posteriormente:

“Por muitos anos, o Estado colombiano, algumas associações cívicas e muitos indivíduos bem intencionados trabalharam na solução do problema dos *gamines*. Mas foram incapazes de ajudá-los efizcamente. Por quê? Precisamente porque é na profunda separação da vida de um *gamín* e da vida social comum se apoia o significado da existência destes meninos. Os ‘benfeitores solidários’ se preocupam em conseguir mudanças neles que os tornem membros respeitáveis da sociedade colombiana. E se relacionam com eles por meio de uma ajuda, uma caridade superior, sem nenhum interesse em trocar experiências com os ‘pequenos filósofos da rua’ (GUTIERREZ *apud* MEDINA, 2014b, p.26)

A reportagem sobre os *gamines* relaciona questões complexas como a individualidade e a psique da cada criança ou adolescente que passa a viver na rua. Os *gamines* contestam a formalidade e o conservadorismo de sua sociedade. A pedido de Medina, o pesquisador e professor da Universidade de Antioquia, em Medellín, na Colômbia, Raúl Osorio Vargas, escreveu uma atualização sobre os *gamines* no texto “*Gamines, do encanto ao sicariato*”. A narrativa de Vargas mostra que reunindo as desavenças comportamentais à pobreza social, os *gamines* cresceram e passaram a ser cooptados por outros sistemas, como a transformação em

sicário – um menino em cima de uma moto que assassina autoridades e personalidades proeminentes da Colômbia a um valor quase irrisório. Uma associação entre a pobreza e a violência.

Ao buscar a compreensão de um fenômeno social, as narrativas da contemporaneidade, como Medina (2003) nomeia a reportagem, ancoradas nas quatro linhas epistemológicas, podem contribuir para a ampliação do fato social, para o modo como a sociedade vai agir em relação àquela questão e, sobretudo, para um comportamento de sintonia e cumplicidade às distinções entre o humano ser.

5 ALGUNS (NÃO) DITOS DOS DESLOCAMENTOS

Imagens comovem. O fotógrafo Lucas Landau fez uma imagem de um menino na praia de Copacabana na noite de Reveillon e as pessoas ficaram tocadas. Na imagem, há uma multidão vestida de branco, na beirinha da água do mar, na praia de Copacabana. Enquanto isso, o menino está de bermuda, na água do mar, olhando para cima, na direção do oceano, com cara de espanto.

Ao olhar para a imagem, outras tantas guardadas na memória ou no coração ressurgiram e contaram uma história que a fotografia não trazia. Uma bela imagem, disseram uns. Uma tristeza de imagem, disseram outros. Um abuso de imagem, comentaram alguns na tribuna das redes sociais. Olha-se para a fotografia e enxerga-se naquele menino uma criança pobre, negra, abandonada, simbolicamente com os adultos dando as costas para ele. Não será possível ver uma criança aproveitando o melhor da festa, longe da multidão, sentindo a água do oceano tocar seu corpo, ao mesmo tempo em que se surpreende com o espetáculo dos fogos?



Fonte: Fotógrafo Lucas Landau/Reuters, no Reveillon de 2018, em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Arrisco a dizer que a imagem da criança excluída tem elementos padronizados e foram eles que saltaram à lembrança e fizeram as pessoas lamentar a tristeza da imagem ou a defender a não exposição da criança na imagem. A construção social não opera apenas pela racionalidade argumentativa, estatística, científica, pois há no processo dinâmico da produção simbólica elementos da emoção, do mito, do sentimento guardado em cada um, sobre suas vivências, ocupações, experiências. Intangível.

Para buscar um ponto final para esta tese, um passo necessário, inicio com essa história e com essa imagem porque considero que nela está representada, pelo menos em parte, um pouco do caminho que percorri. Tal caminho conduziu à observação de um conjunto da produção simbólica, representado pelas unidades documentais encontradas na Biblioteca Pública do Paraná, que organiza e apresenta a complexidade social, a partir dos usos semânticos escolhidos (nem sempre de forma consciente), das crianças em situação de rua – sem ater-se apenas a elas, pois, quando se fala dessas crianças, surgem as crianças em situação de vulnerabilidade, as crianças em situação de risco, as crianças carentes, as de rua, os menores. A compreensão que se tem dessas crianças está diretamente relacionada ao modo semântico usado para classificá-las. Por essa razão, adotei a expressão “criança em situação de rua” para o título da tese.

A reportagem é o meio de expressão da prática jornalística que define tanto o campo do jornalismo quanto o profissional. Desse modo, na primeira parte desta pesquisa, buscou-se compreender a epistemologia do jornalismo na pauta jornalística contemporânea relacionada à temática “criança em situação de rua”. A leitura cultural foi feita em um conjunto de reportagens com abordagem semântica relevante para a discussão. Detectou-se a falta de diversidade de fontes de informação ou entrevistados; o excesso de fontes oficiais; a fragmentação da informação aprofundada do protagonismo humano, provocando uma divisão inexistente em uma sociedade, dificultando a compreensão sobre os fatos narrados.

A narrativa jornalística produz sentidos acerca da realidade, o que se dá em uma esfera racional, entre outras aptidões do ser humano. Um fator de desenvolvimento da inteligência está em desenvolver um toque sensível ao mundo, alcançando a não racionalidade. Desse modo, faz-se necessário levar em conta a complexidade da produção de uma reportagem, assim como a complexidade dos temas abordados e da própria natureza humana, que participa produzindo e oferecendo informações, por meio das técnicas de captação e produção previstas no jornalismo.

No primeiro caso, o tratamento semântico estabelece-se entre **garoto**, **menino**, **criança**, **adolescente**; e **menor** e **menor infrator**, no segundo caso. Não há uma lógica visível para esse

deslocamento semântico, mas uma pista é lançada no texto da *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, quando o secretário de redação defende o uso de infrator para quem tenha cometido infrações, nos termos da lei. Esbarra em uma questão ética de não realizar um julgamento prévio, antes mesmo de as autoridades responsáveis decidirem qual será o procedimento.

Lembrando que há uma legislação especial para crianças e adolescentes no Brasil, que merece ser cumprida e compreendida. Para essa lei, o ECA, a criança deve ser resguardada, por isso a recomendação com o tratamento semântico e o modo como se lida com as infrações. Não é função única do jornalismo, no entanto pode ser uma contribuição fundamental, traçar uma “estratégia compreensiva” acerca do tema e da lei, para ampliar o debate público.

Outra reflexão está no uso semântico considerado correto, por exemplo, mas, ao fazer isso, não indicar que aquelas crianças e adolescentes estão em situação de rua, como acontece na reportagem “Meninos de Cumbica”, da *Folha de S. Paulo*. Aí pode-se incorrer no erro da naturalização da ideia dessas crianças e adolescentes estarem ou viverem nas ruas, ou, ainda, a ficcionalização dessas histórias, encontrando nos bandos de meninos de rua, uma história digna da literatura brasileira. O jornalismo não é o retrato objetivo da realidade, no entanto trabalha fundamentalmente com fatos, situações, testemunhos, números e as histórias das gentes. A precisão é um elemento primordial.

As raízes históricas e de contextualização são fundamentais para o jornalismo e para a pesquisa científica. Desse modo, na segunda parte da tese, apresentou-se a noção de infância construída socialmente, assim como as legislações sobre infância e adolescência, no Brasil. Com o apoio de pesquisadores sobre essas temáticas, foi possível traçar um quadro que demonstra a construção simbólica da infância e também da separação entre as infâncias: a criança – de família com boa situação social e econômica – e o menor – a criança pobre, desvalida, com laços familiares frágeis, ociosa, que precisa ser recuperada, mas nem sempre é possível, algumas vezes pode ser considerado um caso perdido. Noções que foram propagadas por essa divisão semântica, provocada por ideais civilizatórios e higienistas, entre o fim do século XIX e o início do século XX.

Essa base histórico-social é a camada necessária para se olhar de frente para a formação semântica da palavra “menor” e da expressão “menor carente” e suas derivações: não são apenas modos de se dizer, não são apenas sinônimos. Mesmo que se possa concordar que na fala de cada pessoa ou mesmo de cada profissional não exista intenção de ofender ou menosprezar, não exista posição ideológica ou conspiratória, parece bastante relevante que os profissionais da comunicação, especialmente os jornalistas, possam compreender a extensão do uso de suas palavras. Quando se critica essa postura nos profissionais, nota-se que há um

espanto de incompreensão (“eu não quis dizer isso”), no entanto falta mesmo é um esforço de compreensão, a busca por mais condições de fazer jornalismo de profundidade.

A relação entre jornalismo, leitura cultural e documentação é a sequência da pesquisa, na qual se faz a leitura do corpus. Ao compreender que a imprensa representa as relações sociais e as interações sociais, e, nesse sentido, sofre os conflitos na redação, buscar sentidos na produção das reportagens do recorte do clipping feito pelos técnicos e estagiários da Biblioteca Pública do Paraná resultou em leituras ricas em dados que apontam para a complexidade dos usos semânticos da criança em situação de rua.

A diversidade de palavras-chave presentes nas fichas do clipping da Biblioteca indica a dificuldade na classificação da “realidade” em categorias estanques. Pode-se apontar para a predominância do uso do termo “menor” porque a separação de materiais começou a ser feita ainda na década de 1960. A “decupagem” das pastas foi bastante trabalhosa, mas a organização dos dados em uma planilha proporcionou maior confiança sobre os dados retirados do material e possibilitou a formação do conjunto das unidades documentais selecionadas.

A quantidade de títulos de periódicos da imprensa paranaense da amostra contribuiu para a compreensão do funcionamento da imprensa no Estado. A comparação com os títulos existentes ainda hoje revela a dificuldade da imprensa tradicional de se manter viva no Estado, mesmo quando se trata da capital.

Os dados sobre os usos semânticos nos antetítulos, títulos e subtítulos demonstra o uso do termo “menor” como predominante, mesmo que a maior parte do material corresponda aos anos 1991 a 2001. Assim, o uso semântico “Menor/Menores” vai seguir pelas décadas de 1980, 1990, até 2005, nessa amostra. Há o indício da utilização dos termos “Infância/Infâncias” e “Criança/Crianças” entre 1990 e 2012. Desse modo, pode-se inferir uma tentativa de alterar o uso semântico de “menor” para “criança” ou “infância”, acompanhando o movimento social e legislativo, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, mesmo que de forma bastante tímida.

Foi possível observar, também, que os registros semânticos encontrados em antetítulos, títulos e subtítulos sofrem alterações para não haver repetição de palavras, regra jornalística aprendida no início da profissão. A mudança nos usos semânticos, desse modo, pode justificar-se como um uso de sinônimo, o que não representa transformação no tratamento semântico dado ao grupo.

Como já foi apontado, a semântica do termo “menor/menores” foi construída ao longo de muitas décadas, a partir de um ideário de civilização, com características vindas da medicina e do direito. A dualidade “problema” e “solução” está muito presente nas reportagens, assim

como nos artigos de opinião. Além disso, a ideia dicotômica de distinção entre “menor” e “criança” está presente com bastante frequência nas reportagens. Predomina a visão do “menor problema”. Há sempre um adjetivo para complementar o substantivo “menor”, como carente, de rua, abandonado, infrator, delinquente, marginal. Pode-se perceber uma visão fatalista em algumas reportagens, como se as crianças, que enfrentam situações-problema, fossem irrecuperáveis. Para salvar uma criança, ideia vinda do fim do século XIX, é preciso muita dedicação do Estado e da sociedade.

Apesar de apresentar um esboço de compreensão, com a noção de estar afeto às crianças, algumas reportagens não conseguem escapar da visão dicotômica e maniqueísta da sociedade. Ou se é bom ou se é mau. Quando se é “menor carente”, está mais próximo da recuperação, mas se for tratado só como “menor”, a situação está bem mais complicada.

Outro aspecto abordado no material são as reportagens que abordam como solução verdadeira para os “menores” a educação para o trabalho. Aqui, há o entendimento de que é preciso educar as crianças para, como disse o filósofo John Locke, salvá-las delas mesmas, preenchendo essa “folha em branco” com o gosto e o hábito do trabalho. A legislação atual vai tratar do trabalho infantil como um empecilho para o desenvolvimento intelectual e social normal da criança e essa discussão está sempre presente nas reportagens analisadas. É o conflito social da distinção de pensamentos sobre o tema presente na imprensa.

Nas reportagens sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o aspecto que salta aos olhos é o cumprimento à agenda do aniversário do ECA, que se comemora no dia 13 de julho. Há reportagens nominando o ECA como Estatuto do Menor nos títulos na década de 1990, quando a lei já havia sido aprovada. Assim como as reportagens sobre o ECA, os artigos de opinião, de modo geral, trazem à tona a relação conflituosa com a legislação, questionando sua eficácia.

As fotos-legenda destacam a imagem-padrão que se faz de crianças em situação de rua, com direito à miséria, pés descalços, violência e a formação de bandos. Essas imagens podem contribuir para a construção da imagem dessas crianças ou podem ajudar a compor um quadro no imaginário das pessoas sobre essas crianças.

Esta pesquisa traçou um caminho de leitura cultural, debruçando-se sobre o *corpus* de unidades documentais, reunidas por meio de palavras-chave, a mais predominante – “menor”-, enredadas com questões técnicas, éticas e estéticas nem sempre de simples avaliação. Com os dados obtidos nesta pesquisa, demonstrados quantitativa e qualitativamente, foi possível perceber a construção social sobre o “menor” como um desvalido, em formação e potencialmente perigoso, em diversos títulos jornalísticos encontrados no *corpus*. Os principais

temas que acompanham essa nomeação são recuperação; solução do problema do menor; angariar fundos – falta de recursos econômicos e materiais; projetos e programas; miséria; abandono; descaso; legislação – muitas vezes como problema e não como solução; proteção e prioridade; falta de infraestrutura; desrespeito à lei e à criança; escola/educação como solução; quantificação dos meninos de rua; crimes e infrações; segurança; ofício como aprendizado; problema social; entre outros. **Desse modo, percebe-se que os títulos, de modo geral, apresentam um desejo de reforma, de tratamento para as crianças-problema, o que não significa, necessariamente, a inclusão das crianças de rua no cotidiano da sociedade, nem como tema a ser debatido.**

A expressão **menor** – e suas derivações, como **menor carente**, **menor de rua** - está diretamente ligada ao contexto semântico da criança pobre, excluída, em recuperação, abandonada, criminosa ou com maior tendência a cometer um crime. Essa construção semântica se deu, no Brasil, desde o Brasil Império, e, conforme o problema social foi-se acentuando, medidas lideradas por médicos e juristas foram sendo pensadas para resolver a questão.

Observou-se que há uma tendência de reportagens e notícias oficiais, vindas das prefeituras, por meio da Secretaria da Criança ou Ação Social ou Bem-Estar Social, que enaltecem os programas e projetos realizados pela Secretaria municipal, usando o poder da assessoria de imprensa nos veículos de comunicação do Estado. O grande número de notícias (236), como indica o gráfico 2, aponta para esse modo “oficial” de tratar o cotidiano das crianças em situação de rua, com matérias sobre abrigos, instituições e organizações que acolhem essas crianças, mas que, muitas vezes, dependem do Estado para sobreviver. Por outro lado, além do lado oficial, que corresponde muitas vezes à publicação na íntegra dos materiais enviados pelas assessorias de imprensa ou de comunicação das instituições, foi possível encontrar, também, pouca diversidade das fontes de informação e a ausência de trabalho de campo realizado pelos veículos.

Desse modo, compreende-se que na busca de uma mudança e sua compreensão, de algum modo, pode estar a possibilidade mais profunda de transformação do jornalismo, ou de um jornalismo transformador. Para tal, o jornalista tem de estar preparado para ouvir o outro e isso se dá por meio de uma preparação cognitiva e de valores, que pode ser desenvolvida na Universidade, seja em laboratórios de ação seja na convivência com as diferenças, com seus colegas, professores, funcionários da Instituição, entre outros, não apenas nas relações formais, talvez principalmente nas informais. Fazer jornalismo é saber olhar para as pessoas de um modo muito humano, compreensivo e de profundo respeito. Compreender o outro como aquele que parece conhecer, que pode chegar a conhecer, mas que enfim não conhece.

Para haver compreensão, a comunicação é fundamental. Ao não comunicar o desconhecido, pode-se potencializar essa falta de informação provocada por uma linguagem generalizada de estereótipos, de imagens míticas. A criação de caminhos tradicionais de termos, expressões e imagens pode confluir para a construção de um código, do qual não faria parte apenas a linguagem, que tem no seu interior profundos sentidos, algumas vezes difíceis de modificar. Como Pierre Bourdieu afirma, o direito, ao nomear determinados sujeitos ou situações, pode constituir uma espécie de paralelo “automático” entre noções, que disfarçam sua arbitrariedade, por meio de uma aceitação social sem discussão. Dessa determinação conceitual, surge um consenso sobre os termos utilizados, construído em outro tempo, difícil de se identificar. A transformação do conhecimento, das crenças e das atitudes é muito mais complexa e requer uma leitura cognitiva muito mais intrincada do que é tradicionalmente sugerido pela investigação dos efeitos dos sentidos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Criança: a lei e a cidadania. In: RIZZINI, Irene (org.). **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993. p.101-112.

AGÊNCIA O GLOBO. Datafolha: 87% são a favor da redução da maioria penal. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/datafolha-87-sao-a-favor-da-reducao-da-maioridade-penal-1td7ipllogk2shvfk2oc0qto9>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

ANÍBAL, Felipe. 90% apoiam redução da idade penal. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 de julho de 2013. Vida e Cidadania. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/90-apoiam-reducao-da-idade-penal-c8e24o0vlosyway5n00aryvi>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p.153-202.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BARAN, Katna. Maioridade penal é cláusula pétrea? **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1º de maio de 2015. Caderno Justiça e Direito. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/majoridade-penal-e-clausula-petrea-7z2wb595cy9vqong162r4enec>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. **Sob o nome de real: imaginários no jornalismo e no cotidiano**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2007.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense: 1994. p.197-221.

BERTONI, Estêvão. Perguntas sem resposta. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 de junho de 2016. Cotidiano, B6.

BORDIN, Laura Beal. Dilma e Aécio “brigam” por redução da maioria penal. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/dilma-e-aecio-brigam-por-reducao-da-maioridade-penal-eexj5qh718ee42jx7dw3gc8r2>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

BOURDIEU, Pierre. Capítulo VIII. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989. p.209-254.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Sobre a televisão**. Seguido de A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. **Projeto de Resolução nº 81, de 09 de abril de 1976**. Aprova o Relatório e as Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o problema da Criança e do Menor carentes do Brasil. Diário do Congresso Nacional, DF, 10 jun. 1976. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD10JUN1976SUP.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Atualizado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 31 jan. 2018.

BRAVO, Blanca Rodríguez. **El documento: entre la tradición y la renovación**. Espanha: TREA, 2002.

CANCLINI, Nestor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, Marco Antônio. **PMs matam duas pessoas por dia no Estado de SP**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 4 de junho de 2016. Metrópole, A17.

COLLUCCI, Cláudia. Depoimento: ‘Ítalo foi um pequeno furacão que parecia pedir ajuda’. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 de junho de 2016. Cotidiano, B17.

COSTA, Paula Cesarino. A inocência na linha de tiro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 de julho de 2016. Poder, Ombudsman, A6.

CRUZ, Maria Tereza. A estética da recepção e a crítica da razão impura. In: **Revista de Comunicação e linguagens**. Lisboa: Centro de Estudos de Comunicação e Linguagem, 1986, p 57-67.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura**. 6.ed. ampl. e atual. São Paulo: Summus, 1986.

ESTADÃO CONTEÚDO. Justiça decide manter Champinha preso. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/justica-decide-manter-champinha-preso-6yl8plvr0oo9b90tjsof3tpzg>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

ESTARQUE, Marina. Graxinha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de junho de 2016. Cotidiano, B4.

FARAH, Angela Maria. **A imagem da criança na imprensa**: um estudo dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. União da Vitória/PR: Uniuv, 2012.

_____. A rua dos meninos: uma história de excluídos. In: SOUZA, Carlos Alberto de; SILVEIRA, Jane Cardozo (orgs.). **Impressão de jornalista**. Itajaí: ProEn – CENCOM, 1999. P.95-133.

FOLHA DE S. PAULO. Garoto de 12 anos é morto em SP por guarda-civil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de junho de 2016. Capa.

_____. Guarda civil de SP cometeu erros em ação que matou garoto de 11 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 de junho de 2016. Capa.

_____. Ação de policiais e guardas civis mata estudante em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de junho de 2016. Capa.

_____. PM mata menino de dez anos suspeito de furto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 de junho de 2016. Capa.

_____. Policiais alteraram cena da morte de Ítalo, afirma perícia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 de junho de 2016. Cotidiano, B12.

GAZETA DO POVO. A maioria penal não deve ser discutida sozinha. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 de abril de 2013. Editorial. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/a-maioridade-penal-nao-deve-ser-discutida-sozinha-eni2bzlhewa4oogpzf64e0n66>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. A maioria penal e as cláusulas pétreas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 de abril de 2015. Editorial. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/amaioridade-penal-e-as-clausulas-petreas-1drf5t52cvr4diibwobya753u>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. Adolescentes assassinos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 de março de 2014. Editorial. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/adolescentes-assassinos-20mdzbcy9a6l756f6fj3oguo>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

GONÇALVES, André. Maioridade penal vai desaguar no STF com chance de julgamento imprevisível. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/maioridade-penal-vai-desaguar-no-stf-com-chance-de-julgamento-imprevisivel-983ybcyoynuil5trknhq1msa>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

HIMMELFARB, Gertrude. **The idea of poverty**: England in the early Industrial Age. New York: Vintage Books, 1983.

_____. **Poverty and compassion**: the moral imagination of the late Victorian. New York: Vintage Books, 1992.

HISAYASU, Alexandre. Guardas dizem que não viram confronto, só os tiros do agente que matou criança. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de junho de 2016. Metrópole, p.A12.

_____. Amigo de menino morto relata tapa da PM. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 de junho de 2016. Metrópole, p.A11.

_____. Mãe acusa PM de matar criança e plantar arma. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 8 de junho de 2016. Metrópole, p.A14.

_____. Conseg d  apoio a PMs que mataram menino. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 de junho de 2016. Metrópole, p.A17.

HISAYASU, Alexandre; RIBEIRO, Bruno. GCM mata criança de 11 anos durante persegui o; polícia apura homicídio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 de junho de 2016. Metrópole, p.A10.

_____. Menino de 10 anos   morto a tiro por PM; Polícia Civil investiga versão oficial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 de junho de 2016. Metrópole, p.A16.

IBGE. **Censo demográfico Brasil. VIII Recenseamento Geral - 1970**. Série Nacional. Volume I. Rio de Janeiro. 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_br.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.

K NIG, Mauri. Brasil priva 25 mil jovens da liberdade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/brasil-privada-25-mil-jovens-da-liberdade-47rcdenvilm9fxxw3dzn4pf3t>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. Maioridade penal define julgamento. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/majoridade-penal-define-julgamento-eijyzg4e7wiv7nyaxzif81s55>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. País prefere punir do que educar, diz pesquisadora. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/pais-prefere-punir-do-que-educar-diz-pesquisadora-arpkrsd2k2l9hue0sxb4fuoxl>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. Puni o pode ser mais severa do que para os adultos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/punicao-pode-ser-mais-severa-do-que-para-os-adultos-cdx85xct60qk6frm7te182shl>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

K NSCK, Dimas Antônio. **Maus pensamentos**: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

LEANDRO, Paulo Roberto; MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**. São Paulo: M dia, 1973.

LE GOFF, Jacques. **História & memória**. 7.ed. rev. Campinas/SP: Unicamp, 2013.

_____. **A história nova**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **História**. In **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1984.

LOBEL, Fabrício; PAGNAN, Rogério. 2 em cada 3 menores infratores não têm o pai dentro de casa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de junho de 2016. Cotidiano, p.B8.

LOBEL, Fabrício; ESTARQUE, Marina. Instável. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 de junho de 2016. Cotidiano, p.B5.

LOBEL, Fabrício. Falta de estrutura dificulta auxílio a criança vulnerável. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de junho de 2016. Cotidiano, B7 e B9.

MACEDO, José Arthur Castillo. Democracia, Constituição e maioria penal. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 de abril de 2015. Opinião. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opinio/artigos/democracia-constituicao-e-maioridade-penal-2oezvm9gejodvj7v44f0cjax>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

MACHADO, Leandro; GOMES, Paulo; SALDAÑA, Paulo; MAGALHÃES, Guilherme; DO CARMO, Sidney Gonçalves. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 de junho de 2016. Cotidiano, B1.

MACHADO, Leandro; ZYLBERKAN, Mariana. O menino que já dormiu até em uma van. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 de junho de 2016. Cotidiano, B4.

MARANGONI, Ana Maria. Trabalho de criança é pouco, mas quem perde é louco. In: MEDINA, Cremilda; GRECO, Milton (orgs.). **Sobrevivências no mundo do trabalho**. São Paulo: ECA/USP, CNPq, 1995. p.59-61.

MARCHIORI, Raphael; POMPEO, Carolina. 40% dos adolescentes homicidas voltam a cometer crimes em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.radioampere.com.br/2013/noticias/parana/40-dos-adolescentes-homicidas-voltam-cometer-crimes-em-curitiba-1050.html>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. 81% dos jovens detidos têm transtornos mentais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/81-dos-jovens-detidos-tem-transtornos-mentais-eexfv7391by29us28r2vyyvri>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. Um em cada dez homicídios em Curitiba é cometido por adolescente. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 de outubro de 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/um-em-cada-dez-homicidios-em-curitiba-e-cometido-por-adolescente-eevu8rljk3elhrlyr6zvjn426>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História social da infância no Brasil**. 9.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

MARQUES, Jairo. ONGs padecem sem recursos de Haddad. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de junho de 2016. Cotidiano, B10.

MARTINS, José de Souza. Nem criança nem adulto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de junho de 2016. Aliás, p.E2.

MEDINA, Cremilda. **Ato presencial: mistério e transformação**. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

_____. Narrativas da contemporaneidade: epistemologia do diálogo social. **Revista Tríade: comunicação, cultura e mídia**. Sorocaba, SP, v.2, n.4, p.8-22, dez. 2014a.

_____. **Atravessagem: reflexos e reflexões na memória de repórter**. São Paulo: Summus, 2014b.

_____. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

_____. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Entrevista: o diálogo possível**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **Símbolos & narrativas: rodízio 97 na cobertura jornalística**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

_____. **Povo e personagem**. Canoas: Ed. ULBRA, 1996.

_____. Jornalismo e a epistemologia da complexidade. In: MEDINA, Cremilda (org.). **Novo Pacto da Ciência – A crise dos paradigmas: 1º Seminário Transdisciplinar**. São Paulo: ECA/USP, 1990. p.193-205.

_____. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.

MORAGAS, Miquel de. Cultural identity, communication spaces and democratic participation, in **Communication and cultural identity, Actes del XVI Congreso de la AIERI-IAMCR**, Barcelona: UAB / AIERI-IAMCR, 1988.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. Para além do Iluminismo. **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 26, quadrimestral, p.24-28, abril de 2005.

_____. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NEITSCH, Joana. Os limites constitucionais para a maioria penal. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 de novembro de 2013. Caderno Justiça e Direito. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-direito/os-limites-constitucionais-para-a-maioridade-penal-3liezz9kl8ads94ej28u5zxvy>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

O ESTADO DE S. PAULO. O erro da GCM e o prefeito. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de junho de 2016. Notas e Informações, Editorial, p.A3.

_____. ‘Sinto muito, não tive a intenção’. Entrevista. Caio Muratori, Guarda civil que matou menino de 11 anos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 de junho de 2016. Capa, p.A1.

_____. Outra ação desastrada. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 de junho de 2016. Notas e Informações, Editorial, p.A3.

_____. Menino de 10 anos é morto por PMs após furto de carro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 de junho de 2016. Capa, p.A1.

OLIVEIRA, Roberto de. Meninos de Cumbica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 ago 2017. Cotidiano, p.B1 e B3.

ONU. **Regras mínimas das nações unidas para a administração da justiça, da infância e da juventude (Regras de Beijing)**. 1985. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/SinaseRegrasdeBeijing.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

PAGNAN, Rogério. Em nova versão, colega de 11 anos diz que Ítalo não estava armado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 de junho de 2016. Cotidiano, B4.

_____. Testemunha diz que menino atirou contra carro de PMs. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 de junho de 2016. Cotidiano, B5.

_____. Morumbi tem clima tenso com meninos de favelas vizinhas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de junho de 2016. Cotidiano, B11.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2012.

RIBEIRO, Bruno. Bairros com mais violência em SP têm menos PMs para cuidar de cada crime. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de junho de 2016. Metrópole, p.A18.

_____. Policiais convivem com falta de viaturas e lixo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 26 de junho de 2016. Metrópole, p.A19.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR/Ministério da Cultura/ USU Ed. Universitária/Amais, 1997.

_____. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p.97-149.

RIZZINI, Irma. O elogio do científico: a construção do “menor” na prática jurídica. In: RIZZINI, Irene (org.). **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio.** Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993. p.81-99.

_____. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da política da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p.225-286.

RODRIGUES, Artur; ALVES, Martha. Ação suspeita de policiais e guardas mata universitário. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de junho de 2016. Cotidiano, B1.

ROSA, Vilma Guimarães. **Acontecências.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

RUSSO, Rodrigo. Quero só justiça, diz mãe no enterro de menino em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 de junho de 2016. Cotidiano, B17.

SALDAÑA, Paulo; DO CARMO, Sidney Gonçalves. Adolescente de 12 anos é morto por guarda-civil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 de junho de 2016. Cotidiano, B5.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado.** São Paulo: Hackers Editores, 2001.

SANT’ANNA, Emilio; ESTARQUE, Marina. GCM errou do início ao fim em ação que matou garoto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 de junho de 2016. Cotidiano, B1 e B4.

SANT’ANNA, Emilio. GCM descumpriu decreto ao escalar equipe que matou garoto de 11 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de junho de 2016. Cotidiano, B5.

_____. Um menor é apreendido em flagrante a cada 3h em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 de julho de 2016. Cotidiano, B7.

_____. Meus garotos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 de julho de 2016. Cotidiano, B10 e B11.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação.** 2.ed. rev. e atual. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** São Paulo: Summus, 1986.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Chapecó/SC – Florianópolis/SC: Grifos – Letras Contemporâneas, 2000.

STEARNS, Peter N. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006. (Coleção História Mundial).

STEINBERG, Shirley R.; KINCHELOE, Joe L. (orgs.). **Cultura infantil: a construção corporativa da infância**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TOLEDO, Luiz Fernando. ‘Só queria ostentar’, diz colega de garoto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 de junho de 2016. Metrópole, p.A13.

_____. ‘Saí de casa como um policial exemplar, voltei com um alvará de soltura no bolso’. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 de junho de 2016. Metrópole, p. A13.

_____. ‘O mundo está perdido’, diz filho de vítima. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 de junho de 2016. Metrópole, p. A23.

VARGAS, Raul Hernando Osorio. **A reportagem literária no limiar do século 21: o ato de reportar, os jovens narradores e o Projeto São Paulo de Perfil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. **O lugar da fala na pesquisa da reportagensaio: “O homem das areias”, um flagrante do diálogo oratura-escritura**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Entre violentados e violentadores?** São Paulo: Cidade Nova, 1998.

VICCHIATTI, Carlos Alberto. **Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social**. São Paulo: Paulus, 2005.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009. p.287-321.

APÊNDICE A – PLANILHA DAS UNIDADES DOCUMENTAIS SELECIONADAS

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTILO	TÍTULO	SUBTÍTULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1								
2	Menor carente	Marginalidade começa bem cedo	Menor abandonado: relaxamento da autoridade ou um drama social? Menores: como resolver o problema da marginalização? As soluções são bem poucas.		Sem assinatura	Diário Popular	1979	Opinião
3	Menor carente				José Domingos	Diário da Tarde	12/06/1972	Reportagem
4	Menor carente		Lar Icléia - 25 anos de amor à criança abandonada	Desde 1949 o Lar Icléia existe em prol da criança abandonada. No seu interior, mais de duas mil crianças receberam educação, amor e afeto de um verdadeiro lar.	Sem assinatura	Diário do Paraná	28/10/1975	Notícia
5	Menor carente		Balanço, desafio e esperança: Ano Internacional da Criança		Eloá C. Lôr	Gazeta do Povo	30/12/1979	Opinião
6	Menor carente		Menor carente: um deficiente que a própria sociedade gera		Edgard Melech	Gazeta do Povo	26/08/1981	Reportagem
7	Menor carente		"Bebê de proveta": por que não adoção?		Edgard Melech	Gazeta do Povo	16/11/1982	Reportagem
8	Menor carente - instituições		A reintegração pelo trabalho	Entidade londrinese reintegra meninos de rua inserindo-se no mercado de trabalho	Célia Baroni	O Estado do Paraná	16/01/1984	Reportagem
9	Menor carente		"Menor de rua" preocupa comunidade abandonado		Plácido José de Oliveira e Osvaldo Ribeiro	Jornal do Estado	04/02/1984	Notícia
10	Menor carente		Sociedade é responsável pelo menor abandonado		Plácido José de Oliveira	Jornal do Estado	16/02/1984	Notícia
11	Menor carente		Funaben, preocupado com menor abandonado, procura soluções		Sem assinatura	Gazeta do Povo	22/02/1984	Notícia
12	Menor carente		Governo prepara programa para as crianças carentes das escolas		Sem assinatura	Jornal do Estado	26/02/1984	Notícia
13	Menor carente		Abandonados	Nas maratonias da vida, o novo espaço do menor	Gil Castello Branco, Roberto Corradini e Osvaldo Ribeiro	Jornal do Estado	07/04/1984	Reportagem
14	Menor carente		Na Boca Maldita menores carentes revelam seus...sonhos e pesadelos		Suzana Branco	O Estado do Paraná	25/08/1984	Reportagem
15	Menor carente	Menor abandonado	A mão que protege		Gil Castello Branco	Correio de Notícias	30/10/1984	Reportagem
16	Menor carente		Católica atua junto a carentes no Litoral		Sem assinatura	Gazeta do Povo	19/12/1984	Notícia
17	Menor carente		Os meninos de rua		Suzana Branco	Gazeta do Povo	19/01/1985	Reportagem
18	Menor carente		Sem tempo para ser criança		Nádia Fontana	Jornal do Estado	27/04/1985	Reportagem
19	Menor carente		Os órfãos da crise		Sem assinatura	Correio de Notícias	04/06/1985	Reportagem
20	Menor carente		Os meninos de Curitiba		Rosirene Gemael	Correio de Notícias	14/07/1985	Reportagem
21	Menor carente		A lei do mais forte	Não é permitido não se enturmar, nem ser pequeno	Rosirene Gemael	Correio de Notícias	16/07/1985	Reportagem
22	Menor carente		O direito de ser criança	A criança espera, do seu dia, ser personagem de uma história infantil nova, com menos fantasmas, menos dramas, muito mais justiça, paz, e quem sabe, com o direito de poder sonhar	Rosirene Gemael	Correio de Notícias	13/10/1985	Reportagem
23	Menor carente		Em Foz, os problemas mais sérios com menor		Sem assinatura	Gazeta do Povo	07/04/1986	Notícia
24	Menor carente		No SIM, resposta concreta e humana ao menor carente	Agora, eles, jamais serão "meninos das ruas"	Martha Feldens	Indústria e Comércio	17/06/1986	Reportagem
25	Menor carente		Projeto Creia, solução para o menor carente?		Sem assinatura	O Estado do Paraná	29/06/1986	Notícia
26	Menor carente		Nossos engraxates têm diploma		Edgard Melech	Correio de Notícias	23/08/1986	Reportagem
27	Menor carente		Pequeno engraxate	Criado há um mês, o programa integrado por 21 garotos, vem fazendo sucesso em Curitiba, a ponto de muitas firmas manifestarem interesse em contar com este tipo de serviço	Silvia Calciolari	Folha de Londrina	31/08/1986	Notícia
28	Menor carente		Exemplo de amparo ao menor carente		Tatás Schner	Gazeta do Povo	26/10/1986	Reportagem

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTITULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1								
29	Menor carente		Uma nova política para o menor	O objetivo é atender o menor carente sem paternalismos. Só o IAM, que sofreu profundas modificações e, juntamente com o Promopar, está subordinado à Casa Civil, já atendeu 50 mil crianças carentes. Eles povoam a cidade e com muita eficiência conseguem arrancar piedade dos passantes com alguns trocados. Quando não, a cabeça, mãos e pernas agem em perfeita sincronia, e acabam conseguindo o que desejam	Sem assinatura	Correio de Notícias	04/11/1986	Reportagem
30	Menor carente	Menores infratores	Nas ruas, a vida de meninos e meninas Curitiba vai cuidar dos seus 15 mil irmãos		Sem assinatura	Paraná-Norte	07/11/1986	Reportagem
31	Menor carente		menores		Sônia Bittencourt Fêder	Correio de Notícias	16/11/1986	Reportagem
32	Menor carente		"Irmão Menor" já atende 1.500 crianças		Sem assinatura	Correio de Notícias	09/01/1987	Notícia
33	Menor carente		A praça é da criança	Menores carentes, drama que preocupa governo João Elísio	Sônia Bittencourt Fêder	Correio de Notícias	11/01/1987	Reportagem
34	Menor carente		Menores de ruas: este quadro pode ser mudado		Sem assinatura	Diário Popular	15/01/1987	Reportagem
35	Menor carente	Espaço Dois	Adoção: Passaporte da Miséria		Roseli de Souza Valério	Jornal do Estado	04/02/1987	Reportagem
36	Menor abandonado	Espaço Dois	Irmão Menor		Arnoldo Anaer	Jornal do Estado	22/03/1987	Reportagem
37	Projeto Irmão Menor		Prefeitura tem solução para criança abandonada		Sem assinatura	Correio de Notícias	12/04/1987	Reportagem
38	Menor carente		Adoção: Passaporte da Miséria		Sem assinatura	Gazeta do Povo	17/05/1987	Reportagem
39	Menor abandonado		A educação através do trabalho em benefício do menor carente		Sem assinatura	Correio de Notícias	22/07/1987	Reportagem
40	Menor carente - instituições		A criança em primeiro plano		Sem assinatura	Jornal do Estado	31/07/1987	Reportagem
41	Menor carente		Menor: é preciso cortar o mal pela raiz	Quanto menor o número de menores abandonados pelas ruas é melhor. Mas para resolver o problema, é preciso, como se diz, cortar o mal pela raiz.	Maringá	O Estado do Paraná	16/08/1987	Reportagem
42	Menor carente		Delinqüência juvenil ainda é problema sério à sociedade		R.C.	Jornal do Estado	22/08/1987	Reportagem
43	Menor carente		A Prefeitura quer impedir que menor de rua continue cheirando cola de sapateiro		Sem assinatura	Jornal do Estado	30/08/1987	Notícia
44	Menor carente		Revolta de menor infrator em Delegacia tem explicação		R.C.	Jornal do Estado	21/10/1987	Notícia
45	Menor carente - instituições		Meninas de rua agora contam com uma casa		Sem assinatura	Gazeta do Povo	09/12/1987	Notícia
46	Menor carente		Maringá já assiste a 5.500 de seus 10 mil menores carentes		Baddini Neto	Correio de Notícias	20/12/1987	Reportagem
47	Menor abandonado		Senhora solidariedade	Em Maringá, uma mulher trabalha na recuperação de mais de 250 crianças atiradas no submundo do crime, da prostituição e das drogas. O índice de reintegração social chega a 80 por cento e o custo-criança é de apenas meio salário mínimo. Contra cinco salários mínimos em instituições governamentais.	Luiz Carlos Rizzo	O Estado do Paraná	24/01/1988	Reportagem
48	Menor carente		Uma integração maior para o menor		Sem assinatura	Correio de Notícias	08/05/1988	Reportagem
49	Delegacia de Proteção ao Menor		Setrem, uma esperança ao menor carente		Sem assinatura	Gazeta do Povo	15/05/1988	Reportagem
50	Menores carentes		Esperança a menores de rua de Curitiba		Sem assinatura	Gazeta do Povo	18/05/1988	Notícia
51	Menor carente		Oportunidade de vida ao menor carente		Sem assinatura	Gazeta do Povo	05/06/1988	Notícia

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANTE-TÍTULO	TÍTULO	SUBTÍTULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
Menor carente	Sem editoria		Cresce número de menores abandonados		Sem assinatura	Gazeta do Povo	05/09/1988	Notícia
Menores carentes	Sem editoria		Meninos carentes trocam ruas pela pista de skate	O objetivo da atividade, que envolve garotos entre 7 e 15 anos, é mantê-los afastados da criminalidade e das drogas	Sem assinatura	Gazeta do Povo	18/10/1988	Notícia
Menor carente	Sem editoria		Menores, a luta contra o tempo		Sem assinatura	Correio de Notícias	05/12/1988	Reportagem
Menor carente	Sem editoria		Iniciada operação para retirada de menores infratores da área central		Sem assinatura	Gazeta do Povo	25/04/1989	Notícia
Menor carente	Sem editoria		Em Cascavel, as atenções são agora para menor abandonado		Sem assinatura	Gazeta do Povo	19/06/1989	Notícia
Menor carente	Sem editoria		Menores continuam conseguindo cola de sapateiro para cheirar		Sem assinatura	Gazeta do Povo	04/08/1989	Notícia
Menor carente	Sem editoria		"Bom Menino" é fiscalizado intensamente pela DRT/PR	Para Hélio Ozires, há muita exploração do menor	Maria Tereza Gomes	Indústria e Comércio	04/08/1989	Notícia
Menor carente	Sem editoria	Trabalho	Nova filosofia para o amparo ao menor		Sem assinatura	Gazeta do Povo	09/08/1989	Opinião
Menor carente	Sem editoria		Meninos de rua ficam onde estão		Sem assinatura	Gazeta do Povo	05/11/1989	Opinião
Menor carente, problema de adulto 1	Sem editoria		Assim nasce um marginal		Sem assinatura	Folha de Londrina	21/11/1989	Reportagem
Menor carente, problema de adulto 2	Sem editoria		Menor delinqüente apanha da vida e também da Polícia		Stucursal de Cascavel	Folha de Londrina	22/11/1989	Reportagem
Menor carente, problema de adulto 3	Sem editoria		Salvos por um milagre		Stucursal de Cascavel	Folha de Londrina	23/11/1989	Reportagem
Menor carente, problema de adulto 4	Sem editoria		Oferecendo assistência antes que o menor dê o último passo		Stucursal de Cascavel	Folha de Londrina	24/11/1989	Reportagem
Menor carente, problema de adulto 5	Sem editoria		A árdua tarefa de retirar os menores da delinqüência		Stucursal de Cascavel	Folha de Londrina	25/11/1989	Reportagem
Menor carente	Sem editoria		Londrina convive, talvez sem saber, com um contingente de 58 mil menores que vivem em condições desumanas. A Secretaria de Saúde e Promoção Social do Município sabe disto. E vem articulando esforço conjunto com a sociedade para mudar este cenário.		Sem assinatura	Folha de Londrina	24/03/1990	Reportagem
Menor carente	Sem editoria		A prefeitura adota nova política para buscar soluções dentro da realidade. Uma nova secretaria vai operar pelos garotos. Alvo de menos atenção que o menor, o adulto também vive o drama do abandono social		Sem assinatura	O Estado do Paraná	27/05/1990	Reportagem
Menor carente	Sem editoria		Menor vira maior abandonado		Claudia Gabardo	Correio de Notícias	27/05/1990	Reportagem
Menor carente - Estatuto do Menor	Gazetinha		A violência contra menores		Sem assinatura / Editorial	Gazeta do Povo	17/11/1990	Opinião/Editorial
Menor carente - Estatuto do Menor	Entrevista		Tufi: "Crianças não passam de vítimas"		Sem assinatura	Diário Popular	19/11/1990	Entrevista
Menor carente - instituições	Sem editoria		Curitiba precisa ter 363 associações do menor	O número se baseia na quantidade de menores carentes e na capacidade de atendimento da Assoma - trezentos meninos e meninas	Valéria Palombo	O Estado do Paraná	27/12/1990	Notícia
Menor carente	Sem editoria		Menores livres e sem direitos		Jair Gazzoli	O Estado do Paraná	24/03/1991	Reportagem
Menor carente - instituições	Sem editoria		Novo programa vai integrar jovens carentes		Sem assinatura	Diário Popular	13/05/1991	Notícia

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANTETÍTULO	TÍTULO	SUBTÍTULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
Menor carente - Projeto Piaí - Projeto de Integração da Infância e Adolescência	Sem editoria	Prefeitura	Projeto Piaí vai integrar a infância e a adolescência		Sem assinatura	Correio de Notícias	19/05/1991	Notícia
Menor carente	Sem editoria		Cresce em 230% número de menores de rua		Sem assinatura	Gazeta do Povo	22/05/1991	Notícia
Menor carente	Sem editoria		Menor, permanente alvo de violência		Sem assinatura	Gazeta do Povo	17/06/1991	Reportagem
Menor carente	Sem editoria		Projeto dá trabalho a meninos em feira		Sem assinatura	Gazeta do Povo	14/07/1991	Notícia
Meninos de rua	Especial		Meninos sem rumo		Sem assinatura	Jornal do Estado	06/08/1991	Reportagem
Menor carente - Meninos de rua	Sem editoria		Meninos e meninas na feira		Sem assinatura	O Estado do Paraná	08/08/1991	Notícia
Menor carente - Rede Esperança	Sem editoria		Rede Esperança inaugura escola-oficina		Sem assinatura	Gazeta do Povo	21/08/1991	Notícia
Menor carente - instituições	Sem editoria		Um centro de treinamento a menino de rua		Sem assinatura	O Estado do Paraná	25/08/1991	Notícia
Menor carente	Sem editoria		Unicef cita Piaí de Curitiba como exemplo		Sem assinatura	Correio de Notícias	08/09/1991	Notícia
Menor carente	Sem editoria		Desigualdades geram o problema do menor		Sem assinatura	Gazeta do Povo	16/09/1991	Notícia
Menor carente	Sem editoria		Crianças e adolescentes. Vítimas ou réus?		Sem assinatura	O Estado do Paraná	20/09/1991	Reportagem
Menor carente - Projeto Piaí - Projeto de Integração da Infância e Adolescência	Sem editoria		Investir na criança é o objetivo, diz Lerner		Sem assinatura	Diário Popular	28/09/1991	Notícia
Menor carente - Meninos de rua	Sem editoria	Dia da Criança	Só no ano passado, 110 crianças morreram de forma violenta em Curitiba. Reginaldo, Tânia e Rosicléia são alguns dos sobreviventes desta guerra que ainda não abandonaram o sonho de uma vida melhor		Malu Maranhão - da sucursal de Curitiba	Folha de Londrina	12/10/1991	Reportagem
Menor carente	Local		A maioria já roubou, conhece bem a cadeia e compra drogas sem problemas nas farmácias		Sem assinatura	Folha de Londrina	23/10/1991	Reportagem
Menores carentes	Sem editoria		Menores de rua sonham com uma casa, mostra pesquisa		Marcelo W. Varela	Folha do Paraná	11/11/1991	Notícia
Menor abandonado	Sem editoria		Carentes têm curso de jardinagem		Moncir Guimarães	O Estado do Paraná	17/11/1991	Opinião
Menor carente - "Estatuto do Menor e adolescente"	Sem editoria		O "marketing" dos defensores do menor		Sem assinatura	Gazeta do Povo	28/11/1991	Reportagem
Menor carente - Estatuto do Menor - 1992	Sem editoria		Falta de conhecimento afeta a aplicação do Estatuto do Menor		Sem assinatura	Gazeta do Povo	28/11/1991	Reportagem
Menor carente	Sem editoria		Menor infrator		Jorge César de Assis, da PM do Paraná	Correio de Notícias	26/01/1992	Opinião
Menor carente	Sem editoria		Com crianças de rua vão ganhar pais adotivos		Sem assinatura	Correio de Notícias	30/04/1992	Notícia
Menor carente - Estatuto	Sem editoria		Projeto no Paraná prioriza o atendimento ao menor infrator		Sem assinatura	Gazeta do Povo	03/05/1992	Notícia
Menor abandonado	Sem editoria		Em 1991, 35 menores em Curitiba foram assassinados, segundo a OAB. Para a PC, foram seis. A contradição levanta antigas acusações de tortura, maus tratos e suspeitas de que Curitiba não foge à regra do País do extermínio de menores.		Simone Zimmermann	Correio de Notícias	16/05/1992	Reportagem
Menor abandonado	Sem editoria		Um destino cruel: o menor carente e a criminalidade		João Farias Júnior	Gazeta do Povo	16/05/1992	Opinião
Menor carente	Sem editoria		Menor de rua é tratado com prioridade		Sem assinatura	O Estado do Paraná	20/05/1992	Notícia

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTIULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1									
97	Menor carente	Sem editoria		Meninos de rua pedem que autoridades anuem		Valéria Bienbengutt	Jornal do Estado	21/05/1992	Notícia
98	Menor carente	Sem editoria		No Paraná, 37 menores foram mortos em 91		Sem assinatura	O Estado do Paraná	17/06/1992	Notícia
99	Menor carente	Sem editoria		Cursos profissionalizantes retiram os menores das ruas		Valéria Bienbengutt	Jornal do Estado	17/06/1992	Reportagem
100	Menor carente	Sem editoria		Menores: um problema nas ruas de Ponta Grossa		Sem assinatura	O Estado do Paraná	28/06/1992	Reportagem
101	Menor carente	Sem editoria		Projeto aprovado pela Câmara de Londrina prevê desconto no pagamento de tributos municipais aos empresários que tirarem menores das ruas		Pedro Livoratti	Folha de Londrina	28/06/1992	Notícia
102	Menor carente	sem editoria		Empresa que contratar menor é beneficiada por violência contra menores denunciada por vereadora		Sem assinatura	Indústria e Comércio	03/07/1992	Notícia
103	Menor carente	Sem editoria		Programa do Menor destacado na Câmara		Sem assinatura	Curitiba Hoje	07/07/1992	Notícia
104	Menor carente	Sem editoria		Direito das Crianças		Sem assinatura	O Estado do Paraná	08/07/1992	Notícia
105	Menor carente	Sem editoria		Release - igual a 373		Sem assinatura	Gazeta do Povo	10/07/1992	Notícia
106	Menor carente	Sem editoria		Release - igual a 374		Sem assinatura	Indústria e Comércio	12/07/1992	Notícia
107	Menor carente	Sem editoria		Governo difunde Estatuto da Criança nas escolas do Estado		Sem assinatura	Curitiba Hoje	17/07/1992	Notícia
108	Menor carente - Estatuto	Sem editoria		Governo difunde Estatuto da Criança nas escolas do Estado		Sem assinatura	Jornal do Estado	17/07/1992	Notícia
109	Menor carente	Sem editoria		Conselho da Criança escolhe os membros		Sem assinatura	Gazeta do Povo	18/07/1992	Notícia
110	Menor carente	Sem editoria		Curitiba ainda não tem seu Conselho Municipal do Menor		Sem assinatura	Correio de Notícias	18/07/1992	Notícia
111	Menor carente	Sem editoria		Criado o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente		Sem assinatura	Jornal do Estado	16/08/1992	Notícia
112	Menor carente	Sem editoria		A polícia foi chamada várias vezes por comerciantes e moradores; não houve ocorrência grave.		Sem assinatura	Folha de Londrina	31/10/1992	Notícia
113	Menor carente	Sem editoria		Londrina ainda assistada com menores Debate sobre crianças marginalizadas		Sem assinatura	Jornal do Estado	05/11/1992	Notícia
114	Menor carente	Sem editoria		Vereador preocupado com a situação dos menores		Sem assinatura	Curitiba Hoje	08/11/1992	Notícia
115	Menor carente	Sem editoria		PUC enfatiza programa de atendimento ao menor		Sem assinatura	Diário Popular	09/11/1992	Notícia
116	Menor carente	Sem editoria		Municípios têm solução para menor carente	Projetos simples e de baixo custo demonstram resultados no Norte Pioneiro	Benedito Francisquini	O Estado do Paraná	10/11/1992	Reportagem
117	Menor carente	Sem editoria		Meninos de rua		Sem assinatura	O Estado do Paraná	20/01/1993	Notícia
118	Menor carente - Menor carente - Instituições	Especial		Os municípios e os Direitos da Criança e do Adolescente		CBIA/Paraná	O Estado do Paraná	31/01/1993	Opinião
119	Menor carente	Comportamento		Crianças carentes: existem soluções viáveis		Claudia Belfort Maltes	Indústria e Comércio	28/03/1993	Reportagem
120	Menor carente	Sem editoria		Um trabalho inédito pelo menor de rua		Sem assinatura	Gazeta do Povo	28/03/1993	Notícia
121	Menor carente	Sem editoria		Irmão Caçula para Colombo e C. Grande		Sem assinatura	Gazeta do Povo	29/03/1993	Notícia
122	Menor carente	Sem editoria		Centro de Defesa da Criança e do Adolescente		Sem assinatura	Jornal do Estado	30/03/1993	Notícia
123	Menor carente	Sem editoria		RMC discute situação do menor carente	O seminário "Criança, Adolescência e Cidadania" quer estabelecer diretrizes para uma ação conjunta em defesa dos menores abandonados	Sem assinatura	Correio de Notícias	03/05/1993	Notícia
124	Menor abandonado (Estatuto do Menor)	Sem editoria		Paraná é o primeiro a cumprir Estatuto	[...] "Irmão do Futuro" será o primeiro abrigo do Brasil para adolescentes infratores, previsto no Estatuto do Menor	Sem assinatura	sem referência	07/05/1993	Notícia

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTIULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1									
125	Menor carente	Sem editoria		Seminário analisa a situação de menores carentes na RMC		Sem assinatura	Gazeta do Povo	10/05/1993	Notícia
126	Menor carente	Sem editoria		Atendimento integral para os meninos de rua		Sem assinatura	Jornal do Estado	10/05/1993	Notícia
127	Menor carente	Paraná		Menores de rua desafiam Londrina	Divididos em quadrilhas, eles são responsáveis por 70% dos furtos e roubos na cidade	Paulo Ubratan	Folha de Londrina	06/06/1993	Reportagem
128	Menor carente	Estadual		Menor de rua: a solução pelo trabalho...		Benedicto Francisquini	O Estado do Paraná	08/06/1993	Reportagem
129	Menor carente	Sem editoria		Convênios com Municípios vão beneficiar crianças		Sem assinatura	Correio de Notícias	12/06/1993	Notícia
130	Menor carente - instituições	Editoria de Paraná	Menores	A integração só vem com o trabalho'	Missionário aprendeu que o adolescente marginalizado só aceita a recuperação pelo trabalho	Vivian Maschio	Folha de Londrina	13/06/1993	Notícia
131	Menor carente	Geral	Criança	Pastoral faz projetos para gerar renda	Desde 1987, a Pastoral da Criança desenvolve projetos alternativos para as famílias mais pobres	Sem assinatura	Correio de Notícias	14/06/1993	Notícia
132	Menor carente - instituições	Sem editoria		Capoeira na educação de menores		Sem assinatura	Folha de Londrina	15/06/1993	Notícia
133	Menor carente	Sem editoria	De menor a cidadão 2	Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - espaços de democracia participativa		Olympio de Sá Sotto Maior Netto	O Estado do Paraná	20/06/1993	Opinião
134	Menor carente	Mundo imediato		Trabalhando pelas crianças carentes de Curitiba		Claudia Möller	Indústria e Comércio	21/06/1993	Entrevista
135	Menor carente	Sem editoria		Aumenta violência contra o menor. E do menor	Quanto maior a crise econômica, mais sofrem as crianças. E cresce também a marginalidade	Maurício Cavalcanti	O Estado do Paraná	29/06/1993	Reportagem
136	Menor carente	Sem editoria		Menor: um grande problema nas ruas		Sem assinatura	O Estado do Paraná	30/06/1993	Reportagem
137	Menor carente	Sem editoria		Há idéias, mas falta recursos em Campo Mourão	Há programas de atendimento ao menor, mas falta dinheiro para viabilizá-los	Sem assinatura	O Estado do Paraná	30/06/1993	Reportagem
138	Menor carente	Estadual		Situação é alarmante em Foz do Iguaçu	A cada dia chegam mais famílias trazendo crianças, que acabam sobrevivendo nas ruas	Sem assinatura	O Estado do Paraná	01/07/1993	Reportagem
139	Menor carente	Estadual		Meninos de rua desapareceram de Pato Branco	O município já registrou graves problemas, resolvidos após um amplo trabalho	Sem assinatura	O Estado do Paraná	01/07/1993	Reportagem
140	Menor carente	Sem editoria		PR ganha hoje mais dois "Clubes do Irmão Caçula"		Sem assinatura	Diário Popular	01/07/1993	Notícia
141	Menor carente	Sem editoria		Grande leilão beneficente movimentou a área artística	Cícero Dias, Arcangelo Ianeli, Juarez Machado são alguns dos artistas que mandaram uma obra para o leilão da Fundação Incentiva, em prol de meninos de rua	Sem assinatura	Gazeta do Povo	04/07/1993	Notícia
142	Menor carente	Sem editoria		Curitiba pede mais segurança		Sem assinatura	Indústria e Comércio	06/07/1993	Reportagem
143	Menor carente	Sem editoria		Menores carentes já cursam a universidade		Sem assinatura	Diário de Notícias	07/07/1993	Notícia
144	Menor carente	Sem editoria		Cola não está incluída entre tóxicos		Sem assinatura	O Estado do Paraná	09/07/1993	Notícia
145	Menor carente - instituições	Sem editoria	Araucária	Centro de apoio para as crianças e adolescentes amplia o trabalho		Sem assinatura	Gazeta do Povo	21/07/1993	Notícia
146	Menor carente	Sem editoria		Bem-estar infantil é prioridade da prefeitura		Sem assinatura	Diário Popular	25/07/1993	Notícia
147	Menor carente	Sem editoria		Curitiba tem programas para atender trinta mil crianças		Sem assinatura	Gazeta do Povo	26/07/1993	Notícia
148	Menor carente	Sem editoria		Paraná apóia crianças em situação de risco		Sem assinatura	Correio de Notícias	30/07/1993	Notícia
149	Menor carente	Sem editoria		Menor carente recebe atenção integral		Sem assinatura	Correio de Notícias	30/07/1993	Notícia
150	Menor carente	Sem editoria	Auxílio ao menor (chapéu)	UPFR e Ctee firmam convênio para tirar crianças carentes da rua	Alimentos serão doados à população de baixa renda	Sem assinatura	Indústria e Comércio	30/07/1993	Notícia
151	Menor carente	Sem editoria		Meninos de rua: chaga social em debate		Sem assinatura	Gazeta do Povo	01/08/1993	Reportagem

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTIULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1									
152	Menor carente	Sem editoria		Um grito de alerta aos governos, famílias e comunidades	Crianças carentes recebem educação especial através da arte. Um caminho de transformação social.	Zilda Arts Neumann, coordenadora nacional da Pastoral da Criança...	Gazeta do Povo	01/08/1993	Opinião
153	Menor carente	Arte/Educação		Este país tem futuro		Benê Bianchi	Folha de Londrina	10/08/1993	Reportagem
154	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Casas de Apoio completam um ano de atendimento a meninos de rua		Sem assinatura	Gazeta do Povo	14/08/1993	Notícia
155	Menor carente	Sem editoria	De menor a cidadão 3	O fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente		Edson Sêda de Moraes	O Estado do Paraná	15/08/1993	Opinião
156	Menor carente	Sem editoria		Arapongas inova no atendimento ao menor		Claudemir Raupman	O Estado do Paraná	17/08/1993	Reportagem
157	Menor carente - Estatuto	Sem editoria		Estatuto do Menor. Avanço ou entrave social?		Maurício Cavalcanti	O Estado do Paraná	19/08/1993	Reportagem
158	Menor carente	Visuais		Arte em favor do menor	Leilão de arte vai arrecadar fundos para menores carentes	Zeca Corrêa Leite	Folha de Londrina	25/08/1993	Notícia
159	Menor carente	Sem editoria	De menor a cidadão 4	A criança no trabalho		Sem assinatura	O Estado do Paraná	26/09/1993	Opinião
160	Menor carente - Instituições	Sem editoria	Filhos da Miséria 1	Meninos de rua têm escola especial	Na escola-oficina eles se divertem enquanto aprendem um ofício. A maioria dos alunos deixou as ruas e voltou para casa	José Antonio Pedriali	Folha de Londrina	30/09/1993	Reportagem
161	Menor carente	Sem editoria		Juiz deve impedir adoção internacional	Denúncias de venda de órgãos de crianças brasileiras pode parar processos que já estavam em andamento em Londrina	Paulo Ubratan	Folha de Londrina	03/10/1993	Reportagem
162	Menor carente	Sem editoria	Filhos da Miséria 2	Maringá vence desafio do menor de rua	Programa iniciado há sete anos consegue erradicar das ruas meninos e adolescentes abandonados	José Antonio Pedriali	Folha de Londrina	03/10/1993	Reportagem
163	Menores de rua		Filhos da Miséria 3	Foz luta para dar emprego a menores carentes	A Prefeitura tem vários projetos para tirar das ruas, através do trabalho, as crianças e os adolescentes abandonados	José Antonio Pedriali	Folha de Londrina	05/10/1993	Reportagem
164	Menores de rua		Filhos da Miséria 4	Meninos de rua atemorizam Cascavel	A cidade está alarmada com os menores. Eles são poucos, mas concentram-se nos centro e roubam à luz do dia.	José Antonio Pedriali	Folha de Londrina	05/10/1993	Reportagem
165	Menor carente	Sem editoria	Filhos da Miséria 4	Londrina reage e tira menor das ruas	A depredação de lojas no ano passado serviu de alerta. E a Prefeitura se lança em socorro dos meninos e meninas abandonados.	José Antonio Pedriali	Folha de Londrina	12/10/1993	Reportagem
166	Menor carente	Reportagem		No Paraná, 95% dos presos são pobres	Pesquisa de uma advogada de Curitiba mostra que 95% dos presidiários ganhavam menos de um salário mínimo	Sandra Nassar	Folha de Londrina	12/10/1993	Reportagem
167	Menores carentes	Sem editoria		Conta de luz ajudará crianças no PR	Pastoral e Copel firmam convênio objetivando o amparo a 150 mil menores carentes	Sem assinatura	Gazeta do Povo	23/10/1993	Notícia
168	Menor carente	Sem editoria		"Casas-Lares" amparam os meninos de ruas		Sem assinatura	Gazeta do Povo	14/11/1993	Reportagem
169	Menores de rua	Sem editoria		Pesquisa revela que meninos de rua ajudam a sustentar toda a família		Sem assinatura	Gazeta do Povo	23/11/1993	Notícia
170	Menores de rua	Sem editoria		Abrijo para menores vítimas de violência		Sem assinatura	Gazeta do Povo	07/12/1993	Notícia
171	Menores de rua	Sem editoria		Pesquisa vê drama do menor de rua		Sem assinatura	Gazeta do Povo	07/12/1993	Notícia
172	Menor carente	Sem editoria		Projeto Pequeno Trabalhador ensina capoeira nos bairros		Sem assinatura	Gazeta do Povo	08/12/1993	Notícia
173	Instituições	Sem editoria	Meninos de rua	"Sinal Verde" para menores de rua		Suzi Pissinini	Jornal de Londrina	21/12/1993	Reportagem
174	Menor carente	Sem editoria	Ação social	Casa inicia trabalho com menor de rua		Sem assinatura	Folha de Londrina	23/12/1993	Notícia
175	Menor carente - Instituições	Sem editoria				Sem assinatura	Gazeta do Povo	07/02/1994	Notícia

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTIULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
176	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Trabalho recupera menores no Norte	Instituições de Santo Antônio da Platina dão exemplo na assistência a menores	Benedito Francisquini	O Estado do Paraná	01/03/1994	Notícia
177	Menor carente	Sem editoria	Infância carente	Projeto "Celeiro da Cidadania" será lançado hoje		Sem assinatura	Indústria e Comércio	02/03/1994	Notícia
178	Menor carente	Sem editoria	Menor de rua (Chapéu)	Prefeitura e Petrobrás criam Projeto Criança		Sem assinatura	Indústria e Comércio	02/03/1994	Notícia
179	Menor carente	Sem editoria		Governo dá prioridade de atendimento ao menor		Sem assinatura	Gazeta do Povo	07/03/1994	Notícia
180	Menor carente	Foz do Iguaçu		Exército assiste a menores carente de rua	As crianças vão frequentar o Batalhão e aprender ofícios, disciplina e civismo	Sem assinatura	O Estado do Paraná	03/04/1994	Notícia
181	Menor carente	Sem editoria		Implementação para o Estatuto da Criança		Sem assinatura	Gazeta do Povo	27/05/1994	Notícia
182	Menor carente - Instituições - Rede Esperança	Sem editoria		Rede Esperança abre uma nova perspectiva ao menor carente		Sem assinatura	Gazeta do Povo	14/06/1994	Notícia
183	Menor carente	Curitiba		Menores desafiam a ação da polícia	Enquanto os policiais estão em uma praça, os menores invadem outra, amparados pela lei que lhes dá proteção	Sandra Nassar	Folha de Londrina	28/07/1994	Reportagem
184	Menor carente	Sem editoria		Curitiba tem 28,1% de crianças pobres		Osni Gomes	O Estado do Paraná	23/08/1994	Notícia
185	Menor carente - Instituições - Lar O Bom Caminho	Comportamento		Um bom caminho para menores carentes		Tomás Barreiros	Indústria e Comércio	28/08/1994	Reportagem
186	Menor carente	Sem editoria		Meninos de feira colaboram com o sustento da família		Sem assinatura	Gazeta do Povo	12/10/1994	Notícia
187	Menor carente	Sem editoria		Paraná cumpre o pacto de proteção aos adolescentes		Sem assinatura	Gazeta do Povo	31/10/1994	Reportagem
188	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Berçário já considerado como modelo		Sem assinatura	Gazeta do Povo	28/11/1994	Notícia
189	Menor carente - Instituições - Lar dos Meninos do Xaxim	Sem editoria		Lar dos Meninos está completando 25 anos		Sem assinatura	Gazeta do Povo	29/11/1994	Notícia
190	Menor carente	Sem editoria		Berçário Municipal é modelo para outras cidades do País		Sem assinatura	Agora Paraná	01/12/1994	Notícia
191	Menor carente	Sem editoria		Projeto para menor de rua recebe elogio		Sem assinatura	Gazeta do Povo	18/02/1995	Notícia
192	Menor carente	Sem editoria		Meninos de rua estão aprendendo ofícios		Sem assinatura	O Estado do Paraná	02/03/1995	Notícia
193	Menor carente	Sem editoria		PM começa a acolher menor segunda-feira		Sem assinatura	Gazeta do Povo	04/03/1995	Reportagem
194	Menor carente	Sem editoria		Legenda de foto: A esquina das ruas		Sem assinatura	O Estado do Paraná	16/04/1995	Foto-legendada
195	Menor carente - Instituições - Lar dos Meninos do Xaxim	Sem editoria		Brigadeiro Franco e Emiliano Perneira em Curitiba, virou dormitório para este grupo de crianças. Atualmente, há cerca de 80 menores vivendo nas mesmas condições (Pág. 10)		Sem assinatura	O Estado do Paraná	20/04/1995	Notícia
196	Menor carente	Sem editoria		Cidadela dá auxílio social		Sem assinatura	O Estado do Paraná	26/04/1995	Notícia
197	Menores carentes - Instituições	Classificados		Curitiba tem 80 crianças nas ruas		Bia Moraes	O Estado do Paraná	02/05/1995	Notícia
198	Menor carente	Sem editoria		Curitiba inova com os meninos de rua		Sem assinatura	Gazeta do Povo	07/05/1995	Notícia
199	Menor carente	Maringá		Alemães elogiam ação pelos menores de rua		Sem assinatura	O Estado do Paraná	07/05/1995	Notícia
				Uma história de início feliz	Programa pioneiro, Lixo Útil, tira criança da rua, promove o retorno à escola, paga com vale escola e dinheiro	Silvio Oricelli	O Estado do Povo	28/05/1995	Reportagem

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANTETÍTULO	TÍTULO	SUBTÍTULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1								
200	Menor carente	Menores de rua	Justiça agora vai responsabilizar os pais	Juizes e promotores decidem pôr em prática na cidade artigos do Código Penal que incriminam os pais que abandonam os filhos	Célia Baroni	Folha de Londrina	08/06/1995	Reportagem
201	Menor carente			A média mensal este ano em Curitiba é de 171 menores detidos contra 179 do ano passado, mas os números ainda assustam	Marcio Vanella - da sucursal	Folha de Londrina	18/06/1995	Notícia
202	Menor carente - Instituições		Cai índice de crimes por meninos de rua	Casas de Apoio dão vida nova a meninos de rua	Sem assinatura	Gazeta do Povo	20/06/1995	Notícia
203	Menor carente - Instituições		Estudantes aprendem com "Rede Esperança"		Sem assinatura	Gazeta do Povo	21/07/1995	Notícia
204	Menor carente - Instituições		Pequeno Aprendiz ajuda criança carente		Santo Antônio da Platina (Sucursal)	O Estado do Paraná	06/08/1995	Notícia
205	Menor carente		Adolescentes envolvidos em crimes	Mais de mil já foram presos em flagrante e apresentados na delegacia	Sem assinatura	Gazeta do Povo	06/08/1995	Reportagem
206	Menor carente - Instituições		Repúblicas resgatam a vida dos meninos de rua		Sem assinatura	Diário Popular	04/09/1995	Reportagem
207	Menor carente		Prefeitura pode abrigar todos os meninos de rua		Sem assinatura	Diário Popular	11/09/1995	Reportagem
208	Menor carente - infrator	Local	Gangues de menores agem no centro de Curitiba	Perambulando pelas ruas da cidade, os menores vivem de pequenos furtos praticados contra os comerciantes e pedestres.	Edilma Rangel	Gazeta do Povo	23/09/1995	Reportagem
209	Menor carente		Fotografia - legenda - O menor que aparece em primeiro plano, armado com uma tesoura utilizada para intimidar as vítimas, quando flagrado pelo fotógrafo		Edson Silva (fotógrafo)	Gazeta do Povo	23/09/1995	Foto-legenda
210	Menor carente - Estatuto do Menor		Estatuto do Menor contém um grande número de equívocos		Sem assinatura	Gazeta do Povo	02/10/1995	Notícia
211	Menor carente - Instituições - Lar Batista		Pães doados por meninos de rua		Sem assinatura	Gazeta do Povo	03/10/1995	Nota
212	Menor carente - Instituições - Lar Batista		Projeto ajuda crianças a aprender uma profissão		Filipe Pimentel (Da Sucursal)	Folha de Londrina	13/10/1995	Notícia
213	Menor carente - Instituições - Lar Batista		Lar Batista faz hoje 5ª Festa Criança Esperança		Filipe Pimentel (Da Sucursal)	Folha de Londrina	14/10/1995	Notícia
214	Menor carente	Local	Prefeitura cadastra meninos de rua	Materia mora com a família e passa parte do dia na rua, esmolando ou vendendo guloseimas	Sem assinatura	Gazeta do Povo	17/10/1995	Notícia
215	Menor carente	Local	Esforço comum objetiva retirar das ruas de Curitiba os menores carentes	Estratégia é agir junto às famílias e não apenas com os menores	Sem assinatura	Gazeta do Povo	20/10/1995	Reportagem
216	Menor carente - Instituições - Lar Batista		Pai que deixa criança na rua vai perder o filho	Pai que deixa criança na rua vai perder o filho	Sem assinatura	Diário Popular	20/10/1995	Reportagem
217	Menor carente - Instituições - Lar Batista		Ex-meninos de rua vivem uma nova experiência através do Disque-Pão	Ex-meninos de rua vivem uma nova experiência através do Disque-Pão	Sem assinatura	Gazeta do Povo	05/11/1995	Notícia
218	Menor carente		Projeto quer recuperar meninas que saem da rua	Projeto quer recuperar meninas que saem da rua	Sem assinatura	Gazeta do Povo	13/11/1995	Notícia
219	Menor carente		Quem explorar crianças será punido		Sem assinatura	Diário Popular	18/11/1995	Notícia
220	Menor carente		Ex-meninos de rua encontram os pais		Eliane Emé Sato	Folha de Londrina	27/11/1995	Notícia
221	Menor carente		Ex-meninos de rua trabalham no Disque-Pão		Sem assinatura	Diário Popular	06/01/1996	Notícia

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANTETÍTULO	TÍTULO	SUBTÍTULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1				Secretaria Municipal da Criança anuncia a intensificação das ações visando proporcionar nova vida para os meninos de rua				
222	Menor carente		Mais educadores para tirar os menores das ruas		Sem assinatura	Gazeta do Povo	07/01/1996	Reportagem
223	Menor carente		Promotora apura 'passoê' de menores		Lorena Aubriff Klenk	Folha de Londrina	05/03/1996	Notícia
224	Menor carente		República dá novo rumo a meninas		Sem assinatura	Gazeta do Povo	22/03/1996	Notícia
225	Menor carente - instituições		Escola-oficina tira crianças das ruas		Alexandre Sanches (Da Redação)	Folha de Londrina	24/03/1996	Reportagem
226	Meninos de rua	Desaparecidos	Campanha ganha mais um aliado		Célia Baroni	Folha de Londrina	27/03/1996	Notícia
227	Violência		Curitiba quer rapidez para localizar criança		Sem assinatura	Gazeta do Povo	27/03/1996	Notícia
228	Menor carente		Ponta Grossa busca solução ao menor		Sem assinatura	Gazeta do Povo	27/03/1996	Reportagem
229	Menor carente		Meninos de rua viram peças de rodeio		Sid Sauer (Correspondente)	Folha de Londrina	31/03/1996	Reportagem
230	Menor carente		221 menores fazem da rua um ofício		Da sucursal	Folha de Londrina	05/05/1996	Notícia
231	Menor carente	Casas Lares	Orfãos são substituídos por pais adotivos		Sem assinatura	Gazeta do Paraná	07/05/1996	Notícia
232	Menor carente		Jacarezinho treina meninas para guarda-mirim		Luciane Tonon	Folha de Londrina	14/05/1996	Notícia
233	Menor carente		Ex-menina de rua posa para virar modelo		Sem assinatura	Gazeta do Povo	05/06/1996	Notícia
234	Menor carente		Ex-menina de rua faz "book" fotográfico		Sem assinatura	O Estado do Paraná	05/06/1996	Notícia
235	Menor carente		Ex-menina de rua pode ser modelo		Adriana Ribeiro	O Estado do Paraná	09/06/1996	Notícia
236	Menor carente		Menores estão sendo retirados das ruas		Sem assinatura	Diário Popular	14/06/1996	Notícia
237	Menor carente		Meninos de rua imunizados		Sem assinatura	Gazeta do Povo	14/06/1996	Notícia
238	Menor carente		Menores carentes têm aulas de música		Edison Costa	Tribuna do Norte	20/06/1996	Notícia
239	Menor carente		Um palco para ex-menina de rua		Alessandra Ferreira	O Estado do Paraná	26/06/1996	Notícia
240	Menor carente		Crianças de rua ficam no sonho da volta à casa		Rosa Bitencourt	Gazeta do Povo	29/06/1996	Reportagem
241	Menor carente - instituições		Teatro serve à reinserção de meninas de rua		Sem assinatura	Gazeta do Povo	04/07/1996	Notícia
242	Menor carente		Ex-meninas de rua têm um abrigo exclusivo		Sem assinatura	Diário Popular	08/07/1996	Notícia
243	Menor carente		Movimento promove festa para as crianças		Sem assinatura	Gazeta do Povo	12/07/1996	Notícia

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTIULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICACAO
1									
244	Menor carente	Sem editoria		Ação cooperada altera a vida dos menores de rua	Desarticulação de alguns "mocós" é um dos resultados práticos do trabalho desenvolvido através de parceria Prefeitura-Juizado	Sem assinatura	Gazeta do Povo	15/07/1996	Reportagem
245	Menor carente	Sem editoria		Os meninos de rua	Programa da Secretaria da Criança e Assuntos da Família auxilia municípios na profissionalização de crianças e adolescentes	Neide Palmeiro	Correto de Notícias	20/07/1996	Reportagem
246	Menor carente	Regional		Escolas-oficinas já têm dois mil menores	Maioria dos menores que atualmente vivem em instituições assistenciais não são órfãs e foi internada pelos próprios pais	Edison Costa	Tribuna do Norte	21/07/1996	Notícia
247	Menor carente	Sem editoria		Pesquisa mostra abandono de crianças em orfanatos					
248	Menor carente	Sem editoria		Menores vão ter apoio do Exército		Sem assinatura	Gazeta do Povo	01/08/1996	Notícia
249	Menor carente	Sem editoria		Atendimento a menor em novos municípios		Ponta Grossa (Steuersal)	O Estado do Paraná	03/08/1996	Notícia
250	Menor carente	Sem editoria		Serviço de recâmbio já devolveu 371 crianças às suas famílias	A maioria delas, segundo o S.O.S. Criança, chegam à capital paranaense de eunona	Sem assinatura	Gazeta do Povo	06/08/1996	Notícia
251	Menor carente	Sem editoria		Banco de dados sobre as crianças de rua		Sem assinatura	Diário Popular	29/08/1996	Notícia
252	Menor carente	Sem editoria		Associação quer derrubar barreiras nas adoções	Psicólogas fazem mapeamento de instituições que abrigam crianças no Paraná e alertam para a situação de negros e adolescentes	Sem assinatura	Gazeta do Povo	29/08/1996	Notícia
253	Menor carente - Estatuto	Sem editoria		Estatuto do Menor será cumprido	Em Foz, juízes e promotores defendem implantação total da legislação sobre criança	Sem assinatura	Gazeta do Povo	12/09/1996	Notícia
254	Menor carente - Instituições - Lar Batista Esperança	Sem editoria		Estatuto do Menor será cumprido	Em Foz, juízes e promotores defendem implantação total da legislação sobre criança	Sem assinatura	Gazeta do Povo	15/09/1996	Notícia
255	Menor carente - Instituições - Lar Batista Esperança	Sem editoria		Bebês curitibanos têm novo lar		Sem assinatura	Gazeta do Povo	15/09/1996	Reportagem
256	Menor carente - Instituições - Lar Batista Esperança	Sem editoria		Inaugurada em Curitiba outra casa para amparo a bebês abandonados		Sem assinatura	O Estado do Paraná	22/09/1996	Notícia
257	Menor carente - Instituições - Lar Batista Esperança	Sem editoria		"Lar" faz festa sábado para angariar verbas		Sem assinatura	Gazeta do Povo	22/09/1996	Notícia
258	Menor carente - Instituições - Lar Batista Esperança	Sem editoria		No Lar Batista, alegria para a criança carente		Sem assinatura	O Estado do Paraná	10/10/1996	Notícia
259	Menor carente - Estatuto	Sem editoria		Estatuto da Criança ganha prioridade	Através de questionários enviados aos municípios, Ministério Público terá levantamento da situação	Sem assinatura	Gazeta do Povo	13/10/1996	Notícia
260	Menor carente - Estatuto	Cidade		"O Estatuto é ótimo; basta conhecê-lo"	Consultor da ONU diz que o Brasil é exemplo na busca de soluções para a infância	Gisele Mendonça	Jornal de Londrina	13/10/1996	Notícia
261	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Projeto Lar abriga os carentes em Cascavel		Sem assinatura	Gazeta do Povo	15/10/1996	Notícia
262	Menor carente	Sem editoria		Ex-menino de rua prepara carreira de cavaleiro		Sem assinatura	Gazeta do Povo	20/10/1996	Notícia
263	Menor carente	Sem editoria		Criança é atendida na feira		Sem assinatura	Jornal do Estado	22/11/1996	Notícia
264	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Ex-meninos de rua fazem a produção de peças teatrais		Sem assinatura	Diário Popular	25/11/1996	Notícia
265	Menor carente - Instituições - Lar dos Meninos do Xaxim	Sem editoria		Lar de Meninos do Xaxim completa 27 anos de trabalho		Sem assinatura	Jornal do Estado	30/11/1996	Notícia
266	Menor carente	Sem editoria		Teatro recupera ex-menina de rua		Sem assinatura	Gazeta do Povo	16/12/1996	Notícia
						Sem assinatura	Gazeta do Povo	24/12/1996	Notícia

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTITULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1					Trabalho da Prefeitura e Juizado é fundamentado no encaminhamento dos menores para o retorno ao ambiente familiar				
267	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Parceria retira das ruas de Curitiba 180 crianças		Sem assinatura	Gazeta do Povo	24/12/1996	Reportagem
268	Menor carente - Instituições	Sem editoria	Pobres, mas criativos	Tem nova sede a casa de passagem só para meninas		Sem assinatura	Gazeta do Povo	12/01/1997	Notícia
269	Menor carente	Sem editoria		Meninos de rua aprendem artes plásticas	Oficina é dada pela Casa de Cultura da UEL e dura 30 dias	Vera Barão	Jornal de Londrina	23/01/1997	Notícia
270	Menor carente	Sem editoria		Terapia ocupacional tira menor das ruas		Sem assinatura	O Estado do Paraná	18/02/1997	Notícia
271	Menor carente	Sem editoria		Cresce número de crianças nas ruas	Pesquisa mostra que além do centro elas ocupam também os bairros populosos da cidade	Eliane Eme Sato	Jornal do Estado	27/02/1997	Reportagem
272	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Ex-meninas de rua ganham nova casa		Sem assinatura	O Estado do Paraná	08/03/1997	Notícia
273	Menor carente	Cidades		Da rua para a escola: em 178 cidades	O programa entrega às famílias uma cesta básica, para manter a criança na escola	Sem assinatura	O Estado do Paraná	19/03/1997	Notícia
274	Menor carente	Sem editoria		Programa para tirar crianças da rua é ampliado	Famílias carentes de 181 municípios ganham [sic] cestas básicas. "É um programa didático", diz a secretária Fani Lerner	Anna Cumanducaia	Jornal do Estado	19/03/1997	Reportagem
275	Menor carente	Curitiba		Secretaria lança cartilha com projetos para menores carentes	O objetivo é mostrar como a cidade cuida de suas crianças e adolescentes	Silvia Macedo	Indústria e Comércio	23/03/1997	Notícia
276	Menor carente	Política		Ação integrada atende criança de rua	Os municípios da Região Metropolitana se integram para resolver problema comum	Sem assinatura	O Estado do Paraná	30/03/1997	Notícia
277	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Menores abandonados	Ação conjunta entre prefeitos da região metropolitana para retirar as crianças das ruas	Sem assinatura	Diário Popular	31/03/1997	Notícia
278	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Cephus completa hoje 21 anos	Criada com o propósito de atender somente a região da Vila Regina, hoje a entidade presta assistência social a moradores de todo o município	Sem assinatura	Tribuna do Norte	01/04/1997	Reportagem
279	Menor carente	Sem editoria		Menores recebem ameaças de morte	Promotora de Londrina investiga origem de telefonemas ameaçando os meninos de rua	Valter Alves	O Estado do Paraná	10/04/1997	Notícia
280	Menor carente	Sem editoria		Rotary dará cesta básica às crianças		Sem assinatura	Gazeta do Povo	13/04/1997	Notícia
281	Menores carentes	Sem editoria		Chetreadores de coia invadem praças	Menores que fogem de casa, usam áreas centrais de Curitiba para se drogar	Joseane Martins	O Estado do Paraná	16/04/1997	Notícia
282	Menor carente - Instituições - Centro Feminino de Treinamento Familiar (Arapongas)	Sem editoria	Fin de drama	Ex-menino de rua reencontra família	Claudinei Veríssimo, que pediu esmolas por vários anos na cidade, localiza parentes depois de 15 anos de separação	Antônio França	Folha de Londrina	17/04/1997	Notícia
283	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Casa-lar vai substituir orfanato	Assistência Social - Em Arapongas, meninas carentes recebem todo tipo de assistência e são preparadas para enfrentar a vida futura	Edison Costa	Tribuna do Norte	20/04/1997	Reportagem
284	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Casa abriga menores como filhos	O governo pretende instalar mais 16 casas-lar até o final de 1988; 53 unidades já funcionam	Sem assinatura	Jornal do Estado	22/04/1997	Notícia
285	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Menores carentes como filhos	No Xaxim, uma associação cristã recebe vítimas de maus tratos, drogas e do abandono	Sem assinatura	Gazeta do Povo	05/05/1997	Notícia
286	Menor carente (Instituições)	Sem editoria		Lar conquista filhas para vida inteira	Em 44 anos de atuação, entidade já educou e encaminhou mais de 300 meninas carentes para o estudo e a vida profissional	Célia Baroni	Folha de Londrina	10/05/1997	Reportagem

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ARTIGO	TÍTULO	SUBTÍTULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
287	Menor carente - instituições	Sem editoria		Educador social faz abordagem de menores	O esclarecimento foi feito devido as muitas dúvidas que existem sobre o que permite o Estatuto da Criança e do Adolescente	Sem assinatura	O Estado do Paraná	14/05/1997	Notícia
288	Menor carente - Estatuto	Sem editoria		Policial pode prender adolescentes infratores		Helio Marques Andrea Morais	Gazeta do Povo	25/05/1997	Reportagem
289	Menor carente - instituições - Educandário Santa Felicidade	Sem editoria		Juiz quer aumentar adoções de crianças		CC	Jornal do Estado	30/05/1997	Notícia
290	Menor carente	Sem editoria	Código Penal	Preso mãe que forçava filhos a mendigar	Juiza pede prisão de desempregada porque ela não cumpriu determinação judicial de matricular as crianças em uma escola	Marcio W. Varella	Folha do Paraná	05/06/1997	Notícia
291	Menor carente - instituições	Sem editoria		Recanto do Menor volta a funcionar		Sem assinatura	Tribuna do Norte	22/06/1997	Reportagem
292	Menor carente - instituições	Sem editoria	Apoio à infância	Municípios recebem R\$ 6,2 milhões	188 dos 250 municípios que já criaram conselhos tutelares recebem verbas para programas de auxílio a crianças carentes	Elisa Marília - Curitiba	Folha do Paraná	25/06/1997	Notícia
293	Menor carente - instituições	Sem editoria		Municípios recebem recursos para tirar as crianças das ruas		Sem assinatura	Gazeta do Povo	25/06/1997	Reportagem
294	Menor carente - instituições	Sem editoria	Ensino profissionalizante	Franciscato inaugura escola oficina	Escola foi construída com dinheiro conseguido na Alemanha pelo jogador londrinense Elber	Vera Barão	Jornal de Londrina	28/06/1997	Notícia
295	Menor carente - instituições	Sem editoria		Dinheiro alemão para escolinha		Londrina (Sucursal)	O Estado do Paraná	04/07/1997	Notícia
296	Menor carente - instituições - Recanto do Menor (Apucarana)	Sem editoria	Projeto de Vida	Recanto retira com meninos das ruas	Garotos que se envolviam em delitos e começavam a usar drogas ganham um espaço para desenvolver aptidões profissionais	Maurício Borges - Apucarana	Folha do Paraná	10/07/1997	Notícia
297	Menor carente - instituições - Meninos de Quatro Pinheiros (Mandrituba)	Sem editoria		UFPR destaca programa de Mandrituba	Chácara onde se recupera menores de rua é eleita pela 3ª vez como um dos trabalhos comunitários do estado	Eliane Eme Sato	Jornal do Estado	11/07/1997	Notícia
298	Menor carente	Sem editoria	Apoio integral	Foz do Iguaçu quer tirar crianças da rua	Educadores estão cadastrando menores para tentar integrá-los à família e aos programas desenvolvidos pela prefeitura	Antônio França	Folha do Paraná	16/07/1997	Notícia
299	Menor carente - infrator (Londrina)	Sem editoria		Menores infratores: quase todos viciados em drogas		Vera Barão	Jornal de Londrina	27/07/1997	Reportagem
300	Menor carente	Sem editoria		Trabalho de escultura motiva menores	São 20 meninos que deixam as ruas para fabricar peças que serão comercializadas	Osmar Nunes	O Estado do Paraná	03/08/1997	Notícia
301	Menor carente - instituições	Sem editoria		Diminui número de crianças de rua no Centro		Sem assinatura	Jornal do Estado	07/08/1997	Reportagem
302	Menor carente	Sem editoria		Direitos da criança em debate		Josiane Martins	O Estado do Paraná	08/08/1997	Notícia
303	Menor carente - instituições	Sem editoria		Pastor mantém programa para atender o menor problemático		Sid Sauer (Campo Mourão)	Folha do Paraná	17/08/1997	Reportagem
304	Menor carente - instituições	Editoria de Região		Menores mostram criatividade		Edison Costa	Tribuna do Norte	17/08/1997	Reportagem
305	Menor carente	Sem editoria		Skate oferece recuperação do menor de rua		Sem assinatura	Gazeta do Povo	28/08/1997	Notícia
306	Menor carente - Estatuto	Sem editoria		Estatuto do Menor: erros e dúvidas	Para a delegada do Adolescente, ainda se acha que o menor está livre da Justiça	Osni Gomes	O Estado do Paraná	30/08/1997	Reportagem
307	Menor carente	Sem editoria	Balé	Garotos bons de dança	Alunos do projeto "Dança Masculina" vão excursionar pelo Rio Grande do Sul	Zeca Corrêa Leite - Curitiba	Folha do Paraná	30/08/1997	Notícia

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTIULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICACAO
1								
308	Sem editoria		Meninos de rua aprendem skate com os melhores do esporte		Deise Compos	Jornal do Estado	22/09/1997	Notícia
309	Sem editoria		Ex-menino de rua faz show e lança CD para ajudar crianças		Sem assinatura	Jornal do Estado	11/10/1997	Notícia
310	Sem editoria		Lei contra o trabalho escravo é do Paraná	Dados apresentados em fórum nacional, em Curitiba, revelam que o Estado possui apenas dois menores responsáveis por algum tipo de crime para cada 10 mil habitantes	Sem assinatura	Gazeta do Povo	14/12/1997	Notícia
311	Sem editoria		Paraná tem baixo índice de adolescentes infratores		Sem assinatura	Diário Popular	19/12/1997	Notícia
312	Sem editoria		64% das crianças de rua de Curitiba são da RMC		Sem assinatura	Jornal do Estado	21/01/1998	Notícia
313	Sem editoria		Crianças acidentadas aguardam familiares	As duas crianças são os únicos sobreviventes de um acidente ocorrido há 3 meses na BR-376	Adriana Ribeiro	O Estado do Paraná	08/02/1998	Reportagem
314	Sem editoria		Paranaenses participam de conferência sobre exploração sexual infantil	Dois meninas vítimas de agressão e exploração vão relatar suas experiências de recuperação, a convite do Unicef. Encontro acontece no Camadã	Sem assinatura	Diário Popular	23/02/1998	Notícia
315	Sem editoria		Ociosidade infantil desafia administradores	64% das crianças que perambulam pelas ruas de Curitiba vêm das cidades vizinhas e até de outros Estados	Andrea Ribeiro	Jornal do Estado	02/04/1998	Reportagem
316	Sem editoria		Prefeitura faz cair o número de crianças de rua	Em 15 meses, trabalho realizado através de dois programas sociais leva a uma queda de 67,4% no contingente de menores abandonados	Sem assinatura	Gazeta do Povo	12/04/1998	Reportagem
317	Sem editoria	Cidadania	Meninos de rua se preparam para o 5º encontro nacional	Quarenta crianças participam todo mês em Curitiba de reuniões preparatórias para o encontro, marcado para novembro em Brasília	Mônica Kaseker	Folha do Paraná	17/04/1998	Reportagem
318	Sem editoria	Meninos de rua	Apoio e carinho ajudam na recuperação	Profissionais trabalham para fazer crianças voltarem ao convívio com a família e com a sociedade	Marihone Ramos	Jornal de Londrina	31/05/1998	Reportagem
319	Sem editoria		República Nova Esperança vem recuperando as meninas de rua	Criado há quatro anos, abrigo atende menores do SOS Criança	Sem assinatura	Gazeta do Povo	12/06/1998	Notícia
320	Sem editoria		Abrijo do Menor completa 5 anos de atividade	Entidade presta assistência a 32 crianças e adolescentes que foram retirados de suas famílias por motivo de abandono ou violência	Fernanda Mazzini	Tribuna do Norte	28/06/1998	Reportagem
321	Sem editoria	Comunidade	Entidade faz trabalho de assistência a menores	O Lar Batista Esperança abriga desde recém-nascidos até meninos de rua	Sem assinatura	Gazeta do Povo - Batel e região	15/07/1998	Reportagem
322	Sem editoria		Crianças vítimas do abandono	Somente neste ano, 169 crianças foram abandonadas em Curitiba, segundo os registros do SOS Criança e dos conselhos tutelares	Adriana Taques Endres	Jornal do Estado	01/08/1998	Reportagem
323	Sem editoria		Chácara dá futuro para meninos de rua	Meninos vivem como numa família, estudando, trabalhando e cumprindo uma série de obrigações - se preparando para cursos profissionalizantes.	Andrea Vendramini	Folha de Londrina/Folha do Paraná	02/08/1998	Reportagem
324	Sem editoria	Exemplo raro	Vereadora quer copiar portaria	Pesquisador belga defende a criação de espaços para que menores de rua exprimam suas habilidades sem sair de seu 'território'	James Alberti	Folha do Paraná	06/08/1998	Notícia
325	Sem editoria	Pesquisa	Menores de rua têm riqueza cultural	Crianças que vivem sob custódia do estado por abandono ou maus-tratos passam a morar em grupos reduzidos com pais sociais	Dimitri do Valle	Folha do Paraná	06/08/1998	Entrevista
326	Sem editoria		Casas-lares substituído abrigos infanto-juvenis		Sem assinatura	Gazeta do Povo	02/09/1998	Reportagem

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANTETÍTULO	TÍTULO	SUBTÍTULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
327	Menor carente		Menor levado a abrigos raramente volta ao lar	Maus-tratos e desnutrição são alguns dos motivos pelos quais menos de um quarto das crianças é devolvido para suas famílias	Sandra Gonçalves	Gazeta do Povo	15/09/1998	Reportagem
328	Menor carente - Instituições	Cidades	Menino de rua é recuperado em chácara	Mesmo não sendo órfãos, crianças e adolescentes acabam deixando o lar, seja por causa da violência doméstica ou uso de drogas	Danielle de Sisti	O Estado do Paraná	20/09/1998	Reportagem
329	Menores de rua	Sem editoria	Maioria dos menores de rua em Curitiba tem família	Prefeitura Municipal atendeu no ano passado 500 crianças carentes, entre 7 e 14 anos, com projetos educacionais	Sem assinatura	Gazeta do Povo	21/10/1998	Reportagem
330	Menor carente	Sem editoria	Menor carente é prioridade em Colombo	Educadores de rua e policiais militares percorrem mocós convidando os menores a passarem o dia na colônia	Sem assinatura	Jornal do Estado	07/01/1999	Notícia
331	Menor carente	Curitiba	Colônia de férias tira meninos das ruas	Frequentedores do Terminal, principalmente os mais idosos, vem sendo atacados e até agredidos pelas gangues formadas por meninos de rua	Melissa Bergoni	Jornal do Estado	09/01/1999	Reportagem
332	Menor carente	Sem editoria	Trombadinhas estão levando pânico ao Guadalupe		Camilla Gino	Gazeta do Povo	26/01/1999	Reportagem
333	Menor carente	Sem editoria	Número de crianças nas ruas diminui 39%		Sem assinatura	Jornal do Estado	14/06/1999	Notícia
334	Menor carente	Cidades	Esporte modifica meninos de rua	Todas as quintas e sextas-feiras, eles vão à praça para atividades físicas	Sem assinatura	O Estado do Paraná	11/07/1999	Reportagem
335	Menor carente	Sem editoria	Cidades do PR estão na final do Prêmio Abrinq	Premiação, criada para incentivar políticas municipais em prol da criança, selecionou projetos de Umuarama e Paranavaí	Danielle Brito	Gazeta do Povo	16/07/1999	Notícia
336	Menor carente - Instituições		Rotina na fazenda ajuda menores viciados	Programa desenvolvido há quatro meses pela ONG (Re) Fazenda oferece atividades para recuperação de menores	Fábio Silveira	Jornal de Londrina	05/09/1999	Reportagem
337	Menor carente - Instituições	Local	Centro de auxílio ao menor reinicia atividades	Área de 740 m ² doada por empresa privada abriga nova sede do Monte Horebe, que atende cerca de 200 crianças carentes	Sem assinatura	Gazeta do Povo	15/09/1999	Notícia
338	Menor carente	Sem editoria	Projeto reúne ex-meninos de rua em Curitiba		Sem assinatura	Gazeta do Povo	29/09/1999	Notícia
339	Menor carente	Sem editoria	Meninos de rua contam histórias em livro	"Histórias de nossas vidas", que será lançado hoje em Curitiba, traz relatos que abordam drogas e a violência policial	Dimitri do Valle	Folha do Paraná	14/10/1999	Notícia
340	Menor carente	Cidades	Curitiba tem só 150 meninos de rua	Psicólogo tem visão diferente sobre os meninos de rua e os que vivem nas ruas	Fabiane Prohmann	O Estado do Paraná	08/12/1999	Notícia
341	Menor carente	Cidades	Educadores tiram crianças da rua	Programa consegue evitar o aumento de crianças nas ruas da capital	Sem assinatura	O Estado do Paraná	19/12/1999	Notícia
342	Menor carente	Cidades	Menores oferecem perigo no centro	Pessoas idosas e casas comerciais são vítimas preferidas dos menores de rua	Viviane Ongaro	O Estado do Paraná	25/01/2000	Reportagem
343	Menor carente	Curitiba	Maioria das crianças de rua usa drogas	Professor que estuda o problema há 14 anos diz que o índice é de 90%	Viviane Favretto	Gazeta do Povo	10/03/2000	Reportagem

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANTE-TÍTULO	TÍTULO	SUBTÍTULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1								
344	Menor carente	<p>Estatuto da Criança - Órgãos executores da legislação</p> <p>Conselhos Tutelares enfrentam falta de apoio e reconhecimento</p>	<p>Curitiba</p> <p>Conselhos Tutelares enfrentam falta de apoio e reconhecimento</p>	<p>Entidades criticam ausência de estrutura adequada e de programas de orientação familiar</p>	Silvia Zanella	Gazeta do Povo	12/03/2000	Reportagem
345	Violência - Crianças Desaparecidas	<p>Eweron dizem que delegados citados em investigações de narcotráfico podem estar envolvidos</p>	<p>Sem editoria</p> <p>Casos antigos de desaparecimento de crianças não tiveram solução</p>	<p>Antes da criação de uma delegacia especial em 1995, investigações eram feitas pela DSI</p>	Clarissa Lima e Lenise Autorif Klensk	Gazeta do Povo	28/05/2000	Reportagem
346	Menor carente - Estatuto		<p>Curitiba ganha mais uma casa para tirar adolescentes das ruas</p>	<p>Estatuto da Criança e do Adolescente é pouco respeitado após uma década</p>	Sem assinatura	Diário Popular	26/06/2000	Notícia
347	Menor carente - Estatuto		<p>Cidades</p> <p>ECA, dez anos de boas intenções</p>		Katia Michelle	O Estado do Paraná	13/07/2000	Reportagem
348	Menor carente - Estatuto	<p>Estatuto da Criança - Lei que dispõe sobre os direitos de crianças e jovens completa dez anos</p>	<p>Sem editoria</p> <p>Código modifica conceito de orfanato</p>	<p>Abrigos são transformados em casas-lares para garantir o direito ao convívio familiar</p> <p>Uma manifestação, ontem, na Boca Malidia, lembrou os dez anos de criação do Estatuto</p>	Audrey Possobom e Silvia Zanella	Gazeta do Povo	13/07/2000	Reportagem
349	Menor carente - Estatuto		<p>Falta de recursos ao ECA é criticada</p>		Michelle Tomé	Jornal do Estado	14/07/2000	Notícia
350	Menor carente - Estatuto	<p>Infância - Menores abandonados voltam para casa</p>	<p>Cidades</p> <p>Poucos conhecem o Estatuto da Criança</p>	<p>Pesquisa feita por estudantes da UFPR mostra que muitos desconhecem o ECA</p>	Katia Michelle	O Estado do Paraná	14/07/2000	Reportagem
351	Menor carente		<p>Sem editoria</p> <p>Projeto "devolve" crianças de rua</p>	<p>Curitiba teve 297 casos de recâmbio neste ano</p>	Sem assinatura	Gazeta do Povo	22/07/2000	Reportagem
352	Menor carente - Estatuto	<p>Direitos Humanos - Dez anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente serão discutidos em Foz</p>	<p>Procurador faz balanço do ECA</p>	<p>Paraná é o Estado com maior número de entidades de defesa da criança</p>	Andréa Morais	Gazeta do Povo	08/08/2000	Entrevista
353	Menor carente		<p>Cidades</p> <p>Defesa da criança em 393 municípios</p>	<p>O projeto resgata crianças carentes, com atividades socioeducativas.</p>	Patrícia Iunovich	O Estado do Paraná	10/08/2000	Notícia
354	Menor carente		<p>Cidades</p> <p>Meta do Resgate é tirar menores da rua</p>		Miguel Portela	O Estado do Paraná	01/10/2000	Notícia
355	Menor carente - estatuto		<p>Sem editoria</p> <p>Estatuto aumenta punição à exploração sexual</p>		Sem assinatura	Indústria e Comércio	04/10/2000	Notícia

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTITULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
			Infância - A Gazeta do Povo começa a publicar uma série de matérias que têm como tema a criança		Curitiba tem 402 mil meninas e meninos, mas muitos não vão comemorar o 12 de outubro	Andréa Moraes e Giovana Perine Jacques	Gazeta do Povo	08/10/2000	Reportagem
356	Menor carente - Menor carente - Estatuto	Sem editoria	Problemas sociais limitam os sonhos. Mutações no Estatuto da Criança e do Adolescente são discutidas			Sem assinatura	Diário Popular	11/10/2000	Notícia
			Infância - Paraná começa a implantar Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Governo Federal		O apoio financeiro permite que meninas e meninos deixem o trabalho para ir à escola	Fernando Martins	Gazeta do Povo	11/10/2000	Reportagem
358	Menor carente	Paraná	Bolsa ajuda crianças a voltar a estudar						
359	Menor carente	Cidades	Para muitas crianças, dia de trabalho		Apesar de ilegal, trabalho ainda faz parte do dia-a-dia de milhões de crianças	Cíntia Vegas	O Estado do Paraná	12/10/2000	Reportagem
			Meninos e meninas de acampamento no Paraná sonham com um mundo melhor, trabalhando na terra						
360	Menor carente	Paraná	"A gente inventa ou fica sem brincar"		Filho de sem-terra constrói os próprios brinquedos para driblar a falta de recursos	Mara Vitorino	Gazeta do Povo	13/10/2000	Reportagem
			Seminário discute Estatuto da Criança		Adolescente pune com maior rigor casos de exploração sexual (antetítulo)	Sem assinatura	Indústria e Comércio	15/10/2000	Notícia
361	Menor carente - Estatuto	Sem editoria	Paraná está entre os Estados que mais respeitam o estatuto da criança		Nos últimos cinco anos foram criadas dezenas de novos centros de educação infantil e unidades de contrarumo escolar	Sem assinatura	O Estado do Paraná	15/10/2000	Notícia
			Estratégia garante resgate social de jovens		Com paciência os educadores estão conseguindo se aproximar das crianças que vivem nas ruas	Sem assinatura	Jornal do Estado	21/10/2000	Reportagem
362	Menor carente - Estatuto	Cidades	PR é destaque na aplicação do Estatuto		Nos últimos cinco anos foram criados vários programas para atender crianças e adolescentes	Sem assinatura	Jornal do Estado	26/10/2000	Reportagem
			Representantes do Conselho da Criança de Pinhais são eleitos		O IV Fórum das Crianças e do Adolescente reuniu 15 entidades para a escolha	Sem assinatura	Jornal do Estado	27/11/2000	Notícia
363	Menor carente - Estatuto	Sem editoria	Infância - Eleitos responsáveis pela garantia do cumprimento dos direitos da criança e do adolescente						
364	Menor carente - Estatuto	Sem editoria	18 mil elegem conselheiros tutelares		Na Regional do Boqueirão, problema no computador atrasa a apuração dos votos	João Natal Bertotti	Gazeta do Povo	27/11/2000	Notícia
365	Menor carente - Estatuto	Cidades	Conselho quer manter idade penal		divulgação do tema entre a população em geral	Sem assinatura	Jornal do Estado	01/12/2000	Notícia

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTILO	TÍTULO	SUBTÍTULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
368	Menor carente - Sem editoria	Infância - Dos 399 municípios do estado, 185 não atingiram a média nacional de desenvolvimento	Metade do Paraná negligencia cuidados com as crianças	Índice do Unicef revela condições de educação e saúde	Fernando Martins	Gazeta do Povo	16/12/2000	Reportagem
369	Menor carente - Sem editoria	Casa de José ensina crianças a se reencontrar			Sem assinatura	Jornal do Estado	15/03/2001	Notícia
370	Menor carente - Sem editoria	Meninos de rua migram para os bairros		Fugindo da abordagem do Serviço Social da Prefeitura, adolescentes procuram novos pontos para "trabalhar"	Luciana Lewis	Jornal do Estado	23/04/2001	Reportagem
371	Menor carente - Curitiba	Infância - Cerca de 25 crianças são encaminhadas todos os dias para abrigos na Capital	Manter menor de rua em recuperação é desafio	Programa Criança em Segurança tenta tirar das ruas menores em situação de risco	Lenise Aubrifi Klensk	Gazeta do Povo	30/04/2001	Reportagem
372	Menor carente - sem editoria		Projeto aproxima carentes da arte		LM	O Estado do Paraná	23/05/2001	Notícia
373	Menor carente - Sem editoria		Meninos de rua dão exemplo de cidadania em Curitiba	Resgate social é possível com o auxílio de voluntários. Muitos vêm até do exterior	Samar Razzak	Jornal do Estado	28/05/2001	Reportagem
374	Menor carente - Cidades		Programa resgata crianças da rua	Criança e Segurança foi implantado há dois anos e meio pela FAS da capital	Lyrian Salki	O Estado do Paraná	12/06/2001	Notícia
375	Menor carente - Sem editoria		Estatuto da Criança e do Adolescente completa 11 anos de existência		Cristiane Montanarin	Jornal do Estado	10/07/2001	Reportagem
376	Menor carente - Sem editoria		ECA: 11 anos de luta pelos fracos	Desinformação é entrave para o Estatuto da Criança e do Adolescente	Clarissa Kowalski	Primeira Hora	13/07/2001	Notícia
377	Menor carente - FUN	Social - Jovens da periferia sofrem com discriminação. Entrevista foi interrompida por batida da polícia	Por uma vida menos ordinária	Com a falta de locais de lazer no bairro, a solução é se reunir na rua para conversar e curtir um som	Patrícia Pinheiro	Gazeta do Povo	13/07/2001	Reportagem
378	Menor carente - Especial		11 anos do Estatuto da Criança e Adolescente		Olympio de Sá Sotto Maior Netto	O Estado do Paraná	15/07/2001	Opinião
379	Menor carente - Sem editoria		Crianças abandonadas têm pais sociais	Casais levam estrutura familiar a 50 menores em Curitiba; projeto é piloto no Estado	Luciano Lewis	Jornal do Estado	30/07/2001	Reportagem
380	Menor carente - Classificados		Projeto da UFPR educa crianças tiradas das ruas	Trabalho envolve menores de 7 a 18 anos	Sem assinatura	Gazeta do Povo	30/07/2001	Notícia
381	Menor carente - Sem editoria		Violados direitos de 32 mil crianças no PR só este ano		Patrícia Iunovich	O Estado do Paraná	01/08/2001	Reportagem
382	Menor carente - Sem editoria	Projeto - Jovens que saíram das ruas de Curitiba jogarão na Espanha a partir deste mês	Ex-meninos de rua realizam sonho de jogar na Espanha	Eles vivem na Fundação Educacional Meninos de Quatro Pinheiros, em Mandrituba	Jorge Jarvorski	Gazeta do Povo	02/09/2001	Notícia

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1								
383	Menor carente	Curitiba - De janeiro a setembro, 2,5 mil adolescentes foram deixados. No mesmo período de 2000 foram 1,8 mil	Cresce o número de menores infratores	Pelo menos nove jovens curitibanos são atirados todos os dias por cometer delitos	Fernando Martins	Gazeta do Povo	18/11/2001	Reportagem
384	Menor carente		"Não dê dinheiro em semáforos"	Segundo as autoridades e instituições filantrópicas, esse tipo de doação não existe	Mara Andrich	Jornal da Cidade	31/01/2002	Reportagem
385	Menor carente	Voluntariado	Menores abandonados ganham "família social" em Casas-Lares	Crianças recebem carinho, educação e assistência médica	Sem assinatura	Gazeta do Povo	01/03/2002	Notícia
386	Menor carente	Infância - Recursos são insuficientes para acabar com a miséria e o trabalho infantil	Peti e bolsa-escola não conseguem evitar que crianças voltem às ruas	Dinheiro chega atrasado e as famílias consideram o valor repassado muito baixo	Lenise Aubrifit Klenk	Gazeta do Povo	14/03/2002	Notícia
387	Menor carente	Infância - Mapa da escola de Curitiba revela alterações no comportamento e jovens que passam o dia nas ruas	Pinhais luta para tirar crianças da rua	Projetos, como o Pá ambiental, mostram novos caminhos para meninos e meninas	Luciana Lewis	Jornal do Estado	08/04/2002	Reportagem
388	Menor carente	Social - Eliton e Luis Henrique vão relatar a experiência de viver nas ruas	Crianças pedintes mudam de endereço	Ao invés de dinheiro, muitos menores estão pedindo alimentos na saída de supermercados	Andréa Morais	Gazeta do Povo	15/04/2002	Reportagem
389	Menor carente	Na abertura da Copa	Meninos carentes de Mandirituba vão para Festival na Coreia	Internos da Chácara de Quatro Pinheiros representam o Brasil em Festival do Unicef	Ricardo Stabbug	Gazeta do Povo	26/05/2002	Notícia
390	Menor carente	Infância - Violência dos pais expulsa filhos para as ruas da cidade antes dos dez anos de idade	Meninos paranaenses na Coreia		Sem assinatura	Jornal do Estado	27/05/2002	Notícia
391	Menor carente		Em Foz, crianças saem de casa cada vez mais cedo	Pais procuram Conselho Tutelar por sentir falta de dinheiro trazido pelos menores	José Rocher	Gazeta do Povo	20/10/2002	Notícia
392	Menor carente	Infância - Problemas vão desde falta de vagas em creche até trabalho infantil	Fogem de casa por apamhar demais	Cinco irmãos entre 3 e 11 anos acusam a mãe e o padrasto de espancamento	Mara Andrich	Jornal do Estado	16/01/2003	Reportagem
393	Menor carente		Direitos das crianças são violados	Conselhos tutelares registraram 16 mil atendimentos este ano	Lenise Aubrifit Klenk	Gazeta do Povo	25/06/2004	Notícia
394	Menor carente		Meninos de rua têm medo de bandidos	No estudo foram ouvidos 415 crianças e adolescentes da capital	José Carlos Fernandes	Gazeta do Povo	03/06/2005	Reportagem

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDITHORIA	ANFETIULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICACAO
1								
395	Menor carente	Paraná	Uma abordagem mais humana	Diretora do Instituto de Ação Social do Paraná condena "cultura da deportação", que ainda ronda adolescentes em situação de risco	José Carlos Fernandes	Gazeta do Povo	03/06/2005	Reportagem
396	Menor carente - Estatuto	Paraná	Modernidade do ECA ainda é incompreendida pela sociedade	Especialistas reafirmam a importância da lei que revolucionou o trato com os jovens no Brasil	José Carlos Fernandes	Gazeta do Povo	13/07/2005	Reportagem
397	Menor carente	Cidades	Crianças em risco no lixão de Paranaíba		NF	O Estado do Paraná	13/07/2005	Notícia
398	Menor carente - Estatuto	Paraná	Cerca de 60% dos jovens em conflito com a lei não cometeram crimes graves	Pesquisa mostra que mais da metade dos internos em unidades de correção atentou contra o patrimônio	José Carlos Fernandes	Gazeta do Povo	13/07/2005	Reportagem
399	Menor carente - Estatuto	Sem editoria	Proteção à criança vai sair do papel	Reportagem registra como é a tarde no Crescer, administrado pelos pais	José Carlos Fernandes	Gazeta do Povo	06/08/2005	Reportagem
400	Menor carente - Estatuto	Sem editoria	Receita caseira para um grande problema vivido pelos jovens		Rosângela Oliveira	O Estado do Paraná	08/10/2005	Notícia
401	Menor carente	Sem editoria	O direito de ser criança, ainda que chegue tarde		Patrícia Kinzel	Gazeta do Povo	12/10/2005	Reportagem
402	Menor carente - Estatuto	Cidades	ECA é discutido em seminário na capital	Negligência - Direitos da criança e do adolescente são esquecidos pela sociedade	Joyce Carvalho	O Estado do Paraná	17/11/2005	Notícia
403	Menor carente	Sem editoria	Imposto pode ajudar a tirar crianças da rua	Famílias desagregadas, falta de apoio, violência, são algumas das razões que levam os jovens para o mundo da criminalidade	Sem assinatura	Correio Paranaense	17/11/2005	Notícia
404	Menor carente	Sem editoria	Infância perdida no mundo das ruas		Carlos Simon	Jornal do Estado	17/04/2006	Reportagem
405	Menor carente - Instituições	Sem editoria	Longe da família e sem perspectiva	Juventude - Estudo mostra que 82% das crianças que moram em abrigos no Paraná já poderiam ter voltado para casa	Érica Busnardo	Gazeta do Povo	06/07/2006	Notícia

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ANFOTIULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1	Menor carente - Estatuto	Cidades		ECA: 16 anos e 14,2 mil crianças desrespeitadas	Dados do Ministério da Justiça ainda assistam no aniversário do estatuto	Néjia Furlan	O Estado do Paraná	13/07/2006	Reportagem
406	Menor carente	Paraná	Infância e adolescência - Projeto Audiovisual coloca internos de unidades socioeducativas diante das câmeras	Mapa indica o caminho da volta para casa	Infância - Pais de crianças que viviam nas ruas se reúnem em evento na Igreja do Cabral	José Carlos Fernandes	Gazeta do Povo	27/05/2007	Reportagem
408	Menor carente	Paraná		O grande rap dos oficineiros		José Carlos Fernandes	Gazeta do Povo	29/07/2007	Reportagem
409	Menor carente - Instituições	Curitiba		Os filhos do abandono	Situação das crianças de rua de Curitiba tem episódios de violência, marginalidade e esperanças de um futuro melhor	André Amorim	Folha de Londrina	31/07/2007	Reportagem
410	Menor carente	Paraná	Educação - Sessenta crianças e adolescentes estão inscritos no programa e participam de atividades educativas e esportivas	Condomínio leva projeto de cidadania a jovens carentes de Ponta do Paraná		Bruna Maestri Walter	Gazeta do Povo	10/09/2007	Notícia
411	Menor carente	Paraná		O Tatinho agora é bacharel		José Carlos Fernandes	Gazeta do Povo	16/12/2007	Notícia
412	Menor carente - Estatuto	Vida e Cidadania		Estatuto da Criança chega à maioria pouco conhecido	Lei, que completa 18 anos no mês, que vem, trouxe conquistas, mas ainda é desconhecida pela sociedade	Tatiana Duarte	Gazeta do Povo	19/06/2008	Reportagem
413	Menor carente - Estatuto	Vida e Cidadania		ECA passa batido nas universidades	Conteplam de forma consistente o ensino e a discussão da lei, que completa 18 anos amanhã	Themys Cabral	Gazeta do Povo	12/07/2008	Reportagem
414	Menor carente - Estatuto	Sem editoria		Maioridade com conquistas e muitos desafios pela frente	Exigindo prioridade absoluta para crianças e adolescentes, o ECA completa 18 anos hoje	Newton Almeida	O Estado do Paraná	13/07/2008	Reportagem
415	Menor carente - Estatuto	Cidades		Futuro sem casa	Nas ocupações, brincadeiras e sonhos se confundem com os problemas enfrentados desde cedo pela falta de um lar	Luciana Cristo e Elizângela Wroniski	O Estado do Paraná	12/10/2008	Reportagem
416	Menor carente - Estatuto	Cidades		Onde fica a prioridade à infância?	No Dia das Crianças, especialistas apontam falta de compromisso com este direito	Luciana Cristo	O Estado do Paraná	12/10/2008	Reportagem
417	Menor carente - Estatuto	Vida e Cidadania		Delegacias têm estrutura deficiente	Número de funcionários das sete delegacias do Adolescente do Paraná não acompanha o crescimento na quantidade de processos	Ponta Grossa - Maria Grizele da Silva, da sucursal	Gazeta do Povo	21/03/2009	Reportagem
418	Menor carente - Estatuto	Justiça		Febem nunca mais	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo pretende padronizar procedimentos jurídicos e sociais em todo o país	Marcos Xavier Vicente	Gazeta do Povo	01/04/2009	Reportagem
419	Menor carente - Estatuto	Vida e Cidadania	ECA Ano 20	O tal do mundo melhor	Thelma, Paula, Fernando, Felipe, Maria e Kelli - entre outros personagens dessa matéria - fazem parte da rede de proteção à infância e à adolescência. Unidos por um estatuto, eles integram o mais sólido e atuante movimento social que o Brasil já produz	José Carlos Fernandes e Paola Cartiel	Gazeta do Povo	11/07/2010	Reportagem

A	B	C	D	E	F	G	H	I
PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ARTIGULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
Menor carente - Estatuto	Vida e Cidadania		Viótria no país dos pixotes	Meninos e meninas beneficiados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - abandonado há 20 anos - não falam mais do abandono, mas da faculdade	Paola Carriel e José Carlos Fernandes	Gazeta do Povo	12/07/2010	Reportagem
Menor carente	Cidades		Bebê abandonado em táxi	Recém-nascido foi encontrado em meio a entulhos, no Sítio Cercado	Mara Andrich	O Estado do Paraná	13/07/2010	Notícia
Menor carente	Cidade atena		Bebê é abandonado em Curitiba	Pelo menos 90 crianças e adolescentes acolhidos no Paraná têm irmãos em instituições diferentes	Jamaina Monteiro	O Estado do Paraná	17/11/2010	Notícia
Menor carente	Vida e Cidadania	Família dividida	Irmãos separados contra a lei	Políticas de combate às condições de risco para crianças e adolescentes perdem prioridade na agenda dos gestores municipais	Fabiane Ziolla Menezes	Gazeta do Povo	24/12/2010	Reportagem
Menor carente	Vida e Cidadania		Municípios falham com infância		Paola Carriel	Gazeta do Povo	30/01/2011	Reportagem
Menor carente	Vida e Cidadania		País abandonam trigêmeos em hospital		Sem assinatura	Gazeta do Povo	01/04/2011	Reportagem
Menor carente	Vida e Cidadania		Filho virou produto de consumo?	Caso das trigêmeas rejeitadas pelos pais abre debate sobre a relação com filhos gerados por técnicas artificiais	Andréa Morais	Gazeta do Povo	03/04/2011	Reportagem
Menor carente	Vida e Cidadania		Trigêmeas estão sob a guarda de tios	Meninas que nasceram após inseminação artificial estavam em abrigo em Curitiba depois da informação de que uma delas seria doada	Curitiba - Agência Estado	Gazeta do Povo	06/05/2011	Notícia
Menor carente - Estatuto	Vida e Cidadania		Acerto de contas com a infância	Método estatístico dos EUA ajuda a entender o quanto crianças brasileiras estão expostas a riscos de várias naturezas	José Carlos Fernandes	Gazeta do Povo	29/05/2011	Notícia
Menor carente	Vida e Cidadania		Bebê de 3 dias é abandonado em Curitiba	Recém-nascido passa a noite mais fria do ano ao relento. Pela lei, mães que não querem criar o filho gerado podem entregá-lo na vara da família, sem qualquer punição. Mas não é isso que ocorre	Paola Carriel	Gazeta do Povo	11/06/2011	Notícia
	Vida e Cidadania		Sociedade brasileira trata o assunto de forma irrealista		Marleth Silva	Gazeta do Povo	11/06/2011	Opinião
Menor carente	Sem editoria		Crianças que vivem na rua inspiram livros		Sem assinatura	Gazeta do Povo	07/07/2011	Nota
Menor carente	Vida e Cidadania	Inventude	Intemar à força repercute como limpeza social	Especialistas criticam medida adotada no Rio de Janeiro para tirar das ruas menores de idade usuários de drogas. Ação seria "maquiagem" para Copa de 2014	Denise Pato	Gazeta do Povo	05/08/2011	Reportagem
Menor carente - instituições	Vida e Cidadania		Abrigos têm 36,9 mil crianças	Pesquisa revela que 22% das instituições brasileiras ficam na Região Sul. Mais da metade dos abrigados têm menos de 11 anos	Paola Carriel	Gazeta do Povo	14/08/2011	Reportagem
Menor carente	Vida e Cidadania		Cai o número de crianças nas ruas	Nos nove primeiros meses de 2011, os chamados ao 156 da prefeitura de Curitiba pedindo o resgate de meninos e meninas caíram 22%	Paola Carriel	Gazeta do Povo	04/12/2011	Reportagem
Menor carente - Estatuto	Vida e Cidadania		Infrator é atendido bem no PR, mas é preciso avançar	Levantamento do CNJ mostra que o atendimento prestado no Paraná é bom, mas precisa de melhorias como a consolidação da defesa e a capacitação dos servidores	Maria Gizele da Silva, da sucursal - Ponta Grossa	Gazeta do Povo	20/03/2012	Reportagem
Menor carente - Estatuto	Vida e Cidadania		Nova lei para jovem infrator entra em vigor	Instituição de sistema que atende menores com problemas com a lei acontece 22 anos depois da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente	Foz do Iguaçu - Fabiula Wurmeister, da sucursal	Gazeta do Povo	21/04/2012	Reportagem

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	PALAVRA-CHAVE	EDIÇÃO	ARTIGULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICACAO
1					Jovens que completam 18 anos deixam abrigos sem perspectiva profissional. Faltam ações para ajudar na transição para a vida adulta.	Diego Antonelli	Gazeta do Povo	17/07/2012	Reportagem
437	Menor carente	Vida e Cidadania	Juventude	De menor a maior abandonado		José Carlos Fernandes	Gazeta do Povo	05/08/2012	Reportagem
438	Menor carente	Vida e Cidadania	Infância	Os meninos de rua estão de mudança	Entrevista - Maria Lúcia de Paula Espíndola, juíza da 2ª Vara da Infância e Juventude de Curitiba	Andréa Morais	Gazeta do Povo	19/08/2012	Entrevista
439	Menor carente	Vida e Cidadania		Qual o destino de bebês abandonados?	Sete adolescentes morreram sob custódia do governo do Paraná entre janeiro de 2011 e agosto deste ano	Raphael Marchiori	Gazeta do Povo	01/09/2012	Reportagem
440	Menor carente - Instituições	Vida e Cidadania		Mortes sob a tutela do Estado	Equipes dos Creas têm de contar com escolas, unidades de saúde e conselhos tutelares para acompanhar a recuperação das vítimas	Antonele Luciano	Gazeta do Povo	25/05/2014	Reportagem
441	Menor carente - Estatuto	Vida e Cidadania		No interior do PR, faltam profissionais para resolver as violações ao ECA	Porcentual é referente ao universo de adolescentes infratores internados em Curitiba	Raphael Marchiori e Carolina Pompeo, especial para a Gazeta do Povo	Gazeta do Povo	15/10/2014	Reportagem
442	Menor carente - Estatuto	Vida e Cidadania		81% dos jovens detidos têm transtornos mentais	Sem uma previsão legal sobre o que fazer com eles, adolescentes em conflito com a lei e que possuem transtornos mentais são um problema ainda sem solução para as políticas sociais	Caroline Olinda	Gazeta do Povo	14/03/2015	Reportagem
443	Menor carente - Instituições	Vida e Cidadania		Um labirinto sem saída		William Bressan	Gazeta do Povo	02/05/2015	Notícia
444	Menor carente	Vida e Cidadania		Bebê é abandonado em Igreja		Carolina Pompeo	Gazeta do Povo	28/09/2015	Reportagem
445	Menor carente - Estatuto	Vida e Cidadania		120 direitos da criança e do adolescente são violados por dia no Paraná	Números do Conselho Tutelar de Curitiba revelam falta de vagas em creches e negligência no atendimento à drogadição	Carolina Pompeo	Gazeta do Povo	30/09/2015	Reportagem
446	Menor carente - Estatuto	Vida e Cidadania	Adolescência	Maioridade aos 16 anos custaria R\$ 20 milhões ao PR	Estimativa não considera gasto com pessoal, apenas com estrutura para atender ao que equivale hoje a 16% dos jovens detidos no estado	Felippe Aníbal	Gazeta do Povo		Reportagem
447	Menor carente - Instituições	Portão e Região		Instituição modelo no Água Verde ajuda na formação de crianças carentes	Lar dos Meninos de São Luiz, localizado na Rua Bento Vianna, há quase 80 anos atende, com a ajuda da comunidade, alunos de baixa renda, oferecendo oportunidades de aprender uma profissão para o futuro	Taísa Binder	Gazeta do Povo - Portão e região		Reportagem
448	Menor carente - Instituições	Sem editoria		Acridas leva apoio a menor há doze anos	Afirma o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	Sem assinatura	sem referência		Notícia
449	Menor carente - Estatuto	Paraná - Justiça		Falta infra-estrutura ao Juizados Especiais		Pérfeces Borges	Revista Idéia		Entrevista
450	Menor carente - Estatuto	Paraná - Lei		Quem essa lei anda protegendo?	A Lei de Proteção ao Menor traz benefícios aos jovens até os 18 anos, mas acaba facilitando a ação dos marginais	Adriana Milczewsky	Revista Idéia		Reportagem
451	Menor carente	Sem editoria		Mundo todo tem problema do menor mas no Brasil é grave		Sem assinatura	Diário Popular		Entrevista
452	Menor carente	Sem editoria		Casa das Meninas de Toledo traça plano		Sem assinatura	sem referência		Notícia
453	Menor carente	Sem editoria		Passarela vira ação social em Jandaia	Projeto beneficia 55 crianças e jovens, além de destacar o Mercovest e gerar recursos para atender o Lar São Francisco	Sem assinatura	sem referência		Notícia
454	Menor carente	Sem editoria		Nas ruas, a indústria do filho		Carlos Moreira	sem referência		Reportagem

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
	PALAVRA-CHAVE	EDITORIA	ANTETITULO	TITULO	SUBTITULO	ASSINATURA	JORNAL	DATA	CLASSIFICACAO
1					Estevão e Flora Christmann fundaram em 1970 o Lar Bom Pastor, que hoje funciona no Barreirinha e atende cerca de 250 crianças carentes oriundas de bairros vizinhos e também do município				
455	Menor carente - Instituições	Bacacheri e região		Casal do Centro Cívico é exemplo de solidariedade na assistência a menores	Almirante Tamandaré	Taísa Binder	Gazeta do Povo - Bacacheri e região		Reportagem
456	Menor carente	Jornal Estadual		Política social tira menores da rua	Foz do Iguaçu prioriza a assistência social para minorar problemas de famílias carentes	Sem assinatura	O Estado do Paraná		Notícia
457	Menor carente	Sem editoria		Medidas visam impedir que menores viajem de sob-ônibus		Sem assinatura	sem referência		Notícia